CADASTRAR, INCLUIR E PROTEGER

AS MALHAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
NA FRONTEIRA AMAZÔNIA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

FLÁVIA MELO DA CUNHA

Cadastrar, incluir e proteger.
As malhas da assistência social na fronteira Amazônia

São Paulo
2020

FLÁVIA MELO DA CUNHA

Cadastrar, incluir e proteger.
As malhas da assistência social na fronteira Amazônia

Versão Corrigida

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciência Social (Antropologia).

Área de Concentração: Antropologia Urbana

Orientadora: Profa. Dra. Silvana de Souza Nascimento

São Paulo/SP
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M528c Melo da Cunha, Flávia Cadastrar, incluir e proteger. As malhas da assistência social na fronteira Amazônia / Flávia Melo da Cunha; orientadora Silvana de Souza Nascimento. - São Paulo, 2020.
316 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Antropologia. Área de concentração: Antropologia Social.

1. Assistência Social. 2. Políticas Públicas. 3. Pobreza. 4. Fronteira. 5. Relações de Gênero. I. Nascimento, Silvana de Souza, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA TESE
Termo de Ciência e Concordância da Orientadora

Nome da aluna: Flávia Melo da Cunha

Data da defesa: 03/07/2020

Nome da Prof.^a Orientadora: Silvana de Souza Nascimento

Nos termos da legislação vigente, declaro ESTAR CIENTE do conteúdo deste EXEMPLAR CORRIGIDO elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me plenamente favorável ao seu encaminhamento e publicação no Portal Digital de Teses da USP.

São Paulo, 10/12/2020.

Prof.^a Dr.^a Silvana de Souza Nascimento

Folha de Aprovação

MELO da Cunha, Flávia **Cadastrar, incluir e proteger. As malhas da assistência social na fronteira Amazônia.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Aprovada em 03 de julho de 2020.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Silvana de Souza Nascimento PPGAS/USP (Presidente)

Profa. Dra. Ana Claudia Duarte Rocha Marques PPGAS/USP

Profa. Dra. Anna Catarina Morawaska Viana PPGAS/UFSCAR

Profa. Dra. Adriana de Barreto Resende Vianna PPGAS/MUSEU NACIONAL/UFRJ

Profa. Dra. Heloisa Buarque de Almeida PPGAS/USP (Suplente)

Prof. Dr. Jose Miguel Nieto Olivar FSP/USP (Suplente)

Prof. Dr. Jose Lindomar Coelho Albuquerque UNIFESP (Suplente)

Pesquisa financiada com bolsa de estudos no país pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM/PROPG/Edital 010/2015) e bolsa de doutorado sanduíche no exterior pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/PDSE).

Às vítimas da pandemia e do desgoverno.
Às que morreram pelo vírus. Às enlutadas por ele.
Às que morreram nas ruas sem cuidado. Às que morreram cuidando.
Às esquecidas em casa. Às enterradas em covas rasas.
Às sepultadas sem adeus. Às confinadas em contêineres e prisões.
Às mortas no isolamento de seus lares.
Às mulheres, que insistem em reexistir neste mundo que resiste nos expurgando.

El espíritu del fuego la espolea a que luche por su propia piel y por un trozo de tierra sobre el que pararse, una tierra desde la que ver el mundo – una perspectiva, un terreno propio donde poder sondear las ricas raíces ancestrales hasta llegar a su propio corazón abundante de *mestiza*.

Gloria Anzaldúa, 2016, p.65

AGRADECIMENTOS

Processos de pesquisa de tão longo prazo como um doutorado envolvem muitas pessoas, trocas e afetos. E embora a escrita da tese seja uma exigente e solitária tarefa, vivi essa jornada com o apoio de interlocutoras, familiares, amigas, parceiras de trabalho e instituições de pesquisa que me ofereceram o suporte empírico, emocional, acadêmico e financeiro necessários.

Antes mesmo do ingresso no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP), contei com o apoio e o incentivo de quatro amigos, companheiros de vida e pesquisa na tríplice fronteira de Brasil, Peru e Colômbia (o nosso centro do mundo): Rodrigo Oliveira Braga Reis, Luiz Fabio da Silva Paiva, Jose Miguel Nieto Olivar e Lindomar Coelho Albuquerque.

Na elaboração do projeto de pesquisa mantive interlocuções privilegiadas com Laura Lowenkron (UERJ), Adriana Piscitelli (Unicamp) e Silvana Nascimento (USP). A última me acolheu como orientanda e amiga. Orgulho-me por ter sido orientanda de uma das poucas docentes negras da Universidade de São Paulo.

Acredito na importância de assegurar o ingresso e a permanência de pessoas indígenas, negras (pretas e pardas) para as universidades e a ciência brasileiras. Nesse sentido, deixo o PPGAS/USP muito mais à vontade do que quando ingressei em 2016. E parte significativa disso se deve ao aumento da presença de pessoas não brancas favorecido pela política de ações afirmativas construída, não sem conflitos, com a participação firme de discentes e docentes.

Sou grata ao PPGAS/USP pelo aprendizado compartilhado entre professoras e colegas de curso. Agradeço especialmente à professora Ana Claudia Marques pela condução da disciplina Metodologia de Projeto II. Muitas das questões suscitadas naquele curso me acompanharam e ajudaram até a conclusão desta tese. À turma do doutorado de 2016 que me recebeu com carinho, especialmente Yara Alves, Paula Alegria e Aline Murilo. A

passagem pela USP me trouxe ainda amizades raras: Jacqueline Teixeira, Paula Bologna e Shislene Oliveira.

Ainda no circuito acadêmico dos afetos, preciso mencionar as amigas do CPaS¹- Coletivo de Pesquisa em Antropologia e Saúde da Faculdade de Saúde Pública: Dulce Moraes, Natalia Farias, Danielle Ichikura e Michel Furquim. E do CCOCCIX - Coletivo Corpocidade do Laboratório de Antropologia Urbana da USP, principalmente Arthur Fontgaland.

As generosas contribuições de Adriana Vianna (Museu Nacional/UFRJ) e Catarina Morawaska (PPGAS/UFSCAR) no exame de qualificação foram definidoras para o desfecho deste trabalho. Agradeço-lhes por aceitar, junto a Ana Claudia Marques (PPGAS/USP), o convite para avaliar o trabalho final de um percurso no qual foram todas muito importantes. Obrigada também a Heloisa Almeida (PPGAS/USP), Jose Miguel Olivar (FSP/USP) e Lindomar Albuquerque (UNIFESP) por acolherem o pedido para participar como suplentes.

Em um período tão desolador para a ciência e a universidade brasileiras, agradecer às agências de fomento não é mera formalidade. Ao longo dos quatro anos de pesquisa obtive recursos para pesquisa de campo, participação em eventos científicos nacionais e internacionais e estágio doutoral no exterior. Agradeço à Universidade Federal do Amazonas pela licença integral para o doutoramento. À Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM) pela bolsa de doutorado no país. Ao Programa de Doutorado Sanduiche no Exterior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Na Espanha, fui acolhida no programa de Ciências Políticas, de la Administración y Relaciones Internacionales da Universidad Complutense de Madrid como pesquisadora visitante. Agradeço à professora María Lois e ao grupo *Espacio y Poder* pelo aprendizado e oportunidades de diálogo que me proporcionaram.

Parte da pesquisa de campo foi também subsidiada com recursos do PPGAS/USP e dos projetos “Regimes de mobilidade espacial na Amazônia urbana” (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPQ) do Grupo de Pesquisa Ilhargas -

Cidades, Políticas e Saberes/UFAM, “Gênero em territórios de fronteira e transfronteiriços na Amazônia Brasileira” (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/FAPESP) do Núcleo de Estudos de Gênero PAGU/UNICAMP, e “Cidades-devir: experimentos etnográficos entre fronteiras, pessoas, lugares” (FAPESP) do Laboratório de Antropologia Urbana - NAU/USP.

À Sanderson Oliveira, Rodrigo Reis, Lindomar Albuquerque e Fabio Candotti agradeço a leitura criteriosa dos capítulos da tese. À Marina Farias, pela revisão cuidadosa e afetiva da versão final. E à Hugo Bachiega pelas artes e diagramação.

À Dulce Claudia Rodrigues de Melo pela seleção e cessão de documentos e fotografias do acervo familiar.

Finalmente, agradeço às pessoas que me ofereceram suporte afetivo e terapêutico. Canela Borges, Hugo Bachiega, Flávia Souza (e agora Gael e Cauê). Ermelinda Salém, Tatiana Olic e Cristina Saavedra. Maria Inez Melo da Cunha, mulher e mãe cuja resiliência, amor e persistência me ensinam muito a cada dia. Obrigada pela família que me deu: avós, irmãos, sobrinhos e sobrinha. Ennio Candotti e Elisa Magalhães, meus sogros. E Fabio Candotti, leitor exigente, amante cuidadoso, companheiro de vida.

RESUMO

A tese é dedicada ao estudo de práticas e relações concernentes ao Programa Bolsa Família em cidades brasileiras localizadas na tríplice fronteira amazônica entre Brasil, Peru e Colômbia. No intuito de refletir sobre produções de gênero e estado na fronteira, descreve a assistência social como uma tecnologia de governo – a *malha assistencial* – praticada principalmente por mulheres. Abrangeu o estudo de normativas institucionais e de dados coletados nas redes sociais, entrevistas e observação participante em diferentes instâncias e serviços da rede socioassistencial. Deste ponto de partida, percorreu linhas de vida de mulheres “beneficiárias” e “agentes” da política de transferência de renda. O emaranhado composto por linhas de vida, processos de formação de estado e formas de governo demandou um esforço analítico autorreflexivo, do que resultou a reivindicação de uma teoria etnográfica *mestiza* localizada no entrelugares: uma experiência cognoscente ambivalente que entrelaça processos de vida e de pesquisa. Está organizada em três partes: Caminhos, Fronteiras e Malhas. A primeira parte delinea os caminhos da pesquisa e os pressupostos da teoria etnográfica *mestiza*. A *fronteira Amazônia* e suas formas de governo generificadas são o objeto da segunda parte que aborda a militarização, a missionação religiosa e a assistência social como formas de presença de estado na região. Os fazeres de “agentes da assistência social” são a matéria prima para a descrição de modos de atuação da assistência e da pobreza, consideradas objetos múltiplos. Nelas, as categorias de ação *cadastrar*, *incluir* e *proteger* são fulcrais. A descrição e análise do *governo das mulheres na fronteira* por meio da *malha assistencial* permitiu acessar, de uma perspectiva generificada, processos de estado e de fronteirização pouco considerados em estudos sobre a região amazônica entendida, também ela, como uma fronteira: limite nacional, frente de expansão, mas também lugar de relações e de socialidades duradouras constitutivas de um complexo urbano transfronteiriço.

Palavras-chave: Assistência Social; Políticas Públicas; Pobreza; Fronteira; Relações de Gênero; Amazônia.

ABSTRACT

The thesis is dedicated to the study of the practices and relationships concerning the “Bolsa Família” Program in Brazilian cities located on the Amazonian triple boards, between Brazil, Peru, and Colombia. This work describes the social assistance as a government technology – the assistance network – performed mainly by women to reflect on gender and state production on the frontier. It also covered the study of institutional normative and data collected from social network, interviews and participant observation in different levels and services in the social-assistance network. From this starting point, it follows the line of life of both women who “benefits” and those who are “agents” of the income transfers policy. The tangled of lifelines, state formation process and forms of government has required an analytical self-reflective effort, which resulted in a claim for a mestiza ethnographic theory, located in-between places: an ambivalent cognizant experience that entwines life and research process. The thesis is organized into three parts: routes, boards, and meshes/network. The first part shapes the research’s paths and the principles of the mestiza ethnography theory. The Amazonian frontiers and its gender orientated forms of government are the object of the second part, which also tackle militarization, missionary efforts, and social assistance as forms of state presence in the region. The practices of “social assistance agents” are the raw material for describing how assistance and poverty, considered multiple objects, operates. In these practices, the actions categories to *register*, include and protect are central. The description and analysis of the government of women on the borderlands, through the assistance network allowed me to access – from a gender perspective point of view – to processes of state and processes of bordering which are not considered in studies about the Amazonian region. The Amazon region is also understood as a borderland: border, expansion front, but also a place of enduring social relationships proper of a transborder urban complex.

Keywords: Social Assistance; Public policy; Poverty; Border; Gender Relations; Amazon.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Lula da Silva na Plataforma P-50, Fotografia de Custódio Coimbra, 2016	34
Figura 2 – Getúlio Vargas na Refinaria Landulpho Alves, Fotografia de Renato Pinheiro, 1952.	34
Figura 3 - Encerramento da Caravana Lula, Fotografia de Eraldo Peres, 2018	35
Figura 4 - Cartaz de Lançamento da Campanha Natal Sem Fome, 2017	35
Figura 5 - Publicação de Miriam Leitão n'O Globo, julho de 2016.....	36
Figura 6 - Capa da Revista RADIS 186, 2018.....	36
Figura 7 - Publicação de Delegado Francischini no Facebook, 2018.....	37
Figura 8 - Publicação de Delegado Francischini no Twitter, 2018	37
Figura 9 - Mesorregião do Alto Solimões, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.....	62
Figura 10 - Amazonas, Faixa de Fronteira, Elaboração Tiago Maiká Shwade, 2016.....	62
Figura 11 - Deslocamentos de Manuel Rodrigues de Melo entre 1936-1960	89
Figura 12 - Baleeiras, Fotografia de João Leitão, 2013	89
Figura 13 - Seringueiros na Amazônia, Reprodução Fernando de Souza, s/d	90
Figura 14 - Caderneta de Manuel Francisco de Melo, 1936, Acervo pessoal.....	90
Figura 15 - Caderneta de Manuel Francisco de Melo, Ilha do Aramaçá, 1937, Acervo pessoal	90
Figura 16 - Caderneta de Manuel Francisco de Melo, 1957, Acervo pessoal.....	91
Figura 17 - Caderneta de Manuel Francisco de Melo, 1943, Acervo pessoal.....	91
Figura 18 - Manuel, Sebastiana e uma bisneta, Manaus/AM, 1988, Acervo pessoal.....	91
Figura 19 - Avião Catalina, Pista de pouso da COMARA, Tabatinga/AM, s/d, Acervo pessoal..	92
Figura 20 - José Cícero, Batalhão de Fronteira, Tabatinga/AM, 1952, Acervo pessoal	92
Figura 21 - José Cícero, Maria Nazaré e filhos, Brasília/DF, 1978, Acervo pessoal	93
Figura 22 - José Cícero, Manaus/AM, 1975, Acervo pessoal	93
Figura 23 - Maria Inez Melo, Cucuí/AM, 1970, Acervo pessoal	94
Figura 24 - Equipe do OVGAM, Fotografia de Inara Nascimento, 2012	127
Figura 25 - Oficina com Idosas, Amaturá/AM, Fotografia de Flávia Melo, 2012.....	127
Figura 26 - Oficina com Idosas, Amaturá/AM, Fotografia de Flávia Melo, 2012.....	128
Figura 27 - Cartaz Greve IES, Benjamin Constant/AM, Fotografia de JMN Olivar, 2017	128
Figura 28 - Base Logística, Tabatinga/AM, Reprodução Especial AmazonLog, 2017	129
Figura 29 - Base Logística, Tabatinga/AM, Informe Especial AmazonLog, 2017	129
Figura 30 - Irmão José, Reprodução de Deyse Rubim, 2016	130
Figura 31 – Militares, Tabatinga/AM, Informe Especial AmazonLog, 2017	130

Figura 32 – Templo da Igreja da Santa Cruz, Reprodução de Deyse Rubim, 2016.....	131
Figura 33 – Fiéis da Igreja da Santa Cruz, Reprodução de Deyse Rubim, 2016	131
Figura 34 – Grafite de Jean Alves, Artista Kika Carvalho, 2017	175
Figura 35 – Encontro Nacional de Meninos/as de Rua, Brasília/DF, 1992, Acervo pessoal.....	175
Figura 36 – Cartaz da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, Brasília/DF, 2008.....	176
Figura 37 – 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, Brasília/DF, CNAS, 2016.....	176
Figura 38 – Ilustração do Programa Bolsa Família, Reprodução MDS	177
Figura 39 – Logomarca e Slogan do Programa Fome Zero, Brasil, 2003.....	177
Figura 40 – Flutuante das Catraias, Tabatinga/AM, Fotografia de Dida Sampaio/AE, 2015	230
Figura 41 – Porto de Tabatinga/AM, Fotografia de Dida Sampaio/AE, 2015	230
Figura 42 – Extratos do Programa Bolsa Família, Reprodução MDS.....	231
Figura 43 – Extratos do Programa Bolsa Família, Reprodução MDS.....	231
Figura 44 – Extratos do Programa Bolsa Família, Reprodução MDS.....	231
Figura 45 – Agência Fluvial do Banco Bradesco, Barco Voyager III.....	232
Figura 46 – Orla de Atalaia do Norte/AM, Fotografia de Jorge Marubo, 2020	232
Figura 47 – Barco Pai, Reprodução SEAS/AM, 2017	233
Figura 48 – Beiradão, São Gabriel da Cachoeira/AM, Fotografia de Bruno Marques, 2014....	233

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Associação Brasileira de Antropologia (ABA)
Batalhão de Infantaria de Selva (BIS)
Cadastro de Pessoa Física (CPF)
Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO)
Caixa Econômica Federal (CEF)
Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (CBIA)
Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM)
Centro de Estudos da Ação Social (CEAS)
Centro Universitário do Norte (UNINORTE)
Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)
Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS)
Comando de Fronteira Solimões (CFSOL)
Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA)
Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL)
Comunidades Eclesiais de Base (CEBS)
Conselho Indigenista Missionário (CIMI)
Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)
Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)
Educação à Distância (EAD)
Empresa Brasil de Comunicação (EBC)
Encontro Norte-Nordeste da Associação Brasileira de Antropologia (ABANNE)
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
Estratégia de Saúde da Família (ESF)
Estratégia Estadual de Segurança Pública Integrada para a Região de Fronteira e Divisas do Amazonas (ESFRON)
Família do Norte (FDN)
Fundação Centro de Controle de Oncologia (FCECON)
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

Hospital de Guarnição de Tabatinga (HGuT)
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Instituto de Natureza e Cultura (INC)
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
Instituto Federal do Amazonas (IFAM).
Instituto Integrado de Ensino em Segurança Pública (IESP/SSP/AM)
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)
Legião Brasileira de Assistência (LBA)
Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)
Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA)
Ministério da Assistência Social (MAS)
Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS)
Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)
Ministério do Bem-Estar Social (MBES)
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA)
Ministério Público Federal (MPF)
Movimento Democrático Brasileiro (MDB)
Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR)
Normas Operacionais Básicas (NOB/SUAS)
Número de Identificação do Trabalhador (NIT)
Número de Identificação Social (NIS)
Observatório da Violência de Gênero no Amazonas (OVGAM)
Ordem Cruzada Católica Apostólica e Evangélica (OCCAEE)
Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO)
Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)
Organização de Saúde do Povo Ticuna do Alto Solimões (OSPTAS)
Partido da Reconstrução Nacional (PRN)
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)
Partido Democratas (DEM)
Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)
Partido dos Trabalhadores (PT)

Partido Social Liberal (PSL)
Pastoral da Juventude (PJ)
Pelotão Especial de Fronteira (PEF)
PIS (Programa de Integração Social)
Polícia Indígena do Alto Solimões (PIASOL)
Polícia Militar do Amazonas (PMAM)
Política de Transferência de Renda Condicionada (PTRC)
Política Nacional de Assistência Social (PNAS)
Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)
Procuradoria-Geral da República (PGR)
Programa Bolsa Família (PBF)
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)
Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP)
Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)
Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF)
Pronto Atendimento Itinerante (PAI)
Rede Autônoma de Saúde Indígena (RASI)
Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI)
Responsável pela unidade familiar (RF)
Reunião Equatorial de Antropologia (REA)
Secretaria de Assistência Social (SAS)
Secretaria de Pesquisa e Análise (SPEA)
Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR)
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC)
Secretaria Especial de Desenvolvimento Social (SEDS)
Secretaria Estadual de Assistência Social (SEAS)
Secretaria Municipal de Assistência (SEMAS)
Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC)
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família (PAEF)
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

Sistema de Cadastro Único (CADÚNICO)
Sistema Único da Assistência Social (SUAS)
Sistema Único de Saúde (SUS)
Supremo Tribunal Federal (STF)
Taxa de Atualização Cadastral (TAC)
Teoria do Ator-Rede (ANT)
Tribunal de Contas da União (TCU)
Unidade Básica de Saúde (UBS)
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Universidade Paulista (UNIP)
Viação Aérea Rio-Grandense (VARIG)

SUMÁRIO

FOME, FILAS E FRAUDES.....	21
Fraudes, Auditorias e <i>Fake News</i>	25
Operação Lava Jato e a volta da fome	27
Demagogia, humanitarismo e suspeição.....	31
 UMA ETNOGRAFIA <i>MESTIZA</i>	 39
O problema	44
Antropologia impura.....	48
Corpo-Fronteira.....	51
Itinerário Descritivo-Analítico	58
 MOVIMENTOS E AFETOS NA FRONTEIRA	 63
Crônicas de mobilidades na e para a Amazônia.....	64
Mulheres em movimentos: outras e novas mobilidades	71
A viagem de volta: para além da aventura antropológica.....	78
 O GOVERNO DA FRONTEIRA	 96
Onde estava “a violência” que procurávamos?	97
A “penosidade” e a “periculosidade” da fronteira	101
Com quantas missões e batalhões se faz uma fronteira?.....	107
Políticas assistenciais, mulheres e tramas no governo da fronteira	113
Porosidades, processos de fronteirização e o “problema” peruano	119
 DESFIANDO A MALHA ASSISTENCIAL	 133
Da “infância em risco” ao “protagonismo juvenil”	137
A assistente social, a freira e o regatão	143
Lado a lado	148
Entre a moral cristã e a laicidade	157
Assistência, Proteção e Mínimo Social	162
Do Fome Zero ao Bolsa Família	165
Bolsa Família, eleições e clientelismo.....	171

CADASTRAR, INCLUIR E PROTEGER.....	178
Quem espera, o que alcança? Uma etnografia nas (e das) filas	181
Conhecer para incluir.....	191
O CADÚNICO	195
As entrevistas.....	202
O Sistema	206
O estado chegando aonde a pobreza está	211
Ninguém manda na minha prancheta	218
Fortalecendo os vínculos familiares.....	220
 A POBREZA E A DÍVIDA	 234
Primeira lição: É mais de trezentos reais.....	235
Segunda lição: Pobre não muda de roupa, a roupa é que muda de pobre	238
Terceira lição: Quem precisa tem pressa	240
Quarta lição: Sobre panelas e Vick Vaporub	242
Quinta lição: Pobre não paga imposto.....	243
Pobres demais para a dívida?	246
A Máfia do Bolsa Família	248
Namoradas, amantes e o homem endividado.....	252
O futuro e a dívida	255
 O GOVERNO DAS MULHERES NA FRONTEIRA.....	 261
 REFERÊNCIAS	 269
OBITUÁRIO	289
ANEXO I.....	296
ANEXO II	300
ANEXO III	313

PRÓLOGO

FOME, FILAS E FRAUDES

A Ação da Cidadania se propôs a obra do século: erradicar a miséria, mobilizar a sociedade, gerar atos de solidariedade, distribuir alimentos, criar empregos e mudar a face, a cara da sociedade brasileira. Esse movimento ganhou a sociedade, corações e mentes, e virou realidade. É que democracia não vive sem solidariedade, sem a participação de todas as pessoas nas mudanças que vêm através da ação, não é puro discurso nem vive das promessas do amanhã, esse amanhã estrutural que nunca acontece na conjuntura. Entramos com a Ação da Cidadania numa nova era, numa nova política, no caminho da democracia.

Herbert de Souza, Democracia e Cidadania, 1997, p. 52

Nós, que estamos entre os que têm cidadania, sabemos que se o Brasil incluir socialmente essa grande parte da população secularmente excluída, o nosso país vai melhorar e, não tenho dúvida, melhorar muito. É preciso construir uma ponte entre esses dois mundos. E o nome dessa ponte chama-se oportunidade. Toda a nação vai se beneficiar com isso. Essas pessoas que sobrevivem abaixo da linha de pobreza, quase 50 milhões, têm direito a uma vida digna. Têm que receber algum apoio imediato que lhes permita resistir hoje, acreditando no dia de amanhã. Essas pessoas não estão isoladas no mundo. Em sua maioria, vivem em família, sob um mesmo teto. Convivem, juntos, pai, mãe e filhos; às vezes, alguns irmãos, uns de maior idade, outros de menor; em outros casos, avós e netos; em muitas situações, mães, sem a ajuda de ninguém, carregando o peso da chefia da família.

Lula da Silva, Discurso de Lançamento do Programa Bolsa Família, Brasília/DF, Outubro de 2003

Devemos discutir aqui a questão do Bolsa Família. Devemos colocar um fim, uma transição para o Bolsa Família, porque, cada vez mais, pobres coitados, ignorantes, ao receberem Bolsa Família, tornam-se eleitores de cabresto do PT. Logicamente, levando-se em conta isso, não interessa ao PT fazer com que o povo tenha cultura, emprego, trabalho, porque vai perder esse curral eleitoral. Enquanto existir o Bolsa Família da forma como está aí, não teremos como renovar o Executivo. O PT jamais sairá de lá e acabará finalmente conseguindo o que queriam em 1964, a ditadura do proletariado.

Jair Messias Bolsonaro, Discurso na Câmara dos Deputados, Brasília/DF, Fevereiro de 2011

E aí, enquanto eles fazem isso, o governo está fazendo a sua parte. Primeiro, eu quero aproveitar o 1º de maio e dizer que nós estamos autorizando um reajuste do Bolsa Família que vai resultar em um aumento médio de 9% para as famílias. Quero lembrar que essa proposta não nasceu hoje, ela estava prevista desde quando nós enviamos lá em agosto de 2015 o orçamento para o Congresso. Essa proposta foi aprovada pelo Congresso e, diante do quadro atual, nós tomamos medidas que garantem um aumento na receita deste ano e nos próximos, para viabilizar esse aumento do Bolsa Família. Tudo isso sem comprometer o cenário fiscal que eles gostam muito de dizer que nós comprometemos.

Dilma Rousseff, Discurso em Ato da Central Única dos Trabalhadores, São Paulo/SP, Maio de 2016

Esta não é uma tese sobre o Programa Bolsa Família, mas sobre as múltiplas formas pelas quais a assistência social é praticada em um território performado como Amazônia e os modos como seus fios se emaranham mutuamente às linhas de vida de mulheres habitantes daquela região (eu inclusive). Entretanto, nos últimos dezessete anos, o programa protagonizou a Política Nacional de Assistência Social e, no contexto investigado, a sua face mais evidente. Nesta evidência, encontrei a entrada empírica para a pesquisa. E, por esta razão, o Bolsa Família é o liame entre todas as participantes da investigação e transversal a todos os capítulos da tese.

Tendo habitado por muitos anos em uma parte da fronteira amazônica brasileira como professora e pesquisadora, observei o surpreendente aumento da densidade institucional no noroeste do estado do Amazonas, cuja capital concentra ainda hoje os principais recursos financeiros e instituições públicas. A implementação de políticas de assistência social durante os anos 2000 não apenas aumentou o número de serviços e de agentes públicos para a proteção social no “interior”, como transformou antigas formas de presença estatal.

A intensa movimentação financeira e a circulação de pessoas para o saque dos benefícios sociais provocaram uma de minhas primeiras percepções dos efeitos dessa política corporificados pela presença de centenas de pessoas enfileiradas em agências bancárias, casas lotéricas e supermercados das cidades do Alto Rio Solimões. O primeiro estranhamento, somado a outras formas de apreensão da política em suas feições locais, compôs um objeto de estudo que se produziu de modo multidimensional e multissituado, afetado por corpos, lugares, imagens, algoritmos, *Fake News* e processos imbricados em diferentes planos, como as disputas macropolíticas descritas neste prólogo.

Esta pesquisa aconteceu em meio a profundas transformações no Brasil. Durante a primeira formulação do projeto de pesquisa, em meados de 2014, iniciava-se a campanha eleitoral presidencial e assistíamos aos investimentos contrários e favoráveis à reeleição da candidata Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT). Vitoriosa em

uma disputa eleitoral acirrada¹, a presidenta seria destituída do cargo em 12 de maio de 2016, pouco mais de um ano após empossada para o segundo mandato. O golpe parlamentar se cumpriu exatamente dois meses depois de eu iniciar o doutorado.

Esse foi o segundo processo de impeachment presidencial desde a reabertura democrática brasileira no ano de 1985. Em 1992, a articulação de diferentes forças políticas culminou na renúncia de Fernando Collor de Mello do Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Collor, primeiro presidente eleito diretamente desde 1960, se envolveu em escândalos de corrupção e desvio de verbas². Dentre as forças oponentes estava o Movimento pela Ética na Política³ do qual surgiu, em 1993, a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Ambos eram liderados pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Esses acontecimentos somaram-se a uma série de outros que, segundo algumas análises, pautavam a ética na política e a fome como preocupações nacionais no início dos anos 1990 (VASCONCELOS, 2004, p. 261).

Após treze anos na presidência do país (2003-2016), o PT e a gestão de Rousseff enfrentaram profundas contradições e constantes tensionamentos, sendo progressivamente confrontados por forças heterogêneas no campo das esquerdas e das direitas⁴. Em meio a essas batalhas, muitas vezes, as políticas de assistência social ocuparam lugar destacado em debates sobre a superação das desigualdades sociais; o decréscimo econômico brasileiro; a corrupção política; e o voto economicamente

¹ Nas eleições de 2014, Dilma Rousseff foi reeleita com 51,64% de votos válidos. Seu opositor, Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), alcançou o percentual de 48,36%. Em 2010, a petista conquistou o 1º. mandato com 56,05% de votos, derrotando José Serra (PSDB). Lula da Silva (PT) foi eleito para o 1º. mandato em 2002 com 61,3% de votos (contra José Serra com 38,7%) e, em 2006, reeleito com 60,83%, contra outro candidato do PSDB, Geraldo Alckmin (39,17%). Disponível em <http://www.tse.jus.br> Acesso em 08out2019.

² Conhecido como o “caçador de marajás”, o ex-presidente foi denunciado por corrupção. Disponível em <https://istoe.com.br/primeiro-impeachment/> Acesso em 08nov2019.

³ Conjunto de entidades surgido em 1992 na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Integraram o movimento o Instituto de Estudos Socioeconômicos, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (MELO, 2016, p. 46).

⁴ Por inoportuno, não interessa dedicar-me à discussão sobre os conceitos de *direita* e *esquerda*. O uso dessas expressões, aqui, refere-se aos diferentes grupos que em ambos os espectros se reivindicam como um ou outro. Dada a diversidade, variações, contradições e conflitos intrínsecos a cada um dos campos, uso as expressões no plural.

dependente das populações mais empobrecidas do Brasil, principalmente no Nordeste e Norte brasileiros.

Ainda nos primeiros anos do governo de Lula da Silva (2003-2010), o título de “pai dos pobres”⁵ – forjado pela publicidade varguista – foi apropriado pelo então presidente e seus apoiadores (GAZETA DO POVO, 2020)⁶. A famosa imagem de Getúlio Vargas com uma das mãos sujas de petróleo foi repetida pelo petista em uma evidente analogia⁷ (Figuras 1 e 2). Isso teve conotação elogiosa por alguns anos e em alguns segmentos, especialmente após o lançamento do Programa Fome Zero e sobretudo do seu sucessor, o Bolsa Família.

Contudo, e aos poucos, a suposta herança varguista adquiriu também conotação pejorativa e contribuiu para difundir a ideia de o sucesso eleitoral de Lula (e de sua legatária) advir do “populismo” e da “dependência econômica” das milhares de pessoas “beneficiadas” pelas políticas implementadas durante os quatro mandatos do PT (MOURA, 2007; ROSSI, 2018)⁸. Em meio a essas e outras controvérsias, o Bolsa Família adquiriu importância capital na vida pública brasileira e tem sido, desde então, alvo de especulações, auditorias, pesquisas científicas, reportagens e acaloradas opiniões populares contra e a favor.

⁵ Em 1939, Getúlio Vargas criou o Departamento de Imprensa e Propaganda, dirigido por Lourival Fontes. O departamento atuava como censor e difusor do personalismo e da idealização do presidente que ficou conhecido como “o pai dos pobres”. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/> Acesso em 18abr2018.

⁶ Disponível em <https://noticias.uol.com.br/> Acesso em 20abr2019.

⁷ Em 1952, no marco da criação da Petrobrás e da campanha nacionalista “O petróleo é nosso”, Getúlio Vargas foi fotografado com a mão direita suja de petróleo. Em 2006, na inauguração da plataforma P-50 – considerada marco da autossuficiência petrolífera do país – Lula repetiu o gesto, posando com a mão esquerda suja de petróleo. Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/> Acesso em 16st2019.

⁸ A relação entre o desempenho eleitoral do PT e os efeitos do *Bolsa Família* foi bastante investigada. Segundo estudo realizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), de 2005 a 2016 foram publicadas 661 teses e dissertações sobre o programa, a maioria nas áreas da Saúde, Economia, Demografia, Serviço Social e Políticas Públicas (57%). Oito desses trabalhos tiveram como objeto a relação entre a política social e processos eleitorais em diferentes níveis. O mesmo levantamento identificou 16 artigos com o mesmo recorte (VIANA ET AL., 2018, p. 11-33). Informações do Catálogo de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) demonstraram que nas Ciências Sociais foram realizadas 36 teses: 12 em Ciência Política e em Sociologia, 08 em Ciências Sociais e 04 em Antropologia. Apesar disso, estudos em Etnologia Indígena subsidiaram a elaboração de relatórios técnicos, pareceres e recomendações à gestão pública (MDSA, 2016; MPFAM, 2017). Disponível em <https://catalogodeteses.capes.gov.br> Acesso em 17set2019.

Fraudes, Auditorias e *Fake News*

Certa vez, em viagem de ônibus de São Paulo/SP a Juiz de Fora/MG, escutei atenta o diálogo entre dois passageiros. Era novembro de 2016. Michel Temer, do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), havia ascendido à presidência em agosto e, desde então, eram divulgados os resultados de investigações do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério Público Federal (MPF) sobre fraudes no recebimento de benefícios sociais (SECOM/TCU, 2016). Os passageiros criticavam o pagamento dos benefícios porque, na opinião deles, acomodavam as pessoas “beneficiadas”. Como exemplo, mencionavam uma denúncia de pagamento indevido do Seguro Defeso⁹ a “milhares” de pescadores do Lago Paranoá.

Duas coisas me chamaram a atenção na conversa: a confusão entre dois benefícios sociais diferentes e o Lago Paranoá. Intrigada, certifiquei-me de que se tratava do lago idealizado por Juscelino Kubitschek para a capital federal. Depois, acessei um site de buscas e encontrei uma notícia publicada pela jornalista Miriam Leitão em seu blog n’O Globo sobre o “maior pente-fino da história” promovido para combater fraudes no Bolsa Família: “O levantamento identificou em Brasília 45 mil pescadores recebendo o seguro” (Figura 3)¹⁰.

Apesar de intensamente divulgadas naquele período, as investigações do TCU e do MPF não foram uma iniciativa da gestão de Temer, como parecia induzir a notícia. Uma década antes do golpe parlamentar, a Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo do TCU divulgou um relatório de acompanhamento do Bolsa Família. O documento mencionava a investigação de irregularidades administrativo-eleitorais associadas ao “aumento incomum” do número de famílias atendidas no período eleitoral, e sugeria a “utilização do Programa Bolsa Família para fins eleitoreiros” (TCU, 2007, p. 258).

⁹ Benefício de seguro-desemprego (Lei n. 10779/2003) no valor de um salário-mínimo concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a pescadores profissionais artesanais no período do *defeso*, isto é, nos meses de reprodução das espécies de peixes, quando a pesca está proibida.

¹⁰ Disponível em <https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/> Acesso em 18abr2018.

Embora coubesse à extinta Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SENARC-MDS)¹¹ a gestão federal do Bolsa Família, a inclusão de famílias no Sistema de Cadastro Único (CADÚNICO) é, ainda hoje, uma atribuição dos municípios. E, a despeito do crescimento “incomum” observado (principalmente em Roraima, Amapá, Distrito Federal e Rio de Janeiro) e “dos impactos positivos do programa”, o relator julgou impossível “aferir a quantidade de votos de um ou de outro candidato em função da existência ou não de um programa governamental” (TCU, 2007, p. 259).

Como parte das ações ordinárias de fiscalização de programas públicos, o TCU produziu novo relatório¹² em 2015, expondo as técnicas empregadas para monitorar a concessão, a manutenção e o pagamento dos benefícios. Pelo cruzamento de informações do CADÚNICO, da Receita Federal e do próprio tribunal, o parecer recomendou a redução de inconsistências como o preenchimento incompleto de dados, a ausência de documentos, informações inválidas de Cadastro de Pessoa Física (CPF) e título eleitoral, duplicidade de “beneficiários” e a verificação da renda máxima para acesso aos benefícios. Também sugeriu “medidas mais rigorosas” para a fiscalização nos municípios e para aferir a renda das pessoas cadastradas.

Em maio de 2016, a Procuradoria-Geral da República (PGR) intimou¹³ a SENARC – naquele momento inserida no Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)¹⁴ – para esclarecer possíveis irregularidades nos cadastros de 1,4 milhão de “beneficiários” referentes aos anos de 2013 e 2014. O diagnóstico foi coordenado pelo projeto *Business Intelligence*, uma iniciativa das Câmaras Criminal e de Combate à Corrupção e das secretarias de Pesquisa e Análise (SPEA) e de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) da PGR¹⁵. O documento mencionava grupos suspeitos de fraudes: pessoas falecidas ou com múltiplos CPF, servidores públicos e doadores de campanha eleitoral.

¹¹ À época, o órgão fazia parte do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Lei n. 10869/2004).

¹² Disponível em <https://portal.tcu.gov.br/lumis/> Acesso em 09out2019.

¹³ Disponível em <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/> Acesso em 09out2019.

¹⁴ A Lei n. 13341/2016 extinguiu uma série de ministérios e fundiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

¹⁵ Disponível em <http://www.mpf.mp.br/pgr/> Acesso em 09out2019.

Essas informações não compuseram a notícia de Miriam Leitão n'O Globo e meus colegas de viagem para Juiz de Fora também as desconheciam. Indignados, reproduziam com exatidão a notícia da renomada jornalista. Mas eu não podia imaginar 45 mil pescadores em um lago de 48km² ocupados pelas Forças Armadas, condomínios de luxo e restaurantes frequentados pela elite candanga¹⁶. Por isso, busquei informações no Portal da Transparência e constatei que na cidade de Brasília/DF apenas 39 pessoas autodeclaradas pescadoras artesanais haviam recebido entre os anos de 2012-2018 valores inferiores a 3.600 reais por ano¹⁷.

Apesar dos equívocos da reportagem, a partir de 2016 aumentou notavelmente a frequência de notícias sobre auditorias realizadas por órgãos federais para averiguar fraudes no pagamento de benefícios sociais (MACEDO & AFFONSO, 2018; SEDS, 2019). A cada relatório divulgado, eram reproduzidas à exaustão reportagens ou postagens em redes sociais sobre fraudes documentais, perfis de renda inadequados ou descumprimento das condições exigidas pelos programas. Desde então, as consequências têm sido o recadastramento, a interdição e o cancelamento de milhares de benefícios. E, a despeito dos sucessivos cortes orçamentários para políticas sociais, em 2017 a propaganda governamental de Michel Temer atribuía ao sucesso dessas investigações a inclusão de novas famílias no programa e anunciava o fim da fila de espera pelo benefício no CADÚNICO. Em outubro do mesmo ano, a gestão federal apregoava que a fila de espera havia sido “zerada” pela quinta vez consecutiva¹⁸.

Operação Lava Jato e a volta da fome

Em janeiro de 2018, novo episódio repercutiu internacionalmente. Em conferência no *Brazil Institute*, em Washington/EUA, o então (e ainda) presidente da Câmara dos

¹⁶ Gentílico de quem nasce em Brasília/DF.

¹⁷ Disponível em <http://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios/> Acesso em 08jul2019.

¹⁸ Em 2017 foi anunciada a inclusão de 241 mil famílias no *Bolsa Família* e o fim da fila de espera. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/> Acesso em 28abr2018. Alberto Beltrame, ex-ministro do MDSA no governo Temer, declarou em 2018 que “o pente fino promovia justiça social” (MARCHESINI, 2018). Referia-se ao mecanismo de cancelamento de cadastros “suspeitos” ou “fraudulentos” para inclusão de novos beneficiários sem aumento do número de benefícios pagos e a consequente redução da fila de espera no CADÚNICO.

Deputados, Rodrigo Maia do Partido Democratas (DEM), criticou o governo Rousseff por adotar “políticas sociais insuficientes e implementadas por meio de projetos sociais mal feitos”¹⁹. Indagado sobre medidas mais eficazes para a justiça social, expôs sua avaliação do Bolsa Família: “Um programa para escravizar as pessoas não é um bom programa social. O programa bom é onde você inclui a pessoa e dá condições para que ela volte à sociedade e possa, com suas próprias pernas, conseguir um emprego”. As críticas enfatizavam os aspectos “autoritários” dos governos petistas e o “populismo das políticas sociais” explorando a afinidade reiterada pelo próprio Lula para reforçar negativamente a analogia “pai dos pobres”²⁰.

Na última semana de março de 2018, com o cerco espetacular promovido pela operação Lava Jato da Polícia Federal²¹ em torno da condenação e prisão de Lula, o Bolsa Família ocupou, mais uma vez, um lugar destacado. Entre as imagens que circularam mundialmente nas redes sociais e noticiários, algumas retrataram o ex-presidente heroicamente, cercado pela multidão que o acompanhou em vigília no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo/SP. Algumas dessas imagens foram legendadas com uma das frases proferidas por Lula antes de ser conduzido para a sede da Polícia Federal em Curitiba/PR, onde permaneceu preso até novembro de 2019: “Não se pode prender uma ideia”.

Uma dessas fotografias aguçou minha percepção de como o debate sobre a pobreza e a assistência social ressurgia associado ao combate à corrupção e à moralização política, em plena disputa eleitoral. Na imagem registrada no encerramento da Caravana Lula²², em março de 2018 na cidade de Curitiba/PR, o ex-presidente vestia uma camisa preta e

¹⁹ Em 2019, Rodrigo Maia e a deputada federal Tabata Amaral do Partido Democrata Trabalhista (PDT) apresentaram um pacote de medidas para ampliação do *Bolsa Família* que incluía a constitucionalização do benefício social. Disponível em <https://exame.abril.com.br/brasil/> Acesso em 17dez2019.

²⁰ Disponível em <https://www.wilsoncenter.org/event/> Acesso em 18abr2018.

²¹ Segundo informações divulgadas pelo Ministério Público Federal, “a Operação Lava Jato é um conjunto de investigações em andamento pela Polícia Federal do Brasil para apurar um esquema de lavagem de dinheiro e propina. O nome do caso, ‘Lava Jato’, decorre do uso de uma rede de postos de combustíveis e lava-a-jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações investigadas”. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/> Acesso em 17dez2019.

²² Em agosto de 2017, o ex-presidente iniciou a “Caravana Lula pelo Brasil”, rememorando as “Caravanas da Cidadania” (1993-1996) quando ele e outras lideranças políticas percorreram 359 cidades de 26 estados. Disponível em <https://www.institutolula.org/historia> Acesso em 17set2019. A caravana iniciada em 2017 foi encerrada em março de 2018, na cidade de Curitiba/PR.

estava cercado pela multidão que o saudava com os punhos em riste. No primeiro plano da imagem, a multidão de olhos, braços e cabeças erguidas na direção de Lula que, no segundo plano, tinha a cabeça, os olhos e os braços erguidos. No terceiro plano, o imponente Palácio da Liberdade iluminado por luzes brancas. Mas, um detalhe me capturou – o *punctum* (BARTHES, 1984). Uma pessoa desconhecida erguia uma das mãos, com uma faixa vermelha atada ao pulso, e segurava um exemplar do livro “Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania” (REGO; PINZANI, 2013), uma caneta e um implícito pedido de autógrafo (Figura 4).

Publicado em 2013 por Walquiria Rego e Alessandro Pinzani, o livro adveio de pesquisa qualitativa sobre os impactos do Bolsa Família baseada em 150 entrevistas realizadas com “beneficiárias” das regiões consideradas as mais pobres do país. Afastando-se de uma abordagem estritamente econômica e concentrando-se no cotidiano, nas subjetividades, nos hábitos e nas expectativas das mães de famílias “beneficiadas”, as autoras se dedicaram a “ouvir a voz dos pobres” para compreender os efeitos morais e políticos do programa. Para isso, adotaram uma concepção de autonomia tributada a Amartya Sen (2000) – importante referência para as políticas do Banco Mundial – segundo a qual a renda “é um importante instrumento de autonomia individual e política” (REGO; PINZANI, 2013, p. 20). Segundo as conclusões do livro, a implementação do benefício não havia superado a pobreza, mas aberto caminho para o “reconhecimento e a reivindicação de direitos”, mudando a relação das pessoas “beneficiadas” com o estado.

A imagem de Lula em Curitiba me lembrou outra imagem que havia me impactado sobremaneira. De um fundo preto surgia a imagem de Herbert de Souza (falecido em 1997) vestido com uma camisa cinza e segurando um prato de metal vazio, emblema da campanha liderada pelo sociólogo nos anos 1990, a Ação da Cidadania. Na imagem, Betinho, de cabelos e sobrancelhas brancas, semblante frágil, desafiava seus observadores com os olhos azuis fitados. À direita, em letras maiúsculas e vermelhas, a frase: “A fome voltou forte e eu também” (Figura 5). O cartaz aludia à volta da campanha Natal Sem Fome desativada por 10 anos. A reedição da campanha em 2017 coincidia

com a publicação de relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)²³ sobre o crescimento das taxas de “insegurança alimentar” no Brasil.

A Revista RADIS, da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), repercutindo as informações do relatório da FAO, difundiu uma reportagem alertando para a volta do Brasil ao Mapa da Fome (Figura 6)²⁴. Segundo a matéria, desde 2017, um conjunto de ONGs alertava ao risco de o país “cruzar de volta a linha da pobreza” superada em 2014 quando, pela 1ª vez, menos de 5% de sua população foi considerada subalimentada²⁵. A reportagem oferecia, então, uma retrospectiva das medidas que propiciaram a saída do Mapa da Fome, mencionando, dentre outras, a criação do Fome Zero, a retirada de 24 milhões de brasileiros da extrema pobreza e a queda em 82% da população subalimentada desde o surgimento do Bolsa Família. No marco do retrocesso, citava o corte de 1 milhão de benefícios no ano de 2017, o congelamento dos gastos públicos (Emenda Constitucional n. 95/2016) e a volta da campanha Natal Sem Fome e da Ação da Cidadania.

Em meio a esses e outros acontecimentos, e a despeito das críticas ao “populismo” dos governos petistas, o Bolsa Família continuou durante o mandato de Michel Temer (2016-2018). No mesmo período, o ministro do Desenvolvimento Social Osmar Terra²⁶ cogitou – sem êxito – renomear o programa como “Bolsa Dignidade”²⁷ e oferecer um abono de 20 reais para incentivar o trabalho voluntário. O novo nome, segundo seu proponente, almejava marcar uma nova fase do programa, afastando seu caráter estritamente “assistencialista”²⁸.

²³ Disponível em <http://www.fao.org/brasil/pt/> Acesso em 17set2019.

²⁴ Disponível em <https://radis.ensp.fiocruz.br/> Acesso em 17set2019.

²⁵ O parâmetro utilizado pela FAO para monitorar o desempenho dos países em relação ao primeiro dos Objetivos do Milênio (ODM) – acabar com a fome e a miséria – é o Indicador de Prevalência de Subalimentação (POU), medido nos períodos de 2002-2013 e de 1990-2014. O cálculo considera a disponibilidade de alimentos por pessoa, as necessidades energéticas da população por faixa etária e o acesso ao alimento na população. Disponível em <http://www.fao.org/> Acesso 20set2019.

²⁶ Médico gaúcho, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Deputado Federal desde 2001 é filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Reconhecido como um dos protagonistas do “pente fino” contra fraudes no programa Bolsa Família foi ministro da Cidadania no governo de Jair Bolsonaro. Segundo informações da página *Aos Fatos*, Terra é o parlamentar que mais difundiu *Fake News* sobre a COVID-19. Foi cotado para assumir o Ministério da Saúde após a demissão do ministro Luiz Henrique Mandetta, o que não se efetivou. Disponível em <https://www.aosfatos.org/noticias/> Acesso 18mai2020.

²⁷ Disponível em <https://oglobo.globo.com/> Acesso em 18set2019.

²⁸ Disponível em <https://paisefilhos.uol.com.br/> Acesso em 21abr2020.

No pronunciamento alusivo ao Dia do Trabalhador de 2018, rechaçando “aqueles que apenas criticavam” o seu governo, o ex-presidente Temer teceu um demorado elogio “aos trabalhadores que com vigor e suor sustentam o país”. Finalmente, conclamou os desempregados brasileiros à esperança e, no dia em que tradicionalmente se anunciava o reajuste anual do salário-mínimo, noticiou o reajuste do valor do benefício do Bolsa Família.

Demagogia, humanitarismo e suspeição

Poucos meses depois, o comportamento do eleitorado nordestino nas eleições presidenciais do Brasil reacendeu o debate sobre o voto economicamente dependente, atualizado nos termos do tão propalado combate à corrupção política. Ao final do pleito – a despeito da vitória do candidato do Partido Social Liberal (PSL) e do difundido rechaço a Lula e ao PT – o candidato petista Fernando Haddad venceu em todos os estados nordestinos e em seis capitais da mesma região onde obteve, em muitas cidades, mais de 80% dos votos (ALMEIDA; ZANLORENSSI, 2018). Esse resultado provocou grande polêmica nas redes sociais – importante arena de enfrentamentos naquela eleição – onde uma série de comentários justificavam, pejorativamente, o voto nordestino no PT. Não por acaso, nessa região tem se concentrado o maior número de famílias “beneficiadas” pelo Bolsa Família²⁹.

O debate eleitoral revitalizava uma acusação bastante difundida em pleitos anteriores: a relação entre o voto de eleitores beneficiados pelo PBF e o sucesso eleitoral do PT. No entanto, em 2018, o entrecruzamento entre pobreza e corrupção produzia sentidos diferentes dos evocados na década de 1990 quando corrupção e concentração de renda eram enunciadas como a causa da desigualdade e da fome. Três décadas depois, o mesmo entrecruzamento atribuía novo léxico para a corrupção caracterizando-a como

²⁹ Segundo o extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) o Nordeste possuía cerca de 6,98 milhões de famílias cadastradas até junho de 2018. Em julho de 2020 o número total de famílias beneficiadas no Brasil era de 14,2 milhões e destas 6,8 milhões residentes no Nordeste, ou seja, aproximadamente 47% do total. Disponível em <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/07/bolsa-familia-alcancou-mais-de-14-2-milhoes-de-lares-em-julho> Acesso em 01/08/2020.

clientelismo ou a compra de votos por benefícios sociais. Reconfigurava-se a antiga ideia de “voto de cabresto” e impunha-se novamente à população nordestina (e em menor medida também à nortista) o estigma da pobreza ressignificada como ignorância e ausência de protagonismo. Ainda que pobreza e corrupção reapareçam articuladas, em ambos os casos temos moralidades muito específicas que conferem a esses objetos realidades distintas nos dois contextos em que foram mobilizados.

Crítico severo do Bolsa Família e de outros benefícios assistenciais, o ex-deputado federal e atual presidente Jair Bolsonaro considerava o programa uma “moeda de troca” para a compra de votos³⁰. Ao longo de sua carreira política, afirmou que o “bolsa esmola”³¹ retirava o dinheiro de contribuintes para apoiar a “pessoas acomodadas”³². Ainda em 2017, declarou que não recorreria à “demagogia” para obter votos, ao se referir novamente ao Bolsa³³. Na corrida presidencial passou a afirmar que o benefício era necessário e mesmo “humanitário”³⁴. Depois de eleito, no final dos primeiros cem dias de mandato presidencial, anunciou o pagamento do 13º. salário para as “beneficiárias” do programa³⁵.

No entanto, a saga contra cadastros “suspeitos” e o cancelamento de benefícios continuou com grande sucesso mantendo a fila “zerada” (Figuras 7 e 8). A propaganda antifraude prosseguiu estigmatizando as pessoas “beneficiadas”, colocando-as sob suspeita. E movimentou uma máquina local de investigação fundada sobre parâmetros arbitrários e imprecisos de pobreza, eivados de moralidades (MELO, 2018) e dirigida, principalmente, por profissionais da “rede socioassistencial”.

Em abril de 2019, a Secretaria Especial de Desenvolvimento Social (SEDS) comemorou, mais uma vez, o “final da fila de espera” propiciado pelo “pente-fino realizado em todo o país pelo Ministério da Cidadania, que vem trabalhando para combater fraudes no

³⁰ Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/> Acesso em 08jul2019.

³¹ Disponível em <https://twitter.com/jairbolsonaro/> Acesso em 08jul2019.

³² Disponível em <https://opinioao.estadao.com.br/> Acesso em 08jul2019.

³³ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/> Acesso em 08jul2019.

³⁴ Disponível em <https://youtu.be/> Acesso em 08jul2019.

³⁵ A medida previa pagamento adicional oriundo de recursos recuperados pelo combate a fraudes. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/19> Acesso em 08jul2019. A medida provisória (MP) 898/2019 assegurou o pagamento em dezembro/2019 e, em seguida, o Congresso prorrogou-a por mais um ano. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/> Acesso em 20dez2019.

programa de transferência de renda”³⁶. Nos meses seguintes, denúncias de fraudes no Seguro Defeso foram outra vez noticiadas, desta vez em declaração presidencial nas redes sociais Facebook e Twitter, mencionando a existência de “quase 70%” de “beneficiários” fraudulentos³⁷. Em seguida, a presidência anunciou o recadastramento nacional de pescadores pela Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA)³⁸. O investimento político em alardear e coibir fraudes foi institucionalizado pela Lei n. 13846/2019 que criou, dentre outras medidas, o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade.

As denúncias de fraudes – infundadas ou verdadeiras; as críticas ao clientelismo; o livro erguido no meio da multidão; a prisão do “pai dos pobres”; a fila zerada do Bolsa Família; a volta de Betinho e da fome; o reajuste do 1º de maio; e o 13º salário são apenas alguns acontecimentos de uma história de controvérsias sobre pobreza e corrupção no plano macropolítico, o que confere especial importância ao tema geral desta tese – a assistência social – e ao modo como o Programa Bolsa Família se reconfigurou por enfrentamentos e discursividades estreitamente associadas às ideias de corrupção e política no Brasil.

Evidentemente, meu interesse no Bolsa Família não teve origem nesse debate, tampouco o estudo se dedicou a esse plano de disputas. Ainda que as discursividades produzidas a partir dele tenham incidido sobre o meu itinerário investigativo e impactado o processo de reflexão e escrita tal como evidenciado nessa cartografia de controvérsias (LATOUR, 2012), proponho nesta tese um giro de perspectiva em que persigo linhas de vidas e políticas públicas que, emaranhadas e mutuamente tensionadas no plano do cotidiano, constituem as malhas da assistência para a proteção social na Amazônia brasileira. Assim pude acessar uma feição empírica complexa e abrangente para pensar as produções de gênero e estado na fronteira, problema ao redor do qual esta tese se estrutura.

³⁶ Disponível em <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/> Acesso em 17set2019.

³⁷ Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/> e <https://twitter.com/jairbolsonaro/> Acesso em 18nov2019.

³⁸ Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/> Acesso em 17set2019.

Figura 1 – Lula da Silva na Plataforma P-50, Fotografia de Custódio Coimbra, 2016

Figura 2 – Getúlio Vargas na Refinaria Landulpho Alves, Fotografia de Renato Pinheiro, 1952

Figura 3 - Encerramento da Caravana Lula, Fotografia de Eraldo Peres, 2018

Figura 4 - Cartaz de Lançamento da Campanha Natal Sem Fome, 2017

Figura 5 - Publicação de Míriam Leitão n'O Globo, julho de 2016

Figura 6 - Capa da Revista RADIS 186, 2018

Figura 7 - Publicação de Delegado Francischini no Facebook, 2018

Figura 8 - Publicação de Delegado Francischini no Twitter, 2018

INTRODUÇÃO

UMA ETNOGRAFIA MESTIZA

Sem jamais pensar no trabalho intelectual como de algum modo divorciado da política do cotidiano, optei conscientemente por tornar-me uma intelectual, pois era esse trabalho que me permitia entender minha realidade e o mundo em volta [...]. Essa experiência forneceu a base de minha compreensão de que a vida intelectual não precisa levar-nos a separar-nos da comunidade, mas antes pode capacitar-nos a participar mais plenamente da vida da família e da comunidade. Confirmou, desde o início, o que líderes negros do século XIX bem sabiam — o trabalho intelectual é uma parte necessária da luta pela libertação fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas que passariam de objeto a sujeito que descolonizariam e libertariam suas mentes.

bell hooks, *Intelectuais negras*, 1995, p. 466

Não saber o que se vai descobrir é, evidentemente, uma verdade da descoberta. Mas tampouco se sabe o que em retrospecto vai se mostrar significativo, pelo fato de que a significância é adquirida na escrita posterior; na composição da etnografia como uma descrição feita depois do evento.

Marilyn Strathern, *O efeito etnográfico*, 2017, p. 320

I told stories I didn't think were in me to tell. I told stories I thought had nothing to do with me and yet they managed to teach me something about myself that I needed to know. I wrote books that carried my name about stories I didn't know were mine to tell until after I told them. [...] Ethnography is about finding stories we don't know we have lost.

Ruth Behar, *Ethnography and the book that was lost*, 2003, p. 17

Esta tese se dedica ao estudo de práticas e relações concernentes ao Programa Bolsa Família³⁹ em pequenas cidades brasileiras localizadas na área de influência da tríplice fronteira amazônica de Brasil, Peru e Colômbia. O projeto que a deu origem propunha observar e analisar a implementação dessa política de transferência de renda condicionada (PTRC) na região amazônica do Alto Rio Solimões, e seus imbricamentos, com percursos de mulheres habitantes dessa região⁴⁰. Como sempre acontece, o trabalho de campo redefiniu os propósitos iniciais da pesquisa que, afinal, se concentrou no exame da “assistência social” como tecnologia de governo.

Os PTRC são programas públicos de transferência direta de renda e foram difundidos na América Latina em meados dos anos 1990 como estratégia para “enfrentamento da pobreza”. Apesar das diferenças entre os vários programas desenvolvidos na região latino-americana, Ana Fonseca (2006) indica três características prevalentes nessas experiências: o foco em famílias “pobres” ou “extremamente pobres”; a exigência de contrapartidas ou “condicionalidades”⁴¹; e a titularidade das mulheres no recebimento dos benefícios (FONSECA, 2006, p. 07). Os dois principais programas de transferência de renda do Brasil⁴² são o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada⁴³.

³⁹ Programa de transferência condicionada de renda criado no primeiro governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela medida provisória (MP) n. 132/2003 (convertida na Lei n. 10836/2004).

⁴⁰ O projeto de pesquisa “Políticas públicas e trajetórias de gênero na fronteira: análise do processo de implementação do Programa Bolsa Família na Tríplice Fronteira Brasil-Peru-Colômbia” foi financiado com bolsa de estudos no país pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM) e bolsa de doutorado sanduíche no exterior pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

⁴¹ Conjunto de requisitos a serem cumpridos pelas famílias “beneficiadas” por programas de transferência de renda para manutenção do pagamento.

⁴² Esses programas distinguem-se da renda mínima da cidadania fundamentada nos princípios de universalidade e de incondicionalidade, proposta difundida no Brasil pelo ex-senador Eduardo Suplicy (PT). Nesses termos, seria um direito extensivo a todas as pessoas independente de contribuição social ou do cumprimento de condições. O auxílio emergencial criado durante a pandemia da COVID-19 (Lei n. 13982/2020) também não se configura como tal, pois é uma “medida excepcional de proteção social” com duração de três meses e restrita a trabalhadores autônomos e mães solo cadastradas no CADÚNICO. Tramita no Congresso Nacional o projeto de lei (PL) n. 873/2020 que propõe a Renda Básica de Cidadania Emergencial, inspirada na proposta de Suplicy (Capítulo 3).

⁴³ Benefício da Seguridade Social no valor de um salário-mínimo para pessoas com deficiência ou idade de 65 anos ou mais. Para obtê-lo se exige renda familiar mensal de até ¼ de salário-mínimo por pessoa. Foi instituído pela Lei n. 8742/1993.

O aumento da densidade institucional, as dinâmicas econômicas e as mobilidades incitadas pelas PTCR me fizeram escolher a região do Alto Solimões como lócus da pesquisa. Esta região abrange nove cidades do Amazonas (Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutai, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins) localizadas na calha do Rio Solimões (Figura 9) que, no território brasileiro, se estende da parte superior do Rio Amazonas (na tríplice fronteira de Brasil-Peru-Colômbia) até a confluência com o Rio Negro, em Manaus/AM. Há alguns anos, essas cidades foram agrupadas em uma *mesorregião*, isto é, uma categoria estatal de ordenamento territorial caracterizada como um “espaço subnacional contínuo, com identidade comum e [...] áreas de um ou mais estados, definido para identificação de potencialidades e vulnerabilidades que norteiem a formulação de políticas” (BRASIL, 2008, s/n). Por mais de uma década, esse modelo de ordenamento territorial⁴⁴ serviu de base formal para a articulação político-territorial do Programa Territórios da Cidadania, estratégia pública de “universalização de ações para a cidadania” implementada em regiões do país consideradas “mais vulneráveis” (BRASIL, 2008, p. 02)⁴⁵.

A investigação, iniciada em 2016, se concentrou em um conjunto de cidades que integram o cenário de pesquisas socioantropológicas há muitas décadas. Dos tradicionais estudos etnológicos, aos recentes estudos sobre fronteiras nacionais, segurança pública, tráfico de pessoas, economias sexuais e cidades, a região tem sido esquadrihada por muitas e diferentes abordagens⁴⁶. Apesar disso, ainda são poucos os estudos dedicados ao exame de políticas públicas, mormente as de assistência social na

⁴⁴ Formalmente, as mesorregiões foram extintas em 2019 pelo Decreto n. 9810/2019 que instituiu uma nova política nacional de desenvolvimento regional (PNDR). Disponível em <http://legis.senado.leg.br/> Acesso em 18nov2019.

⁴⁵ O Programa Territórios da Cidadania (2008) estabelecia sua atuação em regiões de “menor Índice de Desenvolvimento Humano; maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da Reforma Agrária; maior concentração de populações quilombolas e indígenas; maior número de “beneficiárias” do Programa Bolsa Família; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; maior organização social; e pelo menos um território por estado da federação” (BRASIL, 2008, p. 02).

⁴⁶ Entre os estudos etnológicos, ver Nimuendaju (1952), Oliveira (1965), Oliveira (1988) e López-Garcés (2015). Sobre os estudos de fronteira, consultar López-Garcés (2002; 2011), Albuquerque; Paiva (2015), Melo (2018), Melo; Olivar (2019). Em segurança pública, Hirata (2015; 2016) e Paiva (2017). Sobre economias sexuais, Oliveira (2006), Torres & Oliveira (2012), Olivar (2013; 2015; 2017), Oliveira; Nascimento (2017). E para cidades, Nascimento (2016), Caguasango (2017) e Aponte-Motta (2018).

interface gênero, estado e processos de fronteirização na Amazônia (LOIS; CAIRO, 2001; GRIMSON, 2003; ALBUQUERQUE, 2015; COSTA, 2018).

Na maior parte do tempo, a pesquisa se concentrou na cidade de Tabatinga, mas abrangeu – em diferentes temporalidades, graus de intensidade e frequência – as cidades brasileiras de Amaturá, Benjamin Constant, Atalaia do Norte e São Paulo de Olivença. Manaus (capital do Amazonas) tornou-se uma importante referência territorial, política e afetiva, motivo pelo qual foi incluída no trabalho de campo. De todas elas, apenas Tabatinga (Brasil) – junto a Letícia (Colômbia) e ao distrito de Santa Rosa (Peru) – compõe a triangulação conhecida como tríplice fronteira ou fronteira trinacional. No entanto, considero-as todas transfronteiriças por duas razões: primeiro, porque seus territórios são abrangidos pela definição legal de “faixa de fronteira” nacional (Lei n. 6634/1979)⁴⁷, o que acarreta várias implicações para a região (Figura 10). Segundo, e mais importante, porque nessas cidades observei uma série de relações que as conectam entre si e com outros países por rios, pessoas, objetos, afetos, fluxos e circulações de diferentes ordens, direções e nacionalidades. Trata-se aqui de uma aproximação com a ideia de complexo urbano transfronteiriço sugerida por Olivar (2014).

A Amazônia integra planos estratégicos para a defesa e a preservação da fronteira nacional que atualizam as ideias de ausência de estado, da terra-sem-lei, da cobiça internacional, ou, mais recentemente, do imenso território disputado por facções criminosas para o monopólio do tráfico internacional de drogas (ALBUQUERQUE, 2014; OLIVAR, 2017; CANDOTTI; MELO; SIQUEIRA, 2017; HIRATA, 2019). Como “terra de fronteira”, a Amazônia seria um território estratégico e redefinidor das relações entre estados, nacionalidades, etnias e identidades (FAULHABER, 2001, p. 105). O recente episódio do Dia do Fogo⁴⁸ e o mal-estar diplomático entre Brasil e França⁴⁹, por ocasião

⁴⁷ A extensão da “faixa de fronteira” do território brasileiro corresponde a “150 km de largura ao longo de 719 km da fronteira terrestre brasileira”, conforme a lei n. 6634/1979.

⁴⁸ Em agosto de 2019, em Novo Progresso, cidade do sudoeste paraense com pouco mais de 25 mil habitantes (IBGE, 2019), um pacto de fogo foi tramado por um grupo de fazendeiros e madeireiros. Entre os dias 09 e 12 de agosto de 2019 foram detectados 1457 focos de queimadas na Amazônia brasileira. O ataque buscava angariar apoio do governo brasileiro para o desmatamento com vistas a pecuária e exploração madeireira. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49453037> Acesso 20out2019.

⁴⁹ Em meio à comoção internacional provocada pelas queimadas na Amazônia, o presidente francês Emmanuel Macron defendeu que o problema fosse levado ao G7, evocando a Amazônia como um “bem

dos incêndios disseminados na floresta amazônica, evidenciaram outro ingrediente dessas disputas em torno do reconhecimento da Amazônia como um bem transnacional.

Há muitos séculos, diferentes estratégias missionárias, militares e estatais delimitaram e colonizaram essa região. No entanto, nos primeiros decênios do século XXI, políticas de defesa e integração nacional, segurança pública, desenvolvimento (humano, social, territorial, regional e agrário) e infraestrutura compuseram um vasto repertório de políticas públicas desigualmente implementado pelos três países da tríplice fronteira. Nesse contexto de imaginações políticas convertidas em ações para ocupação, desenvolvimento e controle da Amazônia, observei mais detidamente algumas das dinâmicas, processos e relações vinculadas ao Bolsa Família e a um conjunto mais amplo de benefícios abrangidos pela assistência social brasileira.

Várias técnicas e materiais deram suporte a esta pesquisa etnográfica: observação de longa duração em casas lotéricas, agências bancárias, centros de assistência social e coordenações municipais e estaduais de políticas públicas; participação em oficinas, reuniões, conferências e seminários da assistência social em diferentes níveis da administração pública; realização de oficinas, grupos focais e entrevistas com profissionais da assistência social; entrevistas e convívio prolongado com as interlocutoras da pesquisa com atenção concentrada em histórias de vida, trajetórias intergeracionais e percursos cotidianos; pesquisa documental sobre legislações, planos de políticas, normas técnicas e relatórios de gestão e auditorias; análise de reportagens e publicações em redes sociais com uso de softwares para exame de conteúdo (Atlas TI); e pesquisa bibliográfica aportada em livros, relatórios de pesquisa, teses e artigos científicos nacionais e internacionais.

internacional". Contrariado, o presidente brasileiro o acusou de sensacionalista e de instrumentalizar a questão para impor sanções internacionais ao Brasil. Disponível em <https://www.bbc.com/> Acesso em 14mai2020.

O problema

Embora o Bolsa Família tenha sido uma entrada empírica privilegiada, progressivamente me dediquei a perseguir processos de formação de estado (SOUZA LIMA, 1995; 2003; 2013; LOPES, 2016) que me permitiram descrever práticas, dinâmicas e relações características de formas de governo que, embora acessadas empiricamente pelos contornos de uma política de assistência para a “proteção social”, foram aqui delineadas, analiticamente, como um dispositivo ou tecnologia de governo (FOUCAULT, 1985; 1988; LAURETIS, 1994).

Antônio Carlos de Souza Lima (1995) esboçou os princípios da noção de processos de formação de estado em sua tese sobre poder tutelar e indianidade (SOUZA LIMA, 1995). Mais tarde, explicou que tais processos envolvem aspectos tais como “dinâmicas de territorialização, saberes cristalizados, técnicas de diferenciação social e instauração de hierarquias” (SOUZA LIMA, 2003, p. 11). Para esses pressupostos, a administração pública faz parte dos processos de formação de estado (p. 12) e o Bolsa Família consiste em “ação de governo” (SOUZA LIMA, 2012, p. 560) cuja observação me permitiu descrever e analisar “formas políticas reais por que operam os dispositivos de estatização” (2013, p. 506).

Um dos principais aportes teóricos deste autor encontra-se na crítica de Norbert Elias ao caráter totalizante da ideia de estado nação nas Ciências Sociais. Com efeito, sua abordagem permite escapar da ideia de estado imanente em favor da ideia de “processos dinâmicos e inconclusos” com atenção a “fluxos e performances” (SOUZA LIMA, 2012, p. 561). No mesmo sentido, Paulo Vitor Lopes (2016, p. 07) descreve tais processos como “práticas, dinâmicas e interações estabelecidas cotidianamente entre administradores – os técnicos – e administrados”. Ou seja, modos de fazer e modos de subjetivação acessados pela observação das relações no âmbito de ações de governo. Michel Foucault (1995) concebia governo como o “exercício de conduzir condutas”, pois as relações próprias ao poder não seriam “da ordem do enfrentamento entre dois adversários”, mas de uma “ação singular que é o governo” (FOUCAULT 1995, p. 243)⁵⁰.

⁵⁰ Fabio Candotti (2011, p. 06) argumenta que “se a noção de poder construída por Foucault é, resumidamente, aquela de ‘uma ação sobre ações’, ‘governo’ pode ser um termo mais preciso do que

Governo, seria, portanto uma forma “específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2008, p. 143). A compreensão dessa forma específica de poder requer atenção aos instrumentos de controle e mecanismos – até mesmo os mais sutis – que atuam sobremaneira nas condutas individuais, no governo das populações.

Ora, a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004) favoreceu às tecnologias de gestão das populações e de territórios um acesso capilar à vida social e, de modo mais ramificado, à outras institucionalidades e práticas que atuam no governo da fronteira (MELO, 2018). Logo, o estudo dessa tecnologia de governo, a assistência social, favoreceu a compreensão de processos de formação de estado e de fronteirização de uma perspectiva generificada, e me permitiu identificar outras camadas, relações e presenças de estado “nas margens”⁵¹ (DAS; POOLE, 2004) para, mais uma vez, criticar e desconstruir, em outra chave analítica, o “mito-conceito” do “estado ausente” (SERJE, 2005; MELO; OLIVAR, 2019).

Para me esquivar da narrativa androcêntrica e colonialista protagonizada pelos agentes e dispositivos “do estado” – hegemonicamente concebido como entidade supra-histórica (SOUZA LIMA, 1995) e masculinizada (BROWN, 2010; 2017)⁵² – percorri caminhos de mulheres cujas vidas emaranharam-se na malha das políticas de assistência social na fronteira, e vice-versa. Por essa via, acessei outras feições e configurações de estado não mais centradas exclusivamente no protagonismo de corpos masculinos, militares e religiosos (ZÁRATE BOTÍA, 2008, 2011; SAMPAIO, 2009; MELO; OLIVAR, 2019).

‘poder’”. Recorrendo à leitura de Gilles Deleuze (2005), conclui que por governo pode-se entender “o poder de afetar sob todos os aspectos” (DELEUZE, 2005, p. 84 apud CANDOTTI, 2011, p. 06).

⁵¹ Meu esforço segue a proposição de Das (2008), qual seja, indagar-me sobre o que é o estado nas práticas e lugares considerados às margens do estado-nação. Margens, na acepção da autora, são implicações necessárias do estado, logo, não se trata de reificar a concepção que situa a Amazônia e suas fronteiras nacionais às margens do estado brasileiro, mas investigar como o estado é praticado em um território imaginado como à margem. Também aqui, as margens estudadas se situam em um lugar onde “a natureza é imaginada como selvagem e incontrolada e onde o estado constantemente refunda seus modos de instituir ordem e legislar” (DAS; POOLE, 2004, p. 10, tradução minha).

⁵² Wendy Brown (2010; 2017) critica a pressuposição de um sujeito da ação política como sempre masculino. Tal pressuposto constituiria um interdito à participação das mulheres na esfera pública. Sigo na mesma direção desta crítica.

Essa mudança de ponto de vista me permitiu observar a participação das mulheres na institucionalidade pública como agentes de estado e de fronteirização. Esse modo de governar a fronteira consiste, pois, em uma forma de governo civil e ordinária *atuada* (MOL, 2012) principalmente por mulheres. Não se trata, porém, de conceber duas formas de governo apartadas e assimétricas, mas de separar analiticamente processos de formação de estado relacionais e generificados⁵³ nos quais a *atuação* do “pobre” e da “pobreza” são fulcrais.

Um complexo conjunto de elementos me permitiu ajustar o foco empírico e analítico. Primeiro, a expressiva densidade institucional⁵⁴ desse nicho da administração pública, ainda que desigualmente distribuída nas cidades da região. Segundo, a profusão de discursividades sobre “autonomia financeira”, “proteção integral da família” e “empoderamento feminino” em diferentes camadas de produção da política. Terceiro, um insistente trabalho de produção de “gramáticas de direitos” (VIANNA, 2013) e de “judicialização das relações sociais” (RIFFIOTIS, 2008; 2014) por meio de pedagogias produtoras de saberes sobre gênero, família, pobreza e fronteira. Quarto, a alteração significativa das mobilidades, da circulação e do cotidiano de pessoas, objetos e cidades pelo pagamento mensal de benefícios. Quinto, a descoberta de um abrangente sistema de endividamento que envolve a retenção de cartões magnéticos e a consignação de empréstimos em instituições financeiras. Sexto e último, a existência de um sistema acusatório que reifica “a fronteira” para proteger os direitos “nacionais” dos “oportunistas estrangeiros” (OLIVAR; MELO; ROSA, 2015; CAMPOS, 2012).

Levando em consideração esse conjunto, foi inevitável reconhecer nas linhas de formação da *malha assistencial*⁵⁵ o caráter burocrático de um segmento de estado que

⁵³ Gênero é aqui entendido como uma ferramenta teórica e metodológica para pensar as relações sociais (STRATHERN, 2006). Mulher, por sua vez, trata-se de uma construção generificada e, portanto, performada (BUTLER, 1990), que produz uma linguagem particular de governamentalidade, mobilizada no âmbito dos processos de fronteirização observados.

⁵⁴ A densidade institucional é aqui definida como a quantidade e diversidade de serviços públicos, mas também de instituições privadas e organizações sociais envolvidas na execução da política social. Embora eu não tenha feito um levantamento comparativo entre cidades do Amazonas, desde o ano de 2010 acompanhei a criação e ampliação de centros de referência, centros de idosos e outros serviços da rede pública de assistência social no Alto Solimões. Para uma demonstração da alta densidade institucional da segurança pública em Tabatinga consultar Daniel Hirata (2019, p. 183).

⁵⁵ Maria Filomena Gregori (2000) empregou a expressão “trama institucional” (p. 21-22) para descrever práticas institucionais incidentes sobre meninos e meninas em situação de rua. A pesquisa desenvolvida

“gesta e gere” (SOUZA LIMA, 2002) uma população “pobre” ou “vulnerável”. Dessa primeira implicação decorreu outra, referente à constituição do lócus dessa ação de governo: o polissêmico e polimorfo domínio do *social* (DONZELOT, 1980; CASTEL, 1998; PAULO NETTO, 2001; LATOUR, 2012; FONSECA, 2006) formado por continuidades e rupturas ao redor dos conceitos de “proteção social”, “pobreza”, “família” e “papel do estado”. Ao mesmo tempo, se me impôs admitir a produção da “assistência social” por processos contingentes, em constante transformação, apreendidos em modos de agir circunscritos ao tempo e ao espaço da observação.

A fim de descrever a “assistência social”, a “pobreza” e o “pobre” decorrentes desses processos, minha atenção se concentrou em três conjuntos de ações designados pelos verbos que intitulam a tese: *cadastrar, incluir e proteger*. Como esses fazeres performam a “assistência social”? Como práticas e performatividades se articulam nesse dispositivo da assistência? Longe de descrever a *assistência social na Amazônia* de modo totalizante, meu intuito é demonstrar como determinados modos de fazer atuam (MOL, 2002) a *malha assistencial* e a “pobreza”. O que fazem quando “cadastram”, “incluem” e “protegem”? Conquanto convergentes para a ideia pseudo-homogênea da “assistência social” como um braço “do estado”, busco compreendê-las como heterogêneas e contraditórias sem reificar a falsa coerência e homogeneidade em processos de estatização eivados de diferenças, tensionamentos e conflitos.

Tomá-los como objetos performados (MOL, 2002) me pareceu um procedimento rentável para uma etnografia dedicada ao estudo de uma política pública *em ação*, o que assinala

entre os anos de 1991 a 1995 acompanhou o início da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8069/1990) e do processo de institucionalização da intervenção sobre a “menoridade”, considerada pela autora objeto de disputas e alvo de conflitos entre as diferentes instituições intervenientes. O termo “trama” tem, em seu trabalho, o mesmo sentido de “intriga” e descreve uma arena de disputas caracterizada pela “fragmentação das intervenções” (p. 161) e “ausência de ações coordenadas entre as várias instâncias” envolvidas (p. 162). Seguindo esses pressupostos, Taniele Rui (2012) demonstrou como programas de redução de danos se situavam nas “tramas” de atenção e tratamento da dependência química, evidenciando modelos concorrentes de terapêuticas (p. 13). Todavia, as práticas de intervenções institucionais aqui descritas como “malha assistencial” se diferenciam da categoria descritiva mobilizada por Gregori (2000) e Rui (2012) em alguns aspectos. Primeiro, referem-se a um conjunto de intervenções consolidado em processo mais duradouro de institucionalização (a consolidação do SUAS ao longo de mais de uma década). Segundo, as instâncias envolvidas, embora atuem de forma autônoma, estão articuladas entre si com ações coordenadas, divisão de tarefas e referenciamento mútuo. Por fim, o material empírico analisado não sugere a existência de uma arena de disputas ou de intrigas em torno de um mesmo objeto, tal como observou Gregori a respeito da gestão da menoridade no início dos anos 1990.

uma importante separação entre a abordagem etnográfica e estudos de avaliação de políticas públicas em que “o estado” parametriza análises sobre coerência ou efetividade.

Antropologia impura

Laura Nader (2011) argumenta que a etnografia é uma “teoria da descrição” controversa. Todavia, o desacordo ou os múltiplos modos de fazê-la são justamente a força e a originalidade do esforço antropológico, uma potência de inovação e transformação de mundos (NADER, 2011, p. 211, tradução minha). É na experiência do trabalho de campo – “no mato ou no asfalto” (CORREA, 2011) – sempre contingente e, por isso mesmo, insubmisso a manuais, que a antropologia se revigora e ratifica a indissociabilidade entre teoria e pesquisa sincretizadas na escrita etnográfica.

Sobre as contingências do trabalho de campo, Isabelle Rivoal e Noel Salazar (2013) consideram a serendipidade a “chave” do método etnográfico. Não apenas um “subproduto vantajoso da observação [...], mas a forma do processo etnográfico”. O princípio da serendipidade ou “a arte de fazer descobertas não procuradas” seria, portanto, a essência da teoria etnográfica (RIVOAL; SALAZAR, 2013, p. 178, tradução minha). Ruth Behar (2003) havia escrito sobre o acaso e os seus efeitos de “partir o coração” ao refletir sobre o reencontro com a sua ascendência judia no retorno à Cuba. Décadas depois de emigrar para os Estados Unidos, retornou à ilha e descreveu o processo etnográfico como “uma forma nervosa de conhecimento”. “Curiosamente, nessas situações, você mesma [...] não sabia completamente o que sabia até que você o escreveu, até que contou a história com você incluída nela (BEHAR, 2003, p. 09, tradução minha).

A importância da serendipidade talvez esteja relacionada ao que Marcio Goldman (2006) considera o cerne da antropologia: estudar uma experiência humana através da experiência pessoal. Por esse motivo o trabalho de campo é fundamental, pois nele se experimenta a socialidade, principal ferramenta da pesquisa antropológica (p. 167). Diferentes das teorias nativas e científicas, o saber antropológico advém justamente da relação entre “um saber científico sobre os outros” e “um diálogo com os saberes desses

mesmos outros” (GOLDMAN, 2006, p. 163) cujas condições de possibilidade são experimentadas *no campo*. Nesse sentido, a teoria etnográfica está a meio caminho e, por essa razão, a antropologia pode ser considerada uma disciplina *na fronteira*, forjada na relação entre saberes. Esse saber *na fronteira* rechaça formas puras, admite contradições e se arrisca em uma “contaminação positiva e produtiva” (GOLDMAN, 2006, p. 169). Trata-se mesmo de um esforço decolonial e transformador sempre que se submeta à crítica dos “outros” e não reproduza relações de dominação.

Esse processo requer uma observação sustentada, distância e tempo. O distanciamento designa menos o afastamento físico-geográfico (o que ocorre muitas vezes) e mais a experiência da alteridade, de abandono da zona de conforto como exemplarmente revelou o diário de Bronislaw Malinowski (1967). O tempo atua como eixo principal de isolamento e separação entre dois “campos” constitutivos do fazer antropológico: o trabalho de campo e a escrita (STRATHERN, 2017). Aliado à distância, torna possível o que Favret-Saada descreveu por “afetação” (2005, p. 344): a experiência de conceder “estatuto epistemológico a situações de comunicação involuntária e não intencional”.

O tempo pode ainda remeter tanto à duração da experiência de socialidade, quanto ao necessário para a elaboração escrita da experiência vivida e, por isso, em certa medida, também relacionado à distância. Contenção e paciência foram os adjetivos de Veena Das para caracterizar a ação do tempo na produção de narrativas, um “agente que trabalha nas relações e permite que elas sejam reinterpretadas” (DAS, 1999, p. 36). Estendendo essas reflexões ao processo etnográfico é possível reconhecer a agência do tempo na revisão, reelaboração e transformação da experiência vivida e das relações estabelecidas no trabalho de campo. Assim, o tempo é outra forma de distanciamento que permite revisitar a experiência de campo e reelaborá-la, do ponto de vista da antropóloga, mas informada por uma peculiar e autêntica forma de diálogo, de relação e de confronto mutuamente implicado entre mundos e conceitos distintos (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 119). Mas, o que acontece quando esses mundos ou conceitos não são tão distintos nem distantes?

A experiência de imersão em que experimentamos as condições para a produção da teoria etnográfica deve ser conduzida e revisitada com atenção e respeito à

serendipidade, mas também ao autêntico diálogo com nossas interlocutoras e às formas de comunicação estabelecidas, muitas delas ininteligíveis até que transformadas pela ação do tempo e pela reelaboração do vivido no “momento etnográfico” (FAVRETTA, 2005; DAS, 1999; STRATHERN, 2017). Nesse esforço me reconheci incluída nas histórias que contava e algumas delas, de fato, me “partiram o coração”. Deixando-me contaminar e apostando na potência transformadora dessa experiência decidi me imiscuir a ela. Quiçá, os bastidores da minha antropologia em processo acrescentem algo ao inesgotável debate sobre o fazer antropológico.

Referência bastante controversa de revelação (não consentida) dos bastidores do trabalho de campo é a publicação póstuma do diário de Malinowski (1967). Na introdução do *Diário*, Raymond Firth ressaltou os afetos e confrontos constitutivos da experiência de “imersão total” e “isolamento” da abordagem etnográfica. Além das relações no lugar a que se chega, existem as relações com o lugar de onde se partiu. E mais, “o capricho das paixões do sujeito, a debilidade de sua constituição e as digressões de seu pensamento: essa obscura coisa chamada eu. [...] A questão é viver uma vida múltiplice: navegar em vários mares ao mesmo tempo (FIRTH apud MALINOWSKI, 1967, p. XIX).

Com efeito, revisar diários de campo pode revelar o processo etnográfico naquilo que o definiu muito além dos métodos: saudades, caprichos, debilidades. Eu também revisei meus diários e num paciente exercício retrospectivo, reli as notas da “minha vida múltiplice”. Assim, revisei lugares e revivi encontros que constituíram a mim e à pesquisa e expuseram os processos de formação, transformação e conversão que a tornaram possível.

À diferença de Malinowski eu não estava em “outra sociedade”. Sou amazonense, filha de mãe solo e descendente de índias, negros e nordestinos/as. Por seis anos trabalhei e vivi na região onde realizei esta pesquisa, a mesma onde surgiu minha família materna. Como habitante desse lugar experimentei relações que não eram simplesmente de pesquisa e que, em alguma medida, foram interrompidas ou transformadas pela viagem para o doutorado. Nos últimos quatro anos, viajar para o *campo* significava *voltar para casa*. E ao fim, quando muitos retornarão para casa, eu retornarei também para o “campo”.

Essa condição me deslocou de uma relação tradicional de pesquisa para uma relação fortemente implicada. Com efeito, esta tese foi atravessada por interpelações produzidas pela fricção⁵⁶ entre uma duradoura experiência de pesquisa; anos de docência superior, de intervenção pública e vivência no Amazonas; uma certa teoria antropológica, feminista e decolonial; e os encontros com a paisagem e as outras vidas emaranhadas ao meu itinerário de pesquisa. Em alguma medida, trata-se aqui de um experimento autobiográfico no qual reconstruo em narrativas as relações constitutivas de um processo de pesquisa. Ou melhor, um caminho de vida e de pesquisa. Da minha vida contaminada pelo campo e do campo contaminado pela minha vida.

Corpo-Fronteira

Certa vez, numa conferência em Baltimore, Edmund Leach (1986)⁵⁷ se ressentiu do escasso recurso das monografias antropológicas à autobiografia. Sua argumentação, desenvolvida por meio do escrutínio de uma série de fotografias (dentre elas as do tio Henry Hoyle Howorth e o mestre Bronislaw Malinowski), almejava problematizar a oposição nós-eles. Convencido da inverossímil separação de ofício e vida, produziu uma narrativa sobre a sua trajetória e a da antropologia. Talvez, seu anseio fosse menos reivindicar a autobiografia como forma narrativa e mais reconhecer a presença invisível dos antropólogos entre os “outros”. Não por acaso, ao analisar imagens de Malinowski entre os trobriandeses, Leach de alguma forma refutava as acusações surgidas com a publicação do diário de campo de seu mestre (MALINOWSKI, 1967).

Se, até aquela conferência, Leach não percebia o recurso à autobiografia nas monografias britânicas, no Brasil, há algum tempo, é bastante conhecida uma produção em que biografia, autobiografia e etnografia são enredadas a composições sobre negociações e tensões no campo, implicações éticas da pesquisa etc. Aliás, a

⁵⁶ A expressão fricção, sinônimo de atrito, alude, aqui, exatamente ao conceito físico do termo e se relaciona à força de contato entre dois corpos. Isto é, a resistência que os corpos opõem quando se movem uns sobre os outros.

⁵⁷ A conferência foi publicada postumamente no ensaio *Masquerade: The presentation of the self in holiday life* (1990). O título parafraseia o livro de Erving Goffman, *The presentation of self in everyday life* (1959).

antropologia brasileira tem como uma de suas características marcantes uma certa relação de proximidade. E, ainda que depreciada e acusada por alguns como “militância” (VIEIRA, 2010), essa antropologia contaminada tem demonstrado suas vantagens e sido defendida por muitos outros, como argumentarei mais adiante.

Como se nota, o debate em torno do tema circula, até aqui, em um campo majoritariamente de estudos urbanos desenvolvidos em “sociedades complexas” e em antropologias não-centrais, diferentes das dos precursores anglo-saxões, franceses ou norte-americanos. Isso torna ainda mais interessante o questionamento de Leach sobre o apagamento produzido numa tradição em que as alteridades e seus limites eram estabelecidos radicalmente.

Essa reflexão interessou a Mariza Peirano (1995), que recorreu a trajetórias intelectuais, contextos históricos e “peculiaridades biográficas” para contestar as críticas de Nicholas Thomas (1991) a Radcliffe-Brown (1952). O exame dessas “peculiaridades” é abordagem comum nos trabalhos da autora desde seu primeiro ensaio, sobre Darcy Ribeiro e a institucionalização da Universidade de Brasília. No entanto, os diferentes usos da biografia por Leach e Peirano revelam apenas parcialmente a polimorfia e as controvérsias que o seu uso assumiu na antropologia. Sobre isso, é conhecido o rechaço de Pierre Bourdieu (1986) à suposta totalidade, coerência e linearidade da *história de vida*. A “ilusão biográfica” seria, pois, o resultado dos abusos dessa técnica em que a vida é pressuposta como uma totalidade narrada em um conjunto de acontecimentos coerentes e cronologicamente orientados.

Suely Kofes (2001; 2004; 2007) pondera que a “abordagem biográfica”, conquanto “experiência” de um sujeito, não é rigorosamente uma biografia. Articulando à noção de experiência a relação entre o vivido e os sentidos a ele atribuídos, concebe biografia como uma “narrativa dramatizada”. Biografia e etnografia seriam, ambas, formas de “registro de alteridades”. Em seus argumentos, o debate está centrado na forma e na experimentação de formas de grafia que ampliam a compreensão da vida abrangendo movimentos, paisagens, lugares e interações entre humanos e não-humanos (INGOLD, 2000).

Ainda que eu recorra a uma certa abordagem autobiográfica e a algumas das definições propostas por Ingold (2000), me interessam mais trabalhos em que antropólogas e antropólogos rememoram acontecimentos vividos e itinerários de pesquisa, e, colocando-se *em cena*, inserem-se nas imagens produzidas por suas etnografias, enredando-se nas tramas de suas descrições com corpos, sentidos, afetos, objetos e genealogias.

Esse parece ser o caso de Marcio Goldman (2003) que compôs um relato emocionante sobre a experiência de escuta dos tambores dos vivos e dos mortos. Recusando a tradução da experiência de escuta dos tambores dos mortos como um processo de conversão religiosa, tanto quanto a interpretação materialista que negaria a autoria dos mortos no toque dos tambores, mobilizou sintomas, sentidos (arrepios, audição e sonhos) e visões para explicar como alcançou a capacidade auditiva de admirar os tambores dos vivos e dos mortos. Antes mesmo de formular antropologicamente a experiência dessa forma tão apurada e específica de audição, isso lhe permitiu estabelecer cumplicidade com seus interlocutores.

Na etnografia de Natalia Padovani (2017), produzida entre presídios femininos no Brasil e na Espanha, a antropóloga demonstra como o seu corpo se transforma pelos laços de família produzidos nas relações de amizade e confiança nas prisões e adensados pela vivência dos constrangimentos físicos a que familiares de presas são submetidas no rito da vexatória revista íntima. A violação de seu corpo durante uma revista íntima revelou-lhe enquadramentos diferentes de si na medida em que sua circulação entre cadeias se dava também pelos laços constituídos no campo em uma condição híbrida de pesquisadora e familiar de presa.

Esse espessamento de relações familiares forjado pelo compartilhamento de experiências denota uma certa apreensão do conceito de relacionais (*relatedness*) de Janet Carsten (2014). A memória das histórias da mãe sobre o tio hemofílico sugeriu à autora pensar em vetores e substâncias eivados de temporalidades e geografias que podem espessar ou diluir relações de parentesco. Espessamento e diluição operam, nesse caso, como metáforas de sangue, substância emblemática na produção das teorias de parentesco, mas que encontra em seus trabalhos uma inflexão

desestabilizadora da oposição código-substância (CARSTEN, 2014; MARQUES; LEAL, 2019). Nesses termos, a vexatória revista íntima assumiu a forma de um ritual de transformação corporal que espessou os laços de família forjados entre cadeias.

Há, porém, situações em que o trabalho de campo proporciona experiências ainda mais radicais de reposicionamento, como o luto. Em 1981, Renato Rosaldo perdeu sua esposa Michelle durante a pesquisa de campo que realizavam juntos nas Filipinas. Em *La aflicción y la ira de un cortador de cabezas* (ROSALDO, 2000), ele rememorou a perda da esposa. Até aquele momento, e a despeito dos muitos anos de pesquisa, Rosaldo não havia compreendido o significado do ritual Ilgnot de cortar cabeças. A experiência da perda, da dor e da ira foram as formas de comunicação involuntária (FAVRET-SAADA, 2005) que lhe permitiram, finalmente, compreender o rito ilgnotês.

Etnografias como essa são pessoalmente contaminadas (ROSALDO, 2000, p. 29), maculadas pelo envolvimento, por confissões e emoções que reposicionam antropólogas e antropólogos. Nada mais distante do observador invisível que incomodara a Leach (1990). Entretanto, existem outras abordagens que acrescentam um pouco mais à reflexão em curso e me aproximam ainda mais da perspectiva que almejo. Me refiro àquelas em que o corpo da antropóloga se configura como um terreno privilegiado de disputas (ALMEIDA, 1996, p. 04).

Nos trabalhos de Fabio Candotti (2017ab) e Silvana Nascimento (2019) o corpo e os movimentos de ambos são colocados em primeiro plano. No primeiro, pela experiência de corpos marcados pela branquitude de pesquisadores na Amazônia. Na segunda, pela análise de conflitos e lugares de fala em pesquisas e ativismos sobre e com putatransfeminismos na Paraíba e em São Paulo. Ele, pesquisador branco, “estrangeiro” na Amazônia. Ela, pesquisadora cis negra nas rodovias da Paraíba e de São Paulo. Em comum, além dos corpos marcados, um estreito diálogo com a literatura decolonial. Neles, os pressupostos da serendipidade, da agência do tempo e da autêntica confrontação produzidas pela experiência etnográfica encontram-se com os corpos que materializam suas presenças no campo. E é disso que se trata: nossos corpos em campo (ou fora dele) são corpos marcados e em relação, têm cor da pele e classe, corpos que

afetam e são afetados, corpos que se transformam e se reposicionam (FAVRET-SAADA, 2005; ROSALDO, 2000; NASCIMENTO, 2019; CANDOTTI, 2017ab).

Esse pressuposto guarda relação com a radical oposição de Donna Haraway (1995) à “objetividade branca e masculina”. Esta autora insiste na “natureza corpórea” de toda forma de conhecimento, isto é, nos “saberes localizados”. Logo, a “objetividade”, da perspectiva feminista e pós-moderna, “torna-se um problema da política de *redefinição de fronteiras*, de maneira a permitir conversas e conexões *não inocentes*” (p. 11, grifo meu).

O ‘nosso’ problema é como ter, *simultaneamente*, uma explicação da contingência histórica radical sobre todo conhecimento postulado e todos os sujeitos cognoscentes, uma *prática crítica de reconhecimento de nossas próprias ‘tecnologias semióticas’* para a construção de sentido, e um compromisso a sério com *explicações fiéis de um mundo ‘real’*, um mundo que possa ser parcialmente compartilhado e amistoso em relação a projetos terrestres de liberdade finita, abundância material adequada, sofrimento reduzido e felicidade limitada. (HARAWAY, 1995, p. 16, grifos meus)

Trata-se, portanto, de recusar uma objetividade excludente e silenciadora – no sentido atribuído por Gayatri Spivak (2010) – apregoada por aqueles e aquelas que têm ou defendem a autoridade da fala acadêmica branca. Ou, nos termos de Grada Kilomba (2019), romper com o confinamento silenciador prescrito pelo colonialismo e pelo racismo aos grupos subalternizados.

Esse esforço requer admitir “nossa capacidade parcial de produzir conhecimentos entre comunidades muito diferentes e diferenciadas em termos de poder” (HARAWAY, 1995, p. 16). E isso confronta a objetividade como um atributo em si mesmo, revelando-a “como algo que diz respeito à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades” (HARAWAY, 1995, p. 21). Ora, o esforço – em nada ingênuo – de *aprender no corpo* deve afastar-nos da “falsa visão” – “débil” por pretender-se “inocente” (ROSALDO, 2000, p. 93) – que

inscreve miticamente todos os corpos marcados, que possibilita à categoria não marcada alegar ter o poder de *ver sem ser vista*, de *representar, escapando à representação*. Este olhar significa as posições não marcadas de Homem e Branco, uma das várias tonalidades desagradáveis que a palavra objetividade tem para os ouvidos feministas nas sociedades científicas e tecnológicas, pós-industriais, militarizadas, racistas e dominadas pelos homens (HARAWAY, 1995, p. 18, grifos meus).

Distanciar-me do falseamento e da invisibilidade se tornou um horizonte da pesquisa e da escrita em que busquei esse conhecimento “contaminado” e “localizado” que acontece em corpos marcados e nas relações de poder que os conectam a mundos, nos afetos que neles reverberam e pelas formas como chegam a eles sensorialmente, como uma epistemologia “nervosa”, “uma convergência de experiências única, cheia de fricção, pujança e contradição” (BEHAR, 2003, p. 07, tradução minha).

E é justamente de convergências, simultaneidades, fricções e contradições que trata Gloria Anzaldúa (2016). As provocações multilíngues da *chicana* me interpelaram e, guiada pela desestabilizadora “*conciencia mestiza*”⁵⁸, esbocei o meu próprio “inventário” (ANZALDÚA, 2016, p. 140) buscando e reconhecendo as diferentes partes que me compõem e o modo como o meu corpo “cicatrizado” movimenta-se entre fronteiras, ele próprio uma delas. A consciência *mestiza* designa uma mistura de sangue, língua, mitologia e autobiografia que rompe a oposição natureza-cultura, borra limites sociais e territoriais e tensiona a pretensa estabilidade e pureza das categorias raça, etnia, sexualidade e gênero. É necessariamente híbrida, feminista e racializada. Com ela, pude

⁵⁸ Segundo Chéla Sandoval (1998), “a consciência de *la mestiza* nasce da vida vivida na 'encruzilhada' entre raças, nações, línguas, gêneros, sexualidades e culturas: é uma subjetividade desenvolvida, capaz de transformar e realocar” (SANDOVAL, 1998, p. 359, tradução minha). Trata-se de uma reivindicação do direito de ser chicana, mestiza, índia, lésbica, feminista e escritora que manifesta tanto a experiência multicultural, racial, multilíngue e histórica de Anzaldúa, quanto as realidades diversas e controversas que constituem a complexa memória coletiva da *chicana* (HENRÍQUEZ-BETANCOR, 2012, p. 53). Apesar de o esforço das teóricas *chicanas* em ressignificar o termo em língua castelhana, *mestiçagem* é um conceito deveras controverso. Verônica Daflon (2014) indica três usos mais comuns do termo: como processos de mistura biológica (mistura racial); como ideologia que perpassa narrativas nacionalistas (miscigenação); e como práticas de sincretismo ou hibridização cultural (fusão cultural). No que se refere a mestiçagem e hibridização no Brasil, a autora explica que “a ideologia da mestiçagem é refratária ao conflito e ao embate necessários para um combate efetivo ao racismo, por basear-se na convicção equivocada de que a mistura biológica dissolveu as fronteiras de cor” (MUNANGA, 1999 apud DAFLON, 2014, p. 323).

reconhecer meu *corpo-fronteira-na-fronteira*. Este corpo *não branco*, descendente de indígenas, negras/os e nordestinas/os. Este corpo de antropóloga que, embora integrada a linhagens acadêmicas paulistas, vem de família nortista, pobre e periférica. Este corpo de *filha-da-filha-da-fronteira*, nem tão daqui, nem tão de fora. “Patroa”, mas não “estrangeira”. “Que não tem a mesma cor, mas come como nós”⁵⁹.

Por essas razões, passei a reivindicar uma *antropologia impura* forjada *na fronteira*, no *entrelugar*, a experimentar a potência de outras formas de conhecer e a redescobrir o que eu sequer sabia que havia perdido. Esta teoria etnográfica *mestiza* reivindica o liminar, o interstício, o lugar do meio; não pela recusa de posicionar-se, mas pela impossibilidade de separar as partes constitutivas de sua corporeidade e de sua experiência cognoscente. Trata-se de reivindicar, portanto, uma outra topografia, um outro território acidentado e sempre movediço, instável e em constante devir. A tarefa de atribuir lugar capital e produtivo para o hibridismo, a contradição e a ambivalência de processos de vida e pesquisa provocaram em mim uma “fonte de dor intensa” (ANZALDÚA, 2016, p. 136, tradução minha). Afinal, a *fronteira* não é um entrelugares cômodo, ao contrário, é lugar de luta e tensão (MEZZADRA; NEILSON, 2017, p. 37).

Mas, esse mal-estar do corpo, do território e da antropologia *na fronteira* é profundamente transformador. E é desse lugar que me arrisco a reivindicar uma teoria etnográfica cuja caixa de ferramentas é extremamente comprometida com a visão parcial que me conecta às minhas heranças e linhagens, ao modo como meu corpo se move em um território em direção a outros corpos, aos encontros e movimentos constitutivos da paisagem, produto de entrecruzamentos que atuam no território, mas são também atuados por ele. Trata-se, na verdade, de forjar uma outra topografia que tem na fronteira

⁵⁹ Minha última experiência de campo antes da pandemia da COVID-19 aconteceu em São Gabriel da Cachoeira/AM. Em 01 de março de 2020, na festa de despedida oferecida pela amiga Terezinha Tuyuka, fui surpreendida por essa declaração. Eu e as irmãs de Terezinha dividíamos uma enorme cuia de caxiri e de vinho de pupunha, um pão repleto de frutas, um prato de quinhampira e um pedaço generoso de beiju. Terezinha me abraçou pelas costas, tocou meu braço com a ponta de um dos dedos e disse: “Ela não tem a mesma cor da pele que eu, mas come como nós”. A festa aconteceu na sede da Feira Tuyuka, vizinha ao cemitério da cidade. Ali, todos os domingos, algumas famílias da etnia Tuyuka organizam a venda de frutas, farinha, beiju e comida (como quinhampira e carne de paca ensopada). Com a chegada do Coronavírus à cidade, a feira foi interrompida.

seu núcleo de articulação. “Estoy norteada por todas las voces que me hablan simultáneamente” (ANZALDÚA, 2016, p. 704).

Itinerário Descritivo-Analítico

A tese está organizada em três partes: *Caminhos, Fronteiras e Malhas*. Os cinco capítulos que a compõem foram escritos ao longo dos dois últimos anos, em diferentes momentos da pesquisa e discutidos em diversos espaços de interlocução acadêmica, cujas contribuições foram importantíssimas. As constantes e profundas transformações políticas vividas no país durante o período do doutorado também impactaram sobremaneira a condução da pesquisa e a escrita.

Junto a esta Introdução, o Capítulo 1, *Movimentos e afetos e na fronteira*, forma a primeira parte da tese que explicita os caminhos teóricos e de vida constituintes de meu percurso investigativo. A versão mais elementar, examinada no Exame de Qualificação, surgiu de inquietações provocadas pela disciplina “Pensamento pós-colonial, decolonial e feminismos” ministrado em 2017 por Adriana Piscitelli, Natalia Padovani e Carolina Branco na Universidade Estadual de Campinas. Essas inquietações, advindas principalmente da literatura *chicana* e do pensamento feminista negro, me propiciaram as condições para revisar um caminho de vida e de pesquisa desde uma abordagem autorreflexiva⁶⁰. No capítulo, assumo a exigente tarefa da autorreflexividade antropológica e problematizo as condições que tornaram possível a pesquisa: experiências, transformações e as escolhas de uma etnografia *mestiza em processo*. Atenta às mobilidades no território amazônico (as minhas, as de meus antepassados e as de minhas interlocutoras), busquei uma significativa mudança de registro, concentrando-me nas novas mobilidades e caminhos de mulheres enredados a políticas “de estado” na Amazônia.

⁶⁰ Além das contribuições de Adriana Vianna e Catarina Morawaska, o diálogo com Jose Miguel Nieto Olivar (USP) e Guilherme Passamani (UFGD) me permitiram avançar nesta reflexão, do que resultou a publicação de uma versão parcial na Revista de Antropologia da Universidade Federal de São Carlos (MELO, 2019).

A *fronteira Amazônia* e suas formas de governo generificadas são o objeto da segunda parte. No Capítulo 2, *O governo da fronteira*, abordo a militarização, a missionação religiosa e a assistência social como formas de presença de estado. Meu objetivo é demonstrar como um par de afetos – o medo e a piedade – são importantes ingredientes dos modos de “fazer estado” na região. Para isso, me dediquei a explicitar processos de estado, de fronteirização e a emergência de novas tecnologias de governo protagonizadas não por contingentes hipermasculinizados de instituições militares e religiosas, mas por mulheres “beneficiadas” e “agentes da assistência” para a proteção social⁶¹.

Na terceira parte, *Malhas*, a “assistência social” é descrita como uma tecnologia de governo, conceito a partir do qual formulo o híbrido analítico-descritivo *malha assistencial*. Este híbrido promove um encontro particular entre conceitos de Michel Foucault (1988), Teresa Di Lauretis (1994) e Tim Ingold (2007; 2012; 2015). Com efeito, a *malha assistencial* descreve uma composição formada por mecanismos, procedimentos e conhecimentos que põe em ação a “rede socioassistencial”, mas também pelas linhas de vida das mulheres (a minha, inclusive) cujos movimentos tecem, rompem e tencionam a *malha*. Essa parte é formada por três capítulos. O primeiro deles, *Desafiando a malha assistencial*, retoma o exercício autobiográfico no esforço de imiscuir meu caminho aos de outras mulheres, “beneficiárias” e “agentes da assistência social”⁶², interlocutoras nesta pesquisa, com especial atenção aos atravessamentos entre eles e por políticas de assistência institucionalizadas ou não. A partir dessas linhas, acesso outras que conduzem ao modo pelo qual se constituiu uma narrativa vencedora sobre a formação

⁶¹ A interlocução com Lindomar Albuquerque (UNIFESP) e com Maria Lois (UCM) foram imprescindíveis para o refinamento teórico deste capítulo cuja versão parcial, publicada na Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (MELO, 2018), foi discutida em grupos de trabalho no V *Congreso de la Asociación Latinoamericana de Antropología* (Bogotá, 2017), 41º Encontro Anual da ANPOCS (Caxambu, 2017), *Sobremesas Fronterizas* (Madrid, 2018), *International Conference Somewhere In Between: Borders and Borderlands* (Londres, 2019) e VII Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia (Lisboa, 2019).

⁶² Adotarei ao longo da tese essas designações nativas para as mulheres que participam da política pública e as reproduzirei sempre entre aspas.

do Serviço Social⁶³ e os enfrentamentos constitutivos do Programa Bolsa Família e de seu antecessor, o Programa Fome Zero.

Cadastrar, incluir e proteger, capítulo que dá nome à tese, apresenta uma descrição procedimental de três categorias de ação. Trata-se fundamentalmente de uma descrição de modos de fazer a “assistência social” considerada como objetos múltiplos encenados por diferentes grupos de agentes (assistente sociais, psicólogas, agentes sociais, entrevistadoras, gestoras). Fazer existir, atuar ou encenar têm, nesse contexto, o sentido atribuído por Annemarie Mol (2012) para a expressão em língua inglesa *enacted*. Sua tradução tem sido usualmente aceita como atuar ou encenar, no sentido mesmo de performance. Esta abordagem, denominada de “praxiografia”, permite descrever objetos múltiplos homônimos no momento mesmo de sua atuação.

Segundo a pesquisadora (Martin et al. 2018, p. 296), que observou práticas hospitalares referentes a doenças vasculares, o “corpo é feito” pelo envolvimento de diferentes tipos de pessoas e aparelhos. Médicos, pacientes, técnicos de laboratório, microscópios, participam proativamente da feitura do corpo e da doença. E é pela observação do que acontece na prática que é possível aprender e interpretar como as pessoas lidam com as coisas. Disso se trata a praxiografia.

Dessa perspectiva, me interessa descrever os múltiplos objetos que são a “assistência social” atuada por agentes humanos e não humanos em constante interação, confirmação e contradição. A interseção de “agentes”, “usuárias”, formulários, sistemas de informação e outras ferramentas tecnológicas, atuam diferentes objetos homônimos. Com efeito, a “assistência social” é múltipla, não apenas plural. Sob esse nome, constituem-se uma miríade de objetos que coexistem em harmonia e em contraposição, configurando articuladamente uma dada “realidade” performada no momento mesmo de sua observação, o que lhe confere um estatuto de provisoriedade.

⁶³ Embora muito mais modesto, meu esforço segue na mesma direção de Adalton Marques (2018) que propôs uma genealogia da Segurança Pública em São Paulo. Ainda que não dedicada exclusivamente a tal propósito, me interessa descrever neste trabalho alguns traços genealógicos da Assistência Social no Amazonas.

O quinto e último capítulo é dedicado aos efeitos da *malha assistencial* e se refere, primeiro, às pedagogias de produção da pobreza recuperando um conjunto de enunciados que performatizam uma arte ou saber da “boa pobreza”. Na última parte, considero a dívida, importante mecanismo de “inclusão social” pela via do consumo. Essa economia da dívida leva em consideração a atualização de mecanismos de exploração e violência muito antigos na Amazônia, como o sistema de aviamento, e suas conexões com um sistema de retenção de cartões de benefício sociais conhecido como a “máfia do Bolsa Família”. Além disso, exploro aspectos da “financeirização” da política social por meio do endividamento bancário contraído por “beneficiários” através de empréstimos consignados em instituições financeiras⁶⁴.

O que esse itinerário dedicado a perseguir processos de estado, linhas de vida e modos de fazer de mulheres “beneficiárias” e “agentes da assistência social” no Alto Solimões acrescenta? A descrição e análise do *governo das mulheres na fronteira* por meio do híbrido analítico-descritivo *malha assistencial* permitiu acessar, de uma perspectiva generificada, processos de formação de estado e de fronteirização pouco considerados em estudos sobre a região amazônica entendida, também ela, como uma fronteira: limite nacional, frente de expansão e lugar de relações e socialidades duradouras constitutivas de um complexo urbano transfronteiriço. Ainda mais, me permitiu compreender como linhas de vida formam, transformam, movimentam e escapam à tecnologia de governo. Pelos movimentos das mulheres observei a espera ativa, a recusa às pedagogias da pobreza e a apropriação de dívidas por projetos de futuro.

⁶⁴ Versões preliminares deste capítulo foram discutidas no 56º Congresso Internacional de Americanistas (Salamanca, 2018) e na XIII Reunião de Antropologia do Mercosul (Porto Alegre, 2019).

Figura 9 - Mesorregião do Alto Solimões, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015

Figura 10 - Amazonas, Faixa de Fronteira, Elaboração Tiago Maiká Shwade, 2016

CAPÍTULO 1

MOVIMENTOS E AFETOS NA FRONTEIRA

Durante a viagem, Domingas se alegrou, quase infantil, dona de sua voz e do seu corpo. Sentada na proa, o rosto ao sol, parecia livre e dizia para mim: “Olha as batuíras e as jaçanãs”, apontando esses pássaros que triscavam a água escura ou chapinhavam sobre folhas de matupá; apontava as ciganas aninhadas nos galhos tortuosos dos aturiás e os jacamins, com uma gritaria estranha, cortando em bando o céu grandioso. Minha mãe não se esquecera desses pássaros, reconhecia os sons e os nomes, e mirava, ansiosa, o vasto horizonte rio acima, lembrando o lugar onde nascera.

Milton Hatoum, *Dois irmãos*, 2000, p. 74

Além de comandar cerimônias cívicas, Brácio cuidava também da limpeza das vias públicas, gerenciava a produção de alimentos no Pelotão, socorria os civis doentes, administrava os conflitos entre os moradores da pequena vila, organizava bailes e abençoava a união de jovens casais apaixonados. Em suma, fazia às vezes do prefeito, do comerciante, do delegado, do juiz, e, em algumas ocasiões, do padre. Quando deixou o comando do 10º Pelotão, foi substituído pelo tenente Schultz, natural de Santa Catarina, casado com uma filha de colonos alemães, que já se dispusera a ajudar a professora na escola mantida pelo Pelotão. No epílogo da estória, enquanto assiste a um casamento triplo, cheio de simbologia, o novo comandante de Curi-Curi define com poucas palavras a percepção que o Exército tem de sua missão na fronteira amazônica: “É isso que faz a grandeza deste país. Um crioulo, baiano, casa com uma cabocla, um caboclo com uma índia e um branco com uma cabocla. Todos ficarão aqui e terão filhos... Assim vai-se construindo uma pátria...”.

Adriana Aparecida Marques, *Amazônia: pensamento e presença militar*, 2007, p. 90

I began to think, “Yes, I’m a *chicana* but that’s not all I am. Yes, I’m a woman but that’s not all I am. Yes, I’m a dyke but that doesn’t define all of me. Yes, I come from working class origins, but I’m no longer working class. Yes, I come from a *mestizaje*, but which parts of that *mestizaje* get privileged? Only the Spanish, not the Indian or black.” I started to think in terms of *mestiza* consciousness. What happens to people like me who are in between all of these different categories? What does that do to one’s concept of nationalism, of race, ethnicity, and even gender? I was trying to articulate and create a theory of a Borderlands existence. ... I had to, for myself, figure out some other term that would describe a more porous nationalism, opened up to other categories of identity.

Gloria Anzaldúa, *Interviews*, 2000, p. 214

Crônicas de mobilidades na e para a Amazônia

Comecei a escrever as primeiras páginas desta tese em março de 2018, dezoito anos depois da minha primeira viagem à Tabatinga. Hoje, *Tabatinga* designa um município brasileiro⁶⁵ com 65.844 pessoas (IBGE, 2019), no sudoeste amazônico, situado nos limites nacionais de Brasil, Peru e Colômbia (Figura 10). No entanto, ao considerar a história administrativo-territorial dessa região, nota-se que o território atual desse município pertenceu antes a São Paulo de Olivença (1817-1898) e, depois, a Benjamin Constant (1898-1981). Tabatinga, São Paulo de Olivença e Benjamin Constant – atualmente municípios autônomos da federação brasileira no estado do Amazonas – foram, em passado muito recente, localidades componentes de uma região cujas forma administrativa e cartografias foram alteradas muitas e significativas vezes (Capítulo 2).

Embora filha de tabatinguense⁶⁶, eu conhecia a cidade apenas pelas histórias de assombração narradas por minha bisavó em sotaque *castellano*; pelo tacate⁶⁷ amassado nas mãos de minha avó para os almoços da família; e pelas repetitivas anedotas de velhinhas contrabandistas contadas pelo meu avô materno, sargento do exército que cumpriu anos de caserna no pelotão de fronteira daquela cidade. A essa herança atribuo os meus hábitos alimentares, especialmente o grande apreço pela saborosa mujica de tracajá⁶⁸ preparada por minha avó e tias. Foram essas mesmas lendas, anedotas e comidas as “pequenas aberturas” que, anos mais tarde, produziram a minha ligação com aquele lugar e com uma parte desconhecida da minha família. Esses vetores e substâncias (imagens, memórias, cheiros e sabores) me permitiram estabelecer liames com “histórias mais amplas”, com temporalidades e geografias que eu ignorava, “espassando” laços antes “diluídos” no tempo e no espaço (CARSTEN, 2014, p. 113).

⁶⁵ O município foi criado pela Emenda Constitucional do Amazonas n. 12/1981 e instalado pela Lei Complementar n. 284/1983.

⁶⁶ Gentílico das pessoas nascidas em Tabatinga/AM.

⁶⁷ Prato preparado com banana pacovã verde (também conhecida em algumas cidades brasileiras como banana-da-terra) cozida e amassada, temperada com gordura animal e cheiro verde (cebolinha, coentro e chicória).

⁶⁸ Mingau de banana verde preparado com as vísceras do tracajá (quelônio aquático) e cozido à lenha no casco desse animal.

No início dos anos 2000, ainda estudante de graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), eu experimentei uma de minhas breves incursões etnológicas: como extensionista do projeto Rede Autônoma de Saúde Indígena (RASI)⁶⁹, acompanhei uma assembleia da Organização de Saúde do Povo Ticuna do Alto Solimões (OSPTAS), na cidade de Benjamin Constant. A bordo de um *Boeing 737* da Viação Aérea Rio-Grandense (VARIG), com capacidade para mais de cem pessoas, viajamos eu e outras colegas estudantes, por cerca de três horas. Durante a viagem, olhos fitados na janela da aeronave, eu me perdia entre os labirintos ondulados formados por tênues linhas de cor marrom no denso verde-escuro da floresta. Aterrissamos no aeroporto de Tabatinga e, minutos depois, no porto da mesma cidade, e debaixo de uma forte chuva, embarcamos com certo desequilíbrio em uma baleeira⁷⁰ que nos transportaria ao nosso destino (Figura 12). A monotonia da viagem de avião (interrompida poucas vezes por esparsas nuvens) cedeu lugar à ininterrupta trepidação da pequena lancha que deslizava habilmente entre grandes troncos de árvores e canaranas⁷¹, enfrentando com destreza o rebojo⁷² do rio.

Por uma semana, auxiliamos lideranças indígenas da OSPTAS a dominar técnicas de elaboração de projetos para captação de recursos e de participação em conselhos de saúde para controle social. Impossível imaginar, na época, que o prédio que nos serviu de alojamento nos dias de reunião se tornaria, cinco anos depois, a sede do Instituto de Natureza e Cultura (INC), campus universitário da UFAM no Alto Solimões. Tampouco poderia prever que justamente ali, dez anos mais tarde, eu iniciaria minha carreira docente. O rio e a floresta avistados do avião, a agitada viagem em baleeiras que vão-e-vem entres as duas cidades dezenas de vezes ao dia, as refeições com toda sorte de preparo da banana pacovã e peixes tornar-se-iam corriqueiras. As distantes linhas marrons ganharam formas mais densas, transformaram-se em barrancos e braços de

⁶⁹ O projeto RASI atuava no assessoramento a organizações indígenas para controle social em saúde.

⁷⁰ Benjamin Constant é um município amazonense vizinho à Tabatinga. O transporte entre as duas cidades é exclusivamente fluvial, realizado principalmente por pequenas embarcações de fibra de vidro, movidas por motores de popa, conhecidas como baleeiras. Hoje, as viagens nessas lanchas com capacidade para 15 a 18 pessoas duram cerca de 40 minutos.

⁷¹ Vegetação aquática.

⁷² Redemoinho de água muito frequente naquele trecho do Rio Solimões.

rios ocupados por flutuantes⁷³ e embarcações de variadas cores, formas e tamanhos. O verde-floresta abriu-se em clareiras, roças, estradas, comunidades e cidades inteiras que eu jamais tinha visto, e que, em pouco tempo, se transformaram em lugares afins, compondo parte das paisagens da minha vida (INGOLD, 2000).

Sessenta anos antes, em 1944, Manoel Francisco de Mello (1916-1989), meu bisavô materno, labutava no seringal Boa Vista, no Rio Javari, nas proximidades dessa mesma região (Figura 11). O “caboclo” amazonense nasceu na Ilha do Aramaçá⁷⁴, era benzedor “dos bons” e filho de um migrante cearense que, como dezenas de milhares de nordestinos, havia se aventurado em um navio e cruzado o Rio Amazonas para trabalhar na exploração do “ouro branco”⁷⁵. Naquele período, Manoel seguia forçosamente os passos do pai (Figura 13). É provável que o meu tataravô materno tenha chegado à região no final do período que a historiografia convencionou designar por “apogeu da borracha” ou “primeiro ciclo da borracha”, ocorrido na passagem do século XIX para o século XX. Essa fase da exploração gomífera na Amazônia constituiu-se tão próspera quanto efêmera. Após a perda do monopólio da borracha para as empresas inglesas, os seringais amazônicos entraram em crise, sendo revitalizados somente a partir dos anos de 1940, no contexto da II Guerra Mundial, quando os governos brasileiro e americano assinaram acordos para aumentar a exploração das seringueiras nativas.

Se tratava, portanto, do final da segunda fase de exploração do látex. A “batalha da borracha” reavivada pelo comércio bélico internacional⁷⁶ terminava. A mão-de-obra

⁷³ Habitações de madeira que flutuam sobre as águas e servem de moradia e/ou para o comércio às margens dos rios. São muito comuns em toda a região amazônica.

⁷⁴ A pequena ilha existe ainda hoje e está localizada em frente à sede de Benjamin Constant, município a que pertence seu território.

⁷⁵ Segundo Reis (2001, p. 209), a chegada de nordestinos se registra a partir de 1860. A despeito da ausência de estatísticas, sabe-se que “penetraram os altos rios da Amazônia clássica. Cursos fluviais como o Tapajós, o Xingu, o Madeira-Mamoré, o Guaporé, o Purus-Acre, o Juruá, o Javari, o Jutai, foram uma conquista deles, que os subiram e lhe exploraram as margens”.

⁷⁶ Nessa segunda fase, o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia (Semta), criado em Fortaleza em 1943 (PRATES; BACHA, 2011), transportou para a Amazônia cerca de 50 mil pessoas, sobretudo homens e nordestinos, com o objetivo de extrair borracha para os Estados Unidos da América durante a II Guerra Mundial. Segundo Lima (2013), em 1940, havia cerca de 35 mil seringueiros na Amazônia, mas a produção gomífera de guerra demandava mais de 100 mil seringueiros. O governo brasileiro, subsidiado pelo norte-americano, financiou por meio da Semta o deslocamento de homens do nordeste brasileiro para a região norte do país, especialmente para a região da Amazônia brasileira nos estados do Amazonas, Acre e Rondônia, configurando-se, assim, uma importante agência de migração (LIMA, 2013).

nativa não suportava mais a ambição de comerciantes da borracha e, com a recusa de muitas famílias a trabalhar na exploração da seringa, regatões⁷⁷ coagiam-nas a adentrar a mata, amedrontando-as com histórias de guerra. Embora a Segunda Guerra estivesse no fim e as tropas retornando ao Brasil, Manoel acreditou nas palavras de um tal regatão, e para não ser recrutado ao *front*, deixou a ilha do Aramaçá (Figura 11) e fugiu com a esposa e seus quatro filhos para o Vale do Javari⁷⁸. Com o apoio do regatão, foram deixados à própria sorte no meio da floresta e longe do rio. Em terra de ninguém, lutavam dia e noite para domar a seringueira, proteger-se e sanar a interminável dívida registrada na caderneta do benfeitor que ali os deixara com um punhado de sal, feijão e arroz.

Manoel e Sebastiana Rodrigues de Mello (1913-2001), minha bisavó peruano-indígena, construíram uma pequena tapera e permaneceram no seringal Boa Vista por cinco anos, período em que nasceram mais três filhos. No início, meu bisavô e Maria de Nazaré, sua filha mais velha (na época com sete anos) trabalhavam na mata, pelejando para extrair o leite da seringueira. Sebastiana cuidava dos filhos mais novos e limpava o terreno ao redor da casa para cultivar pequenos roçados onde plantava banana e macaxeira. Certeira no uso da espingarda, para cuidar dos filhos, não podia mais dedicar-se à caça. Exímia pescadora de arpão, afastada do rio, tampouco podia alimentar bem a si e a família. Foram anos difíceis. A amortização da dívida era feita exclusivamente com as bolas de borracha extraídas por Manoel e a filha, mas como não sabiam retirar o leite, a produção era insuficiente para quitar a dívida e as anotações na caderneta só aumentavam.

Próximo ao fim da estada na colocação⁷⁹ do Javari, encontraram finalmente um lago onde ergueram outra tapera e Sebastiana pôde pescar novamente. O roçado vingou e ela voltou a produzir a própria farinha. Seu marido e filha dominavam cada vez mais a extração do leite da borracha e, com o aumento da produção, diminuíram a dívida com o

⁷⁷ Comerciantes de miudezas que navegam entre rios e comunidades ribeirinhas para vender e trocar seus produtos.

⁷⁸ Com a Emenda Constitucional 78/2014, o Congresso Brasileiro assegurou o pagamento de indenização no valor de 25 mil reais aos seringueiros reconhecidos como soldados da borracha ainda vivos e, em caso de falecimento, a seus dependentes. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Acesso 27mai2020.

⁷⁹ Lugar onde o seringueiro era *colocado* para explorar a borracha.

regatão. Uma doença acometeu um dos filhos e a família abandonou a colocação. Armazenaram algumas bolas de borracha, pagaram o regatão e desceram⁸⁰ o Rio Javari de volta à Ilha do Aramaçá de onde fugiram anos antes por causa da suposta guerra.

Não descobri a origem precisa de minha bisavó materna. Nas anotações deixadas na caderneta de meu bisavô, estão registrados os dias e locais de nascimento dele e de todos os filhos. Quando deixaram o seringal, por volta de 1950, foram primeiro para a Ilha do Aramaçá e, em 1953, para a comunidade de Santa Terezinha. Há registro de uma breve estada na Ilha do Cleto antes de se instalarem próximo ao batalhão de Tabatinga, em 1960 (Figuras 14 -17). O sítio da família, erguido no nascente bairro da COMARA, se localizava entre a comunidade indígena de Umariaçú e a vila militar do Pelotão Especial de Fronteira (PEF). O nome do bairro, *COMARA*, referenciava uma antiga pista de terra, em clareira aberta ao lado da vila militar do PEF, preparada pela Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA) para o pouso dos hidroaviões Catalina e dos aviões C130 (Figura 19) que dali partiam para a capital e para outros pelotões de fronteira em Estirão do Equador, Japurá, Ipiranga e Vila Bitencourt⁸¹.

No final dos anos 1950, outro nordestino chegava às paragens do Rio Solimões. Recrutado pelas Forças Armadas Brasileiras numa praça portuária do Recife/PE quando carregava sacos de açúcar, o jovem Cícero (1935-) – ou Sinceridade, como apelidou a si mesmo – atendeu à convocação do Exército Brasileiro para servir à nação e alistou-se, deixando o agreste para trabalhar na capital do Amazonas. Em 1957, embarcou no Navio Motor Irineu Evangelista rumo ao Pelotão Especial de Fronteira, em Tabatinga (Figuras 20-21). Irineu Evangelista era uma embarcação comercial que percorria o Rio Solimões transportando alimentos, mercadorias diversas, carros, animais e pessoas, civis e

⁸⁰ Descer e subir o rio são expressões muito comuns entre as pessoas que conhecem e navegam os rios amazônicos. Os movimentos de descida e subida acompanham o fluxo das águas. Assim, subir o rio significa navegar contra a correnteza, e descer significa navegar a favor dela.

⁸¹ Pelos relatos de meu avô materno, a pista de pouso de terra da Comara existia, pelo menos, desde o final dos anos de 1950, e era vigiada pelo Cabo Gomes, seu amigo, que residia no posto de controle de pouso com a família. Os registros oficiais informam que a pista de pouso foi construída em 1964 para atender às demandas da Correio Aéreo Nacional. A partir de 1980, esse aeroporto, o mesmo em que desembarquei em 2000, passou a ser administrado pela Infraero. Fonte: <http://www4.infraero.gov.br/> Acesso em 18abr18.

militares, como meu avô materno costuma dizer. Curiosamente, o navio era homônimo do “patrono” da navegação amazônica, Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá⁸².

Essas embarcações, ainda hoje, são o mais popular e acessível meio de transporte para pessoas e mercadorias de toda sorte, entre as cidades e sobre os rios amazônicos. Eu mesma, aos oito anos, vivi uma grande aventura de infância quando percorri um longo trajeto a bordo de um navio-motor, descendo o rio Madeira até Manaus, com meus avós e todas as quinquilharias da família; inclusive a *Variant* que nos transportara da capital federal para a cidade amazonense de Humaitá. No colo de minha avó, me recordo de assistir, atenta e apreensiva, ao transporte de nosso carro da balsa ao convés do navio. Nas madrugadas, uma buzina ensurdecadora anunciava a chegada a cada novo vilarejo ou cidade; e, a cada parada, o ritual se repetia: redes desatadas, malas arrumadas, pessoas perfumadas desembarcavam e novas ingressavam, acomodando-se com suas redes nos vãos deixados pelas egressas. Durante o dia, as refeições, servidas pontualmente às seis, doze e dezoito horas, eram distribuídas em compridas mesas montadas no mesmo salão em que pendurávamos nossas redes coloridas à noite.

Quando Cícero chegou ao pelotão em 1957 – vinte anos antes de entrar para a reserva militar na cidade de Brasília/DF – o grupamento era formado por algo em torno de trinta homens militares: a maioria deles soldados nascidos em Benjamin Constant e na Ilha do Aramaçá. Os sargentos e oficiais transferidos de outras cidades brasileiras eram poucos. A maior parte dos homens vivia ali com suas famílias e os poucos solteiros logo se arranjavam com as mulheres nativas em cerimônias incentivadas pela corporação. Com meu avô não aconteceu diferente: enquanto fazia serviços elétricos nas ruas da Comara, conheceu uma jovem empregada doméstica, Nazaré (1937-1996), minha avó materna, a primogênita de Manoel e Sebastiana, com quem se casou e teve três filhos (Figura 22). A cerimônia de casamento coletivo, presidida pelo capelão militar do PEF em 1959, oficializou, na mesma ocasião, a união de outros vinte casais.

⁸² Em 1852, um contrato de concessão do governo imperial para Irineu Evangelista de Souza, futuro Barão de Mauá, assegurou o pagamento de uma subvenção pecuniária mensal para implantação da navegação a vapor no rio Amazonas (GREGÓRIO, 2009, p. 195).

Analisando o povoamento de Tabatinga desde as crônicas de meus familiares e de moradores atuais da cidade, é notável como as relações de parentesco e aliança conformaram-se importante estratégia de estado para o povoamento. É muito frequente na história das famílias da região, como na minha, o casamento de homens do nordeste do Brasil (militares ou trabalhadores da borracha) com mulheres indígenas de diferentes etnias, o que, paulatinamente, contribuiu para a formação de uma centena de comunidades. Essa estratégia militar de povoamento e defesa das fronteiras amazônicas esteve certamente associada a ideários de fixação e miscigenação e a práticas de reprodução sexual, incentivadas institucionalmente pelas Forças Armadas para a construção da pátria (OLIVAR; MELO, 2018).

As alianças matrimoniais constituídas pela minha família, naquele período, não eram de modo algum um episódio singular. Afinal, aquela era uma região de consolidação e expansão das fronteiras do Brasil a que se direcionavam projetos de exploração extrativista, de infraestrutura e logística e alvo de políticas de segurança nacional e de ocupação da Amazônia pela forte – e ainda atual – presença militar. E, não por acaso, a carreira militar se configurava, para muitos homens e mulheres, um fator influente para a organização familiar, a segurança financeira e a mobilidade social. Representava, também, a possibilidade de viver em outras cidades, na capital do estado, ou mesmo em outros estados do país. Em muitos casos, esses deslocamentos significavam melhores condições de estudo e de trabalho.

O militarismo que servia aos interesses estatais como estratégia de fixação e povoamento, representava, para muitas pessoas da região, um meio de mobilidade social e deslocamento. Não só minha avó materna, como suas três irmãs casaram-se com militares de baixa patente, oriundos de diferentes cidades nordestinas e, depois de alguns anos, passaram a morar na capital, Manaus/AM, onde educaram seus filhos e netos. A influência da carreira militar seria observável na minha família por muito tempo depois, tendo alcançando a mim e a outros primos da mesma geração que conhecemos os privilégios pecuniários provenientes da carreira militar, mesmo para baixos oficiais como nossos avós. Alguns de meus primos – e primas, desde que as mulheres foram aceitas

nas Forças Armadas – tornaram-se oficiais do Exército e seus filhos e filhas, ainda hoje, estudam em colégios militares ou seguiram a carreira militar.

Mulheres em movimentos: outras e novas mobilidades

Nas crônicas protagonizadas pelos patriarcas de minha família materna, reorganizadas pelos relatos que escutei de meu avô Cícero, as mulheres quando presentes surgem como meras coadjuvantes. Parecem compor um cenário imóvel, como se ali estivessem inertes à espera de seus futuros maridos. Parte significativa das análises sobre o processo de ocupação da Amazônia têm enredo comum: centram-se na descrição e análise da região a partir de processos fomentados por agências coloniais, missões religiosas, expedições militares ou políticas de estado quase sempre protagonizados por homens, sejam eles aventureiros, clérigos, comandantes, seringueiros ou militares (PRATES; BACHA, 2011; REIS, 2001).

As lembranças de minha mãe e de outras mulheres da família são diferentes. Nelas, os seringais, os casamentos, a vida militar e a vida na cidade grande são prenes de cenas protagonizadas por mulheres, o que, além de as incluir nas histórias da família, me permitiu conhecer outras dimensões da nossa história e das narrativas de meu avô, além de acontecimentos que ele sequer mencionara. Foram nessas lembranças compartilhadas por minha mãe que reencontrei parte de minha genealogia. Minha tataravó materna, a mãe de Sebastiana, era índia de origem peruana e casou-se com um jovem negro de origem pernambucana.

A bisavó Sebastiana, parteira com quem pude conviver por cerca de 15 anos em Manaus, era conhecida por ser destemida e braba. Resistiu com firmeza a penúria no Vale do Javari e, para alimentar e proteger os filhos, dominou com destreza o arpão e a espingarda. Entre Santo Antônio do Içá, a ilha do Aramaçá e Tabatinga pariu e criou doze filhos, uma dezena de netos e alguns bisnetos. Da bisa, como a chamávamos, nunca esqueci as histórias de assombração, o pente com que prendia os longos cabelos brancos e lisos sempre arrumados em um coque, as lições sobre bom comportamento na semana santa e as severas advertências proferidas com um acentuado sotaque

castelhano. Nos últimos meses de vida, senil e adoecida, encostava-se ao portão de sua casa para observar da rua de asfalto os barcos que desciam o rio, conversar com o marido e a filha mais velha (falecidos anos antes) e esbravejar em uma língua que desconhecíamos.

Sua filha mais velha, Nazaré, minha avó materna, ainda na infância enfrentou com o pai as cobiçadas seringueiras no Vale do Javari. Quando moça feita, morando em Tabatinga, aprendeu a costurar e a cozinhar nas casas de oficiais militares do PEF onde prestava serviços domésticos. Devota de Nossa Senhora de Nazaré, de quem recebeu o nome, cuidava com esmero do novenário da padroeira e participava assiduamente de todos os ritos litúrgicos dedicados à santa em uma capela franciscana do povoado de Tabatinga⁸³.

Entre o sítio na Comara, onde morava com os pais e irmãos, e as ruas da vila militar do PEF, conheceu Sinceridade, com quem teve três filhos: Inez, a mais velha; Darcley, a caçula; e seu único filho homem, o do meio, a quem deu um nome composto em homenagem ao padroeiro católico do bom parto e ao patrono do exército brasileiro, Raimundo Caxias, nascido no dia do soldado, 25 de agosto. Não por acaso, o nome de meu tio sintetiza duas importantes formas de governo daquela região: a missionação e o militarismo.

Minha mãe, Inez, nasceu em junho de 1959 no povoado de Tabatinga, na época pertencente à Benjamin Constant, então “território de segurança nacional”⁸⁴. Passou os primeiros anos da infância no Brilhante, um bairro às margens do igarapé Brilhante, adjacente ao PEF, do lado oposto ao da Comara. Estudou na única escola do povoado, mantida pela secretaria estadual de educação. Alguns militares e esposas de militares

⁸³ “A presença missionária também é antiga e, sabe-se que, em Tabatinga, desde o ano de 1873, havia uma igreja de alvenaria, junto ao forte, dedicada a São Francisco Xavier. Os missionários mantinham uma ótima relação com os oficiais e praças daquele pelotão independente, várias vezes ao ano, ali estavam para dar assistência religiosa aos militares e civis. A capela de Nossa Senhora de Nazaré foi construída pelo Revmo. Pe. Frei Silvestre de Pontepattoli, junto aos militares, quase todos paraenses e devotos de Nossa Senhora. Monsenhor Tomas e Frei Silvestre acalentavam a ideia da construção de uma capela dedicada aos santos anjos no marco brasileiro e, em 1949 o Revmo. Pe. Frei Felipe a construiu à margem esquerda do Rio Solimões”. Fonte: <http://bocasenoticias.blogspot.com.br/> Acesso em 18abr18.

⁸⁴ Em 1898, o território do povoamento de Tabatinga foi incorporado ao recém-criado município de Benjamin Constant (Amazonas-Brasil). Em 1968, durante o governo militar do General Costa e Silva, o território de Benjamin Constant foi classificado como “área de interesse da Segurança Nacional” por intermédio da Lei n. 5449/1968, o que impedia a eleição direta para prefeitos. Voltarei a isso mais detidamente no Capítulo 2.

dividiam a tarefa de ensinar as crianças; essas, em sua maioria, eram filhas dos oficiais militares residentes no PEF, dos praças⁸⁵ que moravam na Comara e no Brilhante – como minha mãe –, e dos comerciantes locais, alguns de origem portuguesa. Outras dessas crianças, a minoria, eram filhas dos *caboclos*⁸⁶ de Umariacú, uma comunidade indígena da etnia Ticuna⁸⁷, reconhecida apenas em 1998, e, atualmente, conurbada a Tabatinga. O acesso terrestre, realizado hoje por motos e carros, era improvável em 1965, quando ali se chegava apenas de canoa a remo. E de canoa Inez chegou pela primeira vez à comunidade, aos seis anos.

Em Umariacú, Inez conhecia as afilhadas de sua mãe, crianças com quem conviveu intensamente nos primeiros anos da infância. As tias e tios de Umariacú visitavam Cícero e Nazaré mensalmente. Enquanto Inez e as outras crianças brincavam de subir em ingazeiros, tomar banho no igarapé e cuidar de patos, as comadres trocavam presentes: Nazaré distribuía uma parte dos mantimentos recebidos da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e as roupas (camisas, shorts, calças) que costurava com tecidos que Cícero comprava em Letícia/Colômbia, e recebia em troca galinhas, banana, macaxeira e farinha. Minha mãe recorda as iguarias que integravam o rancho militar: além de arroz, feijão, macarrão, sal, açúcar, manteiga, bolacha, também recebiam jabá⁸⁸, chouriço, fiambre em conserva, queijo do reino e goiabada.

⁸⁵ Militares de baixa patente, como soldados, cabos e sargentos.

⁸⁶ Nas memórias de infância de minha mãe, era assim que os moradores de Tabatinga se referiam às pessoas indígenas da etnia Ticuna que viviam em Umariacú. Essa referência aparece também em Faulhaber (1998) e Lopez Garcés (2000, p. 37) e assinalam, em alguns contextos, conotação pejorativa, referindo-se a pessoas advindas do “interior” ou a homem “grosseiro e atrasado” (BOYER, 1999, p. 56).

⁸⁷ Segundo informações compiladas pelo Instituto Socioambiental (ISA), os Ticuna (*Tikuna*, *Tukuna* ou *Magüta*) são o maior povo indígena na Amazônia brasileira. Apenas nos anos 1990 tiveram suas terras reconhecidas oficialmente. Na mitologia, originaram-se no igarapé *Eware*, nas nascentes do igarapé São Jerônimo (*Tonatü*), margem esquerda do rio Solimões, entre Tabatinga e São Paulo de Olivença. Viviam no alto dos igarapés afluentes da margem esquerda do rio Solimões até o rio Içá/*Putumayo* e hoje habitam toda a região do Alto Solimões, nos municípios de Tabatinga, Benjamim Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins. Disponível em <https://piib.socioambiental.org/pt/Povo:Ticuna> Acesso em 20abr18. A história dos Ticuna é marcada por violentas relações de contato com seringueiros, pescadores e madeireiros no rio Solimões, como o massacre do Capacete ocorrido em 23 de março de 1988, há 32 anos, em que 4 índios foram assassinados, 19 feridos e 09 desapareceram. A este respeito, convém consultar o minucioso, preciso e comovente relato publicado em “A lágrima Ticuna é uma só” (OLIVEIRA, 1988).

⁸⁸ Charque ou carne seca.

Mas, aquela não era uma visita familiar à parentela de Umariacú, e sim uma visita oficial, uma missão civilizatória. Tratava-se de uma excursão escolar para a inauguração da primeira escola de Umariacú, a Escola Estadual Almirante Tamandaré, hoje considerada uma das mais antigas escolas indígenas bilíngues da região. Além da comitiva escolar, da qual minha mãe fez parte, estiveram presentes na cerimônia algumas autoridades militares e o capelão. Uma enorme bacia de alumínio (daquelas compradas em Letícia, na Colômbia, minha mãe faz questão de frisar) em que se servia o açaí e um grande paneiro com farinha de tapioca bem torrada foram oferecidas às pessoas convidadas. Não por acaso, no rito inaugural, as crianças indígenas apresentaram uma dança folclórica e as crianças de Tabatinga uma peça teatral. Minha mãe que sempre ouvira, em casa, a parentela (afilhados/as, primos/as, tios/as e compadres/comadres) ser chamada pelo nome próprio, descobria naquela ocasião que os *caboclos* de Umariacú eram *índios* como aquele representado por Peri, o herói romântico de José de Alencar interpretado por um de seus colegas de escola (vestido com uma saia de penas e portando nas mãos um arco e uma flecha) na mesma peça em que ela protagonizara Cecília, de O Guarani, ópera de Carlos Gomes.

A diferença aprendida na escola, era (re)produzida também em outros espaços. Anos depois daquela inauguração, em 1968, Cícero foi promovido a cabo e transferido para outro posto de fronteira, passando a viver com a família no PEF de Cucuí, em São Gabriel da Cachoeira/AM, outra fronteira amazônica na região do Alto Rio Negro. Ali, Inez se descobriu uma menina de *pele clara*, diferente dos *índios* de quem passou a ter medo. Antes de deixar Tabatinga, sua mãe recebera das mulheres de militares que haviam morado em Cucuí duas insistentes recomendações: a primeira alertava-a a recusar qualquer alimento oferecida *pelos índios*, acostumados a matar inimigos com veneno⁸⁹. A segunda avisa-lhe que esses mesmos *índios* não gostavam de gente de pele clara, como Inez. Esses e outros episódios da biografia de minha mãe revelaram como ela

⁸⁹ A respeito do “temor” de militares em relação aos indígenas de São Gabriel da Cachoeira, convém mencionar a alusão de Olivar (2019) à narrativas dos anos 1970 sobre o tema: “Nós também tínhamos medo”, “ouvimos falar sobre os índios que comiam gente”, “ouvíamos de colegas que morreram com flechas envenenadas” (OLIVAR, 2019b, p. 14).

experimentava na infância e adolescência a descoberta de diferenças e percebia a formação de uma certa “branquitude” e de outras marcas.

A adaptação a Cucuí foi difícil nos primeiros meses. Minha avó, impressionada pelos maus conselhos e temendo ser envenenada, recusou-se por muito tempo a estabelecer vínculos de amizade e compadrio com a vizinhança. Também se recusava a comer os pães gentilmente oferecidos por uma de suas novas vizinhas. A cada nova cesta de pães, Nazaré explicava aos filhos o motivo de jogar os pães no lixo. O medo do envenenamento e o desejo provocado pelo apetitoso cheiro dos pães eram sentimentos que confundiam as crianças.

Nos dois primeiros anos em Cucuí, Inez frequentou um colégio mantido pelas missionárias salesianas e, em 1970, foi enviada para o Patronato Santa Terezinha, um internato feminino mantido em Manaus pelas mesmas missionárias (Figura 23). Tendo “descoberto” as diferenças entre a cor da sua pele e a de outras crianças pelas histórias assustadoras sobre os *índios* de São Gabriel da Cachoeira, no internato experimentou outras diferenças e desigualdades.

Muitas jovens do interior do Amazonas foram (e ainda são) enviadas por suas famílias para estudar na capital. Naquela época, algumas delas eram recebidas e educadas em internatos religiosos, mantidos por missionárias católicas, como o Patronato Santa Terezinha e o Colégio Nossa Senhora Maria do Socorro, atualmente duas das tradicionais escolas privadas do Amazonas. Outras jovens, certamente a maioria, eram (e ainda são) recebidas por famílias que as acolhiam em apadrinhamento com o compromisso de oferecer abrigo, alimento e educação. Em ambas as situações, suas famílias retribuíam com mantimentos – farinha, peixe, banana e outras frutas – e as jovens prestavam serviços domésticos e, não raras vezes, serviços sexuais, como aconteceu à Domingas, personagem de Milton Hatoum (2000).

Aliás, a literatura amazônica (RANGEL, 2001[1908]; CASTRO, 1930; HATOUM, 2008), predominantemente escrita por homens, é povoada por histórias de filhos bastardos, violências de gênero e relações abusivas entre patrões e suas “afilhadas”. O mesmo não ocorreu a Inez, mas tão logo chegou ao patronato percebeu a desigualdade no modo

como ela e outras crianças eram tratadas. O peso das tarefas domésticas, as regalias reservadas às filhas de famílias abastadas e a distância dos pais fizeram do internato um lugar insuportável para a menina que teve a fuga frustrada pelo pai que, ao perceber seu descontentamento, a trouxe de volta.

Eu fiquei lá em 70 [1970], eu fiquei uns dois meses. Eu não fiquei muito tempo. Eu tinha outras ideias, ideias revolucionárias (risos). Era o seguinte, como eu era aluna, era filha de cabo, eu era tratada de uma maneira. As filhas de oficiais, de tenente para cima, eram tratadas de outra maneira. Por exemplo, nós todas fazíamos as refeições juntas. Só que terminava [a refeição], as outras iam descansar, nós íamos limpar a cozinha e lavar louça. Aí, arrumávamos os dormitórios, todas arrumavam suas camas, mas nós lavávamos os banheiros. Claro que isso eu não iria admitir, a gente tinha que ser igual a todo mundo. Eu achei que não era o caminho certo, não era por aí. Eu queria ser freira para servir à deus, e não para servir às freiras e às filhinhas de oficiais (Informação pessoal).⁹⁰

Apesar da experiência ruim no internato religioso, Inez nutriu o sonho de estudar, de voltar a Manaus, viajar e conhecer outros lugares. Sempre contou, com deslumbramento, a sua primeira viagem aérea a bordo do Catalina. Esse sonho, no entanto, nascera antes mesmo de ela conhecer *a capital*. Uma inflamação no joelho direito tratada equivocadamente com uma cirurgia malsucedida, realizada pelo único médico do PEF (um ginecologista), agravou seu problema de saúde e a impediu de andar por dois anos, período em que esteve sob os cuidados diários de um enfermeiro, o cabo Carlos. Cresceu cultivando a gratidão e a admiração pelos jalecos brancos, sonhando em viver na cidade e tornar-se enfermeira.

Antes de completar onze anos sua aspiração se realizou, e Inez foi morar e estudar em Manaus com o pai, a mãe e seu casal de irmãos. Tendo deixado primeiro a cidade de Tabatinga, e depois a vila militar de Cucuí, a adolescente terminou o colegial, estudou administração e, aos 17 anos, se casou, na cidade de Agrestina/PE, a terra natal de seu

⁹⁰ CUNHA, M.I.M. (2018). Mensagem recebida por Whatsapp em 10 de fev. 2018.

pai, para onde Cícero retornara com toda a família para cumprir a promessa de cuidar da mãe, idosa e adoecida, até a sua morte.

A bisavó Inez era pernambucana. Alta, de pele e olhos claros. Eu não a conheci, morreu meses antes de meu nascimento, quando minha família residia em Brasília/DF. Diz-se que dela herdamos a pele mais clara, como a de minha mãe. Cega pela quebra de resguardo⁹¹ do meu avô Cícero, mãe solo, minha bisavó era hábil tecelã. Trabalhou até pouco antes de morrer no tear, cujas linhas coloridas eram cuidadosamente dispostas e ordenadas para que ela continuasse a formar os desenhos com que adornava as redes tecidas com esmero.

Depois do casamento em Pernambuco, minha mãe e o marido, minha bisavó Inez, avós e tios seguiram para a recém-inaugurada capital federal, onde se dedicaram à panificação. Por uma década, mamãe manteve-se casada com meu pai, um jovem negro goiano que conhecera ainda em Manaus como motorista de uma das primeiras empresas de ônibus urbano da capital amazonense. Essa empresa de ônibus era responsável pela linha de ônibus Compensa/São Jorge que minha mãe utilizava diariamente para frequentar as aulas na escola estadual Presidente Castelo Branco⁹². Tenho vagas informações de minha ascendência paterna e poucas recordações de meu pai, com quem não mantive contato desde a separação no final dos anos 1980. Mamãe demorou pouco mais de uma década para retornar a Manaus e outras décadas a mais para voltar a sua terra natal, Tabatinga. Meio século depois do seu nascimento, quem retornava a esta cidade era eu, sua segunda filha, para trabalhar como professora em um recém-criado campus universitário.

⁹¹ O resguardo (ou puerpério, em termos médicos) corresponde ao período pós-parto em que a mulher deve cumprir ritos de asseio e observar restrições de locomoção, dieta alimentar e relações sexuais. Esses ritos e restrições variam segundo costumes locais. Nas crônicas de meu avô, a inobservância de algumas dessas regras teria sido a causa da cegueira de minha bisavó.

⁹² A escola cujo nome homenageia o primeiro presidente militar brasileiro após o golpe de 1964 localiza-se no bairro São Jorge, na zona oeste de Manaus, onde minha mãe viveu parte de sua adolescência. O bairro cresceu ao redor de uma vila militar para oficiais das Forças Armadas. Muitos militares de baixa patente transferidos para Manaus, como meu avô, fixaram residência nas adjacências da vila o que contribuiu para a formação de vários bairros nas proximidades.

A viagem de volta: para além da aventura antropológica

Nos anos 2000, a instalação de universidades no interior da Amazônia compunha um conjunto diversificado de políticas públicas criadas ou radicalmente ampliadas no país sob o signo do “desenvolvimento” – seja ele “regional”, “social”, “econômico”, “nacional” ou “humano”. Refiro-me, principalmente, a políticas de expansão da educação de nível superior, de defesa nacional e segurança pública, de infraestrutura e de transferência condicionada de renda, cujo alcance e efeitos no Amazonas foram notáveis. Para uma vaga ideia desses efeitos na educação superior, de 2001 a 2011, a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) criou 68 (sessenta e oito) novos cursos de graduação, ampliando em 262% as vagas oferecidas em vestibular, passando de 1930 (mil novecentos e trinta) a 5060 (cinco mil e sessenta) vagas. A UFAM aderiu ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2005, e tornou-se uma instituição “multicampi”. Na ocasião, foram criados 30 (trinta) novos cursos, com 1470 (mil quatrocentos e setenta) vagas iniciais, sediados em 5 (cinco) unidades espalhadas no interior. Esse processo de interiorização, que implicou na contratação de mais de 500 (quinhentos) servidores, entre professores e técnicos-administrativos, incluiu o Instituto Natureza e Cultura em Benjamin Constant, onde se implementou, em 2006, o primeiro curso de graduação em Antropologia do país⁹³. Embora por meio de outro projeto, apartado institucionalmente, no mesmo ano surgia na sede da UFAM, em Manaus, o primeiro programa de pós-graduação em Antropologia Social do Amazonas (ALMEIDA, 2019).

Uma das justificativas mais difundidas para a instalação da graduação naquela região foi a numerosa presença indígena. Na época, um noticiário local exaltava a vocação antropológica regional que atraía pesquisadores de todo o país e do mundo. O noticiário ecoava uma concepção há muito difundida da atração científica pela Amazônia (REIS, 2001, p. 215). Mas, a despeito de quaisquer propósitos oficiais, a justificativa antecipava um dos muitos conflitos constitutivos desse projeto: ignorar os efeitos da fricção entre

⁹³ Outros cursos de graduação em Antropologia foram criados no Brasil nesse mesmo período. A Associação Brasileira de Antropologia organizou um fórum e uma coletânea de textos que descreve o início dessas experiências (TAVARES et al., 2010). Sobre as experiências de pós-graduação em antropologia na Amazônia, consultar Almeida (2019).

uma tradição de distanciamento e alteridade produzida pela pesquisa antropológica, especialmente a etnologia indígena (mas não apenas) feita *na/sobre* a Amazônia por pesquisadores *estrangeiros* e o ensino universitário, logo, a formação de estudantes (e, logo, de antropólogas e antropólogos) pertencentes aos grupos tradicionalmente estudados por essa disciplina. Uma das avaliações da experiência de Benjamin Constant, publicada em uma coletânea da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), explicitou esse conflito:

Como os alunos são da própria região, alguns têm simpatia por algum grupo local, já vêm dos movimentos sociais ou da experiência pessoal ou familiar cotidiana em algum segmento, e acabam colocando essa militância, essa ideologia, certa sociologização e politização da antropologia, acima do próprio conhecimento antropológico. Então, a meu ver, é “querer colocar o carro na frente dos bois” e querer fazer militância sem ter fundamentação antropológica sólida que dê sustentação as suas reivindicações e, muitas das vezes, boas intenções. Se por um lado a região carece dessas políticas, por outro acredito que da maneira imediatista como alguns alunos de antropologia pensam em resolver os problemas sociais históricos da região, a própria antropologia acaba perdendo com isso, pois alguns projetos de antropologia caberiam melhor num curso de serviço social ou de outra área que não a antropologia” (VIEIRA In: TAVARES et al., 2010, p. 23).

Esse mal-estar pode ser explicado, em parte, pelos argumentos de João Pacheco de Oliveira (2004), para quem “as autorrepresentações da disciplina caminham muito mais devagar do que as alterações adaptativas registradas no interior da prática concreta das pesquisas antropológicas” (2009, p. 10). De fato, o austero julgamento do excerto acima manifesta o descompasso a que se refere Oliveira (2004), mas também o menosprezo por um modo de fazer muito característico da antropologia praticada no Brasil principalmente nas periferias da disciplina. Mais ainda, reafirma a objetividade branca, masculina e classista severamente criticada por Haraway (1995) e ignora a potência das pesquisas contaminadas (BOURDIEU, 2005; ROSALDO, 2000; DUARTE; GOMES, 2008).

Enfim, quando eu retornei para *a fronteira* em 2010, voltava para assumir o cargo de professora permanente na universidade. Voltava, então, como *patroa*⁹⁴ e possuía um corpo *estrangeiro* e intelectualizado pelas oportunidades que pude experimentar. A formação acadêmica, a experiência profissional e a circulação por espaços em nada *periféricos* produziram outras e novas experiências que se misturaram àquelas que antes me compunham. Embora filha de amazonense, pobre e criada em um dos bairros mais estigmatizados da zona oeste de Manaus, eu havia ingressado aos 17 anos em uma universidade pública e, desde então, obtido bolsas de estudo que me permitiram abandonar o emprego no comércio, contribuir para o sustento da família e me dedicar exclusivamente aos estudos, diferente de muitas amigas e amigos de adolescência (Capítulo 3). Antes de terminar a faculdade consegui um emprego público com o que obtive recursos para deixar Manaus e me candidatar à pós-graduação em São Paulo.

Com a bolsa de estudos da fundação paulista de pesquisa, concluí o mestrado (MELO, 2008) na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), o que me colocava no restrito grupo de amazonenses que, como os meus professores da UFAM (a maioria deles homens, ainda hoje), havia estudado *no centro*, em uma das mais importantes universidades do Brasil. Além disso, eu voltava ao Amazonas após cinco anos dedicados aos estudos de gênero e à avaliação de políticas públicas para mulheres: primeiro, como estudante de mestrado e, depois, como consultora da extinta Secretaria de Políticas para Mulheres do Governo Federal (SPM/PR)⁹⁵. Nesse mesmo período eu havia assessorado o Instituto Integrado de Ensino em Segurança Pública (IESP/SSP/AM) na elaboração de uma proposta de mestrado e participado da primeira Pesquisa Nacional de Vitimização (SENASP/Ministério da Justiça). Todas essas consultorias e assessorias estavam associadas aos programas e projetos fomentados por aquele conjunto de políticas públicas antes mencionado.

⁹⁴ Termo comumente empregado em Tabatinga e Benjamin Constant para designar mulheres com ascendente posição social e econômica. Por exemplo, médicas, professoras universitárias, pastoras, militares e vereadoras são chamadas de patroa.

⁹⁵ De 2008-2010 fui contratada por agências da ONU para prestar duas consultorias para a Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República. O objeto das consultorias era o desenvolvimento e a implementação de uma metodologia de avaliação da política nacional de enfrentamento à violência contra mulheres na região Norte.

Por essa trajetória, e apesar dela, na ocasião do meu ingresso na carreira docente, em 2010, eu ansiava abandonar os estudos de gênero e me concentrar definitivamente nos estudos de práticas policiais e de controle – o que eu progressivamente abandonara no mestrado – e investigar a formação da polícia indígena do Alto Solimões (PIASOL) criada por lideranças Ticuna⁹⁶. O pioneirismo da graduação em Antropologia e o interesse pela PIASOL foram as principais motivações para me candidatar à vaga de professora naquele campus. No entanto, poucos meses de trabalho foram suficientes para me dissuadir: uma a uma, chegavam a mim estudantes a procura da professora “feminista”, interessadas em “aprender sobre mulheres, direitos e gênero”. Suas demandas não eram “estritamente acadêmicas” e não foram assim, “estritamente acadêmicos”, os usos dados por elas para a formação universitária. O fato é que, naquele momento, se eu não estava mais interessada nos estudos de gênero, aquelas estudantes estavam. Não sem resistências, deixei-me afinal guiar por elas e seus interesses.

“Eu não tinha interesse por bruxaria quando fui para a terra Zande, mas os Azande tinham; de forma que tive de me deixar guiar por eles” (EVANS-PRITCHARD, 1978, p. 300)⁹⁷. Embora este excerto seja inspirador naquilo que expõe sobre a tensão entre os interesses de Evans-Pritchard e os Azande e, sobretudo, dos efeitos disso para a teoria antropológica; para mim, é também revelador de um tipo de relação muito diferente da produzida na minha experiência no Alto Solimões pelo vínculo e tensões produzidas entre ensino, teoria e pesquisa antropológica. Se, por um lado, como Evans-Pritchard, eu cedia aos interesses das estudantes e por eles me conduzia no ensino e na pesquisa; por outro lado, na relação entre nós, tanto eu como elas nos constituímos como pessoas marcadas, ao mesmo tempo, pela alteridade e pela semelhança, “nem oposição, nem identificação, mas uma proximidade – construída – que tanto pode ser fonte de desconforto quanto de iluminação” (VELHO, 2007, p. 251). Eu ainda era *a professora de fora*, os seus interesses ainda eram diferentes dos meus, nossas posições na universidade e fora dela eram

⁹⁶ A curiosidade da época resultou em duas comunicações científicas, apresentadas em dois congressos. A primeira delas, “Policiamento indígena, agências estatais de Segurança e Defesa Nacional: a polícia indígena Ticuna”, no Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais e, a segunda, no Fórum Diálogos sobre Conflitualidade Social, Territorialidades e Fronteiras, na Reunião Equatorial de Antropologia/Encontro Norte-Nordeste da Associação Brasileira de Antropologia.

⁹⁷ Esse movimento de “render-se às preocupações dos outros” é o que permite estar “em relação com os outros”, movimento crucial para o método antropológico (STRATHERN, 2017, p. 318).

socialmente desiguais, mas algo nos permitia que nos reconhecêssemos e produzíssemos laços de cuidado, afeto e afinidade.

Junto a elas me movi e pude observar, através de suas sagazes inquietações o cotidiano de profissionais do sexo na fronteira; o fluxo do sistema de justiça criminal em pequenas cidades do interior do Amazonas; os percursos e percalços de parturientes peruanas para utilizar o sistema de saúde brasileiro; os efeitos locais de projetos legislativos de criminalização do “infanticídio” indígena e contra a descriminalização do aborto; e, especialmente, as configurações locais de políticas de segurança pública, defesa nacional e assistência social desde a perspectiva de mulheres habitantes daquela região multiétnica e transnacional (MELO; SILVA; FLISTER, 2016). Seus olhares *contaminados* pela proximidade compuseram um complexo mosaico da região onde eu passei a viver e pesquisar, e essa visão ampliada complicou minha maneira de pensar aquele lugar.

Nesse “engajamento com pessoas reais” (INGOLD, 2012)⁹⁸ forjei meu percurso docente e de pesquisa e, como meus antepassados, vivi e percorri cidades e rios. E, enquanto ensinava, aprendia e liderava projetos concentrados sobremaneira no estudo das relações de gênero, das violências e dos direitos humanos, reconhecia naquela paisagem (INGOLD, 2000) memórias e genealogias. O que para muitas pesquisadoras seria uma “aventura antropológica na Amazônia” teve em meu caminho conotações muito diferentes. Habitar os lugares onde viveram minha ancestralidade familiar e onde minhas linhagens acadêmicas produziam suas alteridades não era uma aventura ou uma expedição ao desconhecido, mas o reconhecimento de uma vida, a (re)descoberta de uma malha de corpos e afetos de longa duração que revelaram e tencionaram a hibridez pela qual sou constituída.

Desses encontros surgiu o Observatório da Violência de Gênero no Amazonas (OVGAM), um programa de extensão universitária que alinhava os anseios e interesses de minhas estudantes a uma conjuntura politicamente favorável. Evidentemente, minha formação e

⁹⁸ Essa forma de conhecimento “engajado”, como define Ingold (2012), é gestado no percurso da vida por encontros entre pessoas em que cada umas penetre na experiência da outra e faça com que essa experiência também seja sua.

atuação profissional foram determinantes para a feição formal desse projeto cuja criação se propiciou por uma conjuntura de financiamento público que atendia aos interesses da “interiorização do ensino superior” e do “desenvolvimento regional”. A criação do *Observatório* era, portanto, indissociável tanto das políticas de educação e de “promoção da equidade de gênero” implementadas no Brasil naquele período (MELO, 2018), quanto das velhas políticas de defesa nacional. Sem dúvida, esse contexto o tornou importante agente de intervenção. Ao mesmo tempo, configurou-o como uma ferramenta eficaz para a iniciação à pesquisa em antropologia sobre violência de gênero, políticas públicas e para a formação de jovens feministas. A mim, revelou contextos etnográficos nos quais as categorias gênero, violências, direitos e estado articulavam-se de modo muito peculiar e instigantes ao pensamento.

A experiência no *Observatório* me ofereceu ainda mais. A generosidade e confiança daquelas estudantes me permitiram encenar a “política do amor e do resgate” (BEHAR, 2003, p. 07). Não delas, mas de mim mesma. Deixando-me afetar por elas, aprendi sobre elas e aquele lugar, mas sobretudo a meu respeito (VELHO, 2007, p. 250). Essa descoberta era “política transformadora” de nós mesmas e das relações que nos atravessavam (HOOKS, 2019, p. 69).

E desse modo continuei minha viagem pelos rios e cidades amazônicas. Em sentido oposto ao de meus antepassados, desci o Rio Solimões. Deixei Benjamin Constant e cheguei à cidade de Amaturá em julho de 2012. Em dois anos, percorri toda a calha do Alto Rio Solimões, permanecendo de uma a duas semanas em cada uma das suas nove cidades. Em 2013, aportei no Baixo Amazonas, passando pelas cidades de Boa Vista do Ramos, Maués e Parintins. Dois anos depois, cheguei à São Gabriel da Cachoeira, na região amazônica do Alto Rio Negro⁹⁹. Eu não viajava sozinha. Um grupo de estudantes me acompanhava a cada expedição. Não se tratava de uma aula convencional de antropologia, nem do “tradicional” trabalho de campo quase sempre solitário. Aquelas não eram as minhas primeiras viagens de barco ou de pesquisa, mas, definitivamente, as

⁹⁹ Em cinco anos de pesquisa, estivemos em 17 dos 62 municípios amazonenses, navegamos pelos rios Solimões, Negro e Madeira e percorremos cidades que abrangem mais de 500 milhões km² e uma população estimada em pouco menos de 600 mil habitantes (IBGE, 2015). Entre 2012-2018, as pesquisadoras do OVGAM produziram 29 relatórios de estágio, 17 trabalhos de conclusão de curso, 09 projetos de iniciação científica e 3 dissertações de mestrado (MELO; SILVA; FLISTER, 2016).

experiências anteriores de navegação, a formação acadêmica e os poucos anos de pesquisa e docência não haviam me preparado para a prolongada excursão e incursão que experimentamos.

Com o passar do tempo, e no desenrolar de nossas atividades, algo intrigante emergia da fricção entre os objetos investigados, a nossa atuação pública, as trajetórias das estudantes e a minha própria. A cada sessão de estudo surgiam, em verdadeiras catarses, relatos de violências (sempre carregados de muita emoção) vividas pelas participantes do projeto. Às teorias estudadas, misturavam-se fragmentos de histórias de vida e relatos confessionais de como aquelas mulheres construíam rupturas com relações violentas conjugais e familiares, ensaiavam atuações políticas e reinterpretavam as suas práticas, o feminismo e a teoria antropológica. Pouco a pouco, descobríamos que nossos caminhos, e o entrelaçamento deles, teciam experiências constituintes de um projeto experimental (e inacabado) de universidade, de antropologia e de feminismo. A escuta de seus relatos em nossos espaços de formação acadêmica nos aproximava de uma forma inusitada e estabelecia formas *involuntárias* de comunicação e afeto.

Essa convivência nos conduzia a etnografias cada vez mais próximas das vidas daquelas antropólogas iniciantes. E cada vez mais *contaminadas*. Uma das primeiras integrantes do Observatório, Rizonete Souza (2014) descreveu em sua monografia a trajetória na universidade. Em uma narrativa minuciosa, narrou a “redescoberta de si e da violência” em um emblemático enredo dos conflitos impostos pelo fazer antropológico.

A leitura me deu uma espécie de flash, lembrei de coisas que aconteceram comigo e que eram discutidas no texto como sendo violência contra mulher. Saía da leitura, da conversa e ficava pensando e relembrando situações. Raiva, repulsa, eram sentimentos que se misturavam dentro de mim. Foi a partir dessa primeira leitura que passei a entender muitos momentos de minha vida em que havia sofrido violência. Passei então a me apropriar das leituras e do aprendizado tanto na universidade como em outros espaços para me assegurar e reconhecer algumas situações do meu dia a dia. (SOUZA, 2014, p.21)

O trabalho do tempo na minha experiência foi se revelando na medida em que passo por um processo de descoberta e aquilo que entendia como violência, que estava guardado, se mistura às novas descobertas e se torna objeto da linguagem. Do silêncio absoluto e da ocultação da experiência, passo a, paulatinamente, rememorar e falar sobre as minhas vivências após ser confrontada com as vivências das mulheres com quem me encontrei no trabalho de campo. Essa experiência despertou em mim o interesse de me sentir conhecedora de meus direitos e poder, eu mesma, fazer algo por mim e talvez por outras pessoas. (SOUZA, 2014, p.18)

Em suas palavras, a participação no *Observatório* havia se configurado um espaço de percepção e nomeação das experiências vividas como violentas, e do reconhecimento de si como "sujeito de direitos", como mulher "comprometida politicamente". De um certo modo, essa experiência parecia cumprir o papel de instrumentalizar a nomeação de processos vivenciados e de acionar uma certa "gramática de direitos" (VIANNA, 2013) próprias de processos de fronteirização (LOIS; CAIRO, 2001; GRIMSON, 2003; ALBUQUERQUE, 2015; COSTA, 2018) do qual o projeto havia se tornado partícipe. Por outro lado, como para Anzaldúa, a leitura e a escrita pareciam "salvá-la", abrir "lugares antes trancados", e ensiná-la a "sobreviver e depois a subir" (ANZALDÚA, 2016, p. 232). Essa forma de saber passava por sentimentos de repulsa e raiva (ROSALDO, 2000), mas sua "arquitetura feminista" (ANZALDÚA, 2016, p. 64) a projetava além, "para fazer algo por si e por outras" (SOUZA, 2014, p. 18).

Esse era, evidentemente, um processo ambíguo. Ao descrever a si mesma por meio das palavras "estrangeiras" aprendidas na universidade, e "sussurradas" ao seu ouvido pelas teorias antropológicas e feministas que eu mesma "ensinava", Souza se apropriava delas a seu modo, transformava-as e dava-lhe novas formas e sentidos, tornando-se, de fato, "dona" daquelas palavras (SIMIÃO, 2015, p. 344). Talvez fosse a isso que Anzaldúa se referia ao pensar a escrita de *la nueva mestiza* como uma forma de autonomia e de empoderamento, dotada de uma força motivadora e transformadora para a sua vida e a de outras mulheres:

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. (ANZALDÚA, 2000, p. 232)

Paradoxalmente, a violência da escrita civilizatória (CLASTRES, 2008, p. 123) tem para muitas mulheres essa potência revolucionária e de cura explicitada por Anzaldúa e Souza. A mesma potência encontrei nas páginas de *Becos da Memória*, de Conceição Evaristo (2006), *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus (2014) e de *No fundo do poço*, de Buchi Emecheta (2019). As escritas da vida fraturada de Anzaldúa entre o México e os Estados Unidos; da “descoberta” da “violência” e o desejo de dar a conhecer esse mal-estar de Souza; da “escrivência” de Evaristo; da vida na favela impressa no diário de Carolina; e da obstinação de Adah a imigrante nigeriana em Londres de Emecheta são grafias de vida que revelam atos de coragem, resistência e cura. Acredito que bell hooks se refira justamente a isso quando afirma que, “para mulheres de grupos oprimidos”, “encontrar a voz é um ato de resistência”, de “engajamento” e de “autossalvação” (HOOKS, 2019 p.45). Essas são escritas altamente contaminadas pela experiência, pela vivência inscrita em corpos marcados.

Essa experiência vivenciada também no *Observatório* me interpelava continuamente. Por hercúleo e incoerente, as emoções e os afetos pujantes não foram afastados do nosso experimento antropológico e feminista. Ao contrário, passamos a integrá-los em nossas pesquisas, incorporá-los às nossas descrições e a produzir, quiçá, um tipo de conhecimento que nos permitisse descolonizar a formação antropológica e feminista, transitar entre os mundos que nos compunham e experimentar narrativas coerentes com esse movimento.

Reconhecer a paisagem, navegar pelos mesmos rios em que meus antepassados navegaram, rever as linhas dos movimentos de meu corpo, reencontrar aquela paisagem em diferentes temporalidades e processos, rememorar minha ancestralidade e me

entrelaçar aos caminhos de Rizonete Souza e de outras estudantes, revelou o potencial transformador dessa experiência para a minha relação com a antropologia e com o feminismo. Todas essas vivências me possibilitaram um experimento antropológico que somente agora posso compreender em seu potencial de generosidade, crítica e abertura (INGOLD, 2012); um processo vivido no trânsito, no híbrido, no fazer-se em contínuo movimento e sob o imperativo da contradição. Mais tarde, compreendi que aquela experiência passava necessariamente pela “possibilidade de unir tudo o que estava separado” (ANZALDÚA, 2016, p. 136) e por especular a potência dessa escolha.

Este capítulo explicitou não apenas as condições que tornaram possível a pesquisa, mas as experiências fundadoras, as transformações vivenciadas e as escolhas feitas na minha antropologia *em processo*. Ao longo de todo esse caminho assumi um certo conhecimento contaminado (ROSALDO, 2000; DUARTE; GOMES, 2014) e a exigente tarefa de autorreflexividade. Essas escolhas imiscuíram minha história e a de minha família às histórias de outras mulheres com quem me encontrei no percurso investigativo. Mas parte desta trama foi tecida antes, nas linhas de minha ascendência negra, indígena, nordestina, pobre e periférica. Revelar uma “origem social pouco prestigiosa” e um campo de pesquisa “tão afetivamente envolvente” (DUARTE; GOMES, 2014, p. 33) foi o modo encontrado para reivindicar meu lugar na antropologia e em suas linhagens representadas, ainda, principalmente por filhas e filhos da elite. O meu exercício de “dar voz” às mulheres, passou primeiro e necessariamente por encontrar minha própria voz na antropologia e na universidade. Apenas desse modo me julguei capaz de escutar e traduzir as vozes que me iluminaram, inspiraram e me questionaram.

Ao longo do capítulo, busquei uma significativa mudança de registro. Se nas crônicas de meus patriarcas, “o estado” e “os homens” figuram como protagonistas, nas novas mobilidades as mulheres também são agentes principais. Em ambos os casos, ainda que de maneiras diferentes, as mobilidades de meus patriarcas, das mulheres de minha família e de outras mulheres, como eu mesma, foram enredadas a políticas “de estado”. Apesar disso, seus movimentos são experimentados de modo muito particular e em temporalidades, escalas e dimensões variadas e não podem ser explicados unicamente

como agenciamentos estatais. As linhas desses movimentos são impressas em genealogias, memórias familiares e em territórios performados por formas de governo que prefiguram afetos e normatividades de gênero. E, embora nesse capítulo não haja referência explícita à “assistência social”, os fios *da malha assistencial* atravessam minha narrativa e podem ser observados no internato feminino onde estudou minha mãe, na política da COBAL para militares, no deslocamento de trabalhadores da seringa, de assistentes sociais e de educadoras para a fronteira. E até mesmo nas ações do *Observatório*. Ainda que o nicho estatal para a proteção social não tenha sido mencionado, são perceptíveis as linhas de formas de governo que circundam os considerados incapazes de gerir a si e às suas famílias (DONZELOT, 1986).

Figura 11 - Deslocamentos de Manuel Rodrigues de Melo entre 1936-1960

Figura 12 - Baleeiras, Fotografia de João Leitão, 2013

Figura 13 - Seringueiros na Amazônia, Reprodução Fernando de Souza, s/d

Figura 14 - Caderneta de Manuel Francisco de Melo, 1936, Acervo pessoal

Figura 15 - Caderneta de Manuel Francisco de Melo, Ilha do Aramaçã, 1937, Acervo pessoal

Figura 16 - Caderneta de Manuel Francisco de Melo, 1943, Acervo pessoal

Figura 17 - Caderneta de Manuel Francisco de Melo, 1957, Acervo da pessoal

Figura 18 - Manuel, Sebastiana e uma bisneta, Manaus/AM, 1988, Acervo pessoal

Figura 19 - Avião Catalina, Pista de pouso da COMARA, Tabatinga/AM, s/d, Acervo pessoal

Figura 20 - José Cícero, Batalhão de Fronteira, Tabatinga/AM, 1952, Acervo pessoal

Figura 21 - José Cícero, Manaus/AM, 1975,
Acervo pessoal

Figura 22- José Cícero, Maria Nazaré e filhos,
Brasília/DF, 1978, Acervo pessoal

Figura 23 - Maria Inez Melo, Cucuí/AM, 1970, Acervo pessoal

FRONTEIRAS

CAPÍTULO 2

O GOVERNO DA FRONTEIRA

Percorrendo a história da Amazônia, vamos verificar que a preocupação em a manter como área útil do país, seja no período colonial, seja já no Brasil autônomo, é uma constante. E, como decorrência dela, houve mesmo propósitos e práticas governamentais que permitiram a sua manutenção como espaço humanizado e como espaço produtivo, conquanto muito longe de ser realmente o que se imaginava pudesse vir a ser. A valorização foi determinada, no entanto, como parte integrante de um vasto programa, de raízes distantes, que abrangia não apenas a Amazônia, mas outros espaços nacionais, que estavam desafiando a capacidade do país. Há, portanto, duas razões fundamentais explicando o propósito da valorização: a que diz respeito ao estabelecimento de condições iguais para o homem brasileiro nas várias regiões em que ele vive, e a que se refere à segurança nacional, no que essa segurança possa estar ferida pela ambição das potências mais desenvolvidas.

A Amazônia e a integridade do Brasil, Arthur Cézar Ferreira Reis, 2001, p. 145

A referência e os pontos de convergência na tríplice-fronteira são as cidades Santa Rosa (Peru), Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia). São cidades de pequeno porte, perdidas nos confins dos três países. No entanto, a cidade de Tabatinga destaca-se como ponto de maior movimentação migratória, concentrando uma porcentagem significativa de migrantes colombianos e peruanos e se apresentando também como porta de entrada no território brasileiro. Há problemas similares vivenciados pelos três países nessa área específica. O narcotráfico impera na tríplice fronteira com proporções diferentes em cada uma das três cidades.

A mobilidade humana na tríplice fronteira, Márcia Maria de Oliveira, 2006, p. 185

Dentro do amplo alcance da segurança coletiva da região fronteira não se apela apenas à proteção ou às técnicas de repressão, mas também à prevenção, à assistência, à minimização dos danos e à eliminação dos riscos. A segurança integral, além disso, se constitui num conceito que supera a tradicional exclusividade militar e policial, que distinguiu a segurança pública por muito tempo. Há uma multiplicidade de novos agentes e causas de riscos e perigos, que não apenas os relacionados ao crime e à violência. Efetivamente, não há apenas um “inimigo” à vista (o crime), mas uma região fronteira peculiar recheada de perigos e riscos que subvertem as tradicionais normas fixas de calculabilidade, ligando meios e fins ou causas e efeitos.

Ministério Público do Estado do Amazonas, Relatório do Encontro Interinstitucional sobre a Justiça na Tríplice Fronteira (Brasil/Peru/Colômbia), 2011

Grande parte da Amazônia ainda vive como se estivesse na idade da pedra, pois o poder público não está presente.

General Guilherme Theophilo de Oliveira, Especial Portal G1, dezembro de 2013

Onde estava “a violência” que procurávamos?

Benjamin Constant, 20 de julho de 2012. São seis horas da manhã. Soa o alarme do celular e eu desperto abruptamente. Ansiosa, havia dormido pouco. Os últimos meses foram de intensa preparação para aquela viagem. Tomo uma xícara de café amargo apressadamente, e, antes das sete horas, saio de casa. Do lado de fora, Messias¹⁰⁰ nos espera. Eu e Patrícia, antropóloga que me acompanhava, deixamos nossas malas e equipamentos na carroça de Messias e caminhamos ao porto da cidade onde outra parte da equipe nos aguardava: cinco estudantes de antropologia e uma técnica da universidade.

Começava a primeira expedição do *Observatório* (Figura 24). A bordo da lancha Expresso Ajato 2000¹⁰¹, deixamos Benjamin Constant e chegamos a Amaturá¹⁰² seis horas depois, abreviando uma viagem que nas embarcações regionais duraria cerca de quinze horas. A família de uma das estudantes do grupo nos esperava e rapidamente nos acomodou em sua casa para servir o almoço e nos alojar. Espalhamos nossos colchonetes numa grande sala e transformamos a rotina da família que nos acolheu por quinze dias.

Na cidade, realizamos uma série de oficinas, visitas institucionais, pesquisa documental na delegacia e no cartório judicial, entrevistas, observação em feiras, bares, associações, igrejas, torneios de futebol, festejos religiosos, reuniões de família. Essa era uma viagem experimental, nosso projeto-piloto, e nele colocamos à prova todos os nossos planos, cursos e reuniões de preparação. Nossa rotina cumpria um rito: estar com pessoas, conhecer a cidade, visitar instituições, indagar sobre violências (nominações, formas de enfrentamento, recursos públicos, agenciamentos locais), mapear fluxos, catalogar

¹⁰⁰ Nome fictício.

¹⁰¹ Naquele momento escolhemos esse tipo de embarcação mais rápida, embora mais cara. No entanto, ao longo das expedições que realizamos, experimentamos todos os tipos de transporte, definindo a embarcação segundo a disponibilidade de recurso financeiro, o tempo que dispúnhamos para a pesquisa de campo e mesmo a oferta de passagens nas cidades. A maior parte das viagens foi feita em embarcações regionais, motores de linha, lanchas expressas ou voadeiras. Apenas uma viagem de Fonte Boa a Tabatinga foi percorrida em avião. E apenas para Atalaia do Norte utilizamos um carro fretado.

¹⁰² Amaturá é um município do Amazonas, pertencente ao Alto Solimões. Localiza-se a oeste de Manaus, distando desta cerca de 1.072 quilômetros da capital e a 41 km de Santo Antônio do Içá, a maior cidade nos arredores. Fonte: IBGE Cidades.

serviços públicos e “fomentar a participação das mulheres e o controle social”. Cada item do nosso escrutínio correspondia a um produto: catálogos, mapas, fluxogramas, infográficos, relatórios, artigos, monografias etc.

Ao final de cada dia, diário de campo nas mãos, trocávamos impressões e informações, produzíamos mapas e genealogias, e partilhávamos ansiedades, frustrações e descobertas. Apesar da rotina exaustiva, o sentimento comum era de muito entusiasmo. Mas, a despeito dele e dos documentos que vasculhávamos nos arquivos da delegacia e do cartório, ninguém nos falava sobre a tal “violência contra mulheres” que procurávamos. Os dias se passavam e, nos encontros com as mulheres em suas casas, nas reuniões dos grupos de igreja, a caminho da roça, ninguém mencionava o assunto.

A culminância de nossa passagem pela cidade seriam oficinas em que reuniríamos as pessoas que encontramos em nossas andanças. No dia marcado para o seu início, esperamos por uma hora até a chegada de apenas duas mulheres. Maria Portelo¹⁰³, uma delas, nos explicou que a manhã de sábado era imprópria. Naquela hora, muitas ainda estavam em suas roças e ela própria pôde ir ao nosso encontro porque havia adoecido e precisava evitar o sol da estrada até o açazeiro da família. Inconformadas, explicamos que havíamos feito convites personalizados e entregues nas mãos de cada uma das pessoas. Outro erro, nos explicou ela. O convite deveria ter sido feito pelo carro de som, circulando pelas ruas da cidade, esse sim funcionava. E não adiantava chamar para falar sobre violência, porque isso não era um problema na cidade. Exceto por um ou outro episódio, como o estupro de uma jovem cujo acusado (um “peruano”) estava preso; ou uma briga entre “índios” Ticuna da comunidade vizinha e moradores locais durante a Festa de São Cristóvão (o padroeiro da cidade), o que levara o juiz a proibir a venda de bebidas alcoólicas e a participação dos “indígenas” nos festejos.

Levamos a sério os conselhos de Portelo e naquela mesma manhã contratamos um carro de som e gravamos uma chamada. Na tarde e na noite daquele sábado nosso convite ecoou pelas ruas da cidade: “Amanhã, domingo, 29 de julho, no Centro Social do Idoso Benigno Falchi, encontro com professoras da universidade para conversar sobre

¹⁰³ Nome fictício.

direitos”. No domingo, realizamos nossas últimas atividades em Amaturá: uma oficina com mulheres e uma com pessoas idosas.

Na primeira, tivemos a participação de um grupo bastante diversificado de mulheres (professoras, enfermeiras, agentes de saúde, donas de casa, idosas e estudantes). Depois de dinâmicas de apresentação, as dividimos em pequenos grupos para responder a três perguntas: O que é violência? Que tipos de violência você conhece? O que você faz quando isso acontece? Cada grupo era liderado por uma mulher escolhida dentre as participantes com a ajuda de uma de nós da equipe para anotar as respostas, controlar o tempo e garantir a participação de todas (Figura 25 e 26). A cada dúvida, as estudantes me procuravam e tentávamos ajustar a metodologia. Num dado momento fui interpelada por Rizonete, queixando-se de seu grupo que estava “muito calado”. Perguntou-me se era uma boa ideia motivá-las a falar contando sua vivência para elas. Queria incentivá-las, mas temia comprometer o “distanciamento” e a “objetividade” (SOUZA, 2014). Eu, na verdade, fui surpreendida pela confissão da experiência de “violência” que ela decidira expor, pois até aquele momento jamais falara a respeito. Em diálogo com as outras estudantes, concluímos que parecia um bom caminho para estabelecer empatia e confiança.

Encerradas as conversas nos pequenos grupos fizemos um intervalo e nos reunimos na coxia do auditório para avaliar os resultados da nossa escolha. Constatamos que todas as 24 (vinte e quatro) participantes haviam relatado alguma vivência de constrangimentos físicos em relações afetivas e familiares (com maridos, filhos, netos). Para nossa surpresa, apenas uma delas, a mais jovem do grupo, de 16 anos nos contou: “isso não aconteceu comigo porque eu ainda não sou casada, mas sei que isso acontece à minha mãe”.

Na última oficina, reunimos um grupo de cinquenta pessoas idosas que, interpeladas a responder as mesmas perguntas, surpreendentemente, nos apresentou um breve esquete em que apareciam pessoas enfileiradas à frente de um caixa eletrônico, com cartões magnéticos para saque de benefícios sociais à mão. Pela primeira vez, eu ouvia falar daquilo que anos depois ficou conhecido na mídia nacional como a “máfia do bolsa família”.

Aquele esquete ficou esquecido em minhas anotações até começarmos a análise do banco de dados organizado com as informações dos boletins policiais consultados na pesquisa de campo¹⁰⁴. Neste momento estranhei a quantidade de registros de furto e de “perda de documentos” (fato não criminal reportado nas delegacias de polícia em todas as cidades pesquisadas). Nos resumos dos boletins, com muita frequência, o furto e a perda de documentos apareciam relacionados ao cartão magnético utilizado para o saque do Bolsa Família e de outros benefícios. Além disso, nas dezenas de oficinas que realizamos, percebemos uma rede de agenciamentos locais que compunha fluxos de resolução de conflitos nos quais os órgãos e serviços da assistência social – centros de referência e conselhos tutelares – ocupavam um lugar central na resposta pública para as violências domésticas; na difusão de procedimentos judicializantes; e no recurso de pessoas em “situação de violência” ao “estado”.

Isso me redirecionou das delegacias aos centros de referência da assistência social, e me aproximou de pessoas “beneficiadas” por programas sociais e de profissionais que atuam na execução local dessas políticas. Se a interiorização do ensino superior havia trazido para a região muitas mulheres como eu, professoras universitárias de várias partes do país, a consolidação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a expansão do Programa Bolsa Família mobilizou outro grupo numeroso de mulheres, de nível médio e superior, provenientes, sobretudo, de outras cidades do interior do Amazonas. E, muito embora a expansão universitária e a interiorização da “assistência social” tenham sido produzidas pelo mesmo conjunto de políticas públicas, observadas de perto e de dentro essas novas formas da presença estatal na Amazônia têm histórias diferentes. Em todo caso, esses nichos da burocracia, assim como a mistura tensa entre eles, integram formas de governo cujas performatividades¹⁰⁵ produzem a *fronteira*

¹⁰⁴ Disponível em <https://ovgam.com/mapa/> Acesso em 24mai2020.

¹⁰⁵ Performatividade é aqui entendida como uma forma específica de poder forjada em atos enunciativos que reiteram normas e produzem o que declaram por meio de práticas regulares e sancionadas (BUTLER, 2018; 2019). Ou seja, um modo de “nomear um poder que a linguagem tem de produzir uma nova situação ou de acionar um conjunto de efeitos” (BUTLER, 2018, p. 25). Conforme esse entendimento, o próprio ato de enunciação confere materialidade pela reiteração e repetição regulares. Como Butler argumenta, “aquilo que é ‘atuado’ trabalha para esconder, quando não para repudiar, o que permanece opaco, inconsciente, não performático” (BUTLER, 2019, p. 387).

Amazônia como o território da piedade e do medo, da pena e do perigo. Neste território, a “violência” e a “vulnerabilidade” têm valor heurístico.

A “penosidade” e a “periculosidade” da fronteira

Os marcos reguladores da legislação trabalhista brasileira definem “penosidade”, “insalubridade” e “periculosidade” como condições de precarização do trabalho e correspondem, respectivamente, ao desempenho de atividades desgastantes, de exposição a agentes nocivos para a saúde e de grave risco para a vida. Ainda na primeira metade do século XX, a Consolidação das Leis do Trabalho (1943) reconheceu no Brasil a necessidade de indenização pecuniária para as atividades consideradas perigosas e insalubres. Em 1988, a Constituição Federal garantiu como “direito social” a remuneração adicional e indenizatória ao trabalho realizado sob “condições de perigo, insalubres ou de pena”. Na sequência, normas do Ministério do Trabalho¹⁰⁶ regulamentaram os adicionais por “periculosidade” e “insalubridade”, assegurando o primeiro a categorias de trabalhadores como policiais e bombeiros, e o segundo para trabalhadores da saúde e da indústria química.

Se, para os adicionais de “periculosidade” e “insalubridade” os parâmetros legais de aferimento baseiam-se em “circunstâncias objetivas” (como lesões físicas ou taxas toleráveis de exposição a determinados agentes químicos), as diretrizes para determinação das condições de “penosidade” são ainda imprecisas e demasiado subjetivas. Talvez, por esse motivo, o pagamento desse benefício permaneça sem regulamentação e a sua concessão, quando aprovada, tenha demandado morosos litígios judiciais.

No ano de 1990, uma lei reiterou o direito constitucional à indenização pelo desempenho de atividades “penosas aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem”¹⁰⁷. Anos depois, portarias da PGR

¹⁰⁶ Normas Regulamentadoras NR15 e NR16.

¹⁰⁷ Refiro-me ao artigo 71 da Lei n. 8112/1990 que estabeleceu o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

garantiram o pagamento desse adicional aos servidores do MPU em cidades “situadas na faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, bem como aquelas localizadas na Amazônia Legal e no Semiárido Nordeste que tenham população inferior a trezentos mil habitantes”¹⁰⁸. Esse precedente desencadeou processos similares e, há alguns anos, servidores públicos de instituições federais de ensino localizadas nos municípios da “faixa de fronteira” passaram a reivindicar o pagamento do “adicional penosidade”¹⁰⁹ (Figura 27).

Em uma das poucas decisões judiciais favoráveis a esse tipo de pleito, a sentença definia o trabalho nesses lugares de “difícil acesso” como “atividade sofrida” e descrevia a tal condição de “penosidade da fronteira”. Na esteira dos imprecisos parâmetros legais disponíveis, o teor da decisão judicial sugeria a existência de um terreno escorregadio no qual a “periculosidade” produziria a “penosidade” (e vice-versa), sendo esta última orientada por um determinismo geográfico de forte viés etnocêntrico e colonial e por uma condição de perigo inerente à fronteira, concebida como uma região mais vulnerável ao crime. Assim, e ainda conforme o teor desses processos, um dos principais argumentos para reivindicação do benefício nas ações judiciais promovidas por servidores civis era o sofrimento físico e emocional provocado pelo desgaste de trabalhar em uma “região perigosa” e de “difícil fixação”¹¹⁰.

Esse litígio trabalhista é representativo do modo como “penosidade” e “periculosidade” parecem, não raras vezes, confundir-se nas imaginações sobre uma parte da região

¹⁰⁸ Portarias da Procuradoria-Geral da República/Ministério Público da União n. 633/2010 e n. 654/2012.

¹⁰⁹ Em fevereiro de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) negou a existência de direito subjetivo ao auxílio penosidade.

¹¹⁰ Um excerto da decisão judicial supracitada corrobora para a argumentação em curso: “atividade penosa, dentre as variadas acepções, pode ser compreendida como aquela que, por sua natureza, circunstâncias ou métodos de trabalho, submetem o trabalhador à *fadiga física* ou *psicológica*. Também se enquadra no conceito de penosidade o exercício de atividade em *zona de fronteira*, onde, além do *interesse estratégico de defesa nacional*, há *maior incidência de delitos transfronteiriços*, cuja prevenção e repressão é de interesse supranacional, gerando maior desgaste no desempenho de cargos e funções públicas” [grifos meus] (Sentença do processo n. 0001707-74.2015.4.03.6202 do Juizado Especial Federal Cível de Dourados, Subseção Judiciária de Dourados/MS). Em dezembro de 2017, portarias do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Brasil (n. 455, 456, 457, 458 e 459/2017) definiram os municípios considerados “localidades *estratégicas* para efeito do pagamento do adicional de fronteira para servidores públicos federais em exercício nas *regiões de fronteira* do Brasil e em locais de *difícil fixação* de pessoal”. Essa medida (assegurada pela lei n. 12855/2013) contemplou servidores das polícias federal e rodoviária federal, receita federal, ministério da fazenda, fiscais agropecuários e auditores do ministério do trabalho

amazônica situada no “arco norte” da “faixa de fronteira”. Mais ainda, parecem retroalimentar-se e até mesmo imiscuir-se. Não me refiro a qualquer confusão no uso das imprecisas definições da legislação trabalhista nacional, mas a uma certa profusão semântica reveladora do modo como essas figurações são continuamente atualizadas na e sobre “a fronteira”. Refiro-me particularmente ao modo como se constituem imaginações políticas demasiado produtivas e capilares porque engendram saberes, práticas e instituições e são continuamente atualizadas. Essas atualizações se produzem noutros espaços, como nas representações midiáticas sobre o crime na região.

Em 21 de março de 2017, o noticiário vespertino da televisão A Crítica (na época, repetidora da TV Record no Amazonas) exibiu um episódio da série jornalística “Nas veias do tráfico”¹¹¹ e apresentava aos telespectadores amazonenses os “piratas” do Rio Solimões – afluente do Rio Amazonas que, segundo a reportagem, seria a “artéria principal na rota da cocaína que vem de barco do Peru e da Colômbia com destino a Manaus”. Conhecidos por ataques a embarcações e canoas que navegam com toda sorte de mercadorias pelos rios amazônicos¹¹², os “piratas” são descritos na série como um grupo de criminosos que disputa o controle dos rios com facções criminosas, as quais utilizam a hidrografia amazônica para transportar a droga produzida na tríplice fronteira de Brasil, Peru e Colômbia.

Segundo a reportagem, os “piratas do Solimões” atacavam embarcações com carregamentos de cocaína pertencentes à Família do Norte (FDN), facção criminosa nacionalmente conhecida desde janeiro daquele mesmo ano, após a morte de 56 homens presos no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em Manaus (CANDOTTI; MELO; SIQUEIRA, 2017)¹¹³. Como retaliação pelo roubo dos carregamentos, a facção teria capturado e executado membros do grupo de piratas. Trechos de um vídeo anônimo, supostamente produzido pela FDN, exibiam a execução de uma dupla de piratas

¹¹¹ Série JR “Nas veias do tráfico” exibida em março de 2017. Disponível em <https://youtu.be/tOAzymbc4VQ>. Acesso em 06set2018.

¹¹² O líder indígena Edney Kokama reportou ataques de “piratas” contra indígenas que vinham às cidades para saque de benefícios sociais em 2014, na mesa-redonda “Segurança Pública, Estados Nacionais e Fronteiras” realizada durante o Simpósio Internacional Povos Tradicionais e Geopolítica na Pan-Amazônia. Disponível em <https://youtu.be/34bb3DMScCI>. Acesso em 26mai2020.

¹¹³ Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/>. Acesso em 06set2018.

capturados. Um deles estava no chão, morto e amarrado pelas mãos e pés a um tronco de árvore. O segundo, de joelhos, cercado por facões, metralhadoras e lanternas era instado a descrever o seu *modus operandi*. Clamando por sua vida, justificava aos seus algozes a traição: “Sou pai de sete filhos. Não sei ler, não sei escrever. Fui criado no interior onde eles [os piratas] me deram apoio”. A piedade provocada pelo clamor daquele homem – provavelmente executado ao final da gravação – foi interrompida pelo espetáculo das cenas de ação seguintes.

A sequência apresentava a operação de uma equipe especial da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) que havia conseguido capturar outros desses piratas na cidade de Coari, há 753 km da tríplice fronteira e 456 km de Manaus. Para a reportagem, a pirataria havia se constituído um problema tanto para a FDN como para os gestores da segurança pública. A prisão dos piratas “no meio da selva amazônica” e a apreensão de armas de alto calibre escondidas em igapós foi transmitida espetacularmente. Após a captura, os tesouros recuperados e os homens apreendidos foram exibidos em praça pública e cortejados em carro aberto até a cadeia da cidade. Dezenas de motos e buzinaços acompanharam a condução dos presos pelas ruas da cidade, do porto ao cárcere.

Anos antes, em julho de 2015, o Jornal de Jundiaí (publicação digital do interior de São Paulo) divulgava uma matéria intitulada “A violência enraizada na Amazônia” em que descrevia a cidade de Tabatinga como uma “cidade pequena, [com] cerca de 50 mil habitantes, sem contar os *estrangeiros* que fincam estacas por lá, [e que] carrega nos ombros o *peso da violência* causada pelo narcotráfico internacional” (grifos meus)¹¹⁴. Tabatinga é a principal cidade da região do Alto Rio Solimões e ocupa lugar de destaque nas ações de enfrentamento ao tráfico internacional de drogas, políticas de defesa nacional e segurança pública desenvolvidas na região norte do país.

Essas narrativas não povoam apenas os noticiários. A principal diretriz do extinto Ministério da Integração Nacional do Brasil (2009)¹¹⁵ para as políticas de fronteira

¹¹⁴ A matéria foi publicada na edição digital pelo Jornal de Jundiaí em 29/07/2015. Disponível em <http://www.jj.com.br/noticias-18154-a-violencia-enraizada-na-amazonia> . Acesso em 09abr2016.

¹¹⁵ Criado em 1999, o ministério foi extinto em 2019 com a posse de Jair Bolsonaro.

reiterava muitos dos elementos presentes nessas reportagens¹¹⁶. Igual teor possuía o Relatório do Encontro Interinstitucional sobre a Justiça na Tríplice Fronteira publicado pelo Ministério Público Estadual do Amazonas (2011). Embora preocupado com questões atinentes à “assistência social”, o relatório alude à “segurança integral” como meio para a “minimização de danos”, “eliminação dos riscos”, a necessidade de políticas mais amplas e a preocupação preeminente de proteger uma região “recheada de perigos e riscos”.

Formulações como essas pressupõem e naturalizam o “incipiente desenvolvimento regional”, a “baixa densidade institucional do estado” e a constante “ameaça do inimigo estrangeiro”, concepções que orientam de forma decisiva as políticas de integração nacional, defesa e segurança pública, mas também as de assistência social. Desse modo, os limites criados e impostos pelo estado brasileiro – não sem contínuas interações com outros estados nacionais – produzem e se reproduzem continuamente reconfigurando políticas e instituições forjadas, muitas das vezes, em contextos diversos e até mesmo oponentes à lógica da integração, defesa e segurança.

Essas descrições são representativas dos jogos de produção da *pena* e do *perigo*, ambos conformando uma zona de contínua interação e tensionamento entre pessoas, relações e instituições que se embaralham em intermináveis tramas. Essa zona borrada a que designo com o duplo pena-perigo foi empiricamente observável em formas de interação ao mesmo tempo complementares e concorrentes de agentes e agências que atuam nas áreas de defesa nacional, segurança pública e proteção social na fronteira.

O perigo – governo do medo – é constituído por discursividades que se retroalimentam e, ao mesmo tempo, fundam e mantêm “a fronteira” desde remotas referências. Na fronteira como lugar perigoso, acessamos de modo espetacularizado (MELO; OLIVAR, 2019) uma feição de estado masculinizada, dotada de práticas, saberes e técnicas para o combate ao crime e aos criminosos. Acessamos também a fronteira como espaço de trânsitos, de expedições, de operações sazonais, de passagem (PAIVA, 2015) e de

¹¹⁶ “A região se apresenta como pouco desenvolvida economicamente, marcada pela dificuldade de acesso aos bens e aos serviços públicos, historicamente abandonada pelo Estado e pela falta de coesão social, por problemas de segurança pública e pelas precárias condições de cidadania” (PDFF, 2009, p. 11).

circulação de “estrangeiros” (CANDOTTI, 2017). Esse discurso, eminentemente masculinizado, inventa continuamente uma fronteira ameaçada por homens, protegida por homens e ocupada também por eles. Uma fronteira, enfim, governada por homens. Um território cobiçado e perigoso, povoado por criminosos e vítimas potenciais sempre silenciadas ou não reconhecidas (OLIVEIRA, 2016). O perigo, o crime e a cobiça são constitutivos e constituintes do território de fronteira fortemente protegido por instituições de defesa nacional e segurança pública (HIRATA, 2019).

A pena, por sua vez, adjetiva uma condição quase inerente ao lugar da fronteira – nesse caso, *a fronteira Amazônia* e as suas populações. Nessa figuração, a vulnerabilidade está para a pena, como o crime está para o perigo. O território da pena é o inóspito e suas populações e meio ambiente são vulneráveis. A pena é ambígua, possui um fundo religioso de piedade e caridade, mas também está alocada no domínio da natureza – compreendida em acepção alusiva à própria floresta e em oposição à civilização – como se suas populações fossem governadas por e condenadas a ela, ou quase que vulneráveis pela sua própria “natureza” selvagem que deve ser domesticada. Na dimensão da pena e sob o governo da piedade encontramos as missões religiosas, as ações humanitárias nacionais e internacionais e todo o aparato educacional e socioassistencial público. A pobreza metamorfoseada em “vulnerabilidade social”, mensurada em cifras-limite (como a “extrema pobreza”) e auferida por indicadores de desenvolvimento social também compõe a pena e a piedade.

Ora, o duplo pena-perigo, quando experimentado nos afetos de piedade e medo, pode conduzir ao sofrimento dos outros (FASSIN, 2012; KOPPER, 2014) e, paradoxalmente, ao sofrimento próprio. Se conduzido para a empatia com o “pobre”, o “vulnerável”, reduz o “outro” à condição de vítima (da pobreza ou da natureza, por exemplo), negando-lhe outras formas de reconhecimento; se, pelo medo, impele à autopreservação, ao medo da “violência” e ao aniquilamento do outro (o “estrangeiro”, o “criminoso”, o “selvagem”). Essa dupla de afetos, piedade e medo, ao lado do falso duplo pena-perigo, constitui uma zona borrada, fronteira: um mecanismo tutelar¹¹⁷ de controle baseado no “cuidado” e

¹¹⁷ *Tutela* remete a uma aproximação com diferentes abordagens. Robert Paine (1977) analisou os efeitos deletérios da “tutela branca” sobre os Inuit. Esta tutela consistiria em um colonialismo de políticas sociais compensatórias, noutros termos, uma forma de cuidado subordinadora. Para Oliveira (1988), a tutela

na “proteção” em funcionamento por meio de diferentes ações de governo e processos de estado, produzindo e produzido pelo gênero, diferentes formas de presença estatal e fronteiras que atravessam vidas, e são também atravessadas por elas, transformando-as, numa zona continuamente imprecisa, limítrofe e contraditória.

Com quantas missões e batalhões se faz uma fronteira?

Historicamente, a dinâmica territorial¹¹⁸ e administrativa da região do Alto Solimões é bastante complexa. Para uma vaga ideia, a cidade mais antiga da região, São Paulo de

consiste em um conjunto de códigos de conduta compartilhado; um conjunto de pessoas fora dos padrões de conduta; e uma perspectiva normativa e integradora (OLIVEIRA, 1988, p. 222). Souza Lima (2003) definiu “poder tutelar” como uma reelaboração da guerra, uma forma de poder de estado e de integração territorial e política: “modo específico de estatização de certos poderes incidentes sobre o espaço, através do controle e da alocação diferencial e hierarquizada de populações” (SOUZA LIMA, 2003, p. 14).

¹¹⁸ Território e territorialidade são conceitos polissêmicos disputados tanto na Geografia como na Antropologia (FORTES; EVANS-PRITCHARD; FORTES, 1975; OLIVEIRA, 1998; ALMEIDA, 2012; GODOI, 2014; PERUTTI 2015). Território pode ser definido como objeto em construção por interações múltiplas (MASSEY, 2018), como uma combinação de estruturas naturais e produzidas (HAESBAERT, 2014; SAQUET 2011) ou sistemas estruturados compostos por processos relacionais de poder (RAFFESTIN, 1993). Para Robert Sack (1986), é resultado da aplicação de estratégias para afetar, influenciar e controlar pessoas, fenômenos e relações numa área geográfica (SACK, 1986). Territorialidade seria, então, a tentativa de um indivíduo ou um grupo de indivíduos que, através de suas ações, controlam, influenciam pessoas, fenômenos e relações, sendo o espaço, portanto, um mediador da correlação de forças entre eles. Ingold (2015, p. 215) argumenta contra o conceito de espaço por ser abstrato, rarefeito e vazio, incapaz de ser habitado. No entanto, no sentido atribuído por Lefebvre (1974), espaço é concebido dialeticamente como produto e produtor da vida social e das relações de produção e reprodução. “Espaço geográfico”, proposto por Milton Santos (1996), designa um conjunto complexo de sistemas de objetos e de ações mediados pela interação cultura-natureza através da técnica. Consoante a Lefebvre, Santos concebia espaço como uma criação sobre o território pelo povo. Claude Raffestin (1980) também diferenciava espaço e território, mas, inversamente, definia o território como um campo de ação do poder cujo produto seria o espaço. Rogerio Haesbaert (2004) argumenta que as concepções de Lefebvre e Raffestin não são necessariamente opostas, pois o primeiro define “um espaço feito território através dos processos de apropriação e dominação” (p. 02). Sobre a noção de território, defende que “o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica” (p. 02). Por sua vez, o conceito de territorialidade é muito utilizado em pesquisas antropológicas brasileiras e, tal como o define Emília Godoi (2014), é polissêmico, plural e abrange “processos de construção de territórios, isto é, de apropriação, controle, usos e atribuição de significados a um espaço transformado” (GODOI, 2014, p.10). Sua acepção abarca as dimensões sociais, simbólicas e físicas e enfatiza o caráter processual do território, em constante transformação. Daniela Perutti (2015) segue na mesma direção ao descrever as negociações entre o território étnico das normas jurídico-administrativas e os diferentes sentidos atribuídos a ele num processo de reconhecimento territorial. Parte dos dados considerados em minha análise abarcam de modo relacional tanto o território como categoria prática do estado-nação em sua dimensão jurídico-política-funcional (HAESBAERT, 2004); como as territorialidades, isto é, os processos situados de apropriação e transformação de territórios por meio de relações de poder (GODOI, 2014). Noutras palavras, considerei tanto os diferentes limites produzidos pelo estado brasileiro para gestão de políticas públicas e controle de populações, como as

Olivença, surgiu de um povoamento missionário espanhol fundado em 1689 pelo missionário jesuíta Samuel Fritz (REIS, 2001, p. 85). No entremeio dos litígios para definir os limites territoriais dos reinos de Portugal e Espanha na região amazônica (REIS, 2001; GÓMEZ GONZÁLEZ, 2014), coube aos missionários a “tarefa gloriosa de cristianizar os milhares de selvagens que se aglomeravam ao longo da grande artéria e seus afluentes” (REIS, 2001, p. 85). Sebastián Gómez González (2014) ressalta o protagonismo dos “soldados de deus” no estabelecimento das fronteiras. A missão civilizatória cristã tinha caráter político e se imiscuía aos conflitos entre missionários franceses (capuchinhos), espanhóis (jesuítas) e portugueses (carmelitas) pelo governo dos índios (GÓMEZ GONZÁLEZ, 2014, p. 65).

O aldeamento de Fritz foi formalmente extinto pelo governo português em 1691, mas somente em 1708 a província do Grão-Pará assumiu o domínio territorial do povoado que passou a se chamar São Paulo dos Kambeba (IBGE, 2020), absorvendo o nome (e não apenas) de uma das etnias indígenas que habitavam a região¹¹⁹. A antiga vila de São Paulo, instituída município em 1817 e destituída dessa condição em 1833, em 1884 tornou-se a Comarca do Solimões, retornando à categoria de município em 1892. Com a criação do município de Remate dos Males (atuais municípios de Benjamin Constant e Atalaia do Norte), em 1898, este território e o de Tabatinga foram desmembrados de São Paulo de Olivença para integrar o novo município (MENEZES, 2012).

As mudanças administrativas não cessaram de ocorrer. Remate dos Males foi destituído em 1901, restituído em 1904, novamente extinto em 1930 e recriado em 1931 como Benjamin Constant. São Paulo de Olivença tornou-se em 1910 a sede da Prefeitura Apostólica do Alto Solimões (constituída de 4 distritos: São Paulo de Olivença, Boa Vista,

apropriações e transformações daquele mesmo espaço pelas mobilidades de mulheres habitantes da tríplice fronteira de Brasil-Peru-Colômbia, região estudada. Percorrendo essa linha de argumentação eu poderia afirmar que é na correlação entre distintas “lógicas territoriais” (HAESBAERT, 2004) continuamente atravessadas umas pelas outras que se localizou, em parte, o meu objeto de estudo.

¹¹⁹ Arthur Reis (1989), que os denominou também *Cambetas*, considerou-os extintos: “o último *puro* vivia ainda na oitava década do século XVIII” (REIS, 2001, p. 85, grifo meu). O historiador Benedito Maciel (2003) explica que os Kambeba, Cambeba ou Omágua (no Peru) deixaram de se identificar como indígenas em razão da violência e discriminação desde meados do século XVIII. A partir de 1980, com o reconhecimento constitucional dos direitos indígenas e do fortalecimento das organizações indígenas, passaram a se reafirmar como índios. A respeito da reafirmação étnica, Priscila Faulhaber (1998) explica que a “representação étnica, [é] constituída no campo semântico da sociedade nacional, colonizadora” (FAULHABER, 1998, p.196).

Jamari e Tonantins) e voltou à condição de município apenas em 1935. O complexo formado pelas antigas localidades de Remate dos Males e São Paulo de Olivença compõem hoje uma “peculiar configuração urbana” em que as atuações da Igreja Católica e das Forças Armadas foram fundamentais para a ocupação, o controle e a nacionalização do território na Amazônia (MENEZES, 2012, p. 06)¹²⁰.

A região do atual município de Tabatinga – hoje a principal cidade da região – foi ocupada ainda no período colonial com a instalação do forte militar São Francisco Xavier de Tabatinga, fundado na segunda metade do século XVIII por um destacamento militar que almejava dirimir as disputas territoriais e guardar os limites entre os reinos de Portugal e Espanha (SAMPAIO, 2009). Segundo crônicas do Exército Brasileiro, o forte desocupado em 1889 foi reassumido por tropas militares em 1910, com a instituição do Contingente Especial de Tabatinga. Levado pelas terras caídas¹²¹ em 1932, o forte foi reconstruído e, no ano de 1949, transformado em pelotão de fronteira. Desde então, recebeu sucessivas feições administrativo-militares, passando de pelotão a colônia militar. A Colônia Militar de Tabatinga, surgida em 1967, cumpria a missão de “nacionalizar as fronteiras do país, criar e fixar núcleos de população e promover o desenvolvimento e manter a segurança da área pela vigilância permanente”¹²². Em 1969, tornou-se comando, em seguida batalhão (1992) e, finalmente, no mesmo ano, convertida em sede do Comando de Fronteira Solimões/8º Batalhão de Infantaria de Selva (CFSOL/8º BIS).

Do seu surgimento ao final do século XIX, o território de Tabatinga pertenceu na maior parte do tempo à antiga prefeitura apostólica de São Paulo de Olivença¹²³. Essa condição

¹²⁰ Análise aprofundada das formas de organização territorial em diferentes momentos do processo de colonização na Amazônia é realizada por Faulhaber (1998, p. 115). Aldeias, povoações, colônias e área indígena seriam diferentes formas de organização territorial associadas, respectivamente, a diferentes organizações políticas (expansão colonial, estado colonial, transição nacional e estados nacionais) e religiosas (missões, laicização, prefeitura apostólica e prelazia). Esse esquema de “descontinuidades do discurso sobre as modalidades de ocupação territorial” atribui para cada forma de organização territorial e política um mito: civilização, libertação, nacionalização ou integração (FAULHABER, 1998, p. 115). As modalidades de ocupação territorial observadas hoje também têm seus mitos correspondentes.

¹²¹ Processo natural de erosão, comum nas margens do Rio Solimões. Consiste em “desbarrancamento” ou “desprendimento das margens dos rios” com desmoronamento de solo para dentro do leito”.

¹²² Informações extraídas do site do Exército Brasileiro disponíveis no endereço eletrônico <http://www.eb.mil.br/> Acesso em 15set 2017.

¹²³ No ano de 1910, o governo brasileiro cedeu às missões religiosas católicas o controle da região amazônica por meio das Prefeituras Apostólicas de Tefé, São Gabriel da Cachoeira e São Paulo de Olivença.

cessou em 1898 quando incorporado ao território do recém-criado município de Remate dos Males ou Benjamin Constant (que incluía o atual município de Atalaia do Norte). No ano de 1968 todo esse território recebeu a classificação de "área de interesse da segurança nacional"¹²⁴. Essas áreas, instituídas no período da última ditadura militar brasileira (1964-1985), não possuíam autonomia política; a escolha de seus prefeitos era prerrogativa exclusiva do presidente da República e eram regidas pela Lei de Segurança Nacional¹²⁴, que estabelecia uma série de crimes contra a segurança nacional e contra a ordem política e social. A antiga vila militar de Tabatinga se tornaria administrativamente autônoma somente em 1981¹²⁵.

Hoje, os atuais municípios de Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins têm seus territórios abrangidos pelo "arco norte" da "faixa de fronteira" do território brasileiro e integram a extinta "mesorregião do Alto Solimões", definição geográfica e socioeconômica de ordenamento territorial¹²⁶. Com efeito, "mesorregião do Alto Solimões", "faixa de fronteira", "arco norte" e "tríplice fronteira" são algumas formas de organização territorial produzidas por imaginações estatais consolidadas no século XX por meio, principalmente, de políticas de defesa, integração nacional e segurança pública.

A "mesorregião amazônica do Alto Solimões", criada, em 2008, pelo Ministério da Integração Nacional no âmbito da Política Nacional de Ordenamento Territorial (BRASIL, 2003) pretendia instituir uma "nova racionalidade" de gestão das ações do estado brasileiro, conjugando "ordenamento territorial" e "desenvolvimento regional". Desse modo, se configurou uma importante referência territorial para as ações estatais naquela região, dentre as quais o Programa Territórios da Cidadania (BRASIL, 2008) que, como antes mencionado, consistiu em "estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais" destinada a "famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, famílias de pescadores e comunidades tradicionais" (BRASIL, 2008). Com a extinção desta política, a mesorregião do Alto Solimões enquanto Território da Cidadania não mais existe. O Instituto Brasileiro de

¹²⁴ Decreto-Lei n. 314/1967.

¹²⁵ Emenda Constitucional do Amazonas n. 12/1981.

¹²⁶ Decreto n. 6047/2007.

Geografia e Estatística (IBGE) inclui esses municípios na categoria de “microrregião”, segundo a divisão regional do Brasil de 1990 (IBGE, 1990).

Situadas na zona de influência da “tríplice fronteira amazônica” de Brasil, Peru e Colômbia – formada pela confluência das cidades de Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru) – uma parte das cidades da hoje denominada microrregião do Alto Solimões integram, também, o “arco norte” da “faixa de fronteira” estabelecido pelo Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF). De acordo com o PDFF, o arco norte abrange os estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas e Acre e se constitui como um “arco indígena” do ponto de vista do território e da identidade territorial pela numerosa presença de terras indígenas e pela importância étnico-cultural mesmo fora das áreas de reserva (BRASIL, 2009, p. 34).

Essa organização territorial militarizada e hipermasculinizada atualiza o mito do “estado ausente” e alimenta o “perigo na fronteira” imbuída da ideia de espaço vazio que precisa ser ocupado, da frente de expansão para onde deve avançar o estado nacional. Contraditoriamente, Tabatinga é a cidade da faixa de fronteira com maior densidade institucional de todo o Brasil (HIRATA, 2019). Batalhões das Forças Armadas e da Polícia Militar, equipes das Polícia Federal e Polícia Civil mantêm na região permanentemente centenas de agentes públicos, em sua maioria homens. Ao mesmo tempo, equipes da Estratégia Estadual de Segurança Pública Integrada para a Região de Fronteira e Divisas do Amazonas (ESFRON) coordenada pela Polícia Militar do Amazonas), da Operação Sentinela (conduzida pela Polícia Federal), da Força Nacional de Segurança Pública (organizada pelo Ministério da Justiça) e da Operação Ágata (promovida pelo Ministério da Defesa) desenvolvem periodicamente “campanhas” e “operações” para o “combate ao crime”, a “vigilância da fronteira” e a “proteção social”.

AmazonLog17, um exercício de logística coordenado pelo Exército Brasileiro com a participação de vinte e dois países, consistiu na última e mais grandiosa operação militar que acompanhei, em novembro de 2017. O evento abrangeu um simpósio internacional, uma exposição de equipamentos de segurança e armamentos e o treinamento logístico para uma “ação humanitária” na tríplice fronteira. A movimentação para montar a estrutura do evento começou meses antes. Galpões foram construídos, várias cabanas

foram montadas em frente ao aeroporto, escolas foram transformadas em hospitais de campanha (Figuras 28-30). Semanas antes, dezenas de carros, caminhões e tanques do exército, além de centenas de militares de nacionalidades diferentes circulavam pela cidade. Os noticiários reportaram cerca de 2 mil participantes. Nos dias da operação, rádios locais convidavam a população a participar da ação que contaria com vários médicos especialistas. Um dos oficiais militares envolvidos, Capitão Valnelson¹²⁷, descreveu minuciosamente a “operação”:

Estamos simulando uma ação humanitária de evacuação de afetados ambientais, como por exemplo as grandes cheias e secas na região da tríplice-fronteira. Temos dois pontos de recepção de evacuados, 14 agências participam das ações, cada agente trabalhando no que lhe compete para melhorar a situação dos afetados. Após toda a triagem em situação real, o afetado sendo brasileiro é evacuado por avião para Manaus, os peruanos para Lima e os colombianos para Bogotá, partindo do aeroporto brasileiro. Em situação real sabemos que a evacuação pode demorar dias, por isso, em frente à Escola Duque de Caxias, foi criado um abrigo provisório, com alojamentos masculinos, femininos, área de lazer para crianças, atendimento médico e odontológico e informações gerais. Temos dois postos de saúde, se constatarmos a necessidade de exames mais aprofundados, ou atendimento especializado, encaminhamos para o hospital de guarnição que recebeu vários especialistas que hoje não possui¹²⁸.

Um relatório institucional traduziu desse modo o acontecimento: “na inóspita e desafiadora Floresta Amazônica foi montada uma base [...] composta por unidades [...] adestradas no apoio à civis e efetivos militares empregados em regiões remotas e desassistidas, como, tipicamente, ocorre em Operações de Paz e de Ajuda Humanitária¹²⁹(EXÉRCITO BRASILEIRO, 2017, p. 01). Intrigante é que, desde a interiorização da pandemia da COVID-19, nada dessas simulações e infraestrutura

¹²⁷ Nome fictício.

¹²⁸ CAMPOS, A.M.M. (2017). Entrevista concedida pelo Capitão Valnelson em 09 de nov. 2017.

¹²⁹ Disponível em <http://www.eb.mil.br/documents/10138/> Acesso em 25mai2020.

parece ter sido mobilizada para ampliar a capacidade de prevenção e tratamento à COVID-19 naquela região “remota e desassistida”.

Políticas assistenciais, mulheres e tramas no governo da fronteira

Ao longo das duas últimas décadas, além das antigas formas de organização territorial religiosas, militarizadas e hipermasculinizadas, emergiram na região novos territórios e territorialidades associados a programas e projetos para o “desenvolvimento regional” e, especialmente, para a “proteção social”, como o Bolsa Família. Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome¹³⁰, o Bolsa Família tem “beneficiado” milhares de famílias residentes nas sedes dos municípios e nas mais distantes comunidades indígenas e não indígenas de todo o Amazonas. Implementado há 17 anos, se constituiu importante política de “assistência social” e “combate à pobreza”, destinado a famílias em “situação de pobreza”

Percorrendo os mesmos rios dos missionários, dos piratas e das fragatas militares, cheguei em 2016 a uma dessas comunidades, a comunidade Kokama¹³¹ de Santa Cruz¹³², no município de Benjamin Constant. Ali conheci Rita¹³³, que havia chegado àquele pedaço de terra por volta dos anos 1980. Tinha 55 anos e preparava nosso almoço com arroz, feijão e galinha – cultivados ali mesmo – enquanto me contava como chegou ao lugar onde vive.

¹³⁰O ministério foi criado em 2004 no primeiro mandato de Lula da Silva. Em 2016, foi fundido ao Ministério do Desenvolvimento Agrário por Michel Temer. Em 2019 foi extinto e a coordenação do Programa Bolsa Família foi alocada no Ministério da Cidadania.

¹³¹ Kokama, Kocama ou Cocama: etnia indígena que habita a Amazônia do Alto Rio Solimões. Segundo informações divulgadas pelo ISA (2018), “em 2005, a população Kokama no Brasil era de 786 pessoas distribuídas em comunidades nos municípios de Tabatinga, São Paulo de Olivença, Benjamim Constant, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Fonte Boa, Tefé e Jutai. Por outro lado, o Conselho Geral da Tribo Ticuna informava que em 2003 os Kokama somavam 9.000 índios. No Peru, eram cerca de 19 mil em 2003 e, na Colômbia, 792 em 2004”. Disponível em <https://pib.socioambiental.org/> Acesso em 15ago2018. O primeiro caso de um indígena infectado no Brasil foi de uma agente de saúde Kokama da aldeia São José, em Santo Antônio do Içá. Do início da pandemia do COVID-19 até 24 de maio de 2020, haviam morrido 50 indígenas Kokama. Até o dia de conclusão da tese eu não consegui contato com a comunidade de Rita para ter notícias de sua família. Disponível em <https://amazoniareal.com.br/> Acesso em 13jun2020.

¹³² Nome fictício.

¹³³ Nome fictício.

Por volta dos anos de 1980, acompanhada do marido e de outros casais da mesma família, deixou sua terra natal com a incumbência de fundar uma nova comunidade da irmandade da Santa Cruz. A Ordem Cruzada Católica Apostólica e Evangélica (OCCAE), conhecida como Irmandade da Santa Cruz, foi fundada em 1972 pelo missionário Irmão José Francisco da Cruz (1913-1982)¹³⁴. Levando “a cruz e o evangelho”, vestido em trajes franciscanos, o Ir. José percorreu o Brasil e muitos países da América Latina. Chegou ao Rio Solimões e seus afluentes depois de uma longa jornada em busca da “terra sem males”. Expulso da Colômbia em 1969, chegou a Iquitos, no Peru, dois anos depois. Em 1972, o profeta retornou ao Brasil e fundou o povoado onde viveu até a sua morte, Lago Cruzador, no Rio Içá, afluente do Rio Solimões. As palavras do profeta foram bem acolhidas em muitas comunidades ribeirinhas e indígenas por onde passou e converteram centenas de pessoas, como Rita e seu esposo (Figuras 31-33).

Ao chegar ao pedaço de terra designado pelo Irmão José, às margens do Rio Solimões, Rita e seus familiares – oriundos de Lima, a capital do Peru – foram recebidos por um oficial das Forças Armadas do Brasil que, antes de lhes autorizar a permanência, providenciou junto a um juiz local a documentação brasileira, deu-lhes seu próprio sobrenome, Assis¹³⁵, e “legalizou” a permanência do grupo em território brasileiro. Nacionalizados pelo oficial militar e pelo juiz, os Assis “plantaram a sua cruz” e se dedicaram ao cultivo da terra onde nasceram seus filhos e netos.

Hoje, cerca de 30 famílias e 500 pessoas compõem essa comunidade que, embora localizada no município de Benjamin Constant, mantém relações muito além de seus limites. Com relativa frequência, homens e mulheres se deslocam a outras cidades e comunidades vizinhas para o comércio de peixe, frutas e hortaliças, o que demonstra um estável circuito de trocas entre parentes. Há pouco mais de dez anos, esse circuito de bens incluiu a remessa de dinheiro, farinha e banana, dentre outros produtos, para complementar a subsistência dos jovens que deixaram a comunidade e a roça para estudar nas cidades de Tabatinga e Benjamin Constant, onde foram instalados centros de ensino superior público em meados dos anos 2000.

¹³⁴ A respeito da irmandade, consultar Oro (1989).

¹³⁵ Nome fictício.

Mensalmente, Rita e seu esposo também deixam a comunidade para ir a Tabatinga receber o benefício do Bolsa Família. Nos dias de pagamento do benefício, a movimentação nessa cidade é intensa. Uma a uma, as canoas aproximam-se do porto e centenas de famílias atracam os pequenos barcos que lhes servem também de hospedaria. Essas pessoas ocupam as margens da cidade, as filas de agências bancárias e lotéricas, estabelecimentos comerciais e bares. A chegada das centenas de famílias indígenas e ribeirinhas para o saque do benefício do PBF transforma significativamente a rotina das cidades que sediam os estabelecimentos bancários, como acontece em Tabatinga e em outras cidades da região que desempenham o mesmo papel, como São Paulo de Olivença, situada na calha do mesmo rio, há quatro horas de viagem “rio abaixo”.

Às margens do rio Solimões, em suas canoas, nos comércios, nos bares, nas filas de agências bancárias e casas lotéricas observamos dezenas de famílias aglomeradas. Não apenas mulheres, mas seus maridos, filhos e netos circulam pela cidade por esses dias. Nas filas para o saque nota-se também a presença de pessoas com muitos cartões do Bolsa Família ou do Benefício de Prestação Continuada. Sabe-se, na região, que algumas dessas pessoas são lideranças comunitárias que intermediam o saque para poupar o demorado e oneroso deslocamento fluvial até as cidades maiores.

Dolores¹³⁶, filha de seringueiros, nasceu na cidade de São Paulo de Olivença e ultrapassou os setenta anos. Agora “aposentada”, recebe mensalmente o Benefício de Prestação Continuada. Ao deixar a colocação no seringal herdada do pai¹³⁷, se dedicou ao pescado e, associada à colônia de pescadores de sua cidade, participava de um programa de manejo e beneficiamento do pirarucu, uma espécie nativa de peixe explorada há mais de um século naquela mesma área. A lida no seringal e na pesca não

¹³⁶ Nome fictício.

¹³⁷ Embora os seringais sejam comumente descritos como territórios masculinos, e apesar dos poucos registros de mulheres trabalhadoras nos seringais, Dolores e minha avó, Nazaré, não foram exceções. Agda Brito (2017) tem se dedicado ao estudo das mulheres nos seringais amazônicos entre 1940-1950 a partir da história de sua avó Aldina Lopes, mulher cearense que migrou para Pauini/AM para trabalhar com a família nos seringais do Amazonas.

foram suas únicas atividades. Nos últimos anos, lidera um grupo de mulheres Kambeba que reivindica reconhecimento étnico e direitos territoriais (cf. nota 119).

Quando nos conhecemos, em 2015, Dolores participava de uma reunião promovida pela Secretaria de Estado de Assistência Social para orientar sobre o uso correto dos recursos recebidos pelo PBF e Seguro Defeso¹³⁸. Numa manhã de quinta-feira, em maio daquele mesmo ano, centenas de “beneficiárias”, sentadas nas arquibancadas de cimento de uma quadra de esportes mal ventilada, esforçavam-se para escutar, entre abanos de papel, cochichos e choro de crianças, as orientações do presidente da colônia de pescadores, do gerente local da Caixa Econômica Federal (CEF) e de duas assistentes sociais do Governo do Estado do Amazonas que lhes explicavam como proceder “corretamente” para obter, retirar e utilizar o dinheiro do benefício.

Uma das assistentes sociais mencionou em sua preleção uma reportagem exibida em 20 de maio de 2013 na TV Cidade (emissora afiliada à Rede Record) no estado do Maranhão em que uma “beneficiária” do Bolsa Família se queixava do baixo poder aquisitivo do benefício, com o qual não podia sequer comprar uma calça *jeans* para sua filha. A menção ao vídeo ilustrou os esclarecimentos sobre o uso indevido do benefício do BF: “O dinheiro do *Bolsa* é para famílias que estão abaixo da linha de pobreza”, explicava a assistente social demonstrando em cifras de reais os limites da “linha de pobreza”. “Esse dinheiro não pode ser usado para comprar calça *jeans* ou moto, aliás, quem é pobre não pode comprar uma moto, e se pode comprar moto e pagar o imposto, não precisa do benefício”.

Dias depois, enquanto tomávamos café na casa de sua filha mais velha, Dolores me contou orgulhosa que nunca precisou de “ajuda de governo” para alimentar-se ou aos seus filhos e netos¹³⁹. Da roça que mantém até hoje “com as próprias mãos” retira a

¹³⁸ Como citado no Prólogo, é um benefício concedido a pescadores artesanais no período de reprodução de algumas espécies de peixes ameaçadas de extinção, quando a pesca é proibida em certas regiões.

¹³⁹ A percepção manifesta por Dolores difere daquelas observadas por Pires (2012) em pesquisa sobre o BF na cidade de Campinas, interior de São Paulo, no qual o termo “ajuda” é empregado para designar um dinheiro feminino – recebido e administrado por mulheres – e que ocupa uma participação significada como complementar ao orçamento doméstico, ainda que utilizado para a aquisição de produtos fundamentais para a subsistência familiar. No caso de Dolores, o benefício é denominado de “ajuda do governo”, mas nesse caso, a autora refuta que essa “ajuda” seja necessária à subsistência da família (ainda que como

farinha, o açaí e a banana que envia aos netos que partiram para “fazer faculdade” na cidade vizinha. O dinheiro que recebe do BPC é somado ao de sua filha – “beneficiária” do Bolsa Família – e enviado para manter o aluguel e o transporte dos netos em Benjamin Constant.

Nessa cidade, em 2006, se instalou um campus da Universidade Federal do Amazonas onde os seus netos estudavam nos cursos de Antropologia, Pedagogia e Letras. Ali, não existe transporte coletivo municipal nem subsídio estudantil para esse tipo de despesa. O principal meio de transporte disponível aos moradores da cidade é o serviço de mototáxi ao preço de três reais (em 2015). Juntos, os três netos de Dolores gastariam mensalmente o valor de trezentos e sessenta reais para assistir às aulas caso não pudessem fazer o percurso caminhando e, por esse motivo, a família reuniu as economias para comprar uma moto *Urbana*.

Urbana é um modelo de motocicleta adquirido em balsas de comerciantes “peruanos” atracadas às margens do Rio Solimões, no “lado peruano”, vizinhas à Benjamin Constant. Grande parte das motocicletas que circulam na cidade são adquiridas nessas balsas a baixo custo. Em 2011, custavam algo em torno de seiscentos reais e o combustível, a gasolina, era comercializado a quatro ou cinco reais em garrafas plásticas de Coca-Cola em “casas peruanas” espalhadas pela cidade (BRASIL, 2013). As motocicletas trazidas “ao Brasil” e o combustível vendido na cidade são considerados “contrabando” e, por esse motivo, “apreendidos” em operações da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança Pública, comuns naquela cidade. Apesar de o “controle alfandegário” estabelecido pela repressão policial, a assistente social do governo ignorava, dentre outros fatos, que, naquelas cidades, não existe cobrança de impostos para a circulação de motocicletas, pois não há órgão municipal de fiscalização de trânsito.

A corriqueira apreensão de motocicletas e combustível em Benjamin Constant guarda relação com o incremento do comércio local proporcionado pelo acréscimo monetário da transferência de renda condicionada e de outros benefícios assistenciais e previdenciários. Mas relaciona-se também com o hercúleo e persistente trabalho de

complemento) pois, como ela me explicava, na prática, o dinheiro recebido dá suporte a um outro tipo de consumo imposto pelas novas necessidades dos netos que moram em outra cidade.

controle da circulação de bens e pessoas em uma região transfronteiriça onde até mesmo a dinâmica ecológica subverte os limites das fronteiras nacionais, extinguindo, aproximando ou alargando-as conforme a determinação do regime das águas e das terras caídas do grande rio Amazonas. Me refiro ao período da estiagem na Amazônia quando o trecho do Rio Javari, que divide Brasil e Peru na frente da cidade de Benjamin Constant, costuma secar a barreira fluvial, o que permite caminhar na fronteira seca entre os dois países.

As linhas de vida de Rita e Dolores demonstram as limitações das rígidas classificações, já que não se fixam aos territórios jurídico-estatais, e tampouco se definem exclusivamente pelos critérios classificatórios das políticas públicas. Afinal, o que define a nacionalidade de Rita: o tempo de residência no Brasil, o documento brasileiro ou o nascimento no Peru? E Dolores, quem é? Seringueira, indígena, pescadora ou agricultora? Essas categorias são mobilizadas de forma segmentada na atuação de políticas públicas por “agentes de estado” e produzem diferenças, inclusões e exclusões do que escapa ao seu enquadramento, o que se confronta com a vida múltipla de quem habita entrelugares.

Do ponto de vista das relações de espaço e poder, suas trajetórias permitem pensar outras narrativas, territorialidades e agenciamentos do espaço amazônico. A comunidade fundada por Rita e seus familiares se ergue em um lugar percebido não como o lugar do crime e do medo, mas profetizado como uma terra de salvação profícua para o cultivo da fé e do alimento, um lugar de esperança. A produção cartorária da família Assis e o papel evangelizador de Irmão José na formação de comunidades no Alto Solimões revelam outros modos de produzir aqueles territórios. Sem desprezar a hegemonia da gestão militar e eclesial na administração territorial, seus movimentos e caminhos permitem acessar outras agências e sujeitos cujas mobilidades, transgressoras do ponto de vista estatal, rompem com as descrições isoladas no nacionalismo e centradas nas operações coordenadas do estado.

Porosidades, processos de fronteirização e o “problema” peruano

As seções anteriores evidenciam diferentes camadas das performatividades (BUTLER, 2018; 2019) produtoras da *fronteira Amazônia*. Oriundas de diferentes processos de pesquisa, as descrições se basearam na observação de um conjunto de políticas públicas bastante diverso, mas principalmente das áreas de defesa nacional, segurança pública e assistência social. Na primeira seção, descrevi a chegada da universidade a Amaturá, uma das menores cidades do Alto Rio Solimões¹⁴⁰. Nossa chegada se inseria naquele diversificado conjunto de políticas para o “desenvolvimento regional”, a “interiorização universitária” e a “promoção da equidade de gênero”, confluência que tornou possível e desejável o financiamento de programas extensionistas como o *Observatório*. O móbil da nossa ação era “a violência”. E, graças à interpelação precoce provocada pelo choque de percepções e pela inadequação de nossas abordagens, nossa intervenção fracassada teve algum proveito. Ao retirar as lentes ajustadas para enxergar apenas as nossas convenções acadêmicas estabilizadas sobre “violência”, compreendi as nuances do silêncio e do desinteresse de nossas interlocutoras. Mais ainda, isso me permitiu reconhecer e criticar os limites e contradições da intervenção universitária e de nossa “empatia engajada” (KOPPER, 2014, p. 364).

Essa crítica foi fundamental para a progressiva desconstrução da polissêmica e polimorfa *fronteira Amazônia*, a que se dirigiram a segunda e terceira seções. Como vimos, o “crime” e a “vulnerabilidade” são ingredientes fundamentais para as performatividades produtoras da pena e do perigo e, conseqüentemente, para o governo dos afetos de piedade e medo. O duplo pena-perigo movimenta uma poderosa engrenagem de produção de alteridades e de diferenças. Essa produção de diferenças adquire particular relevância em um território onde a fronteira-limite-exterior-que-precisa-ser-protegida coincide com a fronteira-frente-de-expansão-que-precisa-ser-ocupada-e-civilizada. A descontínua organização territorial (FAULHABER, 1998) demonstra esse duplo materializado nas relações de poder que atuam sobre o território e sobre as pessoas (e vice-versa). O protagonismo da missão e da militarização na definição dos limites do território amazônico elucida em termos históricos e geopolíticos algumas das linhas

¹⁴⁰ População estimada em 11.536 habitantes (IBGE, 2019).

constitutivas dos governos da piedade e do medo, pela bíblia e pela escopeta, e explicita a “violência” como linguagem de dominação nas relações interétnicas.

O giro de perspectiva efetuado pela narrativa das histórias de Rita e Dolores foi fulcral para complicar a observação da “fronteira”, das políticas de estado, do território amazônico, das relações interétnicas e da assistência social. Seus percursos me projetaram além dos limites das municipalidades, das nacionalidades e da jurisdição formal das políticas públicas. Esse atravessamento encontrou lugar nos movimentos delas e nas suas relações com o território, mas também na intervenção estatal, que transgride e reforça barreiras internas e nacionais segundo a conveniência¹⁴¹. O que revelou, por um lado, uma malha de relações tecida por instituições, pessoas, objetos, bens, afetos e projetos. Por outro, a porosidade dos limites de municípios, estados e países materializados, não raras vezes, em barreiras físicas – opulentas ou modestas – que atuam na contínua e concomitante operação de inclusão e exclusão de corpos desejados ou abjetos, isto é, em processos de fronteirização, de produção de diferenças atualizadas incessantemente (LOIS; CAIRO, 2001; GRIMSON, 2003; ALBUQUERQUE, 2015; COSTA, 2018)¹⁴².

¹⁴¹ As divergências entre as medidas defendidas pelo presidente brasileiro e aquelas adotadas por governadores de estado para combate ao Coronavírus, principalmente no que diz respeito ao “isolamento social”, são exemplo atualíssimo da questão. Noutra camada de relações, tenho acompanhado em um grupo de *Whatsapp* que reúne comunicadores e gestores do gabinete de crise da pandemia em Tabatinga as controvérsias em torno do fechamento da fronteira terrestre entre Brasil e Colômbia. Ao mesmo tempo que alguns defendem o fechamento da fronteira para impedir que “colombianos” tenham acesso ao sistema público de saúde brasileiro, comerciantes brasileiros queixam-se do prejuízo nas vendas (incrementadas pelo consumo de colombianos no Brasil em função da desvalorização do real) e a classe média local (composta principalmente por funcionários públicos civis e militares) reivindica o direito de cruzar a fronteira para adquirir produtos que são encontrados apenas do outro lado da fronteira.

¹⁴² Referência importante para compreender a acepção aqui atribuída a *processos de fronteirização* encontra-se no trabalho de Lois e Cairo (2001) que explicam a produção da fronteira para além dos limites oficiais e estáveis dos estados-nações, pois “as fronteiras estariam em constante produção e recriação em termos materiais, discursivos e práticos. Mais que diante de limites fronteiriços estáveis, nos encontramos com processos de fronteirização em evolução cambiante” (p. 12, tradução minha). Nos trabalhos de Grimson (2003), fronteirização é definida como “processos históricos pelos quais diversos elementos da fronteira são construídos por poderes centrais e populações locais. O conceito pretende enfatizar que, do ponto de vista sociocultural, a fronteira nunca é um dado fixo, mas um objeto inacabado e instável” (GRIMSON, 2003, p. 43, tradução minha). Em Albuquerque (2015) esses processos referem-se à “produção da fronteira a partir de algumas representações coletivas, de processos de formação histórica e de situações sociais específicas, como aquelas das fronteiras simbólicas e identitárias dos brasiguaios” (ALBUQUERQUE, 2015, p. 01). O cerne das três abordagens remete à ideia de dinâmica, instabilidade, transformação, enfim, processos históricos e situados que produzem *fronteira* além dos marcos nacionais e por agenciamentos diversos. Numa cuidadosa revisão realizada por Costa (2018), a respeito de Van

Disso decorrem duas consequências. A primeira delas fundamentou a escolha de não circunscrever a pesquisa aos limites de uma municipalidade ou estado-nação e buscar uma descrição mais apropriada para aquele universo de relações no território. Assim, emprego a expressão “complexo urbano transfronteiriço”, inspirada no uso dado a ela por Olivar (2014; 2016; 2019), para descrever a região estudada por meio de uma trama de relações, genealogias, tensões e trânsitos de pessoas, objetos e afetos que são constituintes das e constituídas também (mas não apenas) pelas cidades transfronteiriças (Introdução).

Como frente de expansão, a *fronteira Amazônia* tem sido historicamente alvo de processos de exploração extrativista que produzem núcleos urbanos, os quais, na fronteira nacional, se desenvolvem também pelos limites internacionais. A articulação desses processos de expansão e nacionalização às ações de agentes de estado (militares, educadores, assistentes sociais etc.) e de organizações não governamentais, missões religiosas, regimes de mobilidades transfronteiriças e linhas de vida, atuam na produção desse complexo urbano transfronteiriço.

A primeira menção à expressão “complexo urbano” para designar a região estudada se encontra em Lopéz-Garcez para referir-se às cidades de Tabatinga e Letícia (LOPÉZ-GARCEZ, 2000, p. 37). A ênfase no urbano assinala importante modo de apreensão do espaço amazônico (BECKER, 2013; CANDOTTI; MELO, 2018; BERMEGUY, 2019), ao qual me filio. Transfronteiriço refere-se à fronteira, principalmente, como relação (LEACH, 1960; BARTH, 2000). Designa, portanto, o atravessamento de limites, mas também o

Houtum e Naerssen (2002), encontra-se uma definição mais detalhada e o aporte de outras vantagens oferecidas pelo “conceito de fronteirização (*bordering*) [que] nos permite pensar os processos de “alterização” (*othering*), principalmente nas práticas de ordenamento do território e da diferenciação discursiva estabelecida entre “nós e eles” que se reflete no cotidiano, nos pequenos controles diários, observáveis empiricamente nas estratégias territoriais de “fronteirização, ordenamento e alterização”. Essas estratégias são postas em prática pelos Estados para controlar a mobilidade, o fluxo econômico e geram políticas de inclusão e exclusão (quem tem direitos na fronteira?) sob a moldura dos processos específicos de construção das nações, que podem chegar, segundo os autores, a casos extremos de limpeza étnica e eliminação do “outro”. Assim, uma das questões que me aproxima desses autores é o chamado “paradoxo dos processos de fronteirização” que, ao mesmo tempo em que negam a diferença e procuram apagar as ambiguidades sociais (nos processos de homogeneização nacional e cultural, por exemplo), acabam por construir e reproduzir novas alteridades e diferenças latentes nesses territórios” (COSTA, 2018, p. 377). A ideia de *paradoxo* apresentada pelo autor é particularmente rentável para pensar *processos de formação de estado e processos de fronteirização* como imbricações altamente produtivas em termos de produção de diferenças, hierarquização e alteridades.

seu reforço. Afinal, os limites nacionais são continuamente transgredidos, reiterados e transformados por agenciamentos os mais diversos. Anos mais tarde, a expressão foi utilizada por Haroldo Alfonso Dilla (2008) e reproduzida por Tiago Oliveira (2018). No entanto, o sentido por mim atribuído se aproxima muito mais da descrição proposta por López-Garcez (2000) da qual é tributário Olivar (2014; 2016; 2019) seguido por Nascimento (2016; 2019), que recusam o nacionalismo metodológico (WIMMER; GLICK SCHILLER, 2002; ALBUQUERQUE, 2015), a perspectiva estadocêntrica e o determinismo das relações econômicas (DILLA, 2008) em favor da agência e das territorialidades das populações locais.

Ademais, “complexo urbano transfronteiriço” almeja, aqui, reivindicar uma categoria descritiva e, portanto, sem conteúdo previamente estabelecido, embora teoricamente informado e empiricamente fundamentado na observação dessa malha de relações complexas que envolvem instituições, pessoas, objetos, bens e afetos, experimentadas num espaço imaginado como *Amazônia*. Uma fronteira porosa, continuamente atualizada em processos de fronteirização que, a despeito das barreiras físicas, operam relações de inclusão e exclusão e não interditos ou rupturas as quais, sequer na operação colonial de representação das cartografias oficiais, podem ser delineadas com precisão (LOIS; CAIRO, 2001; GRIMSON, 2003; LOIS, 2014; ALBUQUERQUE, 2015; MEZZADRA; NIELSEN, 2017). Com efeito, o *complexo urbano transfronteiriço* é uma sobreposição da fronteira de expansão (*frontier*, em língua inglesa; *confines*, em língua castelhana), da fronteira limite (*border*, em língua inglesa; *frontera*, em língua castelhana) e das relações que as atravessam e as produzem, inclusive pelos “regimes de presença e de mobilidades” que complexificam “as relações entre mobilidades e inércias, e a relação entre pessoas, regimes migratórios e marcadores de identidade” (OLIVAR; MELO; ROSA, 2015, p. 150).

Essa questão aparece exemplarmente demonstrada no modo como os “peruanos” aparecem nesta trama. Em trabalhos anteriores, eu e outras autoras analisamos a percepção generalizada sobre o lugar ocupado pelo “Peru e os peruanos”, principalmente os “loretanos”, “indígenas” e “pobres” na trílice fronteira (OLIVAR;

MELO; ROSA, 2015; MELO; OLIVAR, 2019). Como sujeitos abjetos, os “peruanos” são situados no lugar do perigo, do estrangeiro que provoca piedade, medo e repulsa.

“Eles” são, naquela fronteira, a diferença perigosa sempre atualizada e onipresente. Em Amaturá, não encontramos a “violência contra mulheres”, mas o único crime de estupro reportado era atribuído a um “peruano”. Na narrativa da periculosidade da fronteira, a cocaína comercializada no Brasil é cultivada no Peru por “fanáticos religiosos”, o que assevera a estigmatização de grupos peruanos, como os “israelitas”¹⁴³. Para as ações da Polícia Federal, o “contrabando” (de motos, combustível, material de construção) é sempre “peruano” e vendido nas balsas “do outro lado da fronteira” que está, geralmente, há poucos metros de distância em flutuantes vizinhos que se diferenciam pela nacionalidade somente por pequenas bandeirolas. É sobre essa fronteira “peruana” que avança a frente de expansão “brasileira” na *fronteira Amazônia*. E é no cotidiano da fronteira, no governo ordinário *desde abajo* (MELO; OLIVAR, 2019) que a diferença perigosa se refaz incessantemente em processos de fronteirização que conduzem à eliminação do “inimigo estrangeiro”.

Dados aportados pela etnografia produzida por Campos (2012) evidenciaram a existência de um esquema acusatório que recusa sistematicamente parturientes “peruanas” que chegam aos hospitais brasileiros da fronteira para dar à luz, submetendo-as a violências associadas ao pertencimento étnico e nacional. O fato geralmente é classificado por agentes da saúde pública brasileira como “malandragem” ou “oportunismo” das mulheres “peruanas” para obter o registro de seus filhos no Brasil e, desse modo, o acesso ao benefício do Bolsa Família. A autora demonstra a recorrência de um procedimento oficioso praticado por enfermeiras e assistentes sociais nas unidades de saúde e hospitais-maternidade que exigem das mulheres “estrangeiras” uma

¹⁴³ Assim são popularmente conhecidos os fiéis da Associação Evangélica da Missão Israelita do Novo Pacto Universal (AEMINPU). São agricultores oriundos dos Andes que, inicialmente, se concentraram em Iquitos (Peru) e na margem peruana do rio Javari. Em 2000 eram mais de 4mil fiéis. Em 1997, a associação foi registrada no Brasil e ergueu seu primeiro templo em Tabatinga. De acordo com Saénz (2014), o grupo religioso está presente na fronteira Peru-Brasil há mais de 20 anos (SAÉNZ, 2014, p. 12). Apesar de seu importante papel na agricultura e comércio regional, são estigmatizados como “fanáticos” e “produtores de coca” para o narcotráfico. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/> Acesso em 10mai2020.

série de documentos (como comprovantes de visto e residência no país) e restringem o seu acesso a outros (como o cartão da gestante).

Em trabalho mais recente, a pesquisadora (CAMPOS, 2018) descreveu a sofisticação e a institucionalização desses mecanismos de controle por meio da criação de uma junta hospitalar composta por médicos, enfermeiras e assistentes sociais para arbitrar sobre a expedição da certidão de nascimento para crianças de mães “estrangeiras” e/ou sem o cartão de pré-natal, atendidas em emergência. Essa estratégia, como justificam agentes públicos e parte da população local, garante que os “escassos recursos” brasileiros não sejam levianamente apropriados por “estrangeiras” que “cruzam” a fronteira e adentram o território brasileiro para obter benefícios sociais¹⁴⁴. A atração produzida pelos benefícios sociais brasileiros e o agenciamento “oportunistamente” da maternidade pelas “estrangeiras”, tal como o uso do benefício para fins distintos daqueles preconizados pela política descrito na história de Dolores (a compra de motos em balsa peruanas) revelam uma série de imagens prenhes de moralidades sobre pobreza, nação e gênero.

Disso decorre a segunda consequência de me conduzir por um atento exame da relação entre gênero e estado, amplamente discutida em certa produção bibliográfica sobre programas sociais e avaliação de políticas públicas pela lente do “empoderamento feminino” e “autonomia das mulheres” (MARIANO, 2001; 2008; PIRES et.al., 2011; PIRES, 2012; REGO; PINZANI, 2013). Esquivando-me dessa forma de abordagem, sigo a trilha de uma linhagem de estudos feministas (BUTLER, 1990; MOORE, 1994; LAURETIS, 1994; BROWN, 2010) para avançar na proposição de ferramentas para uma análise generificada de formas de governo (OLIVAR; MELO, 2017; MELO; OLIVAR, 2019) com aportes mais recentes sobre as políticas de assistência para a proteção social.

A análise que proponho guarda estreita relação com as premissas de Vianna e Lowenkron (2017) que concebem gênero como um “modo de regulação social e produção de diferenças e hierarquias que tem importância estratégica na constituição e na compreensão da própria forma política estatal e suas tecnologias de governo” (p. 01). Essa análise generificada consiste em observar como políticas de estado engendram (e

¹⁴⁴ Convém mencionar que, a despeito dos argumentos de agentes públicos, as normas da política federal não impedem que pessoas de outras nacionalidades tenham acesso ao benefício do PBF.

são engendradas por) formas de governo, controle e hierarquias produtoras de (e produzidas por) diferenças de gênero. As autoras argumentam em favor de uma etnografia capaz de colocar em jogo a produção de gênero e de estado, em mútua e dupla constituição. Noutras palavras, propõem superar abordagens fixadas em uma ou outra dessas categorias e perseguir os processos de estado e generificação em “duplo fazer” (VIANNA; LOWENKRON, 2017).

Se poucos estudos foram dedicados a etnografias da constituição mútua de gênero e estado; e se, como defende Nascimento (2016), resta muito a explorar no campo das mobilidades transfronteiriças, acredito que a alegoria *pena e perigo* – aqui proposta como ferramenta dual de análise – permite desestabilizar simultaneamente as categorias gênero, estado e fronteira, articulando-as na descrição de processos de generificação, estatização e fronteirização na Amazônia, reciprocamente implicados.

Realizei quatro movimentos ao longo deste capítulo. No primeiro, por meio de abordagem autorreflexiva, problematizei a intervenção universitária e anunciei o acontecimento fundador desta tese: a emblemática e recorrente fila para retirada do pagamento do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada. Em seguida, me concentrei nas descrições representativas dos jogos de produção do duplo *pena-perigo*, zona borrada de contínua interação e tensionamento entre pessoas, relações e instituições que se embaralham em intermináveis tramas e performatizam a *fronteira Amazônia*. No terceiro movimento, propus um exercício de perspectivação do estado e de recusa de um certo “nacionalismo metodológico” (WIMMER; GLICK SCHILLER, 2002) para descrever descontinuidades da organização territorial ao longo da história e da geopolítica regionais agenciadas pela missão e pela militarização. Finalmente, apresentei fragmentos etnográficos organizados em um enredo intencionalmente entrecruzado de pessoas, objetos, lugares e temporalidades, organizando narrativamente o modo como caminhos de vida entrelaçam-se a políticas e territórios, e vice-versa. Minha descrição, produzida no encontro com mulheres habitantes da região amazônica do Alto Solimões, fixa-se em uma camada micropolítica de relações que me permitiu conhecer linhas de vida, relações de parentesco, trânsitos e mobilidades por diferentes lugares e territorialidades.

Na sequência desses movimentos, e em decorrência da observação de instituições e fazeres da assistência para a proteção social, descrevo a emergência de uma *forma de governo* protagonizada por mulheres sobre as mulheres, o que revela práticas que incidem e ocorrem na relação mulher-mulher/mulher-homem e não mais, apenas, na relação homem-homem ou homem-mulher. Nos próximos capítulos, especularei a rentabilidade dessa novidade empírica.

Figura 24 - Equipe do OVGAM, Fotografia de Inara Nascimento, 2012

Figura 25 - Oficina com Idosas, Amaturá/AM, Fotografia de Flávia Melo, 2012

Figura 26 - Oficina com Idosas, Amaturá/AM, Fotografia de Flávia Melo, 2012

Figura 27 - Cartaz Greve IES, Benjamin Constant/AM, Fotografia de JMN Olivar, 2017

Figura 28 - Base Logística, Tabatinga/AM, Informe Especial AmazonLog, 2017

Figura 29 - Base Logística, Tabatinga/AM, Reprodução Especial AmazonLog, 2017

Figura 30 - Militares, Tabatinga/AM, Informe Especial AmazonLog, 2017

Figura 31 - Irmão José, Reprodução de Deyse Rubim, 2016

Figura 32 - Templo da Igreja da Santa Cruz, Reprodução de Deyse Rubim, 2016

Figura 33 - Fiéis da Igreja da Santa Cruz, Reprodução de Deyse Rubim, 2016

CAPÍTULO 3

DESFIANDO A MALHA ASSISTENCIAL

A Igreja, além disso, provê também diretamente a felicidade das classes deserdadas, pela fundação e sustentação de instituições que ela julga próprias para aliviar a sua miséria; e, mesmo neste gênero de benefícios, ela tem sobressaído de tal modo, que os seus próprios inimigos lhe fizeram o seu elogio. Assim, entre os primeiros cristãos, era tal a virtude da caridade mútua, que não raro se viam os mais ricos despojarem-se do seu patrimônio em favor dos pobres. [...] Socorros do mesmo gênero eram espontaneamente oferecidos pelos fiéis em cada uma das suas assembleias: o que Tertuliano chama os “depósitos da piedade”, porque eram empregados “em sustentar e sepultar as pessoas indigentes, os órfãos pobres de ambos os sexos, os domésticos velhos, as vítimas de naufrágio”.

Papa Leão XIII, Encíclica *Rerum Novarum*: Sobre a condição dos operários, 1891, art. 16

Ao saltares dessas águas barrentas, ao abandonares sem saudade, rápido se perdeu o teu barco entre os tantos aportados naquele cais. Fatal foi tropeçares e seguires aos solavancos pelas ruas achando que eram de boas-vindas os olhares. Ao pé do casarão mal iluminado, fatal foi pensares que ofereciam vida nova, pois ouviste os sinos. A família dormia ainda. Soubeste logo que havia menino, que havia menina, um doutor e sua mulher a quem devias servir, branca e alta mulher. Mas te alimentaram antes, botaram à tua frente o pão que molhaste cuidadosamente no café preto para não acordar a tua eterna dor de dentes. Fatal foi ignorares os deveres tantos que ressoavam nas campainhas pelo casarão inteiro e pudeste rir, sorrir e te alegrar tantas eram as correrias, o leiteiro, o padeiro, o telefone.

Maria Lúcia Medeiros, *Velas. Por quem?*, 1990

A Assistência Social no Brasil, como política pública, tem fundamento constitucional como parte do Sistema de Seguridade Social. A Assistência Social, a partir dos resultados que produz na sociedade – e tem potencial de produzir –, é política pública de direção universal e direito de cidadania, capaz de alargar a agenda dos direitos sociais a serem assegurados a todos os brasileiros, de acordo com suas necessidades e independentemente de sua renda, a partir de sua condição inerente de ser de direitos. [...] Ocupa-se de prover proteção à vida, reduzir danos, monitorar populações em risco e prevenir a incidência de agravos à vida em face das situações de vulnerabilidade. A proteção social da Assistência Social se ocupa das vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que o cidadão, a cidadã e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida, por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, *Política Nacional de Assistência Social*, 2005, p. 89

Neste capítulo percorro algumas das linhas constitutivas da assistência social, aqui compreendida como um *dispositivo* ou *tecnologia de governo* e descrita como uma malha tecida por um emaranhado de relações, linhas de vida, modos de fazer e agenciamentos humanos e não humanos.

Para Michel Foucault, em *Microfísica do poder*, dispositivo refere-se a

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1985, p. 148).

Este conceito tem sido largamente apropriado por muitos pesquisadores e pesquisadoras brasileiras em abordagens e contextos etnográficos muito diversos (SOUZA LIMA, 1995; 2002; CANDOTTI, 2011; PADOVANI, 2018; RUI, 2014). Anterior à produção brasileira referida, e também dialogando com a teoria foucaultiana, nomeadamente em *História da Sexualidade* (FOUCAULT, 1988), Teresa de Lauretis (1987) propôs uma “tecnologia do gênero” (LAURETIS, 1994) tal como a “tecnologia do sexo” (FOUCAULT, 1988, p. 110). Para Foucault e Lauretis, sexualidade e gênero são, respectivamente, um conjunto de *efeitos* sobre os corpos produzidos por um dispositivo. Um mecanismo de poder, uma *rede* constituída pelas relações variáveis entre elementos heterogêneos. O dispositivo pertence a uma tecnologia política complexa, isto é, faz parte de um conjunto mais amplo e diversificado de outros dispositivos que se multiplicam à exaustão.

Ainda que a expressão *rede* remeta explicitamente ao conceito foucaultiano, *linhas e malhas* são expressões empregadas aqui de modo polissêmico. Tim Ingold (2007; 2012; 2015), ao propor uma história da escritura, argumenta em favor de uma história da linha e, necessariamente, da superfície onde tais linhas são impressas. Uma história das relações entre linhas e superfícies na qual as primeiras não são mera conexão entre pontos (2015, p. 65). O autor emprega malha tal como Henri Lefebvre, pensando a escritura não como um texto, mas como uma textura (INGOLD, 2012). Assim, esta tese, materializada em linhas projetadas na tela de um computador ou impressas na superfície

de uma folha de papel, constitui ela mesma uma malha tecida ao longo de um processo vital, no dizer de Ingold. Parafraseando um de seus exemplos, tal como uma teia de aranha, a tessitura da tese incorpora substâncias de meu próprio corpo, dispostas segundo meus movimentos à medida que eu trilhava o ambiente (INGOLD, 2012, p. 40). Mas não apenas isso. O mais adequado seria pensar em um tecido híbrido formado pela imbricação contingente da minha teia com as teias de outras aranhas, isto é, outras *linhas de vida*.

Por sua vez, *malhas* e *redes* remetem também a duas representações êmicas muito significativas para esta pesquisa. Nos termos da política pública de assistência social, “rede” significa um conjunto idealmente coordenado de serviços públicos, ações e fluxos. Assim, uma pessoa “pobre” que teve seu direito constitucional à alimentação “violado” deve ser “encaminhada” aos serviços da “rede de assistência” para que cada um deles cumpra sua atribuição específica (e muitas das vezes independente) no fluxo: cadastrar, orientar, fiscalizar etc. Neste caso, as linhas imaginárias da rede assistencial são exatamente o contrário da proposição de Ingold (2012, p. 27), pois simulam metafórica e tão somente a conexão entre dois ou mais pontos. Estes representam cada um dos serviços públicos que, tendo cumprido sua estrita atribuição, deve “encaminhar a usuária” ao ponto seguinte.

Com efeito, a “rede de assistência” é a ligação entre os pontos efetivada pelo encaminhamento de usuárias de um a outro serviço. Nesta “rede” os pontos são fixos e o fluxo se dá num trajeto pré-definido e idealmente determinante das direções para onde as “usuárias” serão “encaminhadas” entre os serviços. Os movimentos que a constituem não seriam impressões das relações entre superfícies e as substâncias de corpos com agência, mas produto de trajetos definidos e controlados pelo estado.

Em vários eventos da assistência social observados durante a pesquisa, a representação da “rede” era constantemente reforçada pelo uso lúdico de um apetrecho comum na pesca regional: a “malhadeira”. Analogamente, a “rede de assistência” era representada como uma malha de pesca: seus elos deveriam manter-se unidos para que seu objetivo – a proteção social – fosse alcançado. Assim, a “rede” era concebida como um instrumento de captura para a proteção social. Houve situações em que a analogia era

reforçada com referências bíblicas, como a alusão ao episódio em que Jesus convoca pescadores à missão: “Então Jesus disse a Simão: Não tenha medo; de agora em diante você será pescador de homens”¹⁴⁵. Nessas ocasiões, se ressaltava a proatividade e a persistência (lançar as redes ao mar insistentemente) como qualidades necessárias “aos pescadores”.

Não obstante, a descrição do dispositivo assistência social como um emaranhado heterogêneo, contingente, híbrido e relacional, remete, ainda, à orientação advinda das reflexões de Marilyn Strathern (2017) a respeito da teoria do ator-rede (ANT) de Bruno Latour (2012): “o conceito de rede convoca os rendilhados de elementos heterogêneos que constituem objetos, eventos ou séries de circunstâncias como esses, unidos pelas interações sociais: é, em suma, um híbrido imaginado em estado socialmente estendido” (STRATHERN, 2017, p. 304). Da perspectiva ocidental, esta proposição rechaça dicotomias e critica formas puras reconhecendo a própria interpretação científica como um componente do híbrido analítico.

Na esteira dessas discussões, a assistência social será aqui descrita como uma malha contingente cujos elementos heterogêneos possuem histórias e temporalidades diferentes e independentes. Atenta à qualidade das relações e às combinações de elementos humanos e não humanos, demonstrarei alguns de seus efeitos em corpos, enunciados científicos e medidas administrativas. Mais ainda: assumirei a *malha assistencial* como um híbrido analítico composto, inclusive, por minha linha de vida. Assim, reconheço na malha formada por várias *teias de aranha* o meu próprio caminho, percepção e agir no mundo. Nesse movimento, me reivindico sujeito híbrido, marcado pela experiência de habitar a fronteira e ser habitada por ela, como *la nueva mestiza*. Finalmente, e a despeito da interminável proliferação do dispositivo, as malhas desta tese são um “corte”, uma interrupção do fluxo, uma fronteira por mim imposta para a manipulação do observado no “momento etnográfico” (STRATHERN, 2017).

Para isso, no percurso deste capítulo articularei dois planos descritivos. No primeiro, tenho como fios condutores quatro linhas de vida sobrepostas no decurso investigativo

¹⁴⁵ Evangelho de Lucas, 5:10. Disponível em <https://www.bibliaonline.com.br/> Acesso em 13mai2020.

desta tese e que me permitiram descrever configurações da *malha assistencial* situadas no tempo e no espaço. Em continuidade ao esforço de me implicar na descrição etnográfica (Capítulo 1), recorro novamente ao exercício autobiográfico para me imiscuir aos caminhos de Maria do Socorro, Daniela, Amália e Kamille¹⁴⁶. Nossas histórias cruzadas me permitiram identificar características duradouras e importantes dessa particular forma de governo.

O segundo plano, subdividido em três seções, delineia alguns traços constitutivos da *malha assistencial* do ponto de vista acadêmico e de idealizadoras e gestoras de políticas públicas. No primeiro caso considero, principalmente, os aportes de uma certa produção bibliográfica e suas narrativas sobre a formação da assistência social brasileira: uma história performada por intelectuais influentes na profissionalização do Serviço Social no Brasil. No segundo, descrevo as origens do Programa Bolsa Família tal como retratadas por algumas de suas idealizadoras e gestoras, atendo-me aos tensionamentos e controvérsias de seu processo de concepção e implementação.

Os dois planos descritivos têm substâncias, abrangências e temporalidades diferentes, mas evidenciam modos de proteger que perpassam as linhas de vida, saberes e fazeres que me possibilitaram desfiar a *malha assistencial* na *fronteira Amazônia*. Os fios que a compõem possuem cores, densidades e matérias-primas diversas. Entrelaçados, formam um tecido vazado de aparente homogeneidade e extensão variável e flexível. Como instrumento de captura, enreda muito além dos seus propósitos, mas permite pelos vãos entre seus nós resistências e fugas.

Da “infância em risco” ao “protagonismo juvenil”

Algumas pessoas podem passar toda a vida sem jamais conhecer ou demandar serviços de uma profissional do Serviço Social¹⁴⁷. Mas, para muitas outras, principalmente as mais

¹⁴⁶ Nomes fictícios.

¹⁴⁷ O serviço social é uma profissão exercida majoritariamente por mulheres. Publicação do Conselho Federal de Serviço Social informava que a categoria era composta por 97% de mulheres (CFESS, 2005). Durante os anos da pesquisa de campo, conheci apenas três homens assistentes sociais, um deles autoidentificado *gay*. Embora haja uma pequena parcela de homens nesse nicho profissional, mantive o

empobrecidas, essa é uma relação tão cotidiana quanto naturalizada. Eu mesma, até a escrita da tese, não havia reconhecido e tampouco problematizado a existência dessa relação em minha própria vida. Mas, conhecer mulheres como as protagonistas desta pesquisa, observar seus modos de fazer e partilhar de suas memórias me remeteram às minhas próprias e me fizeram, finalmente, estranhar e indagar sobre a presença dessas agentes em meu caminho de vida.

Recordo-me que, por um curto período da infância, aprendi a me preparar para as intempestivas “visitas” de uma gentil senhora, Ana Valéria¹⁴⁸, que chegava ao nosso apartamento trazendo-nos doces. Minha mãe vivia um difícil processo de separação, marcado por ameaças e abandono material. Entretanto, a presença da “amiga” em nossa casa nunca a alegrava. Da “amiga” sabíamos pouco, sequer quando nos visitaria. Porém, logo aprendemos que deveríamos ser “educados”, estar “limpos” e “bem vestidos” para recebê-la. Essa não era uma tarefa fácil para mim e meus dois irmãos com oito, sete e quatro anos, respectivamente. Isso nos impunha muito controle e muita tensão à mãe que, para trabalhar, diariamente, nos deixava sozinhos em casa.

Apenas na vida adulta entendi que se tratava de uma assistente social da Vara da Família e que a inspeção domiciliar instruíra um processo de guarda requerido por meu pai em retaliação ao pedido de partilha de bens feito por minha mãe. Coagida, ela garantiu a guarda dos três filhos, abdicou dos poucos bens da família, abandonou Brasília e voltou à Manaus. Nossas condições socioeconômicas se deterioraram muito e tardou para que ela conquistasse um emprego precário, mas estável, e uma pequena casa própria na periferia manauara, no bairro da Compensa, onde vivemos e crescemos desde então.

No início dos anos 1990, quando me tornei adolescente, a Compensa ainda era um bairro estigmatizado como violento e pobre. O jargão socioassistencial da época mencionava a infância e a adolescência “em risco” e muito se falava sobre os “meninos de rua” ou

feminino universal para designar o segmento por sua composição majoritária, mas também para refletir sobre a assistência social como tecnologia de governo generificada. A isso corroboram o capítulo anterior (Capítulo 2), no que tange ao *governo das mulheres* na fronteira, e o capítulo seguinte (Capítulo 4).

¹⁴⁸ Nome fictício.

“menores abandonados”¹⁴⁹. A convite de Francisca¹⁵⁰, uma jovem negra e liderança do bairro, muito pobre, filha de carpinteiro e estudante de Serviço Social na UFAM, eu e um de meus irmãos nos juntamos a um grupo de adolescentes, o *Shalom Mirim*. O grupo integrava a rede nacional de “núcleos de base” do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR). Ali, conheci adolescentes do bairro com vivências muito semelhantes à minha. Aprendi que, tal como o menino Tônico, eu e meus irmãos éramos diferentes, pois pertencíamos a “famílias desestruturadas”, éramos filhos e filhas de “mães solteiras”, “abandonados pelo pai” e, portanto, em “situação de risco” pela “pobreza”, “insegurança sanitária”, “educação de baixa qualidade” e “violência”.

Paradoxalmente, tal como na literatura, entre nós e “os meninos de rua”¹⁵¹ havia, ao mesmo tempo, um liame e um frágil limite a ser preservado para que não nos tornássemos como Carniça, ou seja, para que escapássemos da vida nas ruas, dos delitos e da prostituição. Nós, “em situação de risco”, e “os meninos e meninas de rua” de outros “núcleos” do centro da cidade ou que estavam internados em instituições de acolhida e reclusão¹⁵², deveríamos “participar”, “engajarmo-nos”, “reivindicar nossos direitos” e

¹⁴⁹ Eu mesma sabia sobre “eles” por meio da coleção infanto-juvenil *Vagalume* (Editora Ática). Antes de ler *Capitães de Areia* (AMADO, 1937), conheci a estória de *Tônico e Carniça* (FILHO; BRASIL, 1982): dois meninos pobres da cidade do Rio de Janeiro, “abandonados” pelo pai. Carniça era órfão e vivia nas ruas em condições mais precárias que Tônico, que morava com a mãe e a avó. Os amigos viviam uma série adversidades e desventuras para enfrentar a vida nas ruas e trabalhar como engraxates. Essas histórias povoaram parte significativa da minha adolescência e juventude na Compensa. Além-bairro, uma série de discursividades alimentavam meu imaginário sobre os “cheira-cola” que eu via nas praças de Manaus. *Pixote*, filme de Héctor Babenco (1980), foi uma das referências cinematográficas que contribuíram para construir uma certa comoção em torno do problema da “menoridade em risco”.

¹⁵⁰ Nome fictício.

¹⁵¹ De acordo com Gregori (2000), a expressão “meninos de rua” foi empregada pela primeira vez no livro “Meninos da rua: valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo” (FERREIRA, 1979). A rua, substituta do espaço doméstico, do lar e da família, é o lugar ordenador do cotidiano, das relações e da identidade desse segmento social que abrange “crianças e adolescentes dos estratos pobres que passam parte considerável de suas vidas sobrevivendo nas ruas das grandes cidades brasileiras” (GREGORI, 2000, p. 15). Um balanço bibliográfico de 1988 (Alvim; Valladares, 1988) identificou 212 estudos sobre o tema desde a década de 1960. No entanto, desde o século XIX esse é um tema presente nas preocupações com a chamada “questão social” (1988, p. 03). Voltarei a essa *questão* no decorrer deste capítulo.

¹⁵² O Amazonas possui ainda hoje três abrigos para adolescentes: os centros socioeducativos de internação masculina Dagmar Feitosa e Raimundo Parente e o centro de internação feminina Marize Mendes, todos em Manaus. Algumas cidades do interior possuem centros socioeducativos inadequados, segundo os parâmetros legais, para a internação de adolescentes.

“exigir do estado” o reconhecimento de que a infância e a adolescência mereciam “proteção integral”¹⁵³.

A produção pedagógica das diferenças entre a “menoridade em situação de risco” e a “menoridade em situação de rua” ordenava dinâmicas de alteridade e estratificava desigualdades revelando uma *economia da precariedade*¹⁵⁴. Essas designações marcavam gradações de precariedade que levavam em consideração as nossas condições objetivas de sobrevivência (renda familiar, condições de moradia, acesso à educação etc.) e moralidades, como o tipo de família mais ou menos adequada ou segura. Viver com os pais; com a mãe e/ou avós; com parentes; em internatos; ou nas ruas eram indicadores distintos de risco social. Nesta escala, viver com os pais (em parâmetros heteronormativos, evidentemente) era a configuração familiar mais desejável e incentivada, ao passo que as ruas eram o extremo oposto rechaçado.

Esse sistema classificatório eivado de indicadores socioeconômicos e de moralidades também produzia destinos (VIANNA, 2014). Na literatura infanto-juvenil, o final feliz de Tônico foi ganhar uma nova caixa de engraxate para, assim, sustentar “honestamente” a mãe e a avó. Pixote, afinal, morreria, na ficção e fora dela, executado pela polícia. Os mais “desenvoltos” para a leitura ou a fala, mais ajustados ao processo civilizatório ou privilegiados pela alfabetização, conseguiriam escapar do destino mais trágico, como

¹⁵³ A transição formal da “doutrina da menoridade” à “doutrina da proteção integral” no âmbito legal possibilitou a supressão dos Códigos de Menores e a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). A respeito da construção da categoria classificatória “menoridade”, é mister mencionar o trabalho de Adriana Vianna (1999; 2014) que, por meio do estudo de registros e relatórios policiais, demonstrou o protagonismo policial na construção da personagem social “o menor”. Essa construção, explica a autora, não pôde ser entendida apenas como “a aplicação estrita de leis” (VIANNA, 1999, p. 131), mas também relacionada ao reconhecimento de “sujeitos de direito” e pelo imperativo de administrar a vida daqueles “sem condições de responder autonomamente por ela” (1999, p. 132). Essa prerrogativa, explicada pela autora nos termos de François Ewald (1987) permitiu a emergência de formas de intervenção nas relações familiares. Essas formas de intervenção, descritas também por Jacques Donzelot (1980) – na mesma esteira da tradição francesa de Foucault – corporificaram-se em formas de governo polimorfos, como o MNMMR do qual fui *participante*; o juizado da infância, como demonstra Vianna (2014) na análise sobre processos de adoção; os orfanatos e internatos religiosos; ou as políticas de assistência social para superação da pobreza e proteção social, objeto desta tese.

¹⁵⁴ Atribuo esta designação em diálogo explícito com o conceito de precariedade desenvolvido por Judith Butler em *Vida precária* (2006), *Quadros de Guerra* (2015) e *Corpos em aliança e a política das ruas* (2018). Neste último, a autora afirma que “a precariedade implica um aumento da sensação de ser dispensável ou de ser descartado que não é distribuída por igual na sociedade” (BUTLER, 2018, p. 21). Essa distribuição desigual da precariedade revela, na minha opinião, uma *economia de distribuição da precariedade* que produz escalas, classificações da vida precária sempre relacionais.

Pirulito e Professor, de Capitães de Areia, que se tornaram frade e pintor. Ou como eu, que me tornei professora universitária.

Sob o acompanhamento da assistente social Denise¹⁵⁵, outra mulher negra e educadora do MNMMR, “engajei-me” ao movimento. Grande parte das pedagogias que experimentávamos no núcleo de base do MNMMR *Shalom Mirim* consistiam em palestras, cursos e atividades comunitárias que tinham o intuito de “conscientizar” a nós e a nossas famílias dos “riscos” da nossa pobreza e procurar alternativas àquela situação. Por ser considerada mais “desenvolta” e “articulada” para falar em público, participei, desde os 10 anos, de cursos e conferências dentro e fora da cidade de Manaus¹⁵⁶.

Em novembro de 1992, participei com mais de 750 crianças e adolescentes do III Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, na cidade de Brasília/DF (Figura 34). A programação do evento incluía apresentações artísticas; oficinas de arte; grupos de trabalho para discutir a organização nacional dos núcleos de base e a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)¹⁵⁷; além de audiências com autoridades dos três poderes. Eu mesma integrei uma comitiva que apresentou ao então ministro da Justiça, Maurício Corrêa, uma carta de reivindicações. O encontro aconteceu sob forte comoção pelo assassinato do menino Jean Alves da Cunha, de 14 anos, em Vitória (ES). Jean participaria conosco do encontro nacional não fosse assassinado pela polícia dias antes da viagem para Brasília (Figura 35)¹⁵⁸.

¹⁵⁵ Nome fictício.

¹⁵⁶ A breve narrativa de *desvio* do destino previsível para uma jovem pobre permite outra inflexão, dada a aproximação com a análise proposta por Catarina Morawaska (2017). Assumindo o desafio de “descrever processos de transformação das pessoas sobre as quais incide o aparato do desenvolvimento” (p. 217), a autora põs “lado a lado” educadores populares da periferia de Recife e Olinda/PE e autores decoloniais, como Mbembe (2001) e Bhabha (2003). Levando em consideração a “experiência da fala” e o processo de “conscientização”, Morawaska analisou as narrativas de educadores do MNMMR – como Denise, a educadora negra que me acompanhava – e mobilizou dados etnográficos a mim muito familiares.

¹⁵⁷ Lei n. 8069/1990.

¹⁵⁸ Antes de ser sequestrado e executado, Jean havia denunciado a violência policial contra meninos/as de rua em Vitória (ES). No mesmo ano, foram assassinados Benedito Lima (13 anos) e Wallace Ribeiro (15 anos). Dezoito policiais militares integrantes da organização parapolicial *Scuderie Detetive Le Cocq* foram indiciados, mas o processo foi arquivado. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/> Acesso em 27mar2020. Segundo o Ministério Público Federal, a *Scuderie* executou 1500 pessoas. Em janeiro de 2019, um de seus integrantes, o médico e ex-deputado federal capixaba Carlos Humberto Mannato foi nomeado Secretário Especial para a Câmara dos Deputados da Casa Civil pelo presidente Jair Bolsonaro. Disponível em <https://jornalistaslivres.org/> Acesso em 27mai2020. Esses assassinatos e grupos de extermínio não são episódio raro. No bairro da Compensa, em 1987, o delegado Eliseu Montarroyos foi

Do MNMMR passei à Pastoral da Juventude (PJ), uma organização juvenil católica que atuava nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBS). À época, as CEBS eram a mais forte expressão do catolicismo inspirado na Teologia da Libertação¹⁵⁹. Também me envolvi em atividades da associação de bairro e de núcleos do Partido dos Trabalhadores. A tônica do momento enfatizava o “protagonismo” e a “participação juvenil”, o que nos propiciava um intenso espaço de formação religiosa e política. Parte dessa preocupação com a “formação da juventude” contribuiu para a proliferação de cursos pré-vestibulares populares. Em um desses “cursinhos” me preparei para o exame vestibular de uma universidade pública.

Analisando em retrospecto as dinâmicas pedagógicas que experimentávamos no MNMMR e na PJ, fica evidente como a “solidariedade”, o “entretenimento” e a “formação continuada” são elementos que compõem um “dispositivo de participação” (CANDOTTI, 2011) que favoreceram a reunião de jovens no que ficou conhecido na literatura sociológica dos anos 1960 como “organizações ou movimentos juvenis” (EISENSTADT, 1968)¹⁶⁰.

Nas duas “organizações” das quais “participei”, os laços de solidariedade eram ritual e continuamente reforçados, seja para fortalecer o vínculo de identidade entre os diferentes estratos da infância (ou adolescência ou juventude) empobrecida; seja para o exercício da “caridade cristã” ou da “cidadania”. O cultivo dessas moralidades se dava por atividades como a realização de rifas, bingos, feijoadas, festivais de peixe frito e arraiais¹⁶¹ beneficentes para famílias, abrigos e projetos sociais. Outra gama de atividades investia no desporto e no entretenimento como uma forma de sociabilidade “saudável” e

acusado de sequestrar e matar quatro meninos e de pertencer a uma organização criminosa responsável pelo assassinato de 60 pessoas no ano de 1988. Afastado da função em 2001 e preso por tráfico de drogas e prevaricação, o ex-policia ainda não foi julgado. Disponível em <http://memoria.bn.br/> Acesso em 27mar2020. Sobre gestão de mortes, desaparecimentos forçados, execuções policiais e lutas por justiça no Rio de Janeiro, ver Vianna & Farias (2011), Araújo (2014).

¹⁵⁹ Corrente teológica cristã surgida na América Latina, após o Concílio Vaticano II (1962) e a Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín (1968). Tinha como fundamento a “opção preferencial pelos pobres” manifesta nos evangelhos bíblicos (Novo Testamento).

¹⁶⁰ Segundo o autor, essas organizações das sociedades modernas eram compostas por grupos numericamente pequenos, separados por critérios etários e em razão das diferenças socioculturais e biológicas atribuídas a infância, adolescência e juventude. A homogeneidade etária era acompanhada também da de classe, étnica e, às vezes, também de sexo. Eisenstadt distinguia vários tipos de grupos de jovens diferenciados por sua relação, ou não, com o “mundo adulto” (EISENSTADT, 1968, p. 19).

¹⁶¹ Quermesses.

opponente aos grupos juvenis vinculados à “criminalidade e à violência”, como as famosas “galeras”¹⁶². Contrapondo-se à sociabilidade juvenil “violenta”, era frequente a realização de bailes, torneios de futebol, gincanas culturais, festivais de música e de teatro. Ademais, atenção especial era dada à “formação contínua”, à leitura individual, ao estudo em grupo, ao debate de temas variados (sexualidade, métodos contraceptivos, teoria de classes, teologia e elaboração de projetos sociais) e à oferta de cursos profissionalizantes, de educação de jovens e adultos (EJA) e pré-vestibulares.

Se a infância em risco requeria tutela e intervenção nas famílias empobrecidas (VIANNA, 1999), a participação juvenil – amplamente difundida em grupos de escoteiros, religiosos, movimentos sociais, partidos políticos ou associações desportivas – deveria agir em prol do bem e da ordem sociais (CANDOTTI, 2011) e convergir, ambas, para uma mesma direção conservadora.

A assistente social, a freira e o regatão

Maria do Socorro¹⁶³, hoje com quase cinquenta anos, tinha dez quando enviada à Manaus para morar com os tios. Filha de um regatão e uma jovem tabatinguense, pouco me contou a respeito de sua mãe. Disse-me apenas que ela não levava uma vida “ajuizada” para que uma criança vivesse em sua companhia. Assim, passou os primeiros anos da infância sobre as águas, crescendo ao ritmo do banzeiro, singrando os rios e regateando com o pai nas beiradas do Rio Solimões.

Essa tampouco era a vida mais apropriada para uma menina: advertia, anos mais tarde, Irmã Cleonice¹⁶⁴, uma freira amiga de seu pai, devoto e benfeitor de uma igreja católica da região, que o aconselhou a deixar a filha sob os cuidados da mãe. Maria do Socorro

¹⁶² *Galeras* eram grupos territorializados de adolescentes e jovens, organizados por bairro de residência. Marca distintiva da sociabilidade juvenil em Manaus entre os anos 1980-2000, as galeras eram conhecidas pelos laços de amizade e lealdade entre seus integrantes e pelos temidos confrontos entre rivais nas ruas ou danceterias da cidade. Segundo Oliveira (2017, p. 04), as galeras e os *galerosos*, como eram conhecidos seus integrantes, representaram “um estilo de vida voltado para a prática de uma modalidade de diversão e lazer [...] ‘inventado’ e desenvolvido pelos próprios jovens de classe baixa de Manaus”.

¹⁶³ Nome fictício.

¹⁶⁴ Nome fictício.

deixou a vida no batelão¹⁶⁵ e passou a morar em terra firme com a mãe, o padrasto e seus meios-irmãos mais jovens.

Lembra-se que o padrasto estava frequentemente alcoolizado, a casa não possuía divisórias e as crianças e o casal compartilhavam o único cômodo da pequena habitação de madeira. A memória da noite em que sentiu a presença do padrasto ao seu lado enquanto dormia na rede também compunha suas lembranças. No domingo seguinte, durante a catequese, contou à freira, sua protetora, o acontecido. A mim, sempre que conversamos, jamais relatou qualquer abuso. Tinha dúvidas a respeito do que se passara naquela noite e sua narrativa, evasiva, era carregada de silêncios que eu sempre respeitei.

Mas à Irmã Cleonice não restaram dúvidas e, temendo um “mal maior”, recomendou ao regatão que enviasse a filha para Manaus sob a guarda de um tio paterno com condições financeiras para acolhê-la e protegê-la. Maria do Socorro, “salva” do abuso suposto por sua protetora, passou a morar na capital, sob a proteção do casal de tios. Na cidade grande, há mais de mil quilômetros distante de sua terra natal, estava protegida do descuido materno e dos riscos de crescer sem porto fixo.

Entre os afazeres domésticos e os cuidados com a casa e a família dos tios, Socorro cresceu, sendo educada como se fosse “praticamente” uma filha. Suas primas-irmãs estudaram odontologia e ela Serviço Social. Não pôde ingressar na universidade pública, mas obteve uma bolsa de estudos que financiou o seu curso em uma faculdade privada¹⁶⁶.

Durante a graduação fez relações de amizade duradouras que, no início dos anos 2000, fizeram-na voltar para o Alto Solimões. Uma de suas amigas havia conquistado um importante cargo público numa das cidades da região e a convidou para assumir uma

¹⁶⁵ Embarcação de fundo achatado comumente usada no comércio fluvial e transporte de cargas.

¹⁶⁶ A primeira escola de Serviço Social do Amazonas surgiu em 1941 como um curso privado (Decreto Estadual n. 1889/1942). Em 1968, passou a fazer parte da atual Universidade Federal do Amazonas. O curso noturno nesta universidade foi criado em 2009. Disponível em <https://biblioteca.ufam.edu.br/> Acesso em 06jan2020. Em 1998, o Centro Universitário do Norte (UNINORTE) instalou um curso privado de Serviço Social. Ainda hoje, essas são as principais instituições formadoras de profissionais do Serviço Social no estado. Há 5 anos, a Universidade Paulista (UNIP) oferece este curso em Tabatinga na modalidade de educação à distância (EAD).

secretaria municipal. Nessa pequena cidade amazônica, Maria do Socorro participou ativamente dos primeiros anos de implantação do Programa Bolsa Família.

A criança resgatada por Irmã Cleonice havia crescido, conquistado o ensino superior e ocupado, por mais de uma década, uma sucessão de empregos públicos com muito prestígio local em várias cidades na calha do mesmo rio em que navegara com o pai na infância. Quando eu a conheci, em 2017, ela exercia um cargo de direção em um hospital municipal¹⁶⁷. Bastante conhecida e respeitada na cidade, era requisitada amiúde por pessoas em busca de seu auxílio para um parto, um funeral, um traslado para Manaus, o agendamento de exames médicos, madeira para assoalho durante a cheia, dúvidas previdenciárias ou acesso aos benefícios sociais.

Na noite em que nos conhecemos, um domingo chuvoso do mês de julho, ela estava de plantão e nossa primeira conversa se deu entre muitos telefonemas com os quais ela buscava angariar recursos para realizar o velório e o sepultamento de um homem idoso. “Eu sou o posto Ipiranga do povo”¹⁶⁸, disse-me, orgulhosa. “Saí da prefeitura, mas o povo ainda me procura até para certidão de nascimento. Todo dia tem gente na porta da minha casa”.

Aquele auxílio ao funeral não fazia parte de suas atribuições profissionais. Tampouco os meios que utilizava para obter a ajuda seguiam qualquer protocolo institucional. Enquanto eu a observava, entre uma ligação e outra, confidenciou-me que na cidade havia outra assistente social a quem incumbia prestar aquele tipo de assistência. Mas as pessoas recorriam preferencialmente à Maria do Socorro por sua competência e pelas boas relações de amizade com “pessoas importantes” do governo estadual e da capital. Em nossas conversas fazia questão de mencionar a amizade com ex-secretárias de governo, ex-prefeitos e outras autoridades.

A narrativa das desventuras e conquistas de Maria do Socorro permite reconhecer alguns modos de atuar a assistência social naquela parte da região amazônica – como o

¹⁶⁷ Por sigilo omito a cidade.

¹⁶⁸ Expressão alusiva à propaganda de televisão da rede de postos de combustíveis Ipiranga, na qual o protagonista explica que o posto oferece tudo o que se procura: “Posto Ipiranga, um lugar completo”. Disponível em <https://youtu.be/> Acesso em 06jan2019.

protagonismo da caridade e filantropia religiosas. Ao mesmo tempo, revela normatividades de gênero que os permeiam: o comportamento inadequado da mãe; a vida imprópria para uma menina; a intervenção protetora e autoritária da missionária; os riscos do convívio íntimo com homens da família.

Evoca, também, um acontecimento comum na vida de muitas meninas e mulheres empobrecidas, especialmente as indígenas e aquelas com origem no interior do Amazonas, como Maria do Socorro, que se moveu para a capital em busca de proteção, educação e melhores condições de vida: a exploração do trabalho doméstico em “casas de família” na capital – o que se reproduz, em escalas menores, das comunidades indígenas ou ribeirinhas para as sedes dos municípios. E, embora Maria do Socorro não se identifique como indígena ou negra, é uma mulher não branca cujas marcas de classe social e origem foram tão determinantes em seu caminho quanto no de minha mãe, como revelaram as reminiscências de sua breve passagem pelo internato religioso (Capítulo 1)¹⁶⁹.

Além do mais, revela um agenciamento local muito importante para o funcionamento cotidiano da *malha assistencial*: o recurso a relações de amizade e afetos, ou o estabelecimento de laços de reciprocidade – o pedir “favores” a pessoas “importantes” – para acessar recursos públicos, desvendar trâmites burocráticos ininteligíveis, diminuir o tempo de espera por um benefício etc.

A *freira*, o *regatão* e a *assistente social* são tão reais quanto a história de Maria do Socorro. Ao mesmo tempo, são personagens arquetípicos que nessa narrativa corporificam formas de governo antigas e recentes de enorme capilaridade na região pesquisada. Irmã Cleonice, a *freira*, corporifica a extensiva presença missionária católica (mas não apenas) desde antes do surgimento dos estados-nações e da definição dos limites entre os reinos de Portugal e Espanha cujo marco fundou a principal cidade da

¹⁶⁹ A “circulação de crianças” foi discutida por Claudia Fonseca (2006) em pesquisa sobre a transferência de crianças entre famílias de bairros populares de Porto Alegre/RS (FONSECA, 2006, p.13). A mesma definição foi adotada por Angélica Motta-Maués (2012) para analisar a circulação de meninas na cidade de Belém/PA. Danila Cal (2015) conduziu investigação na mesma cidade e discutiu a circulação de meninas na Amazônia desde a perspectiva do “trabalho doméstico infantil” como uma prática tolerada e persistente desde escravidão, e cuja dinâmica deve ser compreendida pelo entrecruzamento das desigualdades de classe e étnico-raciais.

região, Tabatinga (Capítulo 2). Tal presença, renovada nos anos de 1930 através de aliança entre o estado brasileiro e a Igreja Católica, conduziu a assistência social pelos princípios de filantropia e benemerência (GUTIERRES, 2019). A atuação missionária católica na educação foi particularmente relevante. Em muitas cidades do Amazonas, as primeiras escolas foram instaladas por organizações religiosas e promoviam ações assistenciais, com especial incidência sobre os povos indígenas (COSTA, 2012)¹⁷⁰.

O *regatão*, personagem coadjuvante, é figura controversa reconhecida na historiografia como “pioneiro heroico” e “atravessador inescrupuloso” (MCGRATH, 1999)¹⁷¹. Comerciante ambulante, mediador entre o seringueiro e o patrão, explorava os trabalhadores dos seringais e era explorado por donos de seringais e grandes comerciantes. Constituiu-se peça importante na engrenagem do Sistema de Aviamento (CHEROBIM, 1983) que estruturou a economia amazônica e a exploração da mão de obra de indígenas, nordestinos e “caboclos” no período da borracha (Capítulos 1 e 5) e persiste ainda hoje através de novos mecanismos (MEIRA, 2018).

A protagonista, Maria do Socorro, a *assistente social*, é uma mulher de cor, nativa do interior do Amazonas, de origem humilde, mas com estudo e relações de amizade na capital. Volta à região para ocupar um emprego público, com posição social relativamente ascendente, num momento em que as políticas nacionais de desenvolvimento regional e social e a participação pública das mulheres se ampliaram consideravelmente (MELO; OLIVAR, 2019). Ao longo das primeiras décadas dos anos 2000, muitas profissionais de nível superior, eu inclusive, chegaram ou retornaram à região para trabalhar nas áreas de assistência social e educação (Capítulo 1).

¹⁷⁰ Sobre a atuação missionária católica na educação indígena entre 1960-1980, consultar a tese de Mauro Costa (2012). O autor dedica-se ao estudo das missões salesianas junto aos povos indígenas do Alto Rio Negro.

¹⁷¹ David McGrath (2009, p. 58) resume bem a controvérsia a respeito dos regatões na economia amazônica: “Baseados em centros urbanos e trabalhando em áreas isoladas do interior, regatões foram vistos por muitos autores como agentes de comerciantes urbanos, como um mecanismo de troca desigual entre centro e periferia e de acumulação do centro. Outros, ao contrário, viram o regatão como uma força inovadora, quebrando as relações comerciais que sustentavam o sistema de aviamento e facilitando a penetração de relações comerciais modernas. Atrás dessas diferentes perspectivas está a relação entre caboclo e regatão, porque foi principalmente através de sua ação na resistência do caboclo que regatões conseguiram sobreviver e, às vezes, prosperar dentro do sistema”.

Assim, a linha de vida de uma mulher se cruza e se entrelaça a muitas outras linhas (INGOLD, 2007) compondo um emaranhado tensionado por performatividades produtoras de piedade e medo, afetos constitutivos das ações para a proteção social na fronteira Amazônia (Capítulo 2): a “infância em risco”; o humanitarismo religioso; a vigilância da sexualidade das jovens nativas (MELO; OLIVAR, 2019; OLIVAR, 2019a); a vulnerabilidade das populações nativas; a iminência da “violência” como propulsora da ação civilizatória. Essas performatividades, comuns à freira e à assistente social são constituídas, em muitos aspectos, por técnicas de governo muito semelhantes (se não as mesmas).

Por sua vez, o regatão e o padrasto remetem a outros personagens masculinos considerados como fonte de perigos. Na história de Maria do Socorro, a violência presumida ou pressentida por Irmã Cleonice é o acontecimento que revela o risco à infância e motiva o “resgate” definidor do seu destino profissional. E nele, a missão e a caridade católica se imiscuem ao Serviço Social e à assistência social pública na Amazônia.

Lado a lado

Daniela e Kamille são duas jovens moradoras de Tabatinga. Têm pouco mais de 20 anos e são mães de meninas. São mulheres de cor, *caboclas*, como se diz no Amazonas. Nasceram e vivem na mesma cidade e, embora tenham histórias muito parecidas, jamais se conheceram. Eu as encontrei pela primeira vez em 2017, na fila de espera do Cadastro Único para Programa Sociais do Governo Federal (CADÚNICO) daquela cidade. Depois, uma série de coincidências me aproximou de cada uma delas. Seus caminhos e os de suas mães me levaram de Tabatinga para Amaturá, Atalaia do Norte e Manaus. Seus percursos evidenciam as dinâmicas do complexo urbano transfronteiriço e as contradições de políticas territorializadas baseadas estritamente nas cartografias estatais.

Diariamente, uma aglomeração se formava antes mesmo do horário de funcionamento do CADÚNICO. No início do expediente, às sete horas, as pessoas enfileiradas do lado

de fora eram divididas segundo suas necessidades e encaminhadas para uma das várias portas distribuídas no corredor estreito do prédio que abrigava, além do setor de cadastro, a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e a coordenação do Programa Bolsa Família.

Era manhã de segunda-feira quando eu as conheci. Na fila do cadastro, elas estavam sentadas lado a lado e aguardavam atendimento pelo mesmo motivo. A notícia chegou impressa em um extrato da Caixa Econômica Federal quando foram à casa lotérica retirar o dinheiro do auxílio. Seus benefícios do Programa Bolsa Família haviam sido bloqueados. Algumas horas depois eu soube que o benefício de Daniela havia sido cancelado por falta de atualização cadastral. E o de Kamille, suspenso pela ausência escolar da filha. As coincidências entre seus caminhos de vida não acabaram aí.

Daniela tinha 19 anos quando engravidou apesar do uso da pílula anticoncepcional. O namoro de um ano precipitou-se em uma união que durou poucos meses depois do nascimento de sua única filha, hoje com 5 anos. Ela é tabatinguense, mas sua família tem origem em Amaturá de onde partiu sua mãe, Amália, aos 14 anos, depois de um casamento arranjado com um comerciante de peixe. Esta união tampouco durou e Amália viu-se sozinha com dois filhos e uma bebê de poucos meses, Daniela.

Os anos seguintes foram de fome e infortúnios. Sem escolarização, numa cidade desconhecida, desempregada e dependente da bondade de estranhos, Amália decidiu pedir “ajuda” ao prefeito. Anos mais tarde explicou à filha que “antes” era assim: as pessoas procuravam o prefeito em busca de ajuda. E foi o que Amália fez nos idos de 1996. Reprimiu o orgulho, pediu ajuda a um “conhecido” que trabalhava na prefeitura, conseguiu uma “audiência” com o prefeito e pediu-lhe um emprego para matar a fome de sua família. O alcaide se surpreendeu com o pedido de trabalho – “e não dinheiro, como era costume” – de uma moça tão jovem e tão bonita. Aos prantos, a mãe de Daniela recebeu a notícia de que receberia um salário para assistir aulas noturnas e realizar pequenos trabalhos numa escola municipal.

Para estudar e trabalhar à noite, Amália deixava os filhos maiores cuidando de Daniela, então com seis meses. Sem energia elétrica, as crianças tinham uma vela para iluminar o quarto de madeira onde viviam. Certa noite, um dos meninos deixou uma vela acesa sobre o tapete do banheiro e provocou um incêndio¹⁷². Sem força suficiente para abrir a janela, as crianças ficaram entre o fogo e a fumaça até que o vigia do hotel adjacente as socorresse. A pequena Daniela sofreu queimaduras por todo o corpo, mas sobreviveu aos ferimentos.

Anos depois, sua mãe casou-se novamente, desta vez com um militar do Exército, e teve mais dois filhos. Daniela ainda é a sua única filha mulher. O filho mais velho, do primeiro casamento, tornou-se Policial Militar e mora na periferia de Manaus. O “do meio” estudou Biologia na Universidade do Estado do Amazonas e serviu as Forças Armadas. Daniela iniciou o curso de Letras na mesma universidade, mas surpreendida por gravidez não planejada e de risco, interrompeu os estudos. Nos últimos meses teve diabetes gestacional e precisou ser transferida para Manaus onde, afinal, nasceu sua filha.

Em 2014, poucas semanas depois do parto, retornou para Tabatinga e recebeu a “visita” de uma “agente comunitária de saúde”¹⁷³ da “casinha” onde ela havia feito parte do pré-natal¹⁷⁴. Ela não sabia o que era Bolsa Família quando perguntada se possuía “o cadastro”. Na ocasião estava desempregada, o pai de sua filha tinha um trabalho informal e os três viviam na casa de Amália. A agente de saúde explicou-lhe que receberia uma

¹⁷² Ainda hoje, esses trágicos incêndios são acontecimentos recorrentes na região. Muitas famílias moram em casas de madeira, palafitas, e não têm acesso regular à energia elétrica. Desde a implantação do programa Luz para Todos (Decreto n. 4873/2003), centros urbanos das cidades do interior amazonense e muitas comunidades indígenas e ribeirinhas receberam eletrificação. No entanto, muitas famílias não podem pagar continuamente as faturas de eletricidade e recorrem a ligações clandestinas, ao uso de velas ou combustíveis para garantir iluminação e refrigeração.

¹⁷³ Agentes comunitárias de saúde são profissionais do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), parte da Estratégia Saúde da Família (ESF). As agentes são supervisionadas por uma enfermeira e atuam por meio de visitas domiciliares para acompanhamento de programas de saúde pública.

¹⁷⁴ *Casinhas*, assim ficaram conhecidas as unidades de saúde do programa saúde da família. A ESF foi progressivamente implementada na região do Alto Solimões ao longo da primeira década dos anos 2000. Refiro-me à região porque ali se adotou um sistema consorciado dos nove municípios para convênios de ampliação do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo relatórios de gestão, esta estratégia ampliou o atendimento em saúde: os atendimentos de enfermeiras, inexistentes até 2000, alcançaram, em Tabatinga, a taxa de 1,5 atendimentos para cada consulta médica (a taxa recomendada era de 2/1). Até 2010, o sistema de saúde municipal possuía taxa de cobertura de apenas 59,4% da população estimada em 52.272 hab. (IBGE, 2010). Essa relação era menor que nos anos 2000 quando a taxa era de 67% de uma população de 25.390 hab. (Censo 2000). É notório que o aumento da capacidade de cobertura do SUS não acompanhou o crescimento populacional da cidade.

renda para ajudar na alimentação da recém-nascida. Desconfortável por depender da ajuda financeira materna, Daniela, de bom grado, entregou os documentos para o cadastro e no mês seguinte recebeu a primeira mensalidade do benefício.

Não demorou muito para que seu repentino casamento terminasse. Explicou-me que uma mulher com filhos pensa no futuro, mas o pai de sua filha só queria pensar no “amor”, não pensava em crescer, em ter algo mais. Ele queria “luxar” muito. Me disse que depois da gravidez havia mudado bastante. Desejou tornar-se uma pessoa melhor, “menos ignorante” e quis aprender.

Quando nos encontramos pela primeira vez, contou-me que havia retornado há poucos meses para Tabatinga e que não estava recebendo o benefício social. Havia passado os últimos anos em Manaus, acompanhando sua mãe para tratamento médico. A mãe sofria de depressão profunda e passava longos períodos na capital para cuidar da saúde. Daniela permaneceu naquela cidade por quase 4 anos. Nesse período, regressava regularmente à Tabatinga para atualização cadastral, condição imposta para receber o *Bolsa*. Em 2016 não pôde retornar à cidade e, em julho de 2017, o benefício foi cancelado.

Todas as tentativas de transferir o benefício para Manaus foram frustradas. Daniela queixava-se do atendimento do CRAS na zona leste da capital (bairro São José III), comparando-o com o de Tabatinga: “Lá [em Manaus] as pessoas têm mais má vontade que aqui. Fui tratada com ignorância, tudo estranho, me mandavam de um lugar para outro. São ignorantes, falam com você gritando e a gente não gosta de ser tratada mal”. Em Manaus, cuidava da filha pequena e da mãe adoecida, trabalhava como vendedora num shopping, fazia um curso profissionalizante de administração no Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM) e outro de informática no Instituto Federal do Amazonas (IFAM).

A adaptação à capital foi difícil. Antes, havia viajado apenas duas vezes: uma para visitar a família materna em Amaturá e a outra, aos 7 anos, para Tefé/AM quando conheceu o pai que a abandonara. Pouco mais de 2 meses foram suficientes para acostumar-se com a cidade grande e aprender a “pegar” ônibus. Com o passar dos anos não queria mais

voltar. As oportunidades de estudo e trabalho ali eram maiores. Difícil mesmo era a “lonjura”, o preço de morar e a “violência”.

Sem a renda do Bolsa Família, contava apenas com a ajuda mensal de 200 reais do pai de sua filha. A pedido da mãe, Amália, ficou em Tabatinga cuidando dos dois irmãos mais novos. Mas Daniela nutria a expectativa de voltar a receber o benefício social, continuar os estudos e voltar a Manaus para cuidar de sua mãe.

Festas religiosas, aniversários de fundação das municipalidades, torneios desportivos e comemorações familiares ensejam a circulação de pessoas entre as cidades do Alto Solimões e da tríplice fronteira. Entre Atalaia do Norte/Benjamin Constant/Tabatinga (Brasil), Santa Rosa/Islândia (Peru) e Leticia (Colômbia), essa circulação é também motivada por um intenso intercâmbio comercial e profissional. Sexo, afetos e laços de parentesco não estão fora desse circuito.

Quando jovens, os pais de Kamille se conheceram e se apaixonaram numa dessas idas e vindas, entre Tabatinga e Atalaia do Norte, por ocasião dos jogos municipais. Sua mãe vivia em Atalaia do Norte; o pai morava em Tabatinga e visitava a “Pérola do Javari” para participar de competições de futebol. Não tardou para que a longa viagem fizesse parte da rotina do casal¹⁷⁵. Depois de um tempo eles decidiram “morar juntos” em Tabatinga. Kamille é a filha do meio dos três filhos do casal.

Como a seu pai, as festas na região levaram-na para Benjamin Constant, onde conheceu o pai de sua filha. Jamais se uniram, Kamille decidiu ser mãe solo. Teve uma gravidez tranquila, mas no oitavo mês sua pressão arterial alterou e, sob risco de eclampsia, fez uma cesariana de emergência. Em 2010, não havia maternidade na cidade, os partos normais ou cesarianas simples eram realizados no Hospital de Guarnição de Tabatinga

¹⁷⁵ Nos anos 1990 o traslado entre as duas cidades era feito, principalmente, de barco. Hoje esse percurso é em parte fluvial, até Benjamin Constant (cerca de 40 minutos), e em parte pela BR 307 que liga esta cidade a Atalaia do Norte, numa viagem de cerca de 1 hora. O percurso terrestre tem apenas 32 km, mas a estrada é, segundo o próprio Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), impraticável no período chuvoso e não possui sinalização. Desde o início dos anos 2000 são anunciados investimentos estaduais e federais para recuperação da rodovia estadualizada em 2002. Disponível em <http://www.dnit.gov.br/relatorio-de-gestao-2018/AM.pdf> Acesso em 10mai2020.

(HGuT)¹⁷⁶ e os casos mais complicados eram enviados para Manaus sob a mediação da assistente social do município, como aconteceu a Daniela.

Kamille não pôde ser atendida no HGuT e não havia tempo para chegar à Manaus. Com a gestação avançada era impossível viajar de avião ou enfrentar quatro dias de barco. Desesperada, sua mãe a levou para a Clínica Letícia, um hospital privado na cidade homônima, no Amazonas colombiano¹⁷⁷. Sua filha nasceu saudável, na Colômbia, e Kamille permaneceu alguns dias internada.

Os problemas não acabaram. A família não tinha recursos para o pagamento do parto e seus familiares iniciaram uma peregrinação entre a prefeitura e a assistência social de Tabatinga. Finalmente, pelo intermédio de um tio que trabalhava como segurança no gabinete do prefeito, conseguiram que a prefeitura assumisse e quitasse a dívida com a clínica colombiana.

Quando a encontrei na fila do CADÚNICO em julho de 2017, sentada ao lado de Daniela, Kamille buscava recuperar o benefício social bloqueado. Quando finalmente foi atendida, pude escutar sua explicação à impaciente funcionária que lhe atendia ao som de vídeos gospel exibidos na televisão da recepção. Sua filha não frequentava a escola onde estava matriculada porque Kamille havia viajado para Manaus acompanhando a mãe em exames médicos.

No final do mesmo ano, quando nos reencontramos, ela trabalhava como babá para um casal de professores universitários. Finalmente havia resolvido o problema do Bolsa

¹⁷⁶ Os hospitais de guarnição fazem parte do sistema de saúde do Exército Brasileiro e oferecem assistência médico-hospitalar a militares e dependentes. Em cidades amazonenses como Tabatinga, em razão da deficitária atenção médico-hospitalar, os hospitais militares prestam assistência para toda a comunidade. A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e a maternidade foram inauguradas somente em 2014 pelo governo estadual. Até então, os munícipes contavam apenas com as “casinhas” da Estratégia Saúde da Família e a emergência do HGuT.

¹⁷⁷ A distância entre o centro de Tabatinga e o de Letícia é de pouco mais de 1km percorrido em linha reta da Avenida da Amizade, no Brasil, até a Carrera 6, na Colômbia. O trajeto dura 4 minutos de carro ou moto e 15 minutos caminhando. A fronteira entre os dois países é aberta para pedestres e tem apenas uma contenção de trânsito de veículos (cones) nos dois lados. Excepcionalmente, a fronteira é fechada como ocorreu em 2014 quando Brasil e Colômbia se enfrentaram na Copa do Mundo; em dias de eleição em um dos países; ou em situações extremas como a pandemia do Covid-19.

Família. Segundo ela, graças a intercessão de um primo (servidor municipal) que havia “agilizado” a “visita” de uma assistente social do CRAS à sua casa.

Entretanto, ela temia perder mais uma vez o auxílio do *Bolsa*. Os resultados dos exames de sua mãe foram ruins e ela deveria retornar à Manaus, agora para iniciar o tratamento de um provável câncer no colo do útero. Em nosso último encontro Kamille havia conseguido, após semanas de espera, a autorização da assistente social municipal para a emissão e o pagamento dos bilhetes fluviais pela prefeitura municipal. Ela, sua mãe e filha viajavam para a capital na manhã do dia seguinte¹⁷⁸.

Na malha formada por essas linhas de vida e seus entrecruzamentos, a *assistência social* surge como um modo de fazer praticado por assistentes sociais, enfermeiras, freiras e outras agentes que atuam em prol da “proteção social” e, fundamentalmente, por meio da *mediação*¹⁷⁹ entre um “problema social” moralmente legitimado (como a “menoridade em risco” ou o “adoecimento”) e uma intervenção tutelar institucionalizada (do estado, igrejas, organizações humanitárias ou filantrópicas) para a reparação, o resgate ou a restituição da ordem.

Essa mediação se expressa em uma prática recorrente: a visita domiciliar. Seja para inspeção de crianças em disputa judicial; seja para o recenseamento e “cadastro” de pessoas “pobres”, as visitas têm sempre um caráter discricionário, compulsório e

¹⁷⁸ A Fundação Centro de Controle de Oncologia (FCECON) atende em Manaus todos os pacientes diagnosticados com câncer no Amazonas. O traslado e hospedagem de pacientes sem recursos próprios é, geralmente, financiado pelos municípios. Para isso, pacientes devem apresentar exames e encaminhamentos de médicos locais, ter autorização da FCECON para iniciar o tratamento e indicar, quando necessário, uma pessoa acompanhante. A assistência social municipal organiza a fila de espera por passagens fluviais e o auxílio financeiro para a estadia.

¹⁷⁹ Oportunas são as contribuições de Souza Lima (2003) e Oliveira (2016) para essa discussão. Para o primeiro autor, “o que usualmente se chama de ‘política indigenista’ agregou a *assistência* à educação, à saúde, e ao desenvolvimento, à ação fundiária instituinte de territórios estatais e à mediação tutelar no exercício dos direitos políticos e civis, compondo amplo movimento revelador dos processos de formação do Estado no Brasil, [...] parecendo-me condensar e precipitar esquemas de pensamento oriundos de outros tempos históricos e de outros espaços sociais e geográficos” (SOUZA LIMA, 2003, p. 13). Para Oliveira (2016, p. 325), “a tutela é uma forma de dominação marcada pelo exercício da mediação ancorada no paradoxo de ser dirigida por princípios contraditórios que envolvem sempre aspectos de proteção e de repressão, acionados alternativamente ou de forma combinada segundo os diferentes contextos e os distintos interlocutores”.

definidor de destinos. Tais diligências são sempre acompanhadas da produção de documentos: o registro de informações em uma prancheta, a atualização de dados em um formulário de cadastramento, relatórios de frequência escolar ou laudos médicos.

Compete a quem exerce a mediação julgar se as condições físicas e de higiene das crianças correspondem ao desejável; se os cuidados maternos são suficientes para o bem-estar de filhos e filhas; se as condições de moradia e utensílios domésticos caracterizam a pobreza; ou se o estado de saúde é urgente o suficiente para uma remoção. Assim como cabia ao juiz a determinação dos destinos dos “menores” em processos de adoção analisados por Vianna (2014), cabe às mediadoras da assistência social determinar, por exemplo, quem é ou não pobre; quem receberá ou não um benefício social ou auxílio.

Aqui, explicita-se a triangulação de operações que se retroalimentam. Em um dos vértices, a formação de um grupo social (a infância, o menor, o pobre, o doente) destituído de autonomia, sem condições de autogerir-se e vulnerável. Nesse sentido, a incessante produção de categorias classificatórias e acusatórias – e, portanto, de diferenças – engendra uma economia da precariedade¹⁸⁰ erguida sobre o acesso desigual das pessoas às condições necessárias à vida (BUTLER, 2009). Noutro vértice, encontra-se a constatação de “falha” da instituição socialmente concebida como a responsável natural e sagrada pela guarda dos seus, a *Família*. O terceiro vértice justifica e assegura uma intervenção religiosa, estatal ou humanitária, enfim, uma intervenção assistencial e tutelar sobre a família “carente” e seus membros “vulneráveis”.

Do ponto de vista das pessoas “assistidas”, cumpre mencionar o agenciamento da “ajuda” e a importância de relações familiares, afetivas e pessoais na administração ou obtenção de benefícios ou auxílios sociais. Os caminhos de vida de Maria do Socorro, Amália, Daniela e Kamille foram atravessados e redefinidos por pedidos de ajuda. E essa

¹⁸⁰ Em *Quadros de Guerra*, Judith Butler (2015) destaca o caráter relacional da precariedade, uma condição humana tal como a finitude. Há, portanto, um atributo inescapável da condição humana: a morte. Entretanto, a precariedade, justamente por ser relacional, é distribuída de modo assimétrico e variável. Ainda que todos os corpos experimentem a precariedade e a finitude, uns são mais vulneráveis e expostos à morte que outros em razão da distribuição desigual da violência e da pobreza, por exemplo. Trata-se, pois, de uma “ontologia social” que explicita a interdependência e intersubjetividade na produção das vidas precárias.

parece ser uma relação muito importante para entender a dinâmica socioassistencial que tensiona essas malhas. Embora toda a burocracia materializada em formulários, pranchetas e banco de dados evoque uma prática objetiva e imparcial, esta parece a todo tempo escorregar na discricionariedade das agentes e no agenciamento de afetos e relações pessoais.

Na verdade, o parentesco, o respeito e a intimidade permeiam tais práticas e são constitutivas, também eles, da *malha assistencial*. Esses afetos são uma forma de conhecimento pela qual as “agentes” e as “assistidas” furam a *malha*, tensionam um ou outro nó, escapam, agem contra e com, dentro e fora dela, ao mesmo tempo. O conselho da amiga paterna, o pedido de ajuda ao prefeito e a ajuda do primo são tão necessários para a compreensão dessas dinâmicas quanto a burocracia, os documentos e as intersubjetividades que constroem o convencimento de “agentes da assistência social” sobre risco social ou pobreza.

Mais ainda. Os deslocamentos rotineiros entre cidades vizinhas e as idas e vindas para a capital em busca de tratamento médico aparecem em suas narrativas sempre atreladas a genealogias e relações de parentesco. As viagens de lazer proporcionaram encontros amorosos entre jovens e constituíram famílias. Na demorada, mas frequente, viagem para a capital, ressalta o cuidado feminino mútuo entre mães e filhas. Mover-se é também fazer e desfazer famílias, estabelecer, fortalecer ou romper laços de parentesco (MARQUES, 2015).

Resta ainda um último aspecto a mencionar. Do ponto de vista das territorialidades, as narrativas de deslocamentos salientam um fator que hoje, em meio à pandemia do Coronavírus e seus drásticos efeitos no Amazonas, adquire novos contornos¹⁸¹. Ao observar os trânsitos pela região transfronteiriça do Alto Solimões, é importante ter

¹⁸¹ Sem insumos para testagem, sem respiradores ou unidades de tratamento intensivo, a maioria das cidades amazonenses descobriu os primeiros casos de COVID-19 em estado de transmissão comunitária. Não por acaso, o estado que tem a maior taxa de mortes pelo Coronavírus do Brasil, teme a consolidação da tendência ascendente da curva de contágio e morte, em face da interiorização da doença presente em 97% municípios (até 12/06/2020). Como denunciam os caminhos de vida de minhas interlocutoras, a falta de assistência médico-hospitalar é antiga e persistente. Como ocorreu com elas, pacientes graves de COVID-19 têm de ser transferidos para Manaus o que necessariamente requer os mesmos procedimentos assistenciais de seleção, aferimento e discricionariedade definidoras do viver e morrer.

presente que, embora separadas administrativamente, essas cidades, por muito tempo, dividiram o mesmo território (Capítulo 2) no qual se produziram – no tempo e no espaço – uma série de relações dificilmente apagadas pela imposição de limites administrativos. Assim, a conformação ou reconfiguração de regiões, municípios e países complica – em linhas colonialistas nem sempre visíveis, mas densas e poderosas – redes de relações, de afetos, de movimentos e de trocas tão extensas quanto antigas.

Essas divisões territoriais incidem também sobre os nichos de administração pública, obstaculizando o trânsito mesmo quando a própria administração define o fluxo dos movimentos, como ocorreu a Amália, Daniela e Kamille ao precisarem viajar para Manaus em busca do tratamento médico inexistente em Tabatinga. Aqui, reaparece a distribuição desigual da precariedade e a assimétrica gestão da vida e da morte impressas na superfície do território amazônico.

Entre a moral cristã e a laicidade

De uma certa perspectiva acadêmica, a história da assistência social no Brasil leva em consideração a existência ou não de um aparato legal definidor da atuação estatal neste campo cujos limites devem ser compreendidos sempre contextualmente. Segundo essa narrativa, da ausência total de leis para a proteção social até o século XIX, observa-se, a partir dos anos 1930, a intervenção estatal por meio de um conjunto de leis que reconheceram os direitos sociais de uma parcela da população brasileira cuja cidadania estava condicionada à participação no mercado de trabalho, ou seja, na atividade produtiva formal e regulamentada (SANTOS, 1979).

A esse modelo de assistência social limitada ao seguro social corporativo – consagrado com a consolidação das leis trabalhistas no governo de Getúlio Vargas (1943) –, Wanderley Guilherme dos Santos (1979) denominou “cidadania regulada”:

por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que ademais, tal sistema de

estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A extensão da Cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. (SANTOS, 1979, p. 75)

A despeito da garantia de direitos para alguns segmentos profissionais, as medidas varguistas permitiram mais controle sobre o operariado, puniram os sindicatos não regularizados e favoreceram os inseridos com benefícios sociais. Por outro lado, a correlação entre cidadania e ocupação retroalimentou os conceitos de marginalidade e mercado informal de trabalho, categorias que englobaram desempregados, subempregados e empregados instáveis, tal como todas as ocupações não regulamentadas (SANTOS, 1979, 75). Com a proteção social restringida ao seguro social corporativo, o estado incumbiu a filantropia e a caridade religiosas da proteção dos indivíduos “não segurados”.

Concomitante a esse período, tem início no Brasil a fase de profissionalização e institucionalização do Serviço Social (1930-1960) sobre bases confessionais. Para isso, dois processos foram importantes: o redimensionamento do papel do estado na regulação das relações de exploração do trabalho e a consolidação da Ação Católica brasileira (IAMAMOTO, 2011, p. 18), movimento instituído pelo Papa Pio XI para ampliar a influência da Igreja Católica.

Esse movimento, fortalecido a partir da década de 1930, teve forte influência da Encíclica Papal *Rerum Novarum* publicada pelo Papa Leão XIII em 1891. A partir de então, a Igreja Católica manifestou expressamente sua preocupação com a “questão social”¹⁸² e sua

¹⁸² A expressão “questão social” surgiu no século XIX, na Europa, com o objetivo de exigir a formulação de políticas sociais em benefício da classe trabalhadora. Em termos muito gerais, o conceito guarda relação com a consolidação do sistema capitalista e a distribuição desigual da riqueza social. Jose Paulo Netto (2001) chama a atenção para o dissenso semântico em torno da “questão social” como algo “incontornável” para a agenda do Serviço Social. Igualmente, ressalta que esta constitui a razão de ser da disciplina. Segundo o autor, a expressão começa a ser usada na primeira década do século XIX por críticos sociais e filantropos de diferentes espectros políticos em face da pauperização massiva da classe

adesão à ação social, contrapondo-se às consequências do liberalismo e à concepção de propriedade do socialismo¹⁸³. No Brasil, essa preocupação marcou a reaproximação da Igreja com o estado e, principalmente, uma reação eclesial à secularização da sociedade brasileira e à perda de privilégios daquela instituição.

É desse movimento, com ênfase na formação do laicato feminino católico que surge o Centro de Estudos da Ação Social (CEAS), organização de base feminina formada sob a influência de assistentes sociais belgas e francesas. A partir dele é fundada a primeira escola de Serviço Social do Brasil, em 1936, na atual Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). No mesmo período, surgem no Rio de Janeiro o Instituto de Educação Familiar e Social (1937) e a primeira escola carioca de serviço social.

As origens do Serviço Social são descritas como imbricadas à Igreja Católica (PAULO NETTO, 2001; YASBEK, 2009; IAMAMOTO, 2011). Muitas teóricas do Serviço Social brasileiro descrevem o surgimento da profissão como pautado em um posicionamento moralizador¹⁸⁴. Essa atuação “tradicional”, como classificam as autoras, direcionava-se

trabalhadora. Na segunda metade do mesmo século, a expressão desloca-se para o pensamento conservador e, neste âmbito, passa a ser objeto de ações moralizadoras. Com efeito, a classe trabalhadora passa a objetar a “questão social”, compreendendo-a como tergiversação conservadora (PAULO NETTO, 2001, p. 45). A partir da publicação de *O Capital*, a questão social ganha novos contornos ao ser definida como uma forma de sociabilidade inerente ao capitalismo, em consequência, devem ser descartadas quaisquer ilusões reformistas. No contexto pós-II Guerra Mundial, emerge na “periferia capitalista” com o esgotamento da onda expansiva e a erosão do *welfare state*. O que significou para muitos intelectuais a emergência da “nova pobreza” ou a “nova questão social” (PAULO NETTO, 2001, p. 48). No entanto, para Paulo Netto (2001) a novidade era sintoma de uma “anemia teórico-analítica” posto que inexistia uma “nova” questão social, e sim novas expressões da intensificação da exploração capitalista. Para Robert Castel (1998), a lacuna entre a organização política e a economia definiu o social como o interstício entre sistemas de regulação. Com efeito, “o *social* consiste em sistemas de regulações não mercantis, instituídas para tentar preencher esse espaço. Em tal contexto, a questão social torna-se a questão do lugar que as franjas mais dessocializadas dos trabalhadores podem ocupar na sociedade industrial (CASTEL, 1998, p. 31).

¹⁸³ Na encíclica, a Igreja Católica afirma posição explícita quanto à “questão social” e ao socialismo, este último considerado projeto alternativo ao capitalismo, mas condenado em prol da “solução cristã” que considerava a propriedade particular um direito natural. A abjeção da *Rerum Novarum* ao socialismo e ao comunismo revela uma das linhas constitutivas da genealogia do antagonismo contemporâneo aos sintagmas “ideologia de gênero” e “doutrinação ideológica” (MIGUEL, 2016).

¹⁸⁴ Exemplo dessa influência são os princípios da Encíclica *Rerum Novarum* reiterados no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas: “a degradação do homem pela miséria em que se encontra, impede que viva o seu papel enquanto cristão, daí a preocupação expressa na Encíclica *Rerum Novarum* para o equilíbrio que deve haver entre as classes, apontando-se como erro capital a ideia de que classes diferentes sejam inimigas entre si, tendo Leão XIII afirmado que as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmonicamente e a conservarem-se em perfeito equilíbrio e lembra que é necessário restaurar os costumes cristãos”. Disponível em <https://biblioteca.ufam.edu.br/> Acesso em 06jan2020. Na história do Serviço Social, essa relação é

às *famílias* e pautava-se em abordagem pedagógica “que culpabiliza[va] o sujeito pela sua condição. Em suma, uma prática profissional baseada em atendimentos individualizados e prolongados, numa ideia de adequação ao comportamento moral esperado” (SILVA et. al., 2016, p. 06)¹⁸⁵.

O caráter filantropo e o protagonismo de organizações religiosas, principalmente cristãs, na promoção de ações assistenciais foram por muito tempo objeto de crítica à atuação do estado brasileiro na efetivação dos direitos sociais (GUTIERRES, 2019). Esta oposição está no cerne de como a história da assistência social brasileira foi contada e analisada. Sua influência se observa inclusive nos documentos federais que nortearam a criação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Não por acaso, o teor da PNAS ressaltaria como um grande mérito a secularização da proteção social brasileira ao reconhecer, na formulação do SUAS, uma “mudança de registro” que superaria o modelo de filantropia religiosa e fortaleceria o protagonismo do estado (YAZBEK, 2004; BRASIL, 2004; GUTIERRES, 2019). Esse aspecto é igualmente ressaltado por Rego e Pinzani (2004) ao analisarem os resultados do Programa Bolsa Família.

Em que pese o valor das mudanças no âmbito formal, noutros termos, no comprometimento legal e jurídico da intervenção pública na “questão social” e na laicização da assistência brasileira às populações pobres, a ruptura com a caridade religiosa jamais existiu. Como demonstra Ansell (2004), foi notória a participação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) da Igreja Católica nos primórdios do extinto programa Fome Zero (ANSELL, 2014, p. 96). No entanto, essas contradições não expressam falhas, mas fazem parte da *malha assistencial* e do modo como opera essa forma de governo.

Décadas antes, Souza Lima (1995) reportava-se a uma publicação de Darcy Ribeiro (*Os índios e a civilização*, 1970) na qual este opunha “a ‘ineficácia’ das ‘missões religiosas’ e supostas sugestões de ‘extermínio’ dos índios, às tentativas precárias, mas honrosas, de um aparelho do estado brasileiro, criado para proteger os nativos” (SOUZA LIMA, 1995,

considerada como parte do “período doutrinário católico”. Disponível em <https://www.ufrgs.br/> Acesso em 07jan2020.

¹⁸⁵ Disponível em <https://cress-mg.org.br/> Acesso em 28nov2019.

p. 19). A alusão às vantagens da separação formal entre a ação religiosa e a ação estatal manifesta por Ribeiro (1970) pode ser cuidadosamente aproximada da crítica ao caráter filantropo e a outras consequências da atuação eclesial na assistência social. Em comum, figura o elogio à separação entre estado e igreja e as supostas vantagens do protagonismo do primeiro nas intervenções para proteção social.

Nesse aspecto, as análises assemelham-se. Porém, para mais uma vez problematizar essa falsa oposição, importa esclarecer, primeiro, que essa separação jamais foi efetivada, mesmo quando tais instituições tiveram suas jurisdições apartadas. No período varguista antes mencionado, em que pese a separação formal entre estado e religião – da qual, inclusive, se ressentia a igreja católica – a assistência social nacional se configurou como uma aliança entre ambas as instituições para dividir o trabalho assistencial.

O apagamento formal do protagonismo eclesial na assistência social não eliminou o efeito, não raras vezes igualmente nefasto, das intervenções protetivas protagonizadas por aparelhos de estado, como acertadamente criticava Souza Lima (1995) a respeito do poder tutelar exercido sobre os povos indígenas no Brasil. Finalmente, a instituição da PNAS e do SUAS foi pautada em uma concepção de relação entre sociedade civil e estado segundo a qual a própria oposição entre tais entes foi refutada, o que permitiu o reconhecimento da sociedade civil como “constitutivamente heterogênea” (o que inclui a participação de organizações religiosas) e necessariamente engajada em um complexo processo de participação nos espaços públicos (como as conferências de assistência ou os conselhos paritários, mas também em cargos da gestão pública), eivado de conflitos de interesses e tensões (GUTIERRES, 2019, p. 34). A própria concepção “democrática” da política previa a participação de “todos”.

Esse processo de participação fragmentado, contraditório e não linear (DAGNINO, 2002, p. 279) comportava uma gama de atores, inclusive instituições e lideranças religiosas sempre atuantes nas ações estatais para proteção social, como demonstraram atuação de lideranças católicas no Programa Fome Zero (ANSELL, 2014) e o engajamento contemporâneo de missões evangélicas na saúde indígena (BARROSO, 2015), em

comunidades terapêuticas (RIBEIRO; MINAYO, 2015), em serviços de acolhimento e em projetos para mulheres em situação de violência¹⁸⁶.

Assistência, Proteção e Mínimo Social

Ana Fonseca (2006) – reconhecida como idealizadora do Programa Bolsa Família¹⁸⁷ – propunha um modelo de intervenção estatal em que a assistência social era definida como uma modalidade de ação pública dedicada à “distribuição de bens e recursos para setores específicos da população e segundo necessidades pontuais” (2006, p. 02). Junto a outras duas modalidades – seguro social e seguridade social –, integraria um conjunto mais amplo, denominado proteção social. Este, por sua vez, consistiria em ação coletiva e pública para “resguardar” indivíduos e sociedade dos “riscos” gerados pela sociedade, pelo estado e pelo mercado, como enfermidades, invalidez ou desemprego (FONSECA, 2006, p. 02).

Às três modalidades da proteção social competiria a distribuição de bens e recursos, diferenciando-se apenas por uma categorização de demandas e de população visados por cada uma delas. Assim, a assistência social atenderia às necessidades pontuais de um segmento da população, como a fome ou a pobreza; o seguro social, as de categorias ocupacionais, como o desemprego ou insalubridade; e a seguridade social – a mais abrangente – serviria a todos os indivíduos em casos de “necessidades clássicas”, como o adoecimento ou o envelhecimento, por exemplo.

Segundo a autora, sua proposição se esquivava de modelos “residuais” ou “meritocráticos” de proteção social (FONSECA, 2006, p. 04) em defesa de um modelo “institucional” e “redistributivo” no qual o estado deveria ser o agente do desenvolvimento

¹⁸⁶ É oportuno mencionar os argumentos de Teixeira (2019) sobre o engajamento de evangélicos na disputa pelos “direitos humanos”, uma expressão que ao longo do século XXI abarcou progressivamente o escopo de políticas consideradas “sociais”. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/> Acesso em 30mai2020.

¹⁸⁷ Ana Fonseca foi secretária executiva do Ministério do Desenvolvimento Social (2003/2004) e analista de Políticas Sociais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para a América Latina e o Caribe (2005-2006). Disponível em <https://jornalggn.com.br/memoria/> Acesso em 06jan2020.

social¹⁸⁸. Concepções similares a esta tornaram possível a lenta transição formal para o modelo de assistência social brasileiro no século XXI.

Atualmente, nos termos da legislação brasileira ainda vigente, a “assistência social” consiste em “política de seguridade social não contributiva, que provê os *mínimos sociais*, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. Esta definição, oriunda da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n. 8742/1993), fundamenta-se parcialmente nos parâmetros constitucionais brasileiros, pois, ao mesmo tempo em que reitera a definição de seguridade social estabelecida pela carta magna¹⁸⁹, impõe a imprecisa e restritiva ideia dos “mínimos sociais”, um conjunto de “necessidades básicas” definidas por um parâmetro de “sobrevivência” indescritível e que contradiz os princípios universalizantes garantidos pela Constituição Federal (SILVA; DINIZ, 2012, p. 264).

A gestão nacional das ações da assistência social foi regulamentada no ano de 2011 com a consolidação do SUAS, cujas bases legais haviam sido estabelecidas anteriormente pela PNAS (2004) e pelas Normas Operacionais Básicas (BRASIL, 2005). Esses instrumentos foram precedidos por um processo consultivo e participativo de cinco conferências nacionais da assistência social (1995-2005) realizadas nos três níveis da federação (Figuras 36-37).

A PNAS estabeleceu como eixos estruturantes da política de assistência a “matricialidade sociofamiliar”, isto é, a centralidade da família como unidade social elementar da intervenção pública; a “descentralização político-administrativa e territorialização”, isto é,

¹⁸⁸ As proposições da autora alinhavam-se à proposição formal do Estado de Bem-Estar Social. Como se sabe, existe uma vasta literatura sobre os conceitos de Estado Social ou *Welfare State* na teoria política. Norberto Bobbio (1998, p. 403) situa no final da segunda metade do século XIX o surgimento de uma configuração de Estado Social na Europa, como alternativa ao liberalismo e em decorrência da eclosão da “questão social” (efeito da Revolução Industrial). De caráter interventivo, essa configuração estatal reformista opunha-se também ao avanço socialista, promovendo a dependência dos trabalhadores e oferecendo medidas paliativas para remediar as consequências do avanço capitalista para as condições de vida de trabalhadores. Dentre as medidas implementadas naquele período figuravam pensões para invalidez e doença na Alemanha (1883-1889); a instituição de pensões na Dinamarca (1891-1898) e na Bélgica (1894-1903); e a criação do Sistema de Seguro Nacional da Suíça (1890).

¹⁸⁹ Segundo a definição do artigo 194 da Constituição Federal de 1998, “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Disponível em <https://www.senado.leg.br/> Acesso em 01nov2019.

a gestão compartilhada entre os três níveis da federação (federal, estadual e municipal) segundo uma abordagem territorializada baseada nas diferenças e desigualdades regionais, além das especificidades sociais e geoespaciais definidas por meio de indicadores sociais, censos e georreferenciamento; “novas bases para a relação entre estado e Sociedade Civil” fundamentadas em um modelo de participação em espaços de decisão e controle social; uma “política de recursos humanos” direcionada para a qualificação das profissionais da rede de assistência em todos os níveis; e, finalmente, “a informação, o monitoramento e a avaliação” que consistiu na criação de ferramentas e procedimentos para o cadastramento e a inclusão de famílias nos programas e benefícios sociais, tal como a definição de parâmetros para permanência e fiscalização das pessoas “beneficiadas” e dos resultados da política (BRASIL, 2004, p. 39).

Embora usadas frequentemente como sinônimos, nos termos das normativas que delinearam o SUAS, a categoria mais abrangente seria “assistência social” e não “proteção social”, como propunha Fonseca (2006). Ocorre que as dificuldades para definição de *assistência social* ou *proteção social*, tal como a imprecisão do conceito de *mínimo social* não se restringem apenas ao campo das políticas sociais ou do Serviço Social, tampouco ao campo da gestão pública que normatizou tais termos no estado brasileiro.

Para além do pluralismo semântico próprio aos termos *assistência*, *proteção* ou *mínimo social*, e das disputas entre eles, existe uma multiplicidade de fazeres que confere materialidades muito distintas a essas expressões e que atuam, sob o mesmo nome, objetos muito diferentes designados homonimamente ora como assistência social, ora como proteção social. Todos esses objetos e disputas integram a *malha assistencial* e são elementos importantes para o estudo dessa forma de governo.

As disputas por conceitos e diretrizes formais para uma política nacional de assistência fizeram parte da construção do Programa Bolsa Família e de seu antecessor o Programa Fome Zero. Em face dessas considerações, doravante, sempre que mencionar *assistência social*, me referirei tanto a esta complexa malha que envolve o aparato burocrático-estatal (legislações, políticas, programas, órgãos, serviços, estrutura organizacional) ao qual estão vinculados os benefícios sociais supracitados, como as

atuações (MOL, 2012) de “agentes de estado” na produção desta política em múltiplas escalas.

Do Fome Zero ao Bolsa Família

Segundo Maya Takagi (2010), o Programa Fome Zero teve dois importantes antecedentes. Primeiro, a Política Nacional de Segurança Alimentar (1991) elaborada por um grupo de lideranças do PT conhecido como “governo paralelo” (TAKAGI, 2010, p. 54). Esse documento contribuiu para a ampla mobilização liderada pela Ação da Cidadania para a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), em 1993, no governo do ex-presidente Itamar Franco do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)¹⁹⁰¹⁹¹, vice-presidente e sucessor de Fernando Collor. O segundo foi o lançamento do “Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil” (2001)¹⁹² do Instituto Cidadania (atualmente Instituto Lula), coordenado por um grupo de pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), dentre eles a própria Maia Takagi e José Graziano da Silva, ex-ministro extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (2003-2004) e ex-diretor geral da FAO entre 2012-2019.

¹⁹⁰ Segundo o Decreto n. 807/1993, competia ao conselho assessorar a Presidência da República e exercer o controle social na formulação, execução e monitoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

¹⁹¹ A gestão de Itamar Franco encomendou ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) o “Mapa da Fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar” (PELIANO, 1993). O estudo constatou a existência de 32 milhões de “indigentes”, ou seja, pessoas sem renda mínima suficiente para aquisição de uma cesta básica. Desta população, 60% residia na região Nordeste e cerca de 30% em áreas metropolitanas (PELIANO, 1993, p. 05). O documento explicava o problema da fome no país pelo “desencontro geográfico” entre populações indigentes e a produção de alimentos (p. 06). Recomendava ainda três “ações complementares assistenciais”: o fomento à atividade de pequenos agricultores; a distribuição gratuita de alimentos com prioridade para a merenda escolar e leite; e a ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador (p. 07).

¹⁹² O projeto (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p. 11) sugeria medidas para erradicação da fome. Dentre elas, políticas estruturais, específicas e locais: as estruturais abrangiam iniciativas para a melhoria de renda, como a geração de emprego e renda; reforma agrária; previdência universal; renda mínima e agricultura familiar. As específicas abarcavam propostas para a segurança alimentar e nutricional, o combate à desnutrição materno-infantil e a qualidade da merenda escolar por meio de estratégias de barateamento da alimentação e aumento da oferta de alimentos básicos. As políticas locais envolviam ações municipais segundo as especificidades de áreas metropolitanas, urbanas ou rurais.

Para Carmelita Yazbek (2003, p. 47), o projeto promovia uma inflexão importante no debate nacional sobre a pobreza, deslocando-a do “lugar da não política” e de gerida pela filantropia, para o lugar de uma “questão pública”, administrada por políticas públicas com vistas à cidadania e à superação de exclusões e desigualdades sociais. Em sua análise, a superação da pobreza implicava diretamente na possibilidade democrática, tal como manifesto nos princípios da Ação da Cidadania.

Observando o mesmo processo de outro ponto de vista, Regina Melo (2016) argumenta que, se a proposta do Instituto Cidadania forneceu o subsídio técnico e teórico para a consolidação do Fome Zero, foi, antes, a Ação da Cidadania quem construiu as bases políticas para transformar a “segurança alimentar”¹⁹³ em bandeira política e “formar um *ethos* moral que visse a participação popular, a solidariedade e a parceria como os vetores da mudança social” (MELO, 2016, p. 49).

No entanto, do surgimento da Ação da Cidadania até a conversão do Projeto Fome Zero em política de governo no ano de 2003, tanto o ambiente de consternação nacional pela fome, como o ousado projeto do PT sofreram transformações. Para algumas analistas, desde meados da década de 1990, a pauta econômica, o crescimento inflacionário e o extraordinário sucesso do Plano Real (1994) – que promoveu a eleição do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – passaram a ter preeminência e contribuíram para o esvaziamento do movimento contra a fome e o enfraquecimento da Ação da Cidadania (MELO, 2016, p. 54).

Ao mesmo tempo, institucionalizava-se o Programa Comunidade Solidária (Decreto n. 1.366/1995), uma “estratégia de ação” liderada pela antropóloga e primeira-dama Ruth Cardoso e constituída por uma rede descentralizada de parcerias entre os três níveis da federação e sociedade para combater a pobreza (PELIANO et al., 1995, p. 20). O

¹⁹³ Debatido desde a I Guerra Mundial (TRIVELLATO et al., 2019), o conceito de segurança alimentar foi sendo apropriado no Brasil desde os anos de 1990 quando incorporou uma noção mais ampla de acesso a alimentos seguros e sustentáveis (MELO, 2016, p. 45). Essa formulação se consolidou também por meio das conferências e documentos da FAO e da Organização Mundial da Saúde (OMS), e regulamentada no país pela Lei n. 11.346/2006 que definiu a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como o acesso regular e permanente a alimentos em quantidade suficiente e de qualidade, com respeito à diversidade cultural e sustentáveis. Trata-se de definição abrangente que envolve o “acesso a alimentos de qualidade, práticas alimentares saudáveis, práticas sustentáveis de produção, cidadania e direitos humanos” (KEPPLE; SEGALL-CORREA, 2011, p. 188). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/> Acesso em 15nov2019.

governo de Fernando Henrique extinguiu o CONSEA¹⁹⁴, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Ministério do Bem-Estar Social (MBES), o Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (CBIA) e criou a Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social (SAS/MPAS). No mesmo período, criou o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Decreto n. 3.877/2001).

A política assistencial de combate à pobreza se direcionou, então, para a saúde e a educação priorizando medidas como a elevação da escolaridade de jovens; alfabetização de adultos; programas de nutrição; e programas de formação e qualificação profissional (MELO, 2016, p. 56). Foram criados o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Bolsa Alimentação, o Agente Jovem (2001), o Bolsa Escola (Lei n. 10.219/2001) e o Vale Gás (Decreto n. 4.102/2002). Todos caracterizados como programas de transferência direta de renda condicionada ao cumprimento de contrapartidas em educação (como frequência escolar, participação em reuniões socioeducativas ou programas de geração de emprego) e saúde (como vacinação, participação em programas de pré-natal e atividades educativas em nutrição).

A criação desses programas atendia, no segundo mandato de Fernando Henrique (1999-2002), aos esforços de manutenção da estabilidade econômica e do controle inflacionário em um momento de maior fragilidade da economia e quando o Plano Real exauria seus efeitos. Aliava-se, também, ao lançamento do Programa de Combate à Miséria – conhecido como Programa Alvorada – que recolocava o problema da pobreza no Brasil, priorizando os “bolsões de miséria” em cidades do Norte e Nordeste brasileiros com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH)¹⁹⁵.

O Programa Fome Zero, lançado no primeiro ano do mandato presidencial de Lula da Silva (2003-2006), sofreu, na opinião de alguns, um “choque de realidade” (FRAGA, 2003, s/n) afastando-se das medidas estruturais mais ousadas propostas em 2001, como a universalização da aposentadoria e de outros benefícios sociais. Ademais, as

¹⁹⁴ Restituído no governo Lula, em 2003, e novamente extinto em 2019 pela Medida Provisória n. 870/2019 (convertida na Lei n. 13.844/2019) do presidente Jair Messias Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL).

¹⁹⁵ O IDH é um indicador elaborado pelo PNUD para mensurar a expectativa de vida da população, a taxa de mortalidade, os investimentos públicos em saúde e o nível de desigualdades. Seus parâmetros variam de zero a um. De 0,8 até 1 o índice é considerado alto; de 0,5 até 0,79 médio e <0,5 baixo.

transferências de renda antes implementadas provocaram contendas que impactaram o desenho do Fome Zero, afinal, o novo governo havia herdado um arsenal de benefícios sociais avaliados positivamente.

Somava-se a esse cenário a inexistência de um projeto consensual, o que fez do Fome Zero um programa ambíguo, incoerente internamente e fraturado em discursos contraditórios (MELO, 2016, p. 72). Estava, portanto, imerso em “oscilações relativas à rota a seguir, com metas excessivamente ambiciosas, cujo alcance iria depender de longas e complexas negociações políticas entre diferentes ministérios, estados e municípios” (MELO, 2016, p. 77). Além disso, ao largo de sua implementação, críticas internas sobre o controle do uso do benefício, a obrigatoriedade de prestação de contas e o uso restrito para aquisição de alimentos demonstraram como a política, apesar de audaciosa, não havia logrado um desenho harmônico.

A proposta original formulada pelo Instituto Cidadania jamais se efetivou e a proposição lançada pelo governo federal em 2003 foi absorvida pelo Programa Bolsa Família em menos de um ano¹⁹⁶. No primeiro ano de sua criação, antes mesmo da completa integração dos benefícios assistenciais antes existentes, o Bolsa Família chegou a 4 milhões de famílias e se constituiu, até os dias atuais, na mais abrangente política de assistência social do Brasil¹⁹⁷ e o carro-chefe do governo de Lula da Silva.

Nos primeiros meses de sua implantação, o subsídio do Programa Bolsa Família era concedido pelo governo federal diretamente às famílias “beneficiadas” e deveria ser destinado exclusivamente para a compra de alimentos e de gás de cozinha. Conjugado a projetos para a segurança alimentar e de promoção da agricultura familiar, por meio do incentivo à aquisição de alimentos de maior valor nutricional e de origem na agricultura familiar, pretendia enfrentar a desnutrição infantil e subsidiar a agricultura familiar como

¹⁹⁶ Para uma descrição detalhada dos acontecimentos que antecederam a completa transição do Programa Fome Zero ao Programa Bolsa Família, ver Melo (2016).

¹⁹⁷ Segundo o MDS (2018), o Bolsa Família havia beneficiado até aquele ano mais de 13 milhões de famílias brasileiras, aproximadamente 21% da população nacional. Disponível em <https://valor.globo.com/brasil/> Acesso em 20dez2019.

um meio de subsistência, mas também de fortalecimento de vínculos familiares e do modo de vida rural.

O Bolsa Família não mudou apenas o nome do programa, mas o ministério, a equipe e a estrutura da política. A renda transferida para aquisição de alimentos deixou de ser o único objetivo da política que agregou outros benefícios sociais (como o vale gás e o bolsa escola) e estabeleceu “condicionalidades” para seus “beneficiários”. A fome perdeu a centralidade na política para a “família” e a mulher passou a ter um papel destacado na chefia da economia familiar e, também, no cumprimento das condições necessárias para inclusão e permanência no programa (Figuras 39 e 40).

Tanto o Fome Zero como o Bolsa Família são considerados programas de transferência de renda. No entanto, existe uma significativa diferença entre os PTRC e a renda mínima. No Brasil, o principal defensor da renda mínima é desde muito tempo o vereador de São Paulo e ex-senador Eduardo Suplicy (1992; 2002). A renda mínima universal pleiteada pelo parlamentar petista consistia originalmente em uma transferência governamental garantida a todo cidadão, independente de condição socioeconômica¹⁹⁸.

Sua proposição alinhava-se a uma literatura internacional (STANDING, 2018) que defende as vantagens desse tipo de benefício social implementado em países europeus. Embora a lei de renda mínima formulada por Suplicy tenha sido sancionada por Lula no primeiro mandato, jamais foi efetivada. Em seu lugar foram implementados programa de transferência de renda condicionada, o que seguiu um modelo de enfrentamento à pobreza realizado por diversos países da América Latina, seguindo diretrizes do Banco Mundial e da FAO.

¹⁹⁸ Em 1991, o parlamentar apresentou ao Senado um projeto (PLS n. 80/1991) para instituir o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) que, caso aprovado, beneficiaria, “sob a forma de imposto negativo, todas as pessoas residentes no país, maiores de 25 anos”. Enviado à Câmara em 2007, o projeto aguarda desde então a decisão da casa. Derivada de outro projeto, a lei n. 10.835/2004, conhecida como Lei Suplicy, instituiu a “renda básica de cidadania”: benefício monetário extensivo a “todos os brasileiros residentes no país e estrangeiros residentes há pelo menos 5 (cinco) anos no Brasil, não importando sua condição socioeconômica”. Contudo, apesar de prever a implementação gradativa, a partir de 2005, com prioridade às “camadas mais necessitadas da população”, a lei jamais se efetivou. Disponível em <https://www.camara.leg.br/> Acesso em 12nov2011.

A principal diferença entre os dois modelos está no fato de os PTRC não serem universais, pois não são extensíveis a toda população posto que garantidos apenas a uma parcela de cidadãos segundo critérios previamente estabelecidos e mantidos mediante o cumprimento de um conjunto de obrigações (“condicionalidades”), também definidos pela gestão pública. Ayala Rubio (2013) analisou programas de renda mínima em Madri (Espanha) e chamou a atenção para as sutilezas que os diferenciam e a necessidade de compreender as exigências que cada uma dessas políticas impõe aos cidadãos por eles beneficiados. O esforço da antropóloga espanhola foi justamente demonstrar como, apesar da distinção formal entre programas de renda mínima universal e PTRC, no caso madrilenho, mesmo as políticas de renda mínima – consideradas universais – estabelecem o cumprimento de exigências que as tornam igualmente condicionadas.

No caso brasileiro, entre as “condicionalidades” estão a obrigatoriedade de atualização cadastral bienal; pesagem, medição e vacinação de crianças – rito análogo ao implementado nas ações de combate à desnutrição infantil criadas pela Pastoral da Criança (organização católica de forte atuação na periferia do Brasil); o monitoramento da frequência escolar de crianças e adolescentes; e o pré-natal para gestantes.

Ao observar as obrigações impostas às famílias sob a responsabilidade materna, nota-se a proposição de uma gestão intersetorial horizontal coordenada pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Social (no período entre 2004-2016), mas articulada a um conjunto mais amplo de políticas desenvolvidas no âmbito dos ministérios da Educação e da Saúde, demandando necessariamente uma gestão verticalizada com a participação de estados e municípios. Este modelo de gestão intersetorial horizontal e verticalizado revela mais do que um modo de coordenar as ações públicas. Da perspectiva micropolítica, expande os mecanismos de controle sobre os corpos e a incidência sobre eles através de aparatos muito diversificados que abrangem os aspectos mais variados do cotidiano das famílias pobres e principalmente das mulheres.

Bolsa Família, eleições e clientelismo

Além de constituir-se o fundamento de uma acusação bastante difundida em pleitos eleitorais (Prólogo), a relação entre o desempenho eleitoral do PT e o alcance do Programa Bolsa Família foi demasiado especulada nas redes sociais, investigada por instâncias federais de controladoria e em pesquisas acadêmicas (MARQUES, 2009; CANÊDO-PINHEIRO, 2015)¹⁹⁹. Em diversas ocasiões, essa relação foi classificada como “clientelismo” e “compra de votos”. A despeito das conclusões das auditorias e de estudos nas áreas de Ciência Política e Economia, importa considerar como a questão pode ser abordada do ponto de vista antropológico.

Há dezessete anos, Aaron Ansell acompanhou o projeto-piloto do Programa Fome Zero no semiárido nordestino. A etnografia de um “experimento do neoliberalismo de esquerda” e do encontro desse projeto de governo com autoridades locais, famílias empobrecidas e uma dinâmica de reciprocidade e codependência muito importantes para a política eleitoral local permitiu uma inflexão no debate sobre clientelismo, voto economicamente dependente e autonomia de uma perspectiva da antropologia da moral (ANSELL, 2014, p. XI).

Ansell examinou a oposição “clientelismo hierárquico” *versus* “democracia igualitária”, concepção idealista que, na opinião dele, organizava conceitualmente o pensamento dos gestores do Fome Zero (ANSELL, 2014, p. 14) e de muitos técnicos e intelectuais que, na época, contribuíram para a formulação do programa (ANSELL, 2014, p. 04). Propondo a substituição do termo clientelismo pelo de “hierarquia íntima”, analisou as relações entre

¹⁹⁹ Segundo resultados de estudo realizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) com apoio do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2014 e 2016, entre os anos de 2005 e 2016 foram publicadas no Brasil 661 teses e dissertações sobre o Bolsa Família, a maior parte delas nas áreas da Saúde, Economia, Demografia, Serviço Social e Políticas Públicas (57%). Oito desses trabalhos tiveram como objeto a relação entre a política social e os resultados de processos eleitorais em diferentes níveis. O mesmo levantamento identificou 16 artigos com o mesmo recorte (VIANA ET AL., 2018, p. 11-33). Informações consultadas no Catálogo de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) demonstraram que nas Ciências Sociais o tema não recebeu igual atenção. No total, foram realizadas apenas 36 (trinta e seis) teses em programas de pós-graduação nessa área: 12 (doze) em Ciência Política, 12 (doze) em Sociologia, 08 (oito) em Ciências Sociais e apenas 04 (quatro) teses em Antropologia. Apesar disso, estudos aplicados em Etnologia Indígena sobre os efeitos dessas políticas para as populações indígenas subsidiaram a elaboração de relatórios técnicos, pareceres e recomendações à gestão pública (MDSA, 2016; MPFAM, 2017). Disponível em <https://catalogodeteses.capes.gov.br> Acesso em 17set2019.

famílias “beneficiadas” e destas com as elites políticas locais recusando duas premissas: a hierarquia reforçada pela opressão e exploração dos pobres e a negação da agência das pessoas empobrecidas (EIRÓ, 2014, p. 171, tradução minha). Sua pretensão era voltar-se para as estratégias mobilizadas por aquelas pessoas para enfrentar desvantagens sociais e materiais na interação entre elas e com políticos locais.

Na descrição da reconfiguração de relações e alianças em torno das rivalidades eleitorais, o autor se desloca das relações horizontais entre as famílias empobrecidas de agricultores para as relações verticais entre essas famílias e as elites políticas. Essa dinâmica de relações verticais, a que o autor denomina de “hierarquia íntima” possui dois lados: um que envolve o compartilhamento de segredos, inclusive atividades criminosas; e outro referente ao sentimento de ira pelos opositores. E duas dimensões temporais e interdependentes que regulam as trocas: a duração do relacionamento e a duração da atividade. Desse modo, a troca de voto por dinheiro estabelece uma relação pouco duradoura que se encerra com o cumprimento do voto no candidato indicado, o que não é desejável para o candidato.

Ao direcionar o foco aos “agentes” da linha de frente do Fome Zero, aproxima-se dos trabalhos de Michael Lipsky (1980) sobre os “burocratas de rua” e da sociologia do guichê (DUBOIS, 1999) e se situa entre as duas grandes vertentes desse campo (PIRES, 2016). Pois, sua etnografia presta atenção às práticas de “agentes de estado”, à agência das pessoas “beneficiadas” e às estruturas de desigualdade produzidas nessas interações. No entanto, não é nos guichês que sua observação acontece, mas nos muitos espaços “comunitários” forjados pela interação entre “agentes estatais” e pessoas “beneficiadas”.

Na análise das trajetórias desses agentes – formados pela militância em movimentos sociais urbanos e sob forte influência da Teologia da Libertação – considera a propensão deles em interpretar o mundo rural como um lugar de dominação social baseado no clientelismo. Esse quadro interpretativo é mobilizado para descrever como eles conectaram noções românticas de trabalho coletivo (como os mutirões) a visões idealizadas do passado rural.

Suas proposições são bastante sugestivas, seja pelos aspectos que iluminou com o trabalho de campo, seja pela multiplicidade de agentes e relações a que se dedicou. Sua etnografia complica a análise da política pública, problematizando os ideais de pureza que nortearam a formulação dessa política e qualquer análise rígida sobre “clientelismo”, “famílias empobrecidas” e “elites políticas”.

Essa perspectiva se aproxima da crítica às formas puras (LATOUR, 2012; STRATHERN, 2017) e permite avançar para o interstício, a fresta, ao que escapa às classificações ordinárias e as embaralha. Como afirmou Mary Douglas (2012), essas zonas de poluição são perigosas, mas extremamente profícuas (DOUGLAS, 2012, p.12). Essa mesma imersão na zona perigosa das relações impuras está presente no trabalho de Ana Claudia Marques e Jorge Vilela (2017), no qual a “depuração dos interesses familiares da vida política não é uma perspectiva desejável, mas justamente o seu oposto” (MARQUES; VILELA, 2017, p. 34). Em outros termos, esta preocupação, ou melhor, esta poluição diz respeito à consideração de uma “articulação imanente entre vida política e vida doméstica” (MARQUES; LEAL, 2018, p. 25) importantíssima para analisar relações como as englobadas por definições tais como “clientelismo”, mas não apenas.

Essa articulação se revela também nas histórias de minhas interlocutoras e no modo como se relacionam com a política pública, com a burocracia estatal e no modo como enfrentam desvantagens sociais e materiais, furam filas, apressam visitas ou garantem o acesso ao benefício social. Como mencionei antes, “conhecer alguém importante” ou “quem trabalha com alguém importante” é uma moeda importante nessa economia de acessos a direitos mediado pelas “agentes da assistência social”.

Amália, mãe de Daniela, não conhecia o prefeito, mas um “conhecido” que fazia a segurança do alcaide conseguiu para ela a conversa que lhe assegurou a escola e o emprego noturno. Foi também um parente que mediou a aproximação da mãe de Kamille com a assistência social da prefeitura quando precisou pagar o parto da filha em Leticia (Colômbia). Essas circunstâncias são importantes para acessarmos as dinâmicas que envolvem relações de proximidade e parentesco na obtenção ou reivindicação de direitos. E o são porque borram o ideal que nega a poluição ou melhor, como afirma Butler (2014, p. 23), que busca ocultar a “escandalosa impureza” na qual “estado” e parentesco

se pressupõe mutuamente tal como “os ‘atos’ que são realizados em nome de um desses princípios ocorrem no idioma do outro, confundindo a distinção entre os dois num nível retórico e, portanto, provocando uma crise na estabilidade da distinção conceitual entre eles” (BUTLER, 2014, p. 30).

Na primeira parte deste capítulo descrevi quatro caminhos cruzados que revelaram técnicas, agências e substâncias que constituem a *malha assistencial* e os efeitos desse dispositivo de governo sobre corpos e destinos. Na segunda parte, me dediquei a enunciados científicos e técnicos de importância capital para a construção de uma história da assistência e do serviço social no Brasil, tanto quanto para o delineamento de políticas para “superação da pobreza”, nomeadamente o Programa Fome Zero e o Programa Bolsa Família. Finalmente, me reporte à discussão sobre políticas sociais, assistencialismo e clientelismo a partir de abordagens antropológicas poluídas e, por isso mesmo, mais produtivas para pensar as relações entre família e política, parentesco e estado.

As características que emergem de cada uma dessas partes, cujos estilos narrativos foram tão diversos quanto suas matérias-primas, não possuem preeminência umas em relações às outras, mas atuam em conjunto tensionando-se mutuamente. No entanto, essa é uma configuração relacional e contingente dos objetos estudados no momento da observação e submetida à interpretação de um híbrido analítico. Tendo apresentado alguns dos elementos constitutivos dessa malha assistencial – heterogênea, contingente, híbrida e relacional – passo a descrever fazeres que performam essa forma de governo através da implementação da Política Nacional de Assistência e do Programa Bolsa Família.

Figura 34 - Grafite de Jean Alves, Artista Kika Carvalho, 2017

Figura 35 - Encontro Nacional de Meninos/as de Rua, Brasília/DF, 1992, Acervo pessoal

Figura 36 – Cartaz da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, Brasília/DF, 2008

Figura 37 – 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, Brasília/DF, CNAS, 2016

Figura 38 - Logomarca e Slogan do Programa Fome Zero, Brasil, 2003

Figura 39 - Ilustração do Programa Bolsa Família, Reprodução MDS

CAPÍTULO 4

CADASTRAR, INCLUIR E PROTEGER

A inclusão de milhões no mercado e na produção não foi uma trajetória natural. Foi resultado de importantes decisões tomadas pelo Governo do presidente Lula ao valorizar o salário-mínimo, criar o Bolsa Família, ampliar o crédito e manter e expandir as nossas políticas sociais. Avançamos muito ao longo destes oito anos na construção de uma sociedade mais justa, mais democrática nas oportunidades. Mas é preciso continuar avançando em nossa trajetória de redução da pobreza e da desigualdade para garantir a inclusão dos 16 milhões de brasileiros que continuam vivendo com uma renda abaixo de R\$ 70 por mês, em condições precárias de vida, de saúde, de educação e de trabalho.

Tereza Campello, Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Lançamento do Plano Brasil Sem Miséria, junho de 2011

A proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar. A segurança de rendimentos não é uma compensação do valor do salário-mínimo inadequado, mas a garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego. [...] Por segurança da acolhida, entende-se como uma das seguranças primordiais da política de assistência social. Ela opera com a provisão de necessidades humanas que começa com os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, próprios à vida humana em sociedade. [...] A segurança da vivência familiar ou a segurança do convívio é uma das necessidades a ser preenchida pela política de assistência social. Isto supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das relações. É próprio da natureza humana o comportamento gregário. É na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade.

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Política Nacional de Assistência Social, 2014, p. 29-30

As informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal servem de base para a formulação e a implementação de várias políticas públicas capazes de promover a melhoria de vida das famílias de baixa renda. Mas, para que essas políticas sejam eficazes e mantenham o foco em seu público-alvo, é preciso garantir a qualidade das informações cadastrais. O que é qualidade ou qualificação cadastral? É a garantia de que o cadastro reflete, fielmente, a realidade mais atual da família. Isso implica: atualização cadastral com a realização de nova entrevista completa; observação da situação da família, por meio de visita domiciliar; e cuidado no preenchimento dos formulários ou dos campos do Sistema de Cadastro Único — especialmente os itens referentes a endereço e telefone, pois eles serão essenciais para, se necessário, a família ser contatada posteriormente. O Ministério da Cidadania, por meio da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, atua na atualização e na verificação das informações cadastrais. Mensalmente, avalia os níveis de qualidade dos cadastros da base nacional, incluindo o grau de atualização. Além disso, mobiliza anualmente estados, municípios e famílias para os processos de Revisão Cadastral do Programa Bolsa Família e Averiguação do Cadastro Único.

Ministério da Cidadania, 2019

Este capítulo é dedicado a descrever modos de agir que atuam (MOL, 2012) a “assistência social”. Meu esforço aqui é abordá-los a partir dos procedimentos encenados pelos diferentes grupos de agentes que compõe o dispositivo. Esquivando-me de uma compreensão totalizante e homogeneizadora, descrevo-a como múltiplos objetos homônimos acessíveis em fazeres, sempre circunscritos ao tempo e ao espaço da observação e, por isso mesmo, mutáveis. A interação prolongada com as “agentes da assistência social” (assistentes sociais, psicólogas, agentes sociais, entrevistadoras, gestoras), envolvidas nos diferentes serviços e níveis de implementação do Programa Bolsa Família, foi minha principal fonte empírica. Nesse percurso descritivo focado na observação dessas agentes em atuação e inspirado na “praxiografia” de Annemarie Mol (2012), apresento três conjuntos de ações fulcrais para a atuação da *malha assistencial*: cadastrar, incluir e proteger.

Lila Abu-Lughod (2010) esforçou-se em perseguir a “vida social ativa” do conceito de “direitos das mulheres muçulmanas”. Na mesma direção, Patrice Schuch (2011) descreveu a “vida social ativa” da “ética antropológica”. Ambas se dedicaram ao estudo dos trânsitos e das transformações de conceitos por meio do estudo da produção escrita sobre a defesa dos direitos de mulheres muçulmanas no Egito e na Palestina, no caso da primeira, e da produção antropológica brasileira sobre ética na pesquisa, no caso da segunda. Nos dois casos, ainda que a produção examinada seja o resultado de práticas, a ênfase das abordagens está em como esses conceitos circulam, transitam e são transformados nos diferentes “mundos”.

Perseguir o trânsito dos conceitos e suas transformações em mundos sociais distintos pode também corroborar para uma certa abordagem perspectivista, no sentido de apreender os diferentes pontos de vista, ou seja, o pluralismo de perspectivas, o que multiplica os conceitos e enfatiza a pluralidade. No trabalho de Schuch (2001), a “vida social ativa” da “ética antropológica” é descrita pela produção diferenciada desta ética “em múltiplos domínios da prática antropológica” (SCHUCH, 2001, p. 19). A acepção de vida social ativa empregada por Schuch advém do trabalho de Abu-Lughod (2010) e, como argumenta a primeira autora, oferece algumas vantagens: rompe com a suposição de um centro de enunciação que subordina outros domínios; propõe uma definição

performática dos domínios; conduz ao combate de formulações universais; e rejeita a adaptação de formulações gerais para situações particulares.

Conquanto essa abordagem seja interessante, pareceu insuficiente para esta pesquisa porque, apesar de romper com a suposição de um centro enunciativo, concentra-se sobremaneira na diversidade representacional dos conceitos. Em face das condições efetivadas na pesquisa de campo, não pude realizar uma etnografia de documentos, embora estes tenham sido requeridos e consultados sempre que disponíveis. Assim, a tarefa de perseguir a vida social do conceito de “assistência social” seria restringida à produção escrita manifesta em regulamentos, manuais e normas federais da política pública. E essa escolha me parecia distanciada do intuito de apreender modos de fazer protagonizados pelas mulheres com quem me encontrei no percurso investigativo.

Em face das condições de campo, das questões que me capturaram na observação e dos acessos que logrei conquistar durante os anos de pesquisa, pareceu-me mais rentável tomar a “assistência social” como um objeto múltiplo e assumir a tarefa de descrevê-lo tal como atuado por diferentes agentes vinculados a esse nicho da burocracia pública. Foi assim que me concentrei nas proposições de Mol (2012) para me esquivar tanto de pensar a “assistência social” de modo abrangente como de entendê-la em termos representacionais, para focar minha atenção na encenação da “assistência”, sempre em limites temporais e espaciais muito específicos e instáveis, limitados ao período da observação em campo, posto que mutáveis.

Recorrendo ao conceito de performatividade em Butler (1990), é possível considerar a “assistência social” como performada em atos enunciativos e operações discursivas de inclusão e exclusão produtoras de diferenças. Isso é evidente nos enunciados sobre “pobreza” e “proteção social” das “agentes e instituições da assistência social”. Todavia, meu material de campo pedia algo além da linguagem e da performatividade dos atos enunciativos, posto que composto fundamentalmente pela observação das práticas não discursivas das “agentes” ao atuar a pobreza.

Pela trilha da narrativa praxiográfica (MOL, 2012) pude descrever uma gama de ações que atuam a “assistência social”. Atuar ou encenar têm aqui o sentido mesmo de

performance. Dessa perspectiva, interessa observar e descrever os múltiplos objetos que são a “assistência social” atuada ou encenada por agentes humanos e não humanos em constante interação, confirmação e contradição. A interseção de “agentes”, “usuárias”, formulários, sistemas de informação e outras ferramentas tecnológicas, atuam diferentes objetos homônimos. Com efeito, a “assistência social” é múltipla, não apenas plural. Sob esse nome constituem-se uma miríade de objetos que coexistem em harmonia e em contraposição, configurando articuladamente uma dada “realidade” performada no momento mesmo de sua observação, o que lhe confere um estatuto de provisoriedade.

Quem espera, o que alcança? Uma etnografia nas (e das) filas

Era junho de 2017. Depois de dezoito meses em São Paulo/SP, afastada para o doutorado, eu retornava para a *fronteira*. Minha rotina diária começava com o céu ainda escuro. Eu precisava madrugar, afinal as filas se formavam muito cedo. Esse aprendizado eu havia adquirido antes mesmo de me tornar pesquisadora, em filas para conseguir consultas médicas e matrículas escolares. Pouco antes das seis horas eu deixava a casa de meus anfitriões e caminhava até o porto da cidade. Conhecia esse percurso desde que decidi morar em Tabatinga e, diariamente, “atravessar” o rio para trabalhar na universidade em Benjamin Constant.

Àquela hora a umidade noturna não havia se dissipado totalmente, o sol ainda não se refletia no asfalto e a caminhada era bastante agradável. Bem diferente de algumas horas depois quando andar nas ruas sob o sol a pino (30°C ou mais e umidade a 90%) era exaustivo. O trajeto podia ser feito de mototáxi ao custo de três reais, mas eu preferia caminhar, observar a cidade despertando e, principalmente, a formação das *filas*. Essa rotina me ajudou a perceber as mudanças no ritmo da cidade e a me familiarizar com as pessoas que circulavam pelas ruas e ocupavam as filas em diferentes dias do mês. Naquele momento da pesquisa, os aglomerados de pessoas ainda eram, para mim, indiscerníveis. Pouco a pouco, aprendi a distinguir as pessoas e as filas. Descobri uma parte dos procedimentos realizados em cada lugar onde esperávamos atendimento. E

desenvolvi uma habilidade de escuta atenta aos fragmentos de conversas ao meu redor e às intrigas que ali presenciava.

Diariamente, eu saía da Rua das Comunicações na direção da Rua Coronel Berg²⁰⁰ e a percorria até o cruzamento com a Avenida da Amizade, justamente na esquina da Caixa Econômica Federal (CEF) onde quase sempre havia uma fila. Eu atravessava a avenida e seguia pela Rua Pedro Teixeira²⁰¹ até o Mercado Municipal, passando pela Igreja Matriz e por uma das três casas lotéricas da cidade. Em frente ao mercado, um pequeno grupo de pessoas rodeava o carrinho do casal de “paisanos”²⁰² que vendia *emoliente*. Diz-se por lá que a bebida gelatinosa e servida quente (preparada com linhaça, *sangre de drago*²⁰³ e boldo) tem propriedades terapêuticas. Apesar do amargor do boldo, a bebida tinha um sabor adocicado que me agradava e fazia recordar a geleia de mocotó que eu comia na infância. Adquiri o hábito de consumi-la sempre que ia para a universidade, e o mantive quando voltei para o *campo*. Mas, apesar de conhecer as ruas, o emoliente e o casal de “paisanos”, eu, eles e a paisagem erámos outros. Minha interação com as pessoas do lugar e meus olhares à volta (quicá, também, os olhares à minha volta) não eram mais os mesmos. O carrinho continuava no mesmo lugar, mas Viviane²⁰⁴, a esposa de Feliciano²⁰⁵, estava grávida e cuidava sozinha da venda do emoliente. Pouco tempo depois, um filho seu assumia a tarefa. De Feliciano não tive notícias. Algumas semanas

²⁰⁰ Coronel Berg, Pedro Teixeira, Marechal Rondon, Marechal Mallet são alguns dos nomes de ruas que aparecem nesse capítulo. Todas aludem a patentes militares e são homenagens à ícones da história militar brasileira ou local. A cartografia tabatinguense está repleta de referências como essas, um dentre tantos outros modos de expressão do governo militarizado e hipermasculinizado tão extensivo quanto atual na região.

²⁰¹ Explorador militar português.

²⁰² Termo comumente empregado por brasileiros para designar genericamente a “peruanos” e “colombianos”. Quando mobilizados pelos próprios, a expressão que pode ser traduzida como “compatriotas” e entendida como “alguém semelhante”.

²⁰³ Sangue de dragão ou *sangre de drago* é o nome de espécies arbóreas do gênero *Croton*, da mesma família da seringueira e mandioca (*Euphorbiaceae*), que produzem uma resina de cor avermelhada. Seu látex é comumente utilizado por populações indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia peruana e brasileira como cicatrizante, anti-inflamatório e no tratamento de diarreias e úlcera estomacal. Disponível em <https://www.paginarural.com.br/artigo/2328/> Acesso 30mai2020.

²⁰⁴ Nome fictício.

²⁰⁵ Nome fictício.

mais tarde, eu reencontraria Viviane na fila do CADÚNICO. Queria cadastrar-se antes do nascimento do bebê para garantir o benefício do Bolsa Família²⁰⁶.

Depois de beber o emoliente eu descia para o flutuante das catraias. Na parte superior havia um restaurante onde eu tomava uma xícara de café amargo e uma tapioca com manteiga. Durante o café podia avistar a Ilha de Santa Rosa (Peru), o porto de Letícia (Colômbia), a comunidade Ticuna de Umariacú, a ponta da Ilha do Aramaçá e o frenético movimento de barcos, lanchas, canoas, passageiros e estivadores transportando toda sorte de mercadorias (de palmas de banana a geladeiras) e até mesmo pessoas em macas hospitalares. Dando as costas à agitação do Rio Solimões (como é denominado o Rio Amazonas naquela parte do Brasil), via a escadaria do porto e a Rua Marechal Rondon²⁰⁷ que leva ao mercado. Dali eu podia ver também as agricultoras com suas bacias repletas de uma variedade tal de hortaliças e frutas que eu mesma, depois de anos, desconhecia²⁰⁸.

Ao terminar o café, eu deixava o flutuante, atravessava a ponte irregular e instável (improvisada com troncos de madeira) até a escadaria do porto e caminhava rumo à casa lotérica do porto, na Rua Pedro Teixeira, para observar o movimento na fila. Quando não permanecia por lá mesmo, eu voltava pela Rua Marechal Mallet, caminhando por dez minutos até a Avenida da Amizade. Na avenida, encontrava as filas das agências bancárias do Bradesco e do Banco do Brasil, do CADÚNICO e de outra das três loterias da cidade (Figura 41).

²⁰⁶ Embora as diretrizes nacionais da política de transferência de renda garantam o direito de “estrangeiras” residentes no país ao benefício do Bolsa Família, *na fronteira* o acesso dessas mulheres ao benefício nem sempre é garantido. Mencionei no Capítulo 2 a saga das parturientes “peruanas” sistematicamente recusadas para o parto nos hospitais brasileiros da tríplice fronteira. De fato, a atenção materno-infantil é precária para todas as mulheres, como demonstram os empecilhos encontrados por Daniela e Kamille nas suas gestações e partos (Capítulo 3). Contudo, no caso das “estrangeiras”, nomeadamente as “peruanas”, nota-se um sistema oficioso que obstaculiza o seu acesso à atenção materna do pré-natal ao parto para coibir as “artimanhas” dessas mães para conseguir o benefício “brasileiro”. A este respeito consultar Campos (2012; 2018) e Santos, Rapozo & Luna (2018).

²⁰⁷ Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, Marechal Rondon, engenheiro militar e sertanista brasileiro.

²⁰⁸ Por meio da cooperação entre o *Observatório* e o Programa de Desenvolvimento, Sustentabilidade e Assessoramento no Alto Solimões (PRODESAS), mantivemos por três anos pesquisadoras nas feiras municipais de Tabatinga e Benjamin Constant para observar a participação das mulheres e catalogar, semanalmente, os produtos comercializados. O estudo revelou uma variedade impressionante de produtos cultivados, além do protagonismo das mulheres em todo o processo, do cultivo ao transporte e comercialização (DÁCIO, 2017).

Nos dias de pagamento do Bolsa Família (entre os dias 15 e 31 do mês), àquela hora, era comum que chegassem primeiro as pessoas advindas das comunidades indígenas. Eu notava sua presença ainda no porto pelo aumento da quantidade de canoas atracadas à beira-rio (Figura 41). A chegada massiva de indígenas naquela e noutras cidades da região em busca dos benefícios sociais alterava a dinâmica do comércio local e das famílias indígenas que se deslocavam para as cidades ao menos uma vez a cada três meses (Capítulo 2)²⁰⁹. Para essas pessoas, o tempo de espera nas filas da cidade era antecedido por longas viagens de canoa e sua permanência no centro urbano excedia em muito as horas que permaneciam ao sol, enfileiradas.

Na lotérica do porto eu costumava ver também pessoas pertencentes à Santa Cruz, a mesma ordem religiosa a que pertencia Rita e sua família (Capítulo 2). Eu as reconhecia pela pequena cruz de madeira pendurada ao pescoço por um fio de nylon preto, pelas camisas brancas atravessadas por uma faixa verde-amarela e o cinturão de corda amarrado à cintura. As batas e véus acetinados e coloridos cobriam os corpos das mulheres “israelitas” cuja família eu podia identificar pelos cabelos longos de homens adultos e crianças. A cruz de madeira no pescoço dos “cruzados” misturava-se às batas acetinadas das “israelitas” e aos vestidos multicoloridos e industrializados de algumas crianças. Os vestidos estampados com princesas e personagens de desenhos animados, sempre em tamanho um pouco maior que os corpos que os portavam, atraíam minha atenção.

Numa cidade em que os corpos e seus respectivos lugares são tão fortemente marcados e separados, inclusive, pelas vestimentas que sinalizam o pertencimento institucional, geracional, religioso ou étnico – como os tradicionais uniformes escolares colombianos, os moletons verdes de estudantes do Instituto Federal do Amazonas (IFAM), as pinturas corporais de jenipapo dos Ticuna, os fardamentos de policiais e militares dos três países, os colares Marubo, as tatuagens Matis etc. – as roupas daquelas crianças, provavelmente advindas da comunidade Ticuna de Umariacú (a julgar pela kombi lotação

²⁰⁹ O prazo para saque do benefício do Bolsa Família é de até 90 dias. Após esse prazo, o valor fica retido e não pode mais ser solicitado. Em mais de uma ocasião, a coordenação regional do Vale do Javari (Funai) solicitou a dilação de prazo para indígenas, de modo a evitar o constante deslocamento para as cidades. Em 2017, o acordo não estava mais vigente e o prazo de 90 dias se manteve.

de onde desembarcavam quando chegavam à lotérica com suas mães) compunham uma imagem intrigante.

Além de me esforçar para aprender a distinguir as pessoas na fila e a conversar com elas sempre que a língua não era uma barreira, eu me distraía observando o corre-corre das crianças. Assim, nas horas de espera, na minha etnografia nas (e das) filas, me habituei a brincar com elas, fazer-lhes um par de dobraduras e a oferecer papéis e lápis coloridos para desenhar. Foi assim que muitas das vezes me aproximei de suas mães. Noutras vezes, elas próprias me solicitavam ou eu espontaneamente oferecia algum tipo de ajuda, o que me permitia continuar a conversa para além da fila, em longas caminhadas sob o sol. Caminhar de uma fila a outra era um aprendizado compartilhado pelas pessoas que me permitiam caminhar com elas. Não apenas dos caminhos e da dinâmica que regem o fluxo da “rede socioassistencial”, mas um aprendizado sobre resiliência, paciência, espera. Caminhar juntas, mesmo em silêncio, era aprender algo sobre aquelas pessoas, sobre o caminho e sobre a paisagem.

A minha presença quase diária causava estranheza às funcionárias das lotéricas e, para continuar nas filas sem causar ainda mais desconfiança, passei a fazer pequenas apostas (nenhuma delas premiada, infelizmente) e a me oferecer para pagar faturas ou fazer depósitos para amigas e amigos. Tentei, sem sucesso, conversar com proprietários e gerentes das casas lotéricas para explicar meu intuito. No melhor dos casos, amigas/os de amigas/os me apresentaram para alguma das funcionárias dos caixas, o que amenizava o incômodo da minha presença. Eram essas “caixas” que me ajudavam, sempre que possível, a decifrar as mensagens impressas no verso dos extratos de benefícios sociais, os “bilhetinhos do Bolsa” (Figura 42-44).

Nas filas das agências bancárias não causei o mesmo incômodo, pois, como correntista em dois deles, eu podia entrar nas filas e ficar o tempo que desejasse para consultar extratos, fazer transferências, sacar dinheiro, alterar senhas, simular empréstimos, enfim, interagir ao máximo com os caixas eletrônicos que, embora registrassem minha presença contínua através de suas câmeras, não se incomodavam com ela.

No Banco Bradesco se realizava o pagamento dos servidores estaduais e municipais e o movimento ali se intensificava na última semana do mês, a partir do dia 25 e até o dia 05 do mês subsequente. Apesar do contingente de servidores federais no Banco do Brasil, o número de frequentadores do Bradesco era ainda maior, pois o funcionalismo municipal e estadual é uma das principais fontes de emprego formal na região. A rede de agências e caixas eletrônicos do Bradesco era a mais abrangente, presente em todas as cidades da região e possuía, inclusive, uma agência fluvial que navegava todo o Rio Solimões (Figura 45).

A Caixa Econômica Federal possuía apenas uma agência em Tabatinga e outra em São Paulo de Olivença. No período da pesquisa, a agência da CEF de Tabatinga não realizava saques dos benefícios da assistência social, apenas os de seguro social (como o Seguro Desemprego e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). Mas como esse era o banco responsável pela emissão e distribuição dos cartões magnéticos para recebimento do Bolsa Família, a retirada, o desbloqueio de cartões e o registro de senhas eram realizados ali.

No Banco do Brasil, a presença massiva de servidores federais, aposentados, pensionistas do Exército e bolsistas do Ministério da Educação nos primeiros dias úteis do mês mudava drasticamente as feições das filas, acrescentando ao amontoado de gente dentro da agência a presença de pessoas idosas e de corpos embranquecidos. Em uma manhã do mês de julho contei cerca de 200 pessoas apinhadas na área refrigerada deste banco para usar os caixas eletrônicos. Dentro da agência, a movimentação também era intensa e a ordem diária das senhas ultrapassava 80 atendimentos. Não se tratava de um acontecimento raro na região. Naquela ocasião, os caixas eletrônicos do Banco do Brasil em Tabatinga e Benjamin Constant não possuíam dinheiro há mais de uma semana e as pessoas dessas e de outras cidades aguardavam a chegada das cédulas.

O problema atingiu também as loterias que alcançaram o teto permitido para saques, e os Correios (onde correntistas do Banco do Brasil podiam retirar dinheiro através do Banco Postal). Esses limites de cédula nos bancos e lotéricas não eram apenas um problema da logística de transporte de valores para a região, mas uma restrição do Banco

Central para *áreas de fronteira*, segundo me informou um funcionário do Banco do Brasil. Além disso, a reestruturação do Banco do Brasil e dos Correios²¹⁰ extinguiu muitas agências no Amazonas e ocasionou a desativação de caixas eletrônicos em Atalaia do Norte, aumentando ainda mais as demandas da agência de Tabatinga. Acontecimentos como o desabastecimento de cédulas, falta de energia elétrica ou problemas de conexão com a internet ampliavam ainda mais o tempo de permanência de indígenas e não indígenas que chegavam à cidade para a retirada dos benefícios, seguros, pensões e salários.

O desabastecimento perdurou por mais de uma semana. No dia 07 de julho de 2017, eu encontrei na fila do Banco do Brasil uma das netas de Dolores, Alessandra²¹¹, que havia concluído a graduação em Benjamin Constant e retornado para sua terra natal, São Paulo de Olivença (Capítulo 2). Ela e Bernita²¹², sua irmã caçula, eram filhas de Maria Mercês²¹³, a primogênita de Dolores. Todas as mulheres de sua família recebiam algum tipo de benefício ou seguro social. Alessandra tinha na época 26 anos e trabalhava em uma escola indígena na Terra Indígena de Vendaval, pelo que recebia uma bolsa do Ministério da Educação. Durante a graduação, havia recebido o Bolsa Família, com o que manteve seu filho (hoje com 9 anos). Sua irmã caçula tem 19 anos e desde os dezesseis é “beneficiária” do Bolsa Família. Maria Mercês, sua mãe, é pescadora e periodicamente depende do Seguro Defeso. Sua avó, Dolores, recebe o Benefício de Prestação Continuada. Embora Dolores seja uma das lideranças do movimento pelo reconhecimento étnico Kambeba, Alessandra me explicou que se reivindica etnicamente como Kaixana pela ascendência paterna, oriunda do município de Tonantins.

Naquele dia, cheguei à agência às 8h e Alessandra aguardava ser, finalmente, atendida. Os rumores na fila diziam que havia chegado um avião com as tão esperadas cédulas de

²¹⁰ Em 2016 o Banco do Brasil iniciou um processo de reestruturação que extinguiu agências bancárias em todo o Brasil, o que impactou sobremaneira o Amazonas, onde a cobertura era precária. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/> Acesso em 03jun2020. Os Correios têm passado pelo mesmo processo de reestruturação o que acarretou, em 2019, na extinção do Banco Postal, serviço operado entre Banco do Brasil e Correios que permitia a correntistas a movimentação de sua conta bancária em agências dos Correios.

²¹¹ Nome fictício.

²¹² Nome fictício.

²¹³ Nome fictício.

reais. Nos dias anteriores, nós e muitas outras pessoas havíamos tentado sacar dinheiro na agência do Banco do Brasil e nos Correios, sem sucesso. Mas, Alessandra tinha ainda mais razões para estar apreensiva. Não tinha como permanecer na cidade por falta de dinheiro e precisava dele para voltar para casa. Na primeira vez que foi à Tabatinga, uma semana antes, havia voltado para sua cidade sem pagar as contas do mês e gastando os últimos centavos. Na tarde do dia anterior, conseguiu viajar “fiado” e, depois de 4h de viagem numa pequena lancha, chegou a Tabatinga quando o atendimento bancário havia encerrado. Passou a noite em uma pensão perto do porto, “tudo na base da confiança”, e, na manhã seguinte, quando nos encontramos, era uma das primeiras pessoas da fila. Sua senha era 008. Conseguiu sair da agência às 11h, com o dinheiro em mãos para pagar o pernoite na pensão e embarcar na lancha de volta à São Paulo de Olivença. Cada trecho da viagem custava 150 reais, o pernoite 30 reais e a sua bolsa pouco mais de mil.

A fila que se forma dentro e fora de estabelecimentos bancários, agências lotéricas e supermercados – como me revelaram as pessoas idosas em Amaturá e as denúncias da “máfia do Bolsa Família” (Capítulo 2) – são apenas a demonstração mais visível e concentrada de uma espera que se alonga no tempo e no espaço, navegando em rios, percorrendo as ruas das cidades e cruzando limites municipais. Trata-se, no entanto, de uma espera engajada, uma espera ativa.

Os aglomerados de pessoas antes indiscerníveis quando vistos de perto, revelavam caminhos, histórias e linhas de vida componentes daquele complexo urbano transfronteiriço (Capítulo 2). São corpos marcados diferencialmente, que partem e voltam a lugares diversos e, embora compartilhem o mesmo espaço nas filas, nem sempre falam a mesma língua. As filas são atravessadas por relações de poder e desigualdades que aumentam ou diminuem o tempo da espera e a extensão do percurso. O domínio da língua portuguesa²¹⁴, da linguagem dos extratos e da automação; a interação com caixas eletrônicos, leitoras biométricas, detectores de metal e portas automáticas; e a circulação

²¹⁴ Apesar da diversidade étnica e da pluralidade linguística da região, jamais encontrei em nenhuma dessas casas lotéricas, agências bancárias ou caixa eletrônicos avisos ou instruções em qualquer uma das línguas indígenas faladas na região.

de informações desencontradas e imprecisas são fatores que acrescentam ao tempo de espera e à permanência na cidade constrangimentos e riscos de várias ordens.

Filas também revelam conflitos. Uns gerados e encerrados nelas mesmas; outros representativos dos conflitos que atravessam o mundo e a vida das pessoas, inclusive nas filas. Yara Alves (2018) descreveu uma curiosa cena de intriga entre duas mulheres em uma casa lotérica no Vale do Jequitinhonha/MG para retirada do benefício do Bolsa Família. Adriana, uma de suas interlocutoras, havia causado burburinho ao revidar uma avaliação negativa a respeito de Dilma Rousseff, recém deposta da presidência, defendendo-a por ter sido vítima de misoginia (ALVES, 2018, p. 05). As disputas eleitorais, boatos sobre o fim de benefícios ou de um novo recadastramento também eram assunto nas filas que frequentei. Assim como as frequentes provocações de homens (na fila ou fora dela) para as mulheres ali presentes: “Veio pegar dinheiro para nós?”, “Pegou meu dinheiro?”. A indagação maliciosa e (em alguns casos) honesta, traz consigo importantes questões para pensar o benefício social como um dinheiro “das mulheres”. Uma delas diz respeito aos efeitos da renda tanto para a economia doméstica quanto para a economia das relações domésticas, pois incide sobre as assimetrias entre casais gerando novos conflitos. Outra, refere-se às transformações que o acesso à renda provocou nas relações dessas mulheres com agências estatais (os “serviços socioassistenciais”, por exemplo) e outros espaços comumente associados à esfera pública. Evidentemente, a qualidade dessas relações e transformações precisa ser adequadamente analisada.

Outro exemplo de descrição cuidadosa de “uma fila de centenas e centenas de quilômetros” encontra-se em Rafael Godoi (2015) que demonstra como a fila de visitação nas prisões do interior de São Paulo começa ainda na capital, em pontos de partida como as estações do metrô Carandiru e Barra Funda. Ali, familiares de presos se concentravam antes de partir em vans e ônibus numa viagem de até doze horas aos presídios. A ordem de chegada nas filas dos pontos de partida das conduções influenciava as posições na porta dos presídios nos dias de visita (GODOI, 2015, p. 199). Godoi argumenta que a interiorização dos cárceres no estado de São Paulo não pode ser traduzida em simples banimento, posto que o próprio rito de visitação (e toda a preparação que ele implica

antes e depois da visita ao familiar preso) movimenta a economia local e estabelece conexões que estendem as filas das portas das prisões por centenas e centenas de quilômetros.

Em Tabatinga e, em menor grau, nas outras cidades da região, os aglomerados de pessoas em casas lotéricas, agências bancárias, supermercados e serviços da “rede socioassistencial” são índices importantes para entender a malha assistencial em seus efeitos, mas também pelos processos de estado que revelam. As linhas de vidas emaranhadas em cada uma dessas filas não são interrompidas ali, seus caminhos não começam nem terminam nas filas, e o trânsito entre elas imprime seu suor na paisagem e, nos corpos queimados pelo sol, o fluxo e o tempo da peregrinação institucional (VIANNA; FARIAS, 2011, p.87). A peregrinação, nesse caso, faz a “rede”, é inerente a ela. Não se trata de uma falha do mecanismo, mas própria do seu modo de operar. As filas, por sua vez, revelam uma peculiar forma de gestão do tempo pela espera, ou melhor, pelo *fazer esperar*.

Mas engana-se quem pensa que as filas apenas paralisam. Elas também movimentam. Trata-se de uma espera ativa. As pessoas “à espera” se movem em outras formas de negociação do tempo: furar a fila, pedir ajuda a uma pessoa conhecida ou parente que está na fila, guardar lugar para alguém são estratégias dessas outras negociações. Do mesmo modo, as cidades são movimentadas pela intensificação da presença dessas pessoas. A feição das cidades muda significativamente nos dias de pagamento dos benefícios sociais, de pensões e aposentadorias de servidores públicos civis e militares. Essa agenda de pagamentos que ocupa a metade dos dias do mês (entre os dias 20 e 05), movimenta a economia local para além das instituições financeiras e da arrecadação de impostos, intensifica o trânsito e a permanência de pessoas em portos, bares e supermercados e atualiza antigas formas de exploração, como o sistema de aviamento (CHEROBIM, 1983; MEIRA, 2019). Voltarei a isso no Capítulo 5.

Os deslocamentos que aquecem a economia, produzem outros efeitos. Em janeiro de 2020, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) reportou a morte de cinco crianças indígenas na orla da cidade de Atalaia do Norte. Segundo a entidade, havia mais de 20 canoas, com mais de dez pessoas cada, que ali aguardavam o pagamento de benefícios

sociais (VERDELIO, 2020). Em outra fronteira amazônica, na cidade de São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro, os deslocamentos de indígenas eram flagrantes nos acampamentos de lona espalhados por todo o “Beiradão”, nas imediações de um porto criado nos anos 1970 pela corporação Queiroz Galvão²¹⁵. Conhecido como “cemitério hup” (MARQUES, 2015, p. 39), o “Beiradão” é ocupado principalmente pelos indígenas da etnia Hupda que ali acampam à espera dos benefícios sociais (Figuras 48).

Conhecer para incluir

Este é o lema do Sistema Nacional de Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal: “Conhecer para incluir”. O CADÚNICO é um meio de exercício de poder constitutivo do dispositivo da assistência social e funciona, também, como um sistema gerenciador de informações processadas em uma base nacional de dados. Tendo como objetivo principal a coleta e a sistematização de informações sobre “famílias”, o sistema almeja a “qualidade”, a “realidade” e a “atualidade” que devem ser asseguradas e aferidas por meio de um conjunto de técnicas claramente expressas na última epígrafe deste capítulo: “entrevista”, “visita”, “cuidado”, “avaliação” e “mobilização”. O dia a dia das operadoras do “sistema” qualifica ainda mais essa descrição pelas ações repetitivas do *cadastrar*, *incluir* e *proteger*, ações emblemáticas do modo de atuar a assistência social.

A arquitetura institucional da PNAS foi construída ao longo dos últimos vinte anos por meio da criação, extinção e reconfiguração de “benefícios sociais”, “serviços socioassistenciais” e programas de “combate à fome e à pobreza”. E, embora façam parte do que hoje se denomina Sistema Único da Assistência Social (SUAS), esses programas, benefícios e serviços têm histórias, datas de nascimento e filiação diversas. A instituição de benefícios sociais nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, PETI e Vale Gás), de Lula da Silva e Dilma Rousseff (Fome Zero, Bolsa Família e Seguro Defeso) e, mais recentemente, de Jair Bolsonaro (Auxílio Emergencial) tem sido acompanhada de desenhos institucionais (cada vez mais

²¹⁵ Queiroz Galvão, uma das construtoras responsáveis pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira/PA, na bacia do Rio Xingu.

instáveis) que possibilitaram o desenvolvimento e a reconfiguração do Cadastro Único (CADÚNICO) e dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS e CREAS)²¹⁶. Com efeito, a conformação desses “serviços” ao longo do tempo esteve (e está) mediada não apenas por desenhos institucionais e contingências políticas, mas também pelas relações que se estabeleceram, por seu intermédio, entre “o estado” e “as populações assistidas”.

O CADÚNICO nasceu em setembro de 2001 como “Formulário de Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal”, no governo de Fernando Henrique Cardoso²¹⁷. Em 2003, com a unificação dos programas de transferência de renda antes existentes e a criação do Programa Bolsa Família²¹⁸, tornou-se o instrumento de identificação e seleção de suas “beneficiárias” e a porta de ingresso para todos os benefícios e programas da Política Nacional de Assistência Social no Brasil ²¹⁹. O formulário em formato impresso teve várias versões (Anexos I e II) e adquiriu a feição de um aplicativo computacional – primeiro *off-line* e depois *on-line*. Consolidou-se como um abrangente e minucioso sistema nacional de “informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda” e se materializou em edifícios presentes em todos os municípios brasileiros onde se realiza o cadastro de pessoas que receberão (ou não) os benefícios socioassistenciais. Logo, o Cadastro Único é composto por formulários de

²¹⁶ A trajetória das políticas de assistência social no país é caracterizada por descontinuidades desde o primeiro mandato presidencial pós-1988. Parte dessa dinâmica de “cria-desmonta-monta” (CPDOC, 2010). Fernando Henrique Cardoso extinguiu o Ministério do Bem-Estar Social (MBES) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), criados no governo de Itamar Franco, e criou o Comunidade Solidária e o Alvorada - Programa de Combate à Miséria. Lula da Silva desmembrou o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) criado por Fernando Henrique, restituiu o CONSEA e criou o Ministério da Assistência Social (MAS) e o Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA). Depois, fundiu MAS e MESA ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); lançou o Programa Fome Zero, extinguiu-o e, depois, lançou o Programa Bolsa Família. As reformas ministeriais promovidas por Dilma Rousseff não afetaram diretamente o MDS, mas a presidenta lançou o Programa Brasil Sem Miséria. Michel Temer extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e transformou o MDS em Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Jair Bolsonaro extinguiu os ministérios anteriores e criou o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Ministério da Cidadania, o Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos e o Ministério do Desenvolvimento Regional. Apesar dos rearranjos ministeriais, Temer e Bolsonaro mantiveram o Programa Bolsa Família.

²¹⁷ Decreto n. 3877/2001. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/> Acesso em 05nov2019.

²¹⁸ MP 132/2003 convertida na Lei n. 10.836/2004.

²¹⁹ O Cadastro Único é também o meio de ingresso das famílias de baixa renda em outros diversos programas federais, como a Tarifa Social de Energia Elétrica, o Programa Minha Casa Minha Vida, o Programa de Cisternas, a isenção de taxa em concursos públicos; e outros, além daqueles ofertados pela PNAS. Disponível em <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve-1>. Acesso em 27out2020.

cadastramento, sistema informatizado para a inclusão e a atualização cadastral, rede de atendimento e base de dados.

Os centros de referência são “unidades públicas municipais” do SUAS, componentes da “rede de atendimento” que, segundo as diretrizes da PNAS, devem ser instaladas em regiões de baixo IDH para promover serviços de “proteção social básica e especial” e para “garantir direitos”. Em termos nativos da política pública, dividem-se segundo a “complexidade” (proteção básica, proteção especial de média complexidade e proteção especial de alta complexidade) e conforme o “grau de ameaça ou de violação de direitos”. Como frequentemente me explicaram as assistentes sociais, o CRAS atua na garantia de direitos (manifesta, principalmente, na mediação do acesso a benefícios sociais) e o CREAS atua quando esses direitos são infringidos, do que advém a denominação de centro “especializado de média complexidade”. A proteção de alta complexidade é desenvolvida em instituições como casas abrigos, de passagem e centros para usuário de substâncias psicoativas (BRASIL, 2004, p. 34).

Os “serviços socioassistenciais” e o próprio SUAS estão organizados em três áreas: “vigilância social”, “proteção social” e “defesa social e institucional”. Compete à primeira desenvolver a “capacidade de gestão” do SUAS e nela encontra-se o CADÚNICO. A “proteção social” deve garantir a “segurança de sobrevivência ou de rendimentos e a autonomia”, o que abrange benefícios como o Bolsa Família, o Seguro Defeso e o Benefício de Prestação Continuada. À “defesa social e institucional” cabe garantir “conhecimento e defesa de direitos” e aqui encontramos os CRAS e os CREAS que se articulam “territorialmente” a outros serviços públicos (NOB/SUAS, 2005). Essa articulação entre serviços “no território” é o que torna possível o funcionamento “rede socioassistencial”, ou seja, “o referenciamento” ponto a ponto, de um a outro serviço público. Como o próprio nome assinala, os centros de *referência* desempenham o papel de *referenciar*, o que significa informar e direcionar as pessoas para outros serviços e, assim, “garantir-lhes o acesso a direitos”.

Retomando a contraposição analítica elaborada entre a “rede socioassistencial” como categoria nativa e a *malha assistencial* como categoria descritivo-analítica (Capítulo 3), é possível afirmar que o referenciamento ponto a ponto – parâmetro autodefinido pela “rede

socioassistencial” – se efetiva justamente na peregrinação das pessoas “usuárias” entre os vários serviços socioassistenciais, o que muitas das vezes está acompanhado de informações desconstruídas e incompletas. Os pontos da “rede” se conectam por ações (encaminhar/referenciar/dirigir) isoladas e desarticuladas. Entretanto, o caminho das pessoas em movimentos entre os serviços (mas não apenas) também tece no território a *malha assistencial* e, então, podemos ver as linhas de vida que a compõe. Seus deslocamentos e relações ensejadas em cada um desses serviços (e no entremeio deles) compõem, tensionam e movimentam a *malha*.

Nos termos da política pública, a articulação territorial tem o intuito de concentrar nos limites de uma municipalidade – ou de uma subunidade desta – um conjunto de serviços suficientes para a “vigilância”, a “proteção” e a “defesa social”. Esse era um dos principais objetivos do extinto Programa Territórios da Cidadania (Cf. Introdução). Para cumprir essa orientação, os municípios são classificados segundo o “perfil populacional” (baixo, médio ou grande porte) e indicadores sociais de “desenvolvimento humano”. Dessa equação resulta a quantidade mínima de serviços adequada para que em cada município, distrito ou bairro seja garantida a cobertura total do território e de sua população. Trata-se, portanto, de um meio de governo territorializado que produz limites e, assim, *fronteiras*. Contraditória e obviamente, como demonstrei na etnografia das/nas filas, a “cobertura total” almejada pela política confina, mas também suscita e expande os movimentos da população que busca controlar, ou melhor, *proteger*.

Em todas as cidades do Alto Rio Solimões, existem setores de cadastro, centros de referência e uma ampla “rede” de órgãos públicos municipais e estaduais composta por secretarias, conselhos, conferências, instâncias executivas e colegiadas que participam da execução do Bolsa Família e de outros programas da política de assistência social. Parte considerável da pesquisa de campo aconteceu nesses serviços, em filas de espera e reuniões as mais diversas. Neste capítulo, descrevo minha participação nas filas do CADÚNICO, nas reuniões semanais do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), promovidas pelo CRAS, e nos encontros quinzenais do PAEF (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família), coordenados pelo CREAS, todas no município de Tabatinga. Nas manhãs de segunda a sexta-feira, eu permanecia nas filas

de espera do cadastro. Nas tardes, buscava conversar com funcionárias dos centros (assistentes sociais, agentes sociais, psicólogas, agentes administrativos, auxiliares de serviços gerais) e acompanhá-las em atividades externas sempre que possível. Às terças-feiras, eu assistia aos encontros do PAEF e às quintas-feiras, aos do PAIF.

O CADÚNICO

Próximo à convergência entre duas das principais vias de Tabatinga (a Avenida da Amizade²²⁰ e a Rua Marechal Mallet²²¹), exatamente no centro econômico, político e religioso da cidade, estava localizada a sede do CADÚNICO²²²: na frente da agência do Banco do Brasil, da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores e da Rádio Nacional do Alto Solimões (Empresa Brasil de Comunicação); ao lado da Igreja Universal e da agência do Banco Bradesco; a 100 metros de uma das três agências lotéricas da cidade e da universidade estadual; a 400 metros da Igreja Católica Matriz e a 800 metros da Caixa Econômica Federal.

Contração de Cadastro Único, *CADÚNICO*, é o departamento municipal responsável por realizar a “inscrição” em programas sociais e pela inserção de todas as informações coletadas sobre as “famílias pobres” em uma base de informações administrada pela gestão federal, mas também utilizada pelas gestões estaduais e municipais. Segundo o fluxo idealizado pela política de assistência, é por meio do “cadastro” que um grupo de pessoas categorizado como “família”²²³ e qualificado como “pobre” ou de “de baixa

²²⁰ A Avenida da Amizade atravessa toda a sede do município de Tabatinga, em seu perímetro urbano, desde a vila militar do Comando de Fronteira do Alto Solimões/8º Batalhão de Infantaria de Selva (onde está localizado o Aeroporto Internacional de Tabatinga) até o limite nacional de Brasil e Colômbia, na cidade de Letícia (capital do Amazonas), onde a via recebe o nome de Carrera 6 ou Avenida Internacional.

²²¹ O nome da rua é um tributo a Emilio Luís Mallet, Barão de Itapevi e “patrono da artilharia brasileira”, francês incorporado ao Exército Nacional por D. Pedro I, após a Proclamação da Independência (1822). Segundo narrativas do Exército Brasileiro, o “batismo de fogo” do comandante aconteceu na Guerra da Cisplatina (1825-1828), de onde adveio a fama de “soldado de sangue frio, valente, astuto. [...] Respeitado por sua tropa, pelos aliados e pelos inimigos”. Disponível em <http://www.eb.mil.br/patronos/> Acesso em 04nov2019.

²²² Em prédio alugado, a localização do serviço dependia dos contratos de locação de imóveis e dos arranjos políticos entre a gestão municipal e proprietários de imóveis. Quando o visitei em 2016, o serviço funcionava em outro endereço e com outra equipe. Com a mudança da gestão municipal, em 2017, novos prédios foram alugados para sediar parte dos órgãos municipais.

²²³ De acordo com o formulário principal de cadastramento (31.442 v005) do CADÚNICO, família “é a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras que contribuam

renda” é “inserido” no sistema. Logo, o CADÚNICO garante o acesso para a “rede socioassistencial”. Seja qual for o percurso para “entrar no sistema”, tudo começa com o cadastro que, conforme a ocasião, acontece de formas distintas.

Os atendimentos no setor de cadastro aconteciam por ordem de chegada. Esta foi a informação que recebi quando perguntei a uma das atendentes o que fazer para ser atendida. Não me apresentei nem expliquei o que queria, tampouco fui indagada a respeito. Era final de tarde de uma sexta-feira. As funcionárias se organizavam para encerrar o expediente. Uma delas desligou a televisão fixada na parede ao fundo do balcão de atendimento. Agradei a informação e planejei retornar na segunda-feira seguinte. Como o expediente iniciava às sete horas, decidi me adiantar para estar na fila antes desse horário e garantir meu atendimento.

Cheguei em frente ao prédio do CADÚNICO pouco antes das sete horas. O serviço ainda estava fechado, mas a fila estava formada. Entrei nela e aguardei. Não tardou muito para que o prédio fosse aberto. Uma porta de ferro foi recolhida e, pela porta de vidro – que permaneceu fechada –, acompanhei a chegada e a preparação das funcionárias. Uma lista afixada nessa porta informava as pessoas contempladas pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)²²⁴. Um tumulto foi causado por aqueles que atravessavam a fila, apressadamente, para procurar seu nome na lista. Frustradas, algumas questionavam a lisura do processo e acusavam um ou outro nome dentre os contemplados. Seus comentários expressavam descontentamento e desconfiança. Afirmavam saber que havia pessoas entre as contempladas que não se enquadravam no perfil da política e outras, “muito mais necessitadas”, que não haviam conseguido o financiamento da casa própria. Acusações como essas eram comuns nas filas e no balcão de atendimento.

Do lado de dentro, uma das funcionárias ligou a televisão. Outra se sentou e ligou os computadores. A terceira funcionária, Edileia²²⁵, limpou a porta de vidro, as mesas e o

para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas pela mesma, todas moradoras em um mesmo domicílio”.

²²⁴ Criado em abril de 2009, no governo Lula. Em parceria com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos o programa subsidia a aquisição da casa ou apartamento próprio para famílias com renda até 1,8 mil reais e facilita as condições de acesso ao imóvel para famílias com renda até de 9 mil.

²²⁵ Nome fictício.

chão. A porta de vidro foi aberta. A fila se movimentou e os atendimentos começaram. Parte das pessoas foram distribuídas ao longo de um corredor estreito e comprido que dava acesso a pequenas salas separadas por divisórias de PVC. Mais tarde descobri que cada uma das pequenas salas abrigava um serviço diferente: coordenação do Programa Bolsa Família, coordenação do CRAS, PMCMV etc.

Finalmente adentrei o prédio. À direita, cruzando a porta de vidro, havia uma parede. Encostados nesta parede, três compridos bancos de madeira sem encosto onde nos sentamos para aguardar o atendimento. À esquerda da porta de vidro, na parede oposta à dos bancos, havia a televisão, um balcão com computadores separados como guichês e duas jovens funcionárias à frente de dois dos cinco computadores. Sentada no extremo do balcão junto à porta de vidro, uma terceira funcionária, de longos cabelos grisalhos, cumpria o papel de recepcionista e a ela se reportavam todas as pessoas que entravam no prédio a procura de informações. Com um sorriso no rosto e saudando a todas e todos com um sonoro “Bom dia, irmão”, “Bom dia, irmã”, ela insistentemente nos pedia para manter a porta de vidro fechada e, assim, conservar a precária refrigeração do ambiente. Seu nome era Elenice²²⁶. Próximo das 8h chegaram dois outros jovens funcionários, um homem e uma mulher, que ocuparam os guichês de outros dois computadores. O quinto computador era utilizado por um rapaz que entrava e saía da primeira das saletas do corredor e queixava-se com uma das atendedoras de não haver concluído o trabalho na sexta anterior por problemas na conexão de internet e interrupção no fornecimento de energia elétrica. No fim tarde eu descobriria que aquele era Aldenor²²⁷, coordenador local do Bolsa Família e do CADÚNICO.

Apenas naquela primeira manhã de espera acompanhei à distância o atendimento de dezoito homens adultos, trinta e cinco mulheres adultas e três idosas. Havia ainda treze crianças que acompanhavam suas mães e pais. Entre os bancos, onde algumas de nós aguardávamos, e os guichês de atendimento, havia pouco mais de 2 metros e, apesar do som da televisão, das brincadeiras das crianças e das conversas paralelas, eu sempre conseguia escutar algo. As pessoas buscavam informações sobre “cartões bloqueados”,

²²⁶ Nome fictício.

²²⁷ Nome fictício.

“Minha Casa Minha Vida”, “novo cadastro”, “atualização cadastral” e “agendamentos”. Havia quem se aproximasse do balcão para fazer “denúncias”. Foi o caso de uma “irmã de fé” de Elenice que a procurou diretamente para informar de uma vizinha que recebia o Bolsa Família, mas que na avaliação da denunciante não necessitava do benefício. Despediu-se da “irmã” dizendo que sua intenção era tão somente garantir que as pessoas “mais necessitadas” recebessem aquela ajuda. Levei bastante tempo para decifrar uma parte de todas aquelas demandas e os desdobramentos de cada uma delas.

A fila diminuiu e como eu ali permanecia, uma das funcionárias me interpelou. Expliquei a ela que buscava informações sobre o Bolsa Família. Só então me apresentei como professora e pesquisadora. Seu nome era Valdirene²²⁸. Meses mais tarde descobri que ela integrava o Conselho Municipal de Assistência Social. Prestativa, explicou que os atendimentos aconteciam com agendamento prévio, realizado sempre às sextas-feiras, com Elenice. De segunda a sexta, das 7 às 18h, conforme a ordem de chegada, eram realizados os atendimentos pré-agendados cerca de 30 dias antes. Em geral, ali se resolviam questões de “novo cadastro”, “cartão bloqueado” e “atualização cadastral”. Os outros casos eram resolvidos pela coordenação. Valdirene me encaminhou para Elenice que me encaminhou para Aldenor. Ele me pediu para aguardar. E eu continuei sentada, à sua espera.

Por volta das nove horas, um homem idoso aproximou-se do balcão e pediu informações sobre atualização cadastral. Elenice explicou a ele que o prazo final para atualização encerraria em pouco mais de um mês, no dia 08 de agosto. O senhor contou a ela que o cadastro havia sido feito na comunidade onde ele morava, mas que atualmente residia na cidade e precisava saber como cumprir o procedimento ali mesmo, em Tabatinga. Impossível. A recomendação era retornar à comunidade de origem para atualizar o cadastro, sob pena de o benefício ser cancelado. Ele não era o titular, buscava informações para uma “beneficiária” de sua família.

A mulher que aguardava ao meu lado, ao escutar o seu nome ser chamado, levantou-se e, acompanhada de um homem e duas crianças, se dirigiu ao guichê. Se tratava de uma

²²⁸ Nome fictício.

família indígena, mas eu não reconheci a etnia. Apenas o homem falava português e explicou que o cartão do Bolsa Família havia sido bloqueado. Entregou um extrato que continha essa informação e o motivo do bloqueio: senha bloqueada. Esse tipo de bloqueio não era resolvido no CADÚNICO e a família foi “encaminhada” para a CEF. Valdirene, que a atendia, replicou, sem hesitar, a orientação do banco: “Tem que ligar para o 0800 da Caixa”. E anotou o número ali mesmo, no extrato. Ora, as chamadas de ligações gratuitas para 0800 nem sempre podem ser feitas de aparelhos celulares e os poucos (e velhos) telefones públicos da cidade estavam comumente fora de funcionamento. A própria atendente se queixou do procedimento: “Não entendo porque eles fazem isso, os indígenas não conseguem entender a língua”. Mesmo assim, dispensou a família e lhes apontou o endereço da Caixa Econômica.

Vi essa situação se repetir algumas vezes naquele e em outros dias. Houve ocasiões em que me ofereci para acompanhar a família ao banco, para mostrar-lhes o caminho e ensinar alguma conversa. Umas poucas pessoas aceitavam minha oferta de bom grado, mas a conversa nem sempre fluía. No entanto, quando minha companhia era aceita, eu podia me deslocar com essas pessoas entre um e outro serviço, da CEF para a loteria, da loteria para o CADÚNICO e deste para a CEF, novamente. Isso acontecia, por exemplo, quando a “beneficiada” acabara de receber o cartão do Bolsa Família e ia à Caixa Econômica desbloqueá-lo. Esse traslado era feito por praticamente todas as “beneficiárias”, pois somente Tabatinga e São Paulo de Olivença tinham agências da Caixa. O cartão do benefício não podia ser enviado pelos Correios para as comunidades ribeirinhas e indígenas e ninguém além da titular poderia retirá-lo no banco. Houve um período em que as prefeituras mediavam a entrega de cartões do Bolsa, o que ensejou o uso eleitoral dessas entregas que foram oficialmente proibidas.

Próximo ao fim da manhã, finalmente fui chamada por Aldenor. Entrei em uma das saletas do corredor, onde ele trabalhava comprimido, sentado em uma cadeira giratória e cercado por duas mesas: uma delas com uma grande tela de computador e a outra com amontoados de papéis e formulários de cadastro. Fiz uma série de perguntas sobre o funcionamento do serviço e expliquei meu interesse de pesquisa. A seu pedido, entreguei documentos que comprovavam meu vínculo acadêmico e profissional e o registro do

projeto de pesquisa na agência de fomento estadual. Obtive sua autorização e pude voltar àquela fila por muitos dias.

Nas semanas em que permaneci na recepção do CADÚNICO, encontrei ali uma das portas de entrada para o *sistema*, mas de forma alguma exclusiva. Durante os encontros com as mulheres dentro e fora dos “serviços socioassistenciais”, percebi que o ingresso no *sistema* havia se dado, muitas das vezes, pelo “convite” de uma agente social, durante a “visita” domiciliar de uma agente comunitária de saúde ou assistente social – como aconteceu a Kamille e Daniela (Capítulo 3) – ou por “demanda espontânea”, quando as pessoas se dirigiam ao CADÚNICO para realizar o cadastro. Havia ainda situações em que a inscrição de uma família no cadastro era feita por interpelação do Conselho Tutelar, do juizado ou do CREAS, principalmente quando constatada alguma situação de “violação de direitos”.

Parte considerável das pessoas que chegavam à fila do CADÚNICO possuíam cadastro e recebiam algum tipo de benefício. A frequência do lugar era motivada, principalmente, pelo calendário anual de atualização cadastral e pela averiguação das causas de bloqueio ou cancelamentos de benefícios. A grande massa de cadastros era realizada longe do prédio, em “campanhas” e pela chamada “busca ativa”.

Assim, o *cadastrar* atuado pelas “agentes da assistência social” no setor de Cadastro Único consistia, no período observado, em dar informações sobre onde receber pagamentos de benefícios ou desbloquear senhas de cartões; receber e conferir documentos (certidões de nascimento, comprovantes de matrícula, carteiras de vacinação); digitar informações no computador, acompanhar a transmissão de dados *on-line* e esperar a estabilização da internet quando a rede “caía”; consultar e gerar relatórios de “beneficiárias”; explicar causas de bloqueio ou cancelamento provocadas pelo descumprimento das “condicionalidades”; e “encaminhar demandas” para a coordenação do Bolsa Família, para o CRAS, o CREAS ou para a CEF, dentre outros (Capítulo 3).

Quando Kamille foi ao CADÚNICO verificar a situação de seu benefício, confirmou que havia descumprido uma das “condicionalidades” do Bolsa Família pela ausência de

frequência escolar da filha. Por isso, precisou explicar e comprovar com documentos as razões de sua filha não estar frequentando a escola em que havia sido matriculada em Tabatinga. Os documentos incluíam bilhetes de barco, laudo médico da mãe, encaminhamento para tratamento médico em Manaus etc. Na ocasião, tinha em mãos o “recadinho” impresso no extrato da loteria. É assim que “o sistema” se comunica com “suas beneficiárias”. As mensagens nem sempre são inteligíveis para as pessoas alfabetizadas em língua portuguesa, o que se agrava para os falantes de outras línguas, como indígenas e “estrangeiras”. Em muitos casos, o percurso procedimental para a tradução do “recadinho do sistema” implicava o tempo de espera na fila da casa lotérica onde o bilhete fora gerado, somado ao tempo na fila para agendar o atendimento no CADÚNICO, mais o tempo de espera até o dia agendado para o atendimento cerca de 30 dias depois, e o tempo de espera na fila de ordem de chegada para o atendimento no dia marcado.

Como se nota, a sucessão de filas e do tempo de espera em cada uma delas, a produção de provas e a comprovação de documentos são insumos indispensáveis para o funcionamento da *malha assistencial*. Outras esperas também a alimentam. A “demanda” de Kamille foi encaminhada ao CRAS para que uma assistente social a visitasse e aferisse a veracidade das informações que ela comprovaria (ou não) durante a visita domiciliar. Não havia data marcada, era preciso, mais uma vez, esperar e, ainda, estar preparada (como eu e meus irmãos quando aguardávamos a inspeção da Vara da Família). Até lá, sua filha deveria estar matriculada e frequentando uma escola *em Tabatinga*, cidade domicílio do seu cadastro. Quando finalmente a visita fosse realizada, caberia à assistente social – e somente a ela – a decisão de suspender ou manter o bloqueio do pagamento do benefício.

A decisão sumária era inserida pela própria assistente social “no sistema”. Como me explicou um ex-diretor de condicionalidades do extinto MDS, essa justificativa era suficiente para a reativação ou o cancelamento do benefício e não estava sujeita à supervisão, pois dependia unicamente da discricionariedade da agente. Tentei, sem sucesso, obter um relatório com o teor de tais justificativas. Me interessava saber como aquelas profissionais construíam seu convencimento em favor da manutenção ou

cancelamento de um benefício social. Mas, por questões de “sigilo profissional”, a gestão federal do Sistema de Cadastro Único não forneceu essas informações. Tampouco as obtive com as assistentes sociais com quem me relatei durante a pesquisa.

Em todos os casos, e por caminhos diversos, quem entra e permanece “no sistema” o faz pela cessão de informações pessoais e documentais a uma funcionária do CADÚNICO, assistente social ou agente social que preenche um meticuloso formulário (ANEXO II) cujos dados são posteriormente transferidos para o Sistema. Nos termos formais do Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (2017), as principais atividades da gestão são: identificação e localização das famílias a serem cadastradas; entrevista e coleta de dados das famílias identificadas; *inclusão* dos dados no Sistema de Cadastro Único; manutenção das informações existentes na base do Cadastro Único; atualização e confirmação dos registros cadastrais. Na rotina do serviço municipal em Tabatinga, percebi que a identificação e localização das famílias, as entrevistas e a coleta de dados, realizadas pelas assistentes sociais do CRAS, aconteciam longe do edifício e dependiam das averiguações para aferir a pobreza, investigar “cadastros suspeitos” ou avaliar a reativação de benefícios bloqueados.

As entrevistas

Inquirir, observar e preencher manualmente um meticuloso formulário são ações protagonizadas por assistentes ou agentes sociais do CRAS e que compõem uma entrevista para a realização do cadastro. Cadastrar é o ato inaugural de ingresso no Sistema de Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Mas, quem pode ingressar no sistema? Em termos nativos, todas as “famílias de baixa renda”, aquelas com “renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa; ou renda familiar mensal de até três salários-mínimos no total”. Desde 2007, é permitido cadastrar famílias com renda superior, desde que a inserção “esteja vinculada à participação em programas sociais implementados pela União, pelos estados, pelos municípios e pelo Distrito

Federal” (BRASIL, 2017, p. 07). “Família de baixa renda” é, portanto, um dos conceitos nativos mais importantes para a descrição dessa política pública.

Quando instituída em 2001, a “coleta de dados” para cadastro de “famílias de baixa renda” consistia em um sucinto formulário de quatro páginas (ANEXO I): uma dedicada ao preenchimento de informações institucionais sobre o município de origem; outra à identificação “do entrevistador” (pessoa responsável pelo preenchimento do formulário) e caracterização física do domicílio “familiar” (tipo de construção, quantidade de cômodos, acesso a saneamento e esgoto etc.); e as duas últimas reservadas para a coleta de informações sobre a pessoa entrevistada (numeração de documentos, qualificação escolar e profissional, despesas mensais, dentre outras).

Em 2017, o formulário possuía trinta e duas páginas (ANEXO II). A primeira delas contém um pequeno glossário do que se considera “família”, “responsável pela unidade familiar (RF)” e “morador”. Família é definida como a “unidade nuclear” matrilocal que será “beneficiada”. A definição de “unidade nuclear” da política se aproxima da compreensão antropológica de “família nuclear”: um grupo numericamente pequeno, composto por pai, mãe e filhos que compartilha residência comum e coopera economicamente entre si (BONTE; IZARD, 1991, p 287). Via de regra, o domicílio deve ser o da mãe titular do benefício social²²⁹. A “responsável pela unidade familiar” deve ser pessoa maior de 16 anos e, preferencialmente, mulher componente da unidade familiar e residente no domicílio familiar. Em geral, são as mães as titulares do benefício e as responsáveis pelo cadastro. “Morador” é qualquer pessoa que resida, no dia da entrevista, no domicílio ou que esteja “abrigada em hospital, casa de saúde ou outro estabelecimento similar” por até um ano.

As demais páginas do formulário estão divididas em 10 Blocos para identificação e caracterização da “família” e do “domicílio” (Blocos 1-3); identificação de até seis moradores (Blocos 4-8); assinatura da pessoa responsável pela unidade familiar (Bloco 9); e informações sobre trabalho infantil (Bloco 10). Os blocos 2 e 3 são particularmente

²²⁹ Homens podem receber o benefício do Bolsa Família desde que classificados como membros de família em extrema pobreza. Tal como mulheres não grávidas e lactantes, não recebem o benefício por si, mas pelos filhos caso sejam pais solteiros.

interessantes porque contêm 13 quesitos a respeito das “características do domicílio” (dispensados em caso de “famílias em situação de rua”), e 12 quesitos para caracterização da “família”. Quanto ao domicílio, as questões abrangem a localização (rural ou urbana), a quantidade de cômodos, o material do piso (terra, cimento, madeira, cerâmica, carpete) e das paredes (alvenaria com ou sem revestimento, madeira, taipa, palha), as condições sanitárias (abastecimento de água, esgoto, coleta de lixo), de iluminação e pavimento. O bloco dedicado às características da “família” permite identificar se indígena, residente em território indígena ou quilombola. Nos três casos, o nome da etnia (“povo indígena a que pertence”) e o da comunidade quilombola deve ser informado. Os demais quesitos tratam da quantidade de “moradores” no domicílio e de pessoas “abrigadas em hospital, casa de saúde, asilo, orfanato ou em outro estabelecimento similar”. O formulário não menciona pessoas adultas em prisão ou adolescentes privados de liberdade, e exclui da condição de “morador” as pessoas internadas ou abrigadas por período igual ou superior a 12 meses. Uma lista nominal de moradores (até doze pessoas) deve ser informada, a começar pelo nome da “responsável pela unidade familiar”. As despesas mensais devem ser estimadas pela informação de gastos com energia elétrica, água e esgoto, gás, carvão ou lenha, alimentação, higiene e limpeza, transporte, aluguel e medicamentos.

Esse primeiro conjunto de “dados coletados” não leva em consideração modos de habitar não urbanos, como as moradias coletivas de indígenas em territórios tradicionais. Tampouco considera as peculiaridades de famílias que habitam as ruas (que são simplesmente dispensadas de responder todos os quesitos sobre domicílio) ou estão em situação de abrigo institucional (como os abrigos para “refugiados” marcados nacionalmente como “haitianos” e “venezuelanos”). A correlação família-domicílio baseada na coabitação não inclui dinâmicas familiares de afeto, cuidado e subsistência que se mantêm a despeito do compartilhamento do mesmo espaço. Além do mais, ao não incluir na “família” as pessoas “institucionalizadas” (abrigadas, presas ou internadas) por mais de um ano, intercepta laços afetivos que conectam pessoas dentro e fora de prisões, hospitais e centros de medidas socioeducativas. Mais ainda, ignora um circuito de deslocamentos em que se movem pessoas, afetos e bens que, no caso das prisões, garante a subsistência dos familiares presos (cf. GODOI, 2017). Esse circuito, como se

sabe, é protagonizado majoritariamente por mulheres: mães, filhas, esposas e irmãs de presos e presas.

As informações de cada pessoa moradora do “domicílio familiar” devem ser preenchidas nos blocos 5-8 (ANEXO II). Além dos dados de nascimento (filiação, data, local) e dos documentos de cada “morador” (certidão de nascimento, registro civil, cadastro de pessoa física, carteira de trabalho, título de eleitor, registro administrativo de nascimento indígena), há campos para informar “apelido”, “sexo” e relação de parentesco com a pessoa “responsável pela unidade familiar”. Apesar disso, não há campo para informações sobre identidade de gênero, orientação sexual, nome social ou nome indígena. O quesito para designação de cor ou raça segue o padrão do censo (branca, preta, amarela, parda ou indígena) que, como discuti no Capítulo 1, não dá conta da formação étnico-racial da região.

O bloco 6 é reservado a pessoas com deficiências, estas delimitadas em oito tipos: cegueira, baixa visão, surdez severa ou moderada, deficiência física, mental ou intelectual, síndrome de Down ou transtorno mental. Os blocos 7 e 8 são dedicados a informações de escolaridade e trabalho e remuneração. Sobre escolaridade, as questões tratam do nome do curso e a série/ano que frequenta ou frequentou (creche, pré-escola, ensino fundamental ou médio, alfabetização de adultos ou ensino superior e pós-graduação). O item a respeito de trabalho e renda indaga sobre a condição de trabalho (autônomo, empregado de carteira assinada, militar ou servidor público, estagiário, aprendiz, trabalhador não remunerado, trabalhador doméstico etc.). Sobre a renda devem ser informados os rendimentos do mês anterior ao cadastro e os valores recebidos mensalmente de doações, seguro-desemprego, pensão alimentícia ou “outras fontes”.

A cessão de informações sobre rendimentos e gastos não é trivial, pois requer um saber específico e o controle das finanças domésticas para quantificar e informar em reais os gastos mensais da “família” com eletricidade, água e esgoto, gás, carvão ou lenha, alimentação, higiene e limpeza, transporte, aluguel e medicamentos. Esse tipo de saber é exigido da “responsável pela unidade familiar” e de cada “morador” que devem informar os valores de rendimentos formais (como salários ou pensões), mas também de “ajudas e doações”. Anotar, discriminar, classificar, somar e converter em moeda *nacional* são

as operações mobilizadas para cumprir o preenchimento desses quesitos do formulário. Uma simples informação local complica essas operações (nada elementares): nas cidades da tríplice fronteira circulam o real brasileiro, o peso colombiano e o soles peruano. Obviamente, os problemas aqui não se restringem ao câmbio e à conversão de moedas. O caminho até o valor da remuneração de uma pessoa ou família mobiliza cálculos, memórias e exige outros processos de conversão, como a quantificação do trabalho, da produção e das despesas nem sempre monetizados (BACHTOLD, 2017, p. 91).

Com efeito, a descrição e análise desse rito inquisitorial deve levar em consideração o que ele não vê ou esconde, assim como o que ele produz na mediação entre entrevistadas, entrevistadoras e o *sistema*. Os dados extraídos pelos formulários ignoram modos de habitar, atravessam relações e alijam pessoas. Além disso, ou justamente por isso, produzem família. A “família de baixa renda” é antes de tudo uma cifra (DELEUZE, 1992, p. 223) limitada à renda mensal *per capita* de 85 reais e é preferencialmente composta por um casal e seus filhos ou por mães solo. Nela, a mãe é a responsável pelo recebimento da renda, pelo controle das informações familiares e pelo cumprimento das “condicionalidades”. É uma família documentada, que compartilha o mesmo domicílio e tem seus rendimentos e despesas – as suas cifras – controlados e anotados mensalmente.

O Sistema

Os formulários impressos preenchidos pelas funcionárias do CRAS são entregues às funcionárias do CADÚNICO e as informações “coletadas” são digitadas no formulário eletrônico do Sistema de Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Assim, as pessoas e suas “famílias de baixa renda” são inseridas no “sistema”. As informações são processadas pela CEF, órgão com a competência de atribuir às pessoas cadastradas uma numeração, o Número de Identificação Social (NIS). A CEF atribui tipos de números diferentes conforme a categorização das pessoas “assistidas” ou “seguradas”: o PIS (Programa de Integração Social) é um número atribuído a pessoas “empregadas” no setor privado, trabalhadoras com “carteira assinada”. O Programa de

Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), por sua vez, é o número atribuído aos “servidores públicos”. O Número de Identificação do Trabalhador (NIT) é atribuído pela Previdência Social (INSS) às pessoas trabalhadoras “autônomas”, pessoas que nunca trabalharam com “carteira assinada”.

Note-se que a numeração de indivíduos é antecedida por uma lógica classificatória fundamentada na “inclusão produtiva” das pessoas cadastradas. Noutros termos, uma forma de classificação baseada na participação “formal” ou “informal” no mercado de trabalho, revelando diferenciações das relações mais ou menos precarizadas no mercado de trabalho. Esse sistema classificatório pode ser ainda dividido em duas macrocategorias: a de contribuintes (PIS, PASEP, NIT) e a de não contribuintes (NIS), assim definidas por englobar classes de pessoas que pagam ou não impostos sobre seus rendimentos. Não se trata de categorização banal, pois essas classificações reverberam nos estigmas que rodeiam as pessoas “beneficiadas” pela assistência social. Não por acaso, é possível encontrar nas redes sociais um sem-número de comentários pejorativos e acusatórios que mobilizam justamente esse tipo de classificação para expor quem recebe benefícios dos programas de transferência de renda.

O “sistema” nacional opera em formato *on-line* e combina informações do Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse banco de dados mantido pelo governo federal é o meio sociotécnico que torna possível traduzir para a linguagem computacional uma gama gigantesca e minuciosa de informações sobre “famílias pobres” de todo o país, do que decorre, também, seu caráter censitário e estatístico. Como assinala Nikolas Rose (2004), a atividade censitária é essencialmente ambígua pois, se, por um lado, permitia – na sua origem romana – a tributação de propriedades, a execução de obrigações militares e o controle da fome; por outro, assegurava ao governo o poder de expor e julgar as pessoas recenseadas (ROSE, 2004, p. 200). Com efeito, o CADÚNICO pode ser descrito como um sistema-banco-de-dados que opera produzindo narrativas numéricas sobre as “famílias pobres” do Brasil. Mais ainda: que atua como agente censitário de controle e como um sistema classificatório moralizador.

Entre 2001 e 2003 o CADÚNICO foi gerido pela Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência Social e desde 2004 passou à SENARC (MDS). Em 2016, uma publicação da *World Without Poverty* informava que a base possuía cerca de 23 milhões de famílias cadastradas²³⁰. Outra publicação informava, no mesmo ano, mais de 84 milhões de pessoas cadastradas (BACHTOLD, 2016, p. 275). A população brasileira era estimada em 206 milhões de pessoas (IBGE, 2017) o que significava 40% da população brasileira inserida no “sistema”. Em junho de 2020, o Relatório de Informações Sociais do Ministério da Cidadania²³¹ mencionava que, até abril deste ano, existiam 28.605.430 famílias inscritas e 75.349.525 pessoas cadastradas. A população brasileira estimada em 2019 era de 210.147.125 pessoas (IBGE, 2019); logo, trata-se de cerca de 35% da população. Quanto às beneficiadas pelo Bolsa Família, 14.281.761 famílias receberam, em maio de 2020, benefícios com valor médio de 168 reais. Sobre o CADÚNICO em Tabatinga, o município possuía, até junho de 2020, 11.101 famílias e 38.779 pessoas cadastradas, o que representa 59% da população municipal estimada em 65.844 pessoas (IBGE, 2019). Destas, 6.988 famílias receberam o Bolsa Família no mês de maio.

Até 2019, o mesmo relatório fornecia informações sobre a Taxa de Atualização Cadastral (TAC)²³² do município e, na época, a taxa de Tabatinga era de 83,41%, acima da média nacional. Para os parâmetros do “sistema”, isso significava que o CADÚNICO municipal estava “bem focalizado e atualizado”, logo, “a maioria das famílias cadastradas pertenciam ao público-alvo do Cadastro Único” e cumpriram a exigência de atualização bienal. Essa funcionalidade não existe mais no sistema de acesso público, mas, em todo caso, os números absolutos de atualização cadastral ainda estão disponíveis²³³. Esta descrição técnica atesta o cumprimento das funcionalidades formais do CADÚNICO e a sua “eficiência” na manutenção de informações consideradas “qualificadas”. O “mecanismo” de atualização cadastral, de visitas domiciliares e de inspeção documental opera em pleno e perfeito funcionamento.

²³⁰ Disponível em <https://wpp.org.br/wp-content/uploads/> Acesso em 09out2019.

²³¹ Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/> Acesso em 05jun2020.

²³² A TAC era calculada dividindo o número de famílias cadastradas com renda mensal *per capita* de até ½ salário-mínimo com cadastro atualizado pelo total de famílias cadastradas com renda mensal *per capita* de até ½ salário-mínimo, multiplicado por cem.

²³³ Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/> Acesso em 05jun2020.

Nesse sentido, o objetivo de “abranger toda a população” definida pela categoria “família de baixa renda” se torna possível pelo uso de tecnologias de informação que sofisticaram e ampliaram as possibilidades de controle e o tempo do rito inquisitorial inaugurado com o preenchimento do formulário para ingresso no “sistema”. A atualização cadastral bienal exige o deslocamento da “responsável pela unidade familiar” até a sede do CADÚNICO para apresentar-se municiada de documentos comprobatórios de manutenção ou mudança de domicílio e de nascimentos, uniões, separações e mortes de integrantes da família. Isso posterga e atualiza as ações de cadastrar e incluir pessoas no “sistema”. Como prescreveu a Política Nacional de Assistência Social,

as novas tecnologias da informação e a ampliação das possibilidades de comunicação contemporânea têm um significado, um sentido técnico e político, podendo e devendo ser consideradas como veios estratégicos para uma melhor atuação no tocante às políticas sociais e à nova concepção do uso da informação, do monitoramento e da avaliação no campo da política de assistência social (BRASIL, 2004, p. 14).

Para um ex-diretor nacional de condicionalidades do extinto MDS²³⁴, o “sistema” funciona com “vida própria” a partir de duas operações. Primeiro, a definição dos parâmetros de “pobreza e extrema pobreza”. Segundo, o cruzamento desses critérios com as informações das famílias cadastradas. A partir daí, como ele me explicou, a inclusão das “famílias de baixa renda” no rol de “beneficiadas” por programas sociais se dá em um processo “automático”. É o “sistema” quem “decide” a pessoa beneficiada. Essa vida própria do “sistema” assegura ao CADÚNICO autonomia e “isenção” para classificar e ordenar as pessoas.

O cálculo da renda *per capita* realizado “automaticamente” pelo “sistema” parece ser muito simples. São necessárias três operações: primeiro, divide-se por doze o valor autodeclarado da remuneração bruta anual (ANEXO II, quesito 8.08); segundo, compara-se o resultado dessa divisão com o valor bruto da última remuneração mensal autodeclarada (ANEXO II, quesito 8.05) e escolhe-se o menor valor entre eles; terceiro,

²³⁴ PEREIRA, E. (2017). Entrevista concedida pelo Diretor de Condicionalidades do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário durante o Encontro Amazonense de Gestores em 18 de out. 2017.

soma-se o valor escolhido aos valores das outras rendas informadas (ANEXO II, quesito 8.09). Assim, o sistema gera um número equivalente à renda de cada pessoa da família. A soma das rendas individuais, dividida pelo número de membros da família será o valor da renda *per capita*. É esse valor da renda *per capita* que será comparado aos valores parametrizados para pobreza e extrema pobreza. O que definirá o acesso é a seleção do “sistema”. Como explica Bachtold, as operações do sistema não cessam. O dado de renda *per capita* obtido “será inúmeras vezes cruzado com outros registros administrativos para [...] ‘assegurar a qualidade da informação’ e garantir que o valor declarado pela família corresponda, de fato, aos valores que ela recebe” (BACHTOLD, 2017, p. 91).

Mais ainda, por ser vivo e autônomo, comunica-se diretamente com as pessoas e lhes envia mensagens a respeito de sua inadequação ao “sistema” sempre que não comparecem a pesagens ou campanhas de vacinação, faltam a palestras e oficinas ou quando seus filhos não frequentam a escola e as mães o pré-natal. É também “ele” que bloqueia o pagamento de benefícios e desliga beneficiárias. Por ser “automático”, o “sistema” é justo e imparcial. Além das informações captadas pelo cadastro, há um conjunto de informações que subsidiam as decisões do “sistema”, como relatório de frequência escolar repassados pelo Ministério da Educação ou dados de saúde produzidos pelo SUS.

Com as transformações na política de assistência social brasileira ocorridas desde 2016 e a tônica de investigação de “fraudes” que tem contribuído para mudar o imaginário da população pobre de vulnerável para o de fraudador, e minar o modelo de assistência social baseado na “solidariedade” (CPDOC, 2010), esse “mecanismo” passou a ser também a porta de saída e o agente sociotécnico de triagem, pois a incongruência de dados, informações contraditórias, cruzamento de informações de bases de dados diferentes e ausência de documentos tornam-se elementos definidores para exclusão de pessoas “beneficiadas”, expulsando-as do “sistema” e, conseqüentemente, do direito ao benefício.

O “sistema” é também uma ferramenta política importante, pois a manipulação de seus dados permite “alcançar metas”, “zerar filas”, “excluir fraudadores” e “superar a miséria”.

Recentemente, a presidência restringiu e dificultou o acesso aos dados do CADÚNICO após denúncias de a gestão federal impedir o cadastro de novas pessoas no sistema para manter os números de “beneficiárias” dentro dos limites estabelecidos como “fila zerada” (ROSSI, 2020)²³⁵. Ademais desses aspectos, é do cruzamento de informações – não apenas de bases federais, mas de dados locais de frequência escolar (transmitidas das escolas ao Ministério da Educação) e de saúde preventiva – que o sistema atua para monitoramento das “condicionalidades”. Isso gera nas filas de lotéricas e agências da CEF uma série de constrangimentos e de dúvidas que geralmente voltam às filas e aos balcões da sede do CADÚNICO, como acompanhei mais de uma vez na expressão de incompreensão das mensagens impressas no verso dos extratos e na frustração pelos saques não realizados.

O estado chegando aonde a pobreza está

O que é incluir? Nos pressupostos gerais da política de assistência social, a inclusão das pessoas na sociedade se dá por meio da segurança financeira, do acesso aos “mínimos sociais” necessários para “superar a pobreza e a extrema pobreza”. Noutros termos, se trata de assegurar às “famílias de baixa renda” os benefícios sociais. Mas, o que fazem as “agentes da assistência social” quando “incluem”?

Parte das ações de cadastro – aquelas não realizadas no balcão de atendimento do CADÚNICO, seja por iniciativa das “beneficiárias”, seja por indução das “agentes” – ocorre por meio de técnicas e instrumentos intimamente relacionados. Esse é o caso da atuação do CRAS volante ou itinerante²³⁶ que, apesar de o nome sugerir, não se trata apenas de uma unidade móvel, mas de uma modalidade de atuação na qual a equipe do CRAS se desloca para comunidades ribeirinhas, territórios indígenas ou bairros mais afastados para realizar a chamada “busca ativa”, “territorial” e “descentralizada”. Essa

²³⁵ Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-31/> Acesso em 05jun2020.

²³⁶ “O atendimento às famílias residentes em territórios de baixa densidade demográfica, com espalhamento ou dispersão populacional (áreas rurais, comunidades indígenas, quilombolas, calhas de rios, assentamentos, dentre outros) pode ser realizado por meio do estabelecimento de Equipes Volantes, ou mediante a implantação de CRAS Itinerantes” (CNAS, 2012, p. 06).

modalidade de ação incorpora técnicas antes mencionadas, como as visitas domiciliares e as entrevistas. Nos termos nativos da política, essa modalidade foi adequada às “particularidades” da região norte, principalmente em razão da “dispersão” (baixa densidade populacional), “isolamento” e “distanciamento” geográfico como empecilhos para o deslocamento das pessoas em “situação de vulnerabilidade”. Essa produção de “particularidades” ampara-se em um pressuposto que ignora e invisibiliza as mobilidades e as territorialidades das pessoas habitantes da região – como as de Rita, Maria do Socorro, Daniela e Kamille – e provoca outros deslocamentos considerados pela gestão pública como “problemáticos”, a exemplo dos deslocamentos de indígenas às cidades para receber o pagamento dos benefícios sociais. Além de atualizar, mais uma vez, o mito do “estado ausente” e a “vulnerabilidade” dessas populações, incrementa, por isso mesmo, as presenças de estado nesses territórios e junto a essas populações.

Em algumas cidades, como constatei em pesquisas anteriores na mesma região, o CRAS volante possui um veículo fluvial com o qual a equipe se desloca até as comunidades ribeirinhas e indígenas para identificar possíveis “beneficiários” para inclusão no CADÚNICO e, se atendidas as condições necessárias, no PBF. Ana²³⁷, outra de minhas interlocutoras, descreveu assim o seu trabalho: “A gente vai para a comunidade, viaja muito, é uma equipe adicional. Vai atrás da família que não consegue chegar ao CRAS. A equipe volante leva o CRAS até essas comunidades distantes e aos bairros mais distantes da cidade”²³⁸. Dentro dos limites urbanos da cidade de Tabatinga, a equipe se deslocava em suas próprias motocicletas, para o que dependiam da concessão de combustível da Secretaria Municipal de Assistência, o que nem sempre era possível.

É essa iniciativa de “ir ao encontro” das pessoas em “situação de pobreza ou de vulnerabilidade social” que recebe o nome de “busca ativa”. Essa forma de abordagem possui, nas diretrizes da política de assistência, um estatuto metodológico, pois consiste em “método estratégico de efetivação do acesso, potencializando ações de caráter preventivo, inclusive do agravamento das situações” (BRASIL, 2013, p. 06). Apoia-se na ideia de proatividade, da iniciativa “do estado”. Sua importância é notada tanto na sua

²³⁷ Nome fictício.

²³⁸ MELO, F. (2017) Entrevista concedida por “Ana” em 10 de nov. 2017.

prescrição enquanto método de trabalho, como nas descrições oferecidas por todas as minhas interlocutoras na pesquisa de campo.

A “busca ativa” consiste, portanto, em “alcançar”, em chegar às pessoas que “precisam”. Facilitar-lhes informações e o acesso a direitos. Com efeito, o trabalho de *incluir* – ao mesmo tempo que se confunde com o de *cadastrar* – acontece fundamentalmente fora do prédio municipal de cadastro e do sistema de informação. Aqui, o protagonismo é das agentes da assistência “em campo”, batendo de porta em porta das casas das “famílias de baixa renda” com suas pranchetas, canetas e formulários à mão.

E como encontram as pessoas que “precisam ser incluídas”? Por meio de contato telefônico; pela consulta a relatórios institucionais; pela mediação de pessoas conhecidas ou de parentes; para apurar denúncias ou por determinação judicial. Por informações do SUS; pela localização de grávidas ou puérperas que não fizeram pré-natal ou de pessoas ainda não atendidas pela assistência social em áreas de atuação das Unidades Básicas de Saúde (UBS). Para acompanhar “usuárias” dos programas sociais ou para “esclarecer situações” referentes à “família referenciada”. Enfim, a “busca ativa” consiste em sair às ruas à procura das pessoas “com direitos violados” dentro dos limites do “espaço geográfico” no qual a instituição (CRAS ou CREAS) está localizada. Disso se trata a “vigilância institucional” e a “inclusão social”.

Para apuração de denúncias, averiguação das “condicionalidades” ou levar “informação e acesso aos direitos”, essas “visitas” não são previamente agendadas com as pessoas visitadas. Como aconteceu comigo e com Kamille, cujas visitas eram de averiguação, a espera significava estarmos preparadas para a inspeção a qualquer momento. O elemento inesperado da visita impõe o alerta de estar sempre em condições “adequadas” para receber a “vista” da assistente social. A “vigilância assistencial” impõe, portanto, uma postura de vigília àquela que espera, sem que se saiba a hora de quem vem. Isso requer autocontrole e submissão ao tempo da assistência, o que amplia ainda mais a espera pelo benefício ou pela restituição do pagamento bloqueado. Seguindo as proposições de Strathern (2000, p. 02), as visitas se configuram, também, uma forma particular de performar a *accountability* que expande a presença das auditorias aos domicílios das “famílias pobres” e mobiliza cálculos e medidas peculiares e reducionistas.

Nas semanas em que acompanhei Kamille, ela se queixava do quanto a espera a limitava para trabalhar. Como esperaria a visita em casa se, por perder o benefício, tinha que fazer ainda mais diárias nas casas em que prestava serviços domésticos? Esse impasse é revelador das contradições constitutivas da *malha assistencial* e de como o fazer “assistencial” dispõe do tempo das pessoas, reorganizando-o. Esse modo de reordenar o tempo dos “pobres” produz também a “pobreza”, “a família pobre” e “a mulher pobre” que não tem o que fazer, além de *esperar* o auxílio que a socorrerá. E, embora os critérios da política de transferência de renda não impeçam suas beneficiárias de trabalhar (inclusive de carteira assinada), prevalece a pressuposição de que essas mulheres não possuem outras fontes de renda e se dedicam unicamente às casas e às suas famílias. Contudo, Kamille prestava serviços domésticos e de cuidadora. Daniela trabalhou no comércio em Manaus e em Tabatinga. Ambas estudavam e conciliavam essas atividades com os afazeres domésticos e o cuidado de suas mães e filhas.

Adah, personagem autobiográfica de Buchi Emecheta (2019), era, como sua autora, uma jovem nigeriana que vivia em Londres. Apesar da difícil vida de menina órfã, conseguiu instrução refinada e um “bom casamento” na Nigéria. Depois de dois anos afastada do marido que estudava Direito em Londres, decidiu juntar-se a ele. No Reino Unido, a relação com o marido não era como antes, e Adah experimentou abusos e violências. Ao decidir se separar, viu-se sozinha com os cinco filhos do casal. Seu tempo se dividia entre deixar as crianças na creche e na escola, trabalhar numa biblioteca (do que muito se orgulhava) e estudar Sociologia à noite. Dependente de moradia social, esperava o auxílio da assistência social londrina para conseguir uma habitação melhor. Foram muitos os desencontros entre Adah e o serviço social inglês. Ao final, foi denunciada por deixar os filhos sozinhos em casa enquanto estudava à noite. Para conseguir uma casa melhor e o benefício assistencial, precisou abandonar o emprego e postergar a universidade, o que asseverou ainda mais a sua condição precária, mas finalmente a enquadrou no perfil esperado pela política assistencial.

Como Adah, Kamille não podia prescindir do auxílio assistencial. Apesar de insuficiente, o Bolsa Família era uma renda mensal garantida que assegurava para a filha outras vantagens. As diárias que recebia pelo trabalho doméstico e de cuidadora eram

irregulares e o valor praticado na cidade era muito baixo (às vezes inferior a 50 reais). A jovem temia “trocar o certo pelo duvidoso” e, por isso, esperava impaciente a “visita” da assistente social do CRAS que, ao fim, aconteceu agilizada pela mediação de um primo que trabalhava na prefeitura. Essa é uma importante referência para pensar a gestão do tempo pelas “beneficiárias” em relação ao tempo de espera produzido pelas instituições e “agentes de estado”, ou seja, como elas, as “usuárias”, manipulam e driblam o tempo.

Para além do trabalho cotidiano de sair à procura das pessoas nas margens de seus territórios de atuação, a estratégia de “busca ativa” acontece por meio de campanhas para o cadastramento em massa – como ocorreu em 2013, no âmbito do Programa Brasil Sem Miséria (lançado no governo de Dilma Rousseff, em 2011). Naquela ocasião, a campanha de cadastro tinha como lema “É o estado chegando aonde a pobreza está”. Isabelle Bachtold (2016; 2017), que acompanhou a realização da campanha em Santarém/PA, no Baixo Rio Amazonas, explica que a meta governamental era “encontrar cerca de um milhão de pessoas que não tinham acesso aos serviços públicos e cadastrá-las no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal” (BACHTOLD, 2016, p. 275). Consoante ao que foi reiterado por muitas das “agentes da assistência social” que conheci no Alto Rio Solimões, a autora afirma que, “para muitas dessas pessoas, consideradas à margem da sociedade brasileira, era a primeira vez que o *estado batia à sua porta*” (BACHTOLD, p. 275, grifo meu). Segundo sua análise, essa era uma maneira emblemática para compreender como o “estado” percebe “suas margens”.

Essa estratégia de “busca ativa” massiva, “batendo às portas”, é inspirada nas formas de abordagem do Programa Saúde da Família, e acontece com relativa frequência em comunidades ribeirinhas e indígenas. Sazonais, como as operações Ágata realizadas pelas Forças Armadas (Capítulo 2), essas campanhas envolvem numerosas equipes da assistência social e de outras áreas para “visitar”, para “levar o estado” a casas e aldeias indígenas a fim de “*conhecer e incluir*” as “famílias de baixa renda” que serão “beneficiadas”. Essas expedições promovem ainda a criação das condições para que as pessoas “localizadas” possam “entrar no sistema”. Ora, parte dos quesitos do formulário de cadastro (ANEXO II) diz respeito aos documentos que transformam os indivíduos em números (que serão incansavelmente comparados pelo “sistema”) e em categorias

classificatórias (nacionais ou estrangeiros; eleitores ou não; registrados ou indocumentados; adimplentes ou inadimplentes). Para entrar no “sistema”, não basta ser considerado “pobre”, mas possuir documentos (CPF, título eleitoral, carteira de identidade, certidão de nascimento, RANI, registro nacional de estrangeiro) e números que atestem a existência civil, fiscal, eleitoral, étnica e nacional das pessoas. Se “entrar no sistema” é uma forma de existir, de ser reconhecível, contável, mensurável e qualificável pelo “estado”, ter documentos é a condição de ingresso. Logo, só existe quem tem documentos. Para *incluir*, o “mecanismo” de cadastros viabiliza os meios para “entrar no sistema” pelo preenchimento do formulário de cadastro e pela produção de documentos. Se o silogismo está correto, os documentos, tanto quanto o “sistema”, produzem números, cifras e categorias de pessoas.

Uma grande ação protagonizada pela técnica de “busca ativa” e que mobilizou contingentes de “agentes da assistência social” por muitos anos foi a Campanha Nacional de Registro Civil, iniciada no ano de 2007²³⁹. Fruto do “Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica”, esse “compromisso” foi incentivado também no âmbito do registro de nascimento das populações indígenas. Segundo informações da FUNAI, esta Fundação participou ativamente na promoção do acesso à documentação, custeando despesas com deslocamento e alimentação de indígenas para obtenção do Registro Civil e documentação básica (CPF, título de eleitor etc.). Realizava periodicamente “mutirões” em terras indígenas, em parceria com cartórios, órgãos estaduais de identificação, Receita Federal, Conselho Nacional de Justiça, Secretaria de Direitos Humanos, entre outros. Um dos desdobramentos desse “compromisso”, ainda segundo as informações institucionais, foi a realização de mutirões de documentação dirigidos especialmente para a população indígena e a publicação de uma resolução sobre registro de nascimento civil para indígenas²⁴⁰. O Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI) é um documento administrativo fornecido pela FUNAI²⁴¹ que pode servir como documento para

²³⁹ Decreto n. 6289/2007 revogado pelo Decreto n. 10.063/2019. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Acesso em 06jun2020.

²⁴⁰ Resolução Conjunta n. 03/2012 CNJ-CNMP. Disponível em <https://www.cnmp.mp.br/portal/> Acesso em 06jun2020.

²⁴¹ Instituído pelo Estatuto do Índio, Lei n. 6.001/1973. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Acesso em 06jun2020.

solicitar o registro civil. Com efeito, o RANI não substitui o registro civil, mas pode servir como prova de identidade na ausência do primeiro documento.

No Amazonas, as ações coletivas da campanha de registro civil eram protagonizadas principalmente pelos Barcos de Pronto Atendimento Itinerante (PAI). Essa frota de três navios existiu até 2017 e era mantida pelo governo do Amazonas. Por dez anos, os Barcos PAI (Figura 47) realizaram campanhas para o registro civil, Cadastro Único e expedição de documentos. Em 2017, decidi realizar parte da pesquisa de campo embarcada, acompanhando a missão de um dos navios PAI ao Alto Solimões. A viagem duraria cerca de 45 dias e percorreria toda a calha do Rio Solimões. Depois de uma longa negociação, consegui autorização da Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania para compor a tripulação e iniciamos o trâmite documental (termos de compromisso, seguro de vida, acordo de contrapartida etc.). A expedição teria início no mês de junho. Eu embarcaria em Manaus e desembarcaria em Tabatinga após a conclusão da expedição na região do Vale do Javari. Isso jamais ocorreu. O PAI teve suas ações interrompidas. A “missão” foi primeiro adiada e, depois, definitivamente cancelada. Meses depois, a secretaria foi reestruturada. Desde então, a frota de navios PAI está inativa.

As campanhas para registro civil e expedição de outros documentos ajudam a entender, fora do marco da “ilegalidade”, o processo de “nacionalização” narrado por Rita e sua família de origem “peruana” (Capítulo 2). Ora, o que sua história sugere é justamente o oposto. Tratava-se, na verdade, de legalizar sua existência perante o “estado” brasileiro. A produção da família Assis, sob a tutela de um oficial militar, assegurou-lhes a existência formal e lhe atribuiu um nome, um número de registro e a condição de “nacionais”. Com efeito, nos limites da tríplice fronteira, documentos também produzem nação. E produzem pessoas e direitos: o registro cartorário de Rita e dos Assis assegurou-lhes a nacionalidade brasileira e o direito de viver e trabalhar no território “do Brasil”. Apesar de “indocumentadas”, essas pessoas produzem modos próprios de registro e contagem dos seus. E isso me remeteu ao sistemático registro de nascimento de cada um dos filhos anotados cuidadosamente na caderneta de meu bisavô, resgatada 85 anos depois entre recordações familiares. Ali, é possível encontrar os detalhes de nascimento de toda a sua

prole com especificações precisas sobre a hora, o dia, o local do nascimento e a filiação (Figuras 14-17).

Ninguém manda na minha prancheta

Como tenho demonstrado, entrevistas, visitas domiciliares e “busca ativa” fazem parte da rotina diária do trabalho das mulheres que atuam nas instituições públicas responsáveis pelas ações assistenciais para a proteção social. Parte considerável de seu cotidiano profissional consiste em preencher formulários e visitar domicílios, procedimentos que, embora frequentes (em algumas circunstâncias praticamente diários), seguem um rito muito particular determinado quase que exclusivamente pela “discrecionabilidade” de quem os executa. Com efeito, para além do seu estatuto formal (materializado em normativas, legislações e manuais) altamente produtivo, cada uma dessas técnicas ocupa lugar fundamental nos fazeres que atuam a assistência social; no que fazem as “agentes da assistência social” quando *cadastram, incluem e protegem*.

“Quem manda na minha prancheta sou eu”. A frase, pronunciada em tom enfático e defensivo por Ana, a assistente social do CRAS volante, referia-se à possível interferência de um médico em “seu trabalho”. Sua declaração reativa havia sido provocada por uma indagação minha sobre os limites do sigilo e a discrecionabilidade da profissional do Serviço Social. Em setembro de 2017, realizei um grupo focal com assistentes sociais para compreender como elas definiam e defendiam o sigilo profissional. Meu incômodo com o tema nascera da reiterada negativa para acessar laudos, pareceres ou quaisquer outros documentos produzidos pelas assistentes sociais com quem interagi no âmbito dos serviços de proteção social, como o CRAS e o CREAS de Tabatinga ou mesmo junto à administração do CADÚNICO/SENARC/MDS. Das instâncias locais ao governo federal, passando pelo conselho profissional regional, obtive sempre a mesma resposta negativa justificada pela necessidade de proteção de dados das pessoas “beneficiadas” e pelo direito de “liberdade” do exercício profissional das assistentes sociais. Com uma extensa trajetória de pesquisa documental em arquivos policiais em dezenas de cidades do Amazonas (Capítulos 1 e 2), causou-me grande surpresa a impossibilidade de acesso aos documentos produzidos pela assistência social. Ainda que evocando a Lei de Acesso

à Informação vigente no período do trabalho de campo e a dispensa expressa de quaisquer informações pessoais que permitissem a identificação de “beneficiários” ou assistentes sociais, o acesso jamais foi autorizado.

Esquivando-me das minúcias da celeuma entre Ana e o médico, retive sua frase, emblemática, representativa de uma prática constitutiva da assistência social. Ora, entrevistar implica na interação desigual (BOURDIEU, 1997) entre uma assistente social (agente de estado dotada de discricionariedade) e uma pessoa (representante de uma família) em um rito previamente estabelecido e normatizado por um repertório rígido de perguntas que visam obter informações para deliberar sobre a concessão ou não de uma renda.

Os instrumentos engajados nesse rito inquisitorial e desigual que é o preenchimento do formulário impresso para a inclusão de “beneficiários” no sistema são uma prancheta e uma caneta utilizadas para o registro manual das informações. A imagem da prancheta, aparentemente antiquada, se atualiza em outras ferramentas, como os computadores pelos quais os dados – antes manuscritos no formulário impresso – são inseridos e processados “automaticamente” pelo “sistema” com “vida própria”. A propriedade e autoridade manifestas na “prancheta da assistente social” se multiplicam e se atualizam na interação com os mesmos objetos – as velhas pranchetas e os formulários cada vez mais precisos e abrangentes – e as novas ferramentas – como os computadores – em cenas que se repetem à exaustão na rotina dos serviços de proteção social.

Afinal, não apenas o “sistema” de cadastro compara continuamente as informações de bases de dados diferentes em busca de “incongruências” e de “fraudes”. Também as “agentes” repetem visitas e entrevistas para comprovar a permanência das condições que garantiram o acesso de cada pessoa aos “direitos”. Ou seja, a vida secreta do “sistema” e dos números em que são convertidas as pessoas não está separada da vida das filas, das pranchetas e dos formulários, tampouco das linhas de vida das “agentes” que, ao aferirem condições materiais de moradia, cálculos de rendimentos e despesas, performatizam também a “pobreza”.

Fortalecendo os vínculos familiares

A proteção social consiste, formalmente, na finalidade da assistência social. O objetivo da assistência social é proteger. E proteger designa principalmente prevenir o “risco” das “vulnerabilidades sociais”, seja por meio do “fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários”, seja por meio de serviços socioeducativos ou de ações que promovam a “autonomia das famílias e comunidades”. Essa definição extraída das normativas da política assistencial pode ser conectada ao cuidado de Irmã Cleonice com Maria do Socorro; ao engajamento meu e de meus irmãos no movimento social que cuidava da “infância em risco”; e à “busca ativa” que garantiu a Daniela o benefício do Bolsa Família (Capítulo 3). Ainda que algumas dessas linhas da *malha assistencial* tenham existência anterior à PNAS e ao Bolsa Família, elas demonstram como as concepções de “risco social”, de “vulnerabilidade” e de “fortalecimento de vínculos” são gestadas, transformadas e institucionalizadas ao longo do tempo.

Uma vez inseridas “no sistema”, as pessoas “beneficiadas” passam a frequentar serviços de “fortalecimento dos vínculos familiares” de acordo com sua faixa etária e com as “demandas” de cada família. Existem grupos e serviços específicos para pessoas idosas, adolescentes e mulheres. Essa é uma das condições para permanecer “no sistema”. O que fazem as “agentes da assistência social” para proteger pessoas cujos direitos foram “ameaçados ou violados”? Quando agem em prol do “fortalecimento de vínculos” elas fazem, principalmente, reuniões, encontros e oficinas de instrução. Existe uma pedagogia no modo como a assistência social protege e ensina a proteger. E parte considerável dessa pedagogia é observável nas ações das agentes em reuniões do PAIF e do PAEF. Enquanto as primeiras são de acompanhamento de “beneficiárias” de programas sociais e têm um caráter “preventivo”, as outras se dirigem a situações de “violação de direitos”, atuam em face da ocorrência de um “problema” ou “violência” que atenta contra os direitos de uma pessoa ou grupo. Nesta seção, *proteger* é o verbo que designa o modo de praticar a assistência social observado, principalmente, nos encontros quinzenais do PAEF, promovidos pelo CREAS.

Deixei as filas das lotéricas e bancos para participar das reuniões do CREAS, onde acompanhava semanal ou quinzenalmente os encontros das profissionais daquele serviço com famílias que tiveram “direitos violados”. Ainda que eu continuasse à espera, não estava mais em uma fila, mas em uma pequena e mal iluminada sala, com paredes repletas de ilustrações infantis (confeccionadas em material emborrachado colorido) e cartazes de campanhas governamentais contra a violência sexual, o tráfico de pessoas, o trabalho escravo e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Duas dezenas de cadeiras escolares enfileiradas, um armário de metal cinza ao fundo e, no centro, uma mesa com um projetor ao lado da qual se posicionava a oradora da vez. Ali aconteciam as reuniões do PAEF.

Estive ali por mais de dois meses e assisti aos encontros promovidos pelo Centro e coordenado por uma dupla de mulheres: a coordenadora, uma mulher “cabocla”, nos termos regionais, mas que facilmente seria enquadrada como indígena nos termos sudestinos, com não mais de 40 anos, natural da cidade e assistente social; e a psicóloga, uma jovem negra, carioca, esposa de militar. Essa não é uma diferença banal. Em apenas uma cidade conheci nos serviços de assistência social uma psicóloga nativa, nascida na região do Alto Solimões. Enquanto a maioria das assistentes sociais e agentes sociais eram mulheres não brancas – de ascendência negra ou indígena – com mais de 30 anos e nativas da região do Alto Solimões e de outros lugares do interior amazonense, formadas em faculdades privadas ou no ensino à distância (como Maria do Socorro e Ana); as psicólogas eram mais jovens e, em sua maioria, mulheres brancas, vindas de “fora”, algumas casadas com militares ou de famílias mais abastadas economicamente. As diferenças étnico-raciais, de classe e origem se expressavam também nas diferentes categorias profissionais e suas hierarquias.

Os encontros aconteciam sempre nas tardes das quintas-feiras. Uma dessas tardes começara bastante tensa. Depois de uma longa manhã e produtiva conversa com a assistente social e a psicóloga, eu havia sido impedida de participar das reuniões e de conversar com as pessoas frequentadoras do centro. Meu pedido de observação participante e de acesso aos documentos produzidos pelas técnicas havia sido negado sob o pretexto de garantir a “discrecionabilidade profissional” e o “segredo de justiça”.

Não obstante, fui autorizada apenas a “observar” as reuniões sem qualquer interação com as pessoas participantes ou intervenção durante os encontros.

Certo dia, cheguei muito antes das primeiras participantes da reunião. Depois de alguns minutos na recepção, observando as funcionárias terminarem os preparativos para o encontro, fui convidada a entrar na sala de reuniões. Uma de suas portas dava acesso a um pequeno salão entre a sala das técnicas e a cozinha, e ali havia uma mesa onde a merenda para as pessoas participantes daquele encontro era preparada. Ao convite para entrar na sala de reuniões, abandonei a recepção e aguardei o início do encontro. Resignada pela restrição de não interagir com as participantes, sentei-me em um dos extremos da sala, ao fundo, em uma posição que me permitisse ver a sala e as pessoas presentes sem ser notada. Enquanto eu e as outras pessoas nos acomodávamos na sala escura e quente, escutávamos uma música gospel que se repetiu por 4 vezes durante tempo de espera. “Vou precisar do teu abraço, vou precisar de ti, Senhor”.

A reunião começa. Apesar do meu pedido, nenhuma menção à minha presença foi feita. Isso, afinal, me favoreceu, pois o fato despertou o interesse das outras pessoas presentes. Meu corpo de pele um pouco mais clara, as roupas diferentes e o bloco de notas e a mão inquieta sempre anotando e observando tudo silenciosamente me distinguia. Enquanto me concentrava para captar cada detalhe da arquitetura, os sons à minha volta, a fala das palestrantes, os corpos de cada uma das pessoas presentes, as conversas entre as crianças, os olhares da equipe do Centro, eu notava que as “famílias” presentes indagavam-se a meu respeito. Quando se reportavam a mim, curiosas, explicavam-me as razões para estarem naquele encontro, o que confirmava algumas das informações “sigilosas” que as técnicas haviam me relatado demoradamente na manhã daquele mesmo dia.

Participavam do encontro um casal de idosos acompanhados de sua família, provavelmente porque algum membro do grupo havia sido denunciado por maus tratos. Estavam também o pequeno Alex²⁴² – assim chamado em homenagem a um jogador de futebol – e seu pai, que vinham da comunidade Ticuna de Umariacú, e meia dúzia de

²⁴² Nome fictício.

meninas com seus vestidos industrializados. Pelo que me contou o pai, Alex tinha algum déficit de atenção ou hiperatividade e, certo dia, “fugiu” de casa sem que os pais soubessem. O menino foi encontrado horas depois em Letícia, a cidade colombiana vizinha. Seu pai me disse que o filho estava com um parente, que nunca havia deixado o filho sozinho, mas que naquela ocasião ele e a mãe não estavam em casa. Como o menino foi encontrado “fora do Brasil”, os pais foram denunciados ao Conselho Tutelar. Este incidente coloca uma interessante questão transfronteiriça, pois a proximidade territorial entre jurisdições de estados nacionais distintos transforma pequenos deslocamentos em “problemas de polícia” que extrapolam os limites territoriais do sistema de proteção nacional.

O genitor me explicava, preocupado e se justificando, que era um pai zeloso e que no dia do ocorrido, havia deixado Alex sozinho por apenas uma hora. Quando percebeu o sumiço do filho procurou a polícia e o encontrou na casa de um tio. Ele e a esposa foram denunciados por abandono. Esse era o motivo pelo qual ele precisava acompanhar as reuniões para “fortalecimento dos vínculos familiares”. A mãe não estava. Tampouco o pai me falou algo a seu respeito. Antes mesmo que pudesse indagar algo mais, fui lembrada pela coordenadora da proibição que me havia sido feita. Evidentemente, obrigar a participação do pai das reuniões era o modo de proteger a criança “em risco”.

Outra participante, uma senhora de 50 anos, estava ali porque suas sobrinhas e filhas adolescentes foram encontradas no lixão da cidade, na fronteira entre Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). Ela não me deu muitos detalhes, tampouco eu podia perguntar-lhe algo, tão vigiada que estava pelo olhar atento da coordenadora. Mas sobre o lixão, soube depois que havia se tornado caso bastante “problemático” para o CREAS desde a reportagem Favela Amazônia (a mesma que denunciou a “máfia do Bolsa Família”) que continha uma seção dedicada ao lixão transfronteiriço intitulada “Ticunas vivem num lixão da tríplice fronteira”²⁴³. Depois da reportagem de 2015, o serviço havia sido acionado pela justiça para prestar esclarecimentos sobre o assunto. Tentei acessar os documentos produzidos para o caso, mas, obviamente, tive o acesso negado. As técnicas do CREAS

²⁴³ Disponível em <https://infograficos.estadao.com.br/especiais/favela-amazonia/capitulo-2.php> Acesso em 31mai2020.

apenas me disseram que as pessoas responsáveis pelas adolescentes encontradas no “lixão” foram encaminhadas para encontros do PAEF e as adolescentes para um outro serviço de atenção especial para sua faixa etária.

“Vou precisar do teu abraço, vou precisar de ti, Senhor”. A música foi interrompida e teve início o rito de preleção. Por trinta minutos as agentes do centro revezaram-se falando às ouvintes. Dois tons de vozes se alternavam. Entre acentos suaves e tom carinhoso, as oradoras exaltavam a família, a fé e as virtudes da pobreza. “Tudo posso naquele que me fortalece” era a frase bíblica escolhida para o encontro daquela tarde. A suavidade da fala e o uso de expressões no diminutivo, carinhosamente pronunciadas, eram intercaladas com um tom acusatório, severo e correccional, eivado de moralidades sobre família, maternidade, responsabilidade e cidadania para elencar as atitudes consideradas ruins ou prejudiciais à família e ao “fortalecimento dos vínculos familiares”. A cada atitude condenada, as palestrantes eram enfáticas em demonstrar as nefastas consequências de cada uma dessas condutas. “Deixar o filho sozinho pode favorecer para que uma criança seja traficada e levada para outro país”. “Descuidar dos idosos acarreta um futuro sem o respeito e cuidado dos filhos”.

Embora as pessoas ali presentes não soubessem exatamente as razões de estar na reunião, o rito seguia um repertório meticulosamente preparado para responder às “demandas” de cada uma das pessoas e famílias presentes. Para preservar o sigilo eu não poderia intervir na reunião, tampouco conversar com as participantes. Pelo mesmo motivo não pude acessar os arquivos e documentos produzidos por aquele serviço público. No entanto, em meia hora de cochichos, pude entender que cada parte do enredo - a música executada enquanto esperávamos o início da reunião, a palestra do YouTube que assistimos, o “contrato” assinado ao final do encontro (ANEXO III), enfim, cada detalhe fora pensado e destinado a uma das pessoas participantes. Em nenhum momento, respeitando o sigilo, isso foi revelado. Como nas filas, me aproximei, em silêncio, das crianças. Entre sorrisos, dobraduras e lápis para colorir folhas de papel em branco. Nas filas e no CREAS, brincando com as crianças magricelas e seus vestidos doados.

No vídeo, um neto incompreendido conta as desventuras vividas em razão das acusações infundadas de seu avô, com a Alzheimer, a quem cuidava. Entre a descrição da confusão mental causada pela doença e a elogiosa narrativa dos cuidados amorosos de um neto paciente injustamente acusado de maus tratos pelo avô senil, o palestrante distribui pequenos recados bem-humorados que eram rapidamente recebidos pelos atentos expectadores que o assistiam na sala quente e escura em Tabatinga.

Meus avós, minha avó e meu avô, eles tiveram Alzheimer. E eu passei umas cenas muito engraçadas com meu avô. Uma vez a gente foi no Banco Itaú receber a aposentadoria dele, uma fortuna de um salário-mínimo. E eu estava na fila com ele porque ele tinha que receber o dinheiro dele, era uma sensação de autonomia que eu tinha que preservar. Era uma sensação de dignidade que ele queria receber o dinheiro dele. Eu estava com ele na fila, aquele silêncio, ele disse: “Meu neto”. Todo mundo me olhou. “Diga, vô”. “Não meu roube, não”. Todo mundo olhando pra mim. Sabe aquele pessoal que vai receber a aposentadoria do avô para fumar maconha? Eu me sentia aquele cara que vai lá no posto do Banco do Brasil para receber aposentadoria do avô. “Não. Vô, eu não lhe roubo não, que é isso?”. Uma vez a gente estava em casa e aí quando eu senti que ele não tinha mais autonomia para ficar só, eu levei-o pra casa de minha mãe. E aí uma vez chegou um sobrinho dele: “E aí, tio, o senhor tá sendo bem tratado?”. Ele olhou pra ver se tinha alguém na casa, ele não me viu, eu estava no escritório vendo eles. Ele disse: “Meu filho, o povo aqui é tão ruim. Eu sofro tanto aqui”. E o rapaz foi arregalando os olhos. “Por que?” “Cê acredita que todo dia eu como uma mistura que não tem carne, é uma papa disforme que não tem nada”. Porque como ele usava prótese dentária, o Alzheimer não permitia ele fixar, então não podia deixar ele comer carne, tinha que moer no liquidificador. E ele encarava como uma papa disforme. “Eu durmo no relento, eles me botam pra dormir no quintal da casa no meio do mato”. E o rapaz foi ficando, obviamente, eu também ficava impressionado. E aí, finalmente ele disse: “No final da tarde a tragédia termina que esse meu neto chega, esse que cê viu, que tem uma carinha de bom, e vai me dar um banho de mangueira”. Aí o rapaz se levantou:

“Ei, Rossandro, cadê você? Venha aqui”. Foi tomar satisfação comigo. Eu tinha ouvido a história: “Eu ouvi o que ele lhe disse. Venha aqui eu vou lhe esclarecer”. Aí levei ele pra cozinha, mostrei o que era a comida disforme. Eu levei ele para o meio do mato, é porque no quarto que meu avô ficava tinha um jardim de inverno. Então, como ele via o jardim de inverno, ele achava que tava no meio do mato. E o banho de mangueira, é que no final da tarde, quando eu chegava do consultório, eu levava ele pro banheiro e como ele já tem 92 anos, não podia ficar muito em pé, eu o sentava naquelas cadeirinhas plásticas, puxava a mangueirinha do chuveiro. Era o banho de mangueira. [...] Vocês que estão aqui, vocês já limpam fralda? Já botaram olinho de girassol pra não dar escara? Já botaram? Já compraram aquele colchãozinho de ar? Aquela almofadinha de água pra não dar escara no cóccix? Já fizeram isso? [...] Eu pergunto então pra vocês também: os filhos que vocês estão criando vão fazer isso por vocês? Vou beber água com esse silêncio de vocês. Por que não? Vamos pensar nisso, então, agora? Olha só gente: as dificuldades da vida elas nos forjam competência, dignidade e respeito. A geração que nasceu na época de Moral e Cívica é uma geração que quem mandava na casa era quem? Os pais. E isso é o que é certo. Por isso que no decálogo de Moisés, já, nos dez artigos da constituição do planeta, está honrai teu pai e tua mãe. O problema é que os pais e as mães hoje não se fazem honrar pelos filhos; porque resolveram ser amigos. Amigo do filho. Você deixa a posição de pai e de mãe que é única, pra ser uma posição de igualzinho, que é amigo. Essa geração que pegou Moral e Cívica é uma geração que ralou, que deve ter passado fome. Eu vivia com roupa dos outros. Cês já perceberam que pobre não muda de roupa, a roupa é que muda de pobre? Ela vai andando, ela vai escolhendo você, você não escolhe ela. Eu lembro de uma vez que eu ganhei uma calça que era desbotada, mas aí não tinha zíper e a gente foi para o aniversário e minha mãe costurou o zíper [...]. E aí quem disse que eu podia ir no banheiro? Não podia, eu passei a noite assim, porque a calça tava costurada. A calça me escolheu, eu não escolhi a calça. E o que é que isso dava pra gente? A vontade de conquistar. A vontade de perceber que tem que ter um esforço. Que ninguém pode fazer por mim. Esses

pais que nasceram nesses anos 70 eles ralaram para conquistar. Eles muitas vezes vieram do sertão. Eles pegavam bicicleta pra pegar um ônibus para depois vim para o colégio e conseguiram vencer. E conseguiram juntar um patrimônio, ter uma vida melhor para os filhos. E tiveram a ideia infantil de dizer: “Meus filhos não vão passar pelo que eu passei”. Esquecendo que foi exatamente porque passou pelo que passou que tornou quem se tornou. Ninguém está dizendo aqui que seu filho tem que passar fome, que vai viver com roupa emprestada, mas que ele tem que entender que tudo que você faz é um benefício amoroso pra ele que a casa não é dele²⁴⁴.

Ao final da exibição, uma das oradoras destacou alguns aspectos de modo a demonstrar que todas as participantes estavam de alguma forma presentes na história contada: os avós maltratados, os netos que usurpam dinheiro dos avós para “usar drogas”, os pais que não sabem cuidar de seus filhos etc. Mas havia mais. Havia um evidente elogio da pobreza e do bom pobre. Estava implícita uma pedagogia da pobreza, irônica e perversamente enunciada na expressão “não é o pobre que muda de roupa, a roupa é que muda de pobre”. Aquela frase do vídeo ressoou em minha mente por muito tempo. Sem sair da sala escura, voltei às filas, e revi os vestidos industrializados doados para as meninas de Umariáçú. De volta ao CREAS, vi em outros corpos franzinos os mesmos vestidos. E o vídeo parecia ser uma síntese emblemática de tudo o que até então eu observava e analisava: a pena e o perigo, a guerra às drogas na fronteira, a igreja e a militarização, a caridade e a filantropia religiosas. E a apologia elogiosa à ditadura militar, período no qual se ensinava, nas escolas, a disciplina Moral e Cívica.

Iniciei o capítulo evidenciando o meu modo de atuar a observação participante. “Deus ajuda quem cedo madruga”. Foi madrugando em filas de espera que encontrei o primeiro

²⁴⁴ O vídeo “Quando os filhos precisam entender que a casa não é deles” está disponível em <https://youtu.be/ZtHkNCmp8fM> Acesso em 02jun2020. Trata-se de uma palestra de Rossandro Klinjey, “palestrante, escritor e psicólogo clínico. Fenômeno nas redes sociais, seus vídeos já alcançaram a marca de mais de cem milhões de visualizações. [...] É consultor da Rede Globo em temas relacionados a comportamento, educação e família, no programa Fátima Bernardes, além de colunista da Rádio CBN”. Disponível em <https://rossandro.com/sobrerossandro/> Acesso em 07jun2020.

acesso às pessoas que atuam a *malha assistencial*. Notei, na espera, uma forma de administrar a escassez, ou melhor, uma economia da precariedade que produz corpos disciplinados, ao sol, enfileirados um atrás do outro. Existe aí todo um controle exógeno do tempo, da informação e daquilo que se almeja alcançar (um cadastro, uma senha, a retirada de dinheiro, um cartão magnético, uma informação). Esse controle do tempo que se dá pela espera guarda estreita relação com as estratégias de “furar a fila”, de abreviar o tempo de espera como fez Kamille (Capítulo 3) para agilizar a visita da assistente social mobilizando relações familiares e, nessas estratégias, acessamos a gestão do tempo das “beneficiárias”, modos de abreviar ou burlar a espera produzida pelas instituições de estado e suas agentes. Como tenho argumentado, filas paralisam, visitas fixam e abordagens territoriais complicam deslocamentos. Ao mesmo tempo, a *malha* movimenta as pessoas, as pessoas movimentam a *malha* e se movem entre seus fios e vãos. Pessoas circulam em lanchas, canoas e motos; entre rios, bairros e cidades para retirada dos benefícios, para compra de produtos, para visitar parentes, para atualização cadastral e para reuniões. “Agentes da assistência” se deslocam em navios, barcos e motos para buscar, cadastrar e incluir “no sistema”.

Neste capítulo apresentei três categorias de ações fundamentais no agir da assistência social pública: *cadastrar*, *incluir* e *proteger*. As três ações são designadas por categorias êmicas da política nacional de assistência e suas definições abrangem tanto as autorrepresentações desse campo – manifestas em manuais, normas, diretrizes, leis e outros documentos escritos – como, e principalmente, os modos de fazer de profissionais em constante interação com pranchetas, formulários, sistemas de informação e outros objetos. Essa mediação entre diretrizes escritas e modos de fazer estabelece qualquer comparação ou avaliação reiterativa da oposição teoria *versus* prática. Aliás, esta oposição é rechaçada a priori. Cada um desses agentes: documentos, profissionais do serviço social, cartões magnéticos, sistemas informacionais, tal como cada linha de vida a eles conectados, compõem e atuam (MOL, 2012) a *malha assistencial*, a “pobreza” a “fronteira Amazônia”.

Longe do intento de descrever “a assistência social na Amazônia” de uma maneira fixa e totalizante, meu intuito foi demonstrá-la, primeiro, como uma tecnologia de governo e

entender como instituições e agentes – muitas das vezes contraditórios e desarticulados – atuam a assistência. O que fazem quando *cadastram, incluem e protegem* de modo muito diverso e conflitivo ainda que convergente para uma ideia mais geral e pseudo-homogênea da assistência social como um braço “do estado”. Entendê-la como pseudo-homogênea consiste num movimento de recusa da perspectiva estadocêntrica que reivindica justamente a falsa unidade, coesão e homogeneidade em processos de estado eivados de diferenças, tensionamentos e conflitos.

As três categorias de ação não possuem anterioridade uma em relação a outra e não estão rigorosamente separadas entre si. Embora possam, na forma, serem etapas diferentes do processo de localização, identificação, classificação, inserção, acompanhamento e monitoramento das “famílias de baixa renda” que integrarão “O Sistema”; na prática, é possível afirmar que as três ações se englobam e atualizam constantemente. Descrita nos termos de um dispositivo ou tecnologia de governo, a “assistência social” articula diferentes formas de exercício de poder, aqui tipificadas em três categorias de ação – Cadastrar, Incluir e Proteger – categorias êmicas que designam o principal fazer da assistência na arte de produzir “bons pobres” ou de “regimes de veridicação” (FOUCAULT, 2008) da pobreza a que me dedicarei no último capítulo.

Figura 40 - Flutuante das Catraias, Tabatinga/AM, Fotografia de Dida Sampaio/AE, 2015

Figura 41 – Porto de Tabatinga/AM, Fotografia de Dida Sampaio/AE, 2015

Figura 42 - Extratos do Programa Bolsa Família, Reprodução MDS

Figura 43 - Extratos do Programa Bolsa Família, Reprodução MDS

Figura 44 - Extratos do Programa Bolsa Família, Reprodução MDS

Figura 45 – Agência Fluvial do Banco Bradesco, Barco Voyager III

Figura 46 – Orla de Atalaia do Norte/AM, Fotografia de Jorge Marubo, 2020

Figura 47 - Barco PAI, Reprodução SEAS/AM, 2017

Figura 48 - Beiradão, São Gabriel da Cachoeira/AM, Fotografia de Bruno Marques, 2014

CAPÍTULO 5

A POBREZA E A DÍVIDA

Francisca Flores, de São Luís (MA), reclamava: “Só ganho 134 reais e não está dando nem para comprar uma calça para minha filha, que tem 16 anos. Porque uma calça para uma jovem de 16 anos é mais de 300 reais”. Diana dos Santos, de Fortaleza (CE), contou diante das câmeras: “Eu fui à lotérica, como vou de costume, fazer um depósito na poupança do meu esposo. Fui depositar o dinheiro. Como eu já estava lá, aproveitei, levei o cartão, e tirei o Bolsa Família”. Francisca acreditava que o dinheiro do auxílio do governo deveria ser usado para bancar bens de consumo mais caros do que os que o trabalhador médio pode bancar com seu salário. Diana revelou, sem se incomodar, que sua família poupa dinheiro mensalmente – e quem faz poupança evidentemente não está em situação de emergência financeira. É difícil estimar a quantidade de “beneficiários” irregulares do Bolsa Família: mas os exemplos de Francisca e Diana mostram que há algo de errado com o programa.

Gabriel Castro, Revista Veja, 2014

Eu vivia com roupa dos outros. Vocês já perceberam que pobre não muda de roupa, a roupa é que muda de pobre? Ela vai andando, ela vai escolhendo você, você não escolhe ela. Eu lembro de uma vez que eu ganhei uma calça que era desbotada, mas aí não tinha zíper e a gente foi ao aniversário e minha mãe costurou o zíper [...]. E aí quem disse que eu podia ir ao banheiro? Não podia, eu passei a noite assim, porque a calça estava costurada. A calça me escolheu, eu não escolhi a calça. E o que é que isso dava pra gente? A vontade de conquistar. A vontade de perceber que tem que ter um esforço. Que ninguém pode fazer por mim.

Rossandro Klinjey, Quando os filhos precisam entender que a casa não é deles, 2016

É próprio da dívida incluir, controlar e explorar o tempo, atualizando o futuro. A dívida é uma promessa de reembolso e ela diz respeito, portanto, ao futuro como tempo aberto e indeterminado, como incerteza radical que não se pode antecipar nem controlar pela lógica das probabilidades. A dívida é o dispositivo capitalista para fechar e antecipar o tempo, para hipotecar sua indeterminação, para retirar o tempo de toda criação e de toda inovação e para normalizá-lo.

Maurizio Lazzarato, O governo do homem endividado, 2017, p. 82

A praxiografia da “assistência social” (Capítulo 4) revelou modos de atuação da *malha assistencial*, mas também de verificação da “pobreza”. No “sistema”, a pobreza é uma cifra de 85 reais *per capita*. No formulário de cadastro, é um conjunto de informações sobre condições de moradia, número de moradores e as estimativas de renda e gastos. Na prancheta da assistente social, pode ser o conteúdo das painéis sobre o fogão. A “pobreza”, portanto, é o valor parametrizado pelo “sistema”, a lista de eletrodomésticos inventariados nas inspeções domiciliares e o uso de roupas doadas. Tal como a “assistência social”, a pobreza é múltipla. Mas, para além da encenação da “pobreza” por diferentes grupos de agentes (MOL, 2012), as pobreza são também performatividades, enunciados que produzem diferenças e que incluem e excluem (BUTLER, 2019).

“Pobreza” e “dívida” ocupam lugar central neste capítulo em que, primeiro, descrevo cinco lições da *arte de fazer bons pobres*, como denomino o persistente trabalho pedagógico do “cadastrar”, “incluir” e “proteger”. Acrescento à essa descrição a reiteração dessas lições em outros espaços de socialidade, como as redes sociais. Em seguida, revisito brevemente a discussão mais atual sobre inclusão social, consumo e financeirização na sociedade neoliberal para, finalmente, abordar a dívida como uma importante relação para analisar alguns dos efeitos das políticas de transferência de renda na Amazônia desde a perspectiva antropológica.

Volto às filas, ao cadastro e às provas documentais; reencontro a Rita (Capítulo 2) e descubro a dívida. Paradoxalmente, é na economia da dívida que avisto as linhas de vida que atravessam a *malha* e, por vezes, escapam dela.

Primeira lição: É mais de trezentos reais

Francisca, mulher nordestina de São Luís do Maranhão, “beneficiária” do Bolsa Família, ficou conhecida em todo o Brasil no ano de 2013. Ao ser entrevistada por um repórter televisivo da TV Cidade (emissora afiliada à Rede Record), reclamou do limitado poder de compra do benefício que há quase uma década recebia do governo brasileiro:

Tô com mais de oito anos que eu recebo Bolsa Família e meu dinheiro nunca aumentou. Só ganho 134 reais, não tá dando nem pra comprar uma calça pra minha filha que tem 16 anos, porque uma calça para uma jovem de 16 anos é mais de 300 reais²⁴⁵.

Sua declaração foi replicada em blogs de notícias e visualizada 1.289.978 vezes no canal de Júnior Gaspar no *YouTube* onde sua entrevista foi transformada em videoclipe com o refrão “É mais de trezentos reais”. Dois anos depois, a entrevista ainda repercutia. Era de Francisca Flores que falava uma das assistentes sociais cuja preleção eu e Dolores – avó de Alessandra (Capítulo 4) – assistimos na cidade de São Paulo de Olivença (Capítulo 2). Naquela ocasião, a queixa da “beneficiária” – considerada imprópria pela funcionária do governo estadual – foi usada como mau exemplo de como gastar o dinheiro do Bolsa Família. De maus exemplos também falava a publicação do jornalista Gabriel Castro (2014), rememorando a declaração de Francisca Flores um ano depois da entrevista: “há algo de errado com o programa”.

Sete anos depois de publicado no *YouTube*, os comentários ao *trailer* não cessaram e aumentam dia a dia²⁴⁶. Questionam, geralmente, o mau uso do benefício social e o padrão de consumo “inadequado” para uma mulher “pobre”, dependente da “ajuda do governo”, com a ambição “descabida” de comprar para a filha adolescente uma calça *jeans* que custava, na época, mais que o dobro do auxílio governamental. *Douglas_2* foi um dos perfis que o comentou recentemente:

POBRE É FODA 😏😏 Pobre ta passando fome, ta morando em um barraquinho, ta todo fudido mas repare nenhum pobe [pobre] aceita ter um Smartphone de 500 reais. se tu achar um pobre com um Smartphone de 1.500 é algo raro. Além de moto, pobre tem que ter moto boa.. tava passando uma reportagem aqui a mulher passando fome com as duas filhas, estão vivendo de doações MAS as 3 cada uma com um Smartphone do tamanho de um Nootbook 😏😏.

²⁴⁵ Disponível em <https://youtu.be/>. Acesso em 17jun2019.

²⁴⁶ Em 08 de junho de 2020, havia 2470 comentários. O último deles havia sido registrado na mesma data. Disponível em <https://youtu.be/>. Acesso em 06jun2020.

O linchamento virtual e o julgamento moral a que Francisca Flores é submetida abrem caminho para pensar uma série de questões. Além do importante componente de humilhação reiterado nas redes sociais pela ridicularização de sua “aparência” e do acentuado sotaque nordestino, possuem um conteúdo prescritivo dos parâmetros para uma certa “pobreza” (ou “bom pobre”) e, principalmente, do bom e do mau uso de um dinheiro considerado “público”. Um dinheiro pertencente a todos “os contribuintes” e não aos “acomodados” ou “preguiçosos” que recebem o “bolsa esmola”. Segundo essa lógica, há um consumo apropriado aos “pobres” e, definitivamente, para a assistente social, o jornalista e aqueles que comentam o *trailer*, uma calça *jeans* cara não faz parte dele.

Além do racismo e dos preconceitos de classe, as acusações contra Francisca Flores estão eivadas de normatividades de gênero. O objeto de consumo é inadequado e ao mesmo tempo revelador do desajuste da protagonista ao padrão de maternidade desejável. Afinal, o bom uso do dinheiro do “pobre” deve se restringir à estrita subsistência e, quando administrado pela “mãe pobre”, dirigir-se prioritariamente aos filhos e filhas.

Este tipo de julgamento não é apenas imposto por outras pessoas a mulheres como Francisca Flores. Muitas dessas mulheres impõem a si mesmas a exigência de se adequar às normatividades autoritárias do gênero e, por conseguinte, da maternidade padrão. Parte da extensa produção bibliográfica sobre o Bolsa Família no Brasil demonstra – desde a perspectiva de mulheres “beneficiadas” – que existe “o jeito mais certo de gastar, aquele voltado diretamente aos filhos, e o jeito errado de gastar, com produtos que negam a ideia de maternidade responsável, como álcool e drogas” (BARTHOLLO et al., 2019, p. 20). Durante a pesquisa de campo no Alto Solimões, cenas como essas se repetiram em diferentes contextos.

No meu primeiro encontro com Daniela, a jovem fez questão de demonstrar o “bom uso” do benefício social, e me explicou em detalhes como gastava a renda recebida para comprar roupas, leite e brinquedos para a filha. Kamille teve a mesma preocupação ao justificar que sustentava a filha sem a ajuda do pai e que boa parte da renda de suas

faxinas era destinada para a mensalidade da escola da filha e outros gastos com alimentação da menina.

Segunda lição: Pobre não muda de roupa, a roupa é que muda de pobre

Esta sentença, proclamada na palestra de Rossandro Klinjey durante aquela reunião do CREAS (Capítulo 4), ficou registrada no meu caderno de campo e na minha memória. Naquela tarde, deixei o Centro de Referência e caminhei de volta para casa revendo as filas e as meninas com seus vestidos frouxos e me indagando sobre o que eu havia assistido e como o vídeo teria repercutido nas outras pessoas presentes. A frase ecoou na minha cabeça uma dezena de vezes e a cada uma delas eu me perguntava sobre as meninas com vestidos de segunda mão e suas famílias. A mensagem, tão direta aos meus ouvidos, havia chegado a elas da mesma forma?

No fim das tardes de domingo, na praça em frente à Rádio Nacional do Alto Solimões, um grupo de mulheres se reunia para um pequeno bazar em que vendiam guloseimas, roupas usadas e recebiam doações para ajudar “famílias carentes”. Apesar de estarem no local há alguns anos, eu notei a existência do bazar somente depois de perturbada pela exposição do “famoso psicólogo, palestrante e consultor da Rede Globo” (cf. nota 244). Decidi, então, conhecer a barraca de vendas e as senhoras “mães de família” que organizavam as doações. Nas araras, vestidos coloridos estampados com personagens de desenho animado como os que eu via sobre os corpos das meninas com quem brincava nas filas e no CREAS. Nessa ocasião, descobri que se tratava de um grupo de mulheres ligado a uma das igrejas evangélicas da cidade. O grupo realizava a ação há muitos anos e sempre recebia muitas doações – não apenas de roupas – de famílias de militares quando estas eram transferidas para outra localidade (fato corriqueiro na carreira de oficiais militares). As doações recebidas das “mulheres de militares” eram distribuídas pelas “mulheres evangélicas” em comunidades indígenas, como Umariacú, ou enviadas para outros pelotões de fronteira da região.

Inevitavelmente, me perguntei sobre o tipo de sentimento que motivava minha avó Nazaré, católica devota da Virgem Maria, a costurar roupas para doar aos afilhados e

afilhadas da comunidade de Umariacú, no início dos anos 1950. Seria a mesma piedade religiosa?

Mas não era disso que se tratava o vídeo. Não era esse o seu “ensinamento”. As lições dentro da lição eram outras. A primeira delas explicitava um exercício de nomeação do outro, “o pobre”, caracterizando-o como aquele que usa roupas usadas. Afinal, a roupa usada “vai andando, ela vai escolhendo você, você não escolhe ela”. Moral da história: se você usa roupas que antes pertenceram a outra pessoa, você é pobre. Segunda lição: aceite de bom grado o que recebe. Como “pobre”, você não pode consumir o que deseja. Deve se resignar e se controlar, tal como Klinjey quando foi constrangido pelo zíper costurado de sua calça *jeans* usada. A empatia produzida pelo orador não é detalhe irrisório na narrativa. Ele evoca a autoridade da experiência, do “lugar de fala”. Trata-se do testemunho de quem viveu na “própria pele”, de quem foi “pobre” um dia e aceitou as roupas que o escolheram. Enfim, de quem soube se controlar e “esperar”.

Contenção e autocontrole são elementos importantes na etnografia de Ansell (2014) a respeito do controle da fome, da inveja e do “mau-olhado” como um importante regulador das relações entre “famílias pobres” no sertão piauiense (Capítulo 3). A moral comunitária e a higienização da inveja fundamentaram sua crítica à “idealização” do igualitarismo rural. Elucidando toda uma gramática de controle do corpo, da fome, da inveja e do “mau-olhado”, o autor demonstrou como “a contenção higiênica da inveja” era importante fator para a “reputação pessoal” na comunidade (ANSELL, 2014, p. 63). Assim, era preciso exercer toda uma etiqueta da fome para não a demonstrar e, com isso, evitar o “mau-olhado”, a inveja do que pertencia aos outros. Essa contenção passava, por exemplo, por recusar convites para refeições – a despeito da fome – e não olhar com cobiça para o gado ou o roçado do vizinho.

Mas há uma diferença importante entre a lição ensinada no CREAS de Tabatinga e a contenção descrita por Ansell (2014). A “contenção higiênica da inveja” operava horizontalmente nas relações entre famílias de uma mesma comunidade sertaneja. Ainda que tais relações não possam ser consideradas igualitárias ou equitativas (e este é um dos cernes da crítica do autor aos idealizadores e agentes locais do Programa Fome Zero), a contenção operada pelas “agentes da assistência social” no Amazonas se dava

em uma relação formalmente desigual e assimétrica em que a reiteração do papel de controle da “assistência social” era constante e intrínseco.

Terceira lição: Quem precisa tem pressa

Os deslocamentos de indígenas para as sedes municipais durante o período de pagamento dos benefícios sociais (Capítulo 4) causam preocupações há algum tempo (MARQUES, 2015; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, 2016). O assunto sempre aparecia nas conversas com minhas interlocutoras. Certa vez, em conversa com um antropólogo atuante no Vale do Javari²⁴⁷, questionei-o a respeito da presença de indígenas na orla da cidade de Atalaia do Norte ou de aglomerações para a retirada dos benefícios. Ele me explicou que naquele momento a situação estava sob controle, pois a FUNAI havia negociado com o MDS um termo de “dilação de prazo”, o que garantiria um período maior para os saques. Desse modo, foi possível diminuir a frequência dos deslocamentos das aldeias para as cidades. Atualmente, como antes do termo firmado em 2016 (e suspenso um ano depois), as “beneficiárias” do Bolsa Família (indígenas ou não) têm o prazo de três meses para realização dos saques. Após esse período, o valor do benefício é retido e não pode mais ser retirado.

Para evitar o traslado trimestral das aldeias para a cidade, a coordenação regional da FUNAI havia negociado a prorrogação do prazo para retirada do benefício. Isso não impediria a movimentação de indígenas, mas aumentaria o intervalo de tempo entre os traslados. Na cidade de Atalaia do Norte (Capítulo 4), esses deslocamentos, além de onerosos e demorados, provocavam outros prejuízos às famílias indígenas, como o adoecimento e a morte de crianças, mas também o consumo de bebidas alcólicas, como mencionou Marques (2015) a respeito do “cemitério hup” em São Gabriel da Cachoeira (Capítulo 4).

A negociação entre FUNAI e MDS não foi simples e, quando autorizada, não perdurou muito tempo. Não acompanhei as minúcias desse debate, mas semanas depois daquela

²⁴⁷ NEVES, I. R. (2017) Entrevista concedida em 12 de jul. 2017.

conversa, me encontrei com Maria do Socorro (Capítulo 3), a assistente social, e a indaguei sobre o assunto. Como ela havia sido gestora do Bolsa Família em algumas cidades da região, talvez pudesse explicar algo mais a respeito. Sua resposta me ensinou a quarta lição sobre a pobreza: “quem é pobre tem pressa”. Socorro não questionou a necessidade da dilação de prazo, mas se, de fato, aquelas comunidades indígenas necessitavam do benefício social. “Quem precisa não espera mais de três meses pelo dinheiro. E, se pode esperar tanto tempo assim, ou mais, não deve estar precisando”.

A monetarização da subsistência – semelhante à operação exigida no cálculo da renda familiar para o formulário do CADÚNICO (Capítulo 4) – esconde modos de subsistência não monetarizados, como o cultivo de roças, a pesca e a caça e que não podem ser facilmente traduzidos em cifras de reais, como os conhecimentos sobre plantas e remédios. Por isso mesmo, demonstra uma concepção reducionista de subsistência que não abrange intercâmbios que prescindem da moeda nacional (ou de qualquer outra moeda), como a troca de produtos cultivados entre parentes de diferentes comunidades. E ignora circuitos de consumo – esses sim mediados exclusivamente pelo dinheiro – que são praticados junto aos outros modos de subsistência.

A “pressa” imputada à pobreza evidencia outra maneira de incidir sobre o tempo do “outro”, pois é preciso que este seja adaptado ao tempo da política pública ou daquele concebido por suas operadoras. A periodicidade do pagamento, o cronograma mensal e o prazo para o saque do benefício encontram-se com outras dinâmicas temporais, ou seja, outras formas de organizar o tempo. Para Figueiro, essa dinâmica temporal da política pública “organiza de determinada maneira as operações mentais em torno do futuro e da utilização do dinheiro” (FIGUEIRO, 2018, p. 417, tradução minha).

Essa reorganização temporal imposta pela política era bastante explícita no calendário anual de atualização cadastral. A cada biênio, como expliquei antes, todas as pessoas cadastradas no CADÚNICO devem atualizar suas informações no “sistema”. Muitas das pessoas que residiam fora da sede municipal compareciam ao setor de cadastro durante uma visita à cidade e, portando os documentos necessários, solicitavam a atualização. No período da observação, a atualização estava restrita às pessoas moradoras da sede. As pessoas advindas das comunidades indígenas e não indígenas deveriam comparecer

ao cadastro no mês planejado para o seu recadastramento, o que lhe seria “oportunamente comunicado”.

Quarta lição: Sobre panelas e Vick Vaporub

Se para Maria do Socorro a pobreza tinha pressa, foi com Ana que aprendi sobre o seu cheiro. Ela jamais me permitiu acompanhá-la nas visitas domiciliares, apesar de sempre disponível para nossas demoradas conversas. Eu havia entendido como funcionava a dinâmica de “cadastro” e do próprio “sistema”, mas não compreendia como as assistentes sociais construía seu convencimento a respeito de uma ou outra família que teria o benefício reativado ou definitivamente cancelado. Essa operação escapava ao domínio do “sistema”.

O que acontecia entre a visita da assistente, as anotações na sua prancheta e a justificativa inserida “no sistema” permitia ou não o pagamento de um benefício. Ana me contou que se baseava na observação das condições físicas do domicílio: a quantidade de moradoras, de cômodos e o acesso a serviços básicos. Também mencionou a composição da renda familiar e a formação escolar e profissional dos membros da família. Mas essas observações estavam todas orientadas por quesitos do formulário de cadastro (ANEXO II). Havia algo do modo de fazer que escapava à sua explicação.

Foi apenas quando Ana aceitou descrever meticulosamente o que fazia é que pude entender como ela praticava as visitas domiciliares e, portanto, atuava a “pobreza”. Um dos primeiros procedimentos era preventivo. Ela sabia que casas de “famílias pobres” nem sempre têm odores “agradáveis”. Para evitar constrangimentos e lidar com “maus odores”, tinha sempre à mão uma latinha de Vick Vaporub para passar no nariz. Sua inspeção domiciliar com cheiro de unguento lançava mão de outras artimanhas: o pedido de um copo de água era, muita das vezes, a oportunidade de ser convidada para a cozinha e “espreitar” na pia e no fogão as panelas de sua anfitriã. As panelas – e o seu conteúdo – diziam-lhe algo sobre as “reais” condições da família.

A presença e quantidade de eletrodomésticos eram outro indicador da “verdadeira pobreza”. Quanto maiores os aparelhos de televisão, quanto mais diversos os eletrodomésticos na casa, a existência de conexão com a internet ou rede wi-fi, e o modelo do celular da “entrevistada” poderiam sugerir condições mais ou menos precárias. E, assim, Ana elaborava seu convencimento sobre o grau de “pobreza”, sobre as mais necessidades entre as “famílias de baixa renda”

Quinta lição: Pobre não paga imposto

Consumo e contribuição foram temas recorrentes nas reuniões, encontros e palestras que acompanhei ao longo dos anos da pesquisa. Antes mesmo, em 2015, quando assisti, ao lado de Dolores, a palestra de uma representante da Secretaria Estadual de Assistência Social (SEAS), a menção ao “mau exemplo” de Francisca Flores antecipava a crítica ao consumo indevido, exemplificado na calça *jeans* e na aquisição de motos. Importante recordar que Dolores e sua filha Maria Mercês, a mãe de Alessandra, haviam economizado meses de seus benefícios para comprar uma moto “contrabandeada” nas balsas “peruanas” e ajudar na locomoção das netas universitárias que viviam em Benjamin Constant. Ao final daquela explanação, a palestrante sentenciou:

O dinheiro do Bolsa é para famílias que estão abaixo da linha de pobreza. Esse dinheiro não pode ser usado para comprar calça *jeans* ou moto, aliás, quem é pobre não pode comprar uma moto e, se pode comprar moto e pagar o imposto, não precisa do benefício.

Esta declaração reitera as lições anteriores, particularmente o consumo apropriado ao “pobre”, e acrescenta outros aspectos oportunos para a discussão. Um deles expõe a contradição entre o investimento de Dolores e Maria Mercês na compra de uma moto e o julgamento manifesto pela reportagem da Revista Veja sobre outra mulher nordestina, a cearense Diana dos Santos, entrevistada em uma agência lotérica de Fortaleza/CE enquanto retirava o dinheiro do Bolsa Família e fazia um depósito na poupança: “quem

faz poupança evidentemente não está em situação de emergência financeira”²⁴⁸. Reaparece, nesta sentença, a incompatibilidade entre pobreza e o uso do dinheiro “público” para qualquer outro fim que não a estrita subsistência. O uso impróprio sinaliza “algo errado”, afinal, “pobres” não compram calça *jeans* caras ou motos, tampouco podem economizar dinheiro.

Resta uma lição. O sistema classificatório que transforma pessoas em números, opera segundo macrocategorias definidas pela inclusão formal no mercado de trabalho ou pela contribuição tributária (Capítulo 4). “Contribuir”, ou seja, pagar impostos é uma marca distintiva entre quem é ou não considerado “produtivo”. Esta articulação esteve presente também no discurso da assistente social, em 2015. Além de assinalar o consumo impróprio, era necessário marcar a diferença entre quem pode ou não pagar imposto. Entre “contribuintes” e “não contribuintes”. E a última lição sobre a pobreza é esta: pobre não contribui, pobre não paga imposto e é dependente de quem o faz. Esse ensinamento se atualiza muito frequentemente em memes nas redes sociais e em julgamentos como os aqui analisados que, em regra, ressaltam como “pobres” são “acomodados” e mantidos pelo dinheiro de “contribuintes”.

Em outubro de 2017, eu estive em Manaus para participar do Encontro Amazonense de Gestores. O evento foi aberto com a execução da música “Aquarela do Brasil” pela banda da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) e reunia os prefeitos do interior num momento de “grande dificuldade dos municípios”. “Um quadro nunca antes visto na história do estado”, em que os municípios amazonenses se viam “reféns da angústia e da amargura”. Mas, “como o interiorano amazonense não é afeito a desistir”, chegava o momento de enfrentar “o inadiável combate à desigualdade regional”, conclamou o presidente da associação e prefeito do município de Autazes, Andreson Adriano Cavalcante, na saudação inicial. A programação abrangia palestras de representantes dos ministérios do Meio Ambiente, Desenvolvimento Social, Educação, Saúde, Planejamento e Defesa Civil, dentre outros. Meu interesse era assistir às conferências do MDS, representado

²⁴⁸ Disponível em <https://veja.abril.com.br/politica/> Acesso em 15jun2020.

pelo Diretor de Condicionalidades do Programa Bolsa Família, Eduardo Pereira, a quem entrevistei no final daquele dia.

Como costuma ocorrer, fui surpreendida pelo acaso. Toda as exposições do evento giravam em torno de tributos. *Impostos*, era disso que tratava aquela reunião. Um a um, os convidados e as convidadas explicavam como acessar “recursos federais”, “transferências obrigatórias”, “manusear o sistema federal de convênios”, lidar com “obrigações tributárias” etc. A primeira palestra, “Receita própria municipal”, foi ministrada por representantes da assessoria jurídica da Associação Amazonense de Gestores (AAM) e da Procuradoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE-AM). Uma jovem advogada explicava aos prefeitos e a algumas prefeitas presentes (todas acompanhadas de um séquito de assessores e assessoras) cada um dos tributos importantes para a “arrecadação municipal”: IPTU (sobre propriedade urbana), ITBI (sobre transmissão de imóvel), Iluminação Pública, ISS (sobre serviços). Segundo sua orientação, a instituição de impostos era imprescindível para que o município não dependesse exclusivamente do repasse de verbas federais.

Dentre todos os impostos, a advogada ressaltava um deles como o mais importante para os municípios. Ela se referia ao Imposto Sobre Serviços (ISS), recolhido principalmente pelo uso de cartões de débito e crédito. Este imposto era, portanto, uma importante fonte de renda para os municípios. E o objetivo da palestra era explicar meios tributários e legais para aumentar a arrecadação dos municípios. O que se seguiu depois da preleção sobre impostos possíveis e dos meios para instituí-los, foi uma sequência de exemplos que incluíam a ampliação do Cadastro Único e o acesso ao Bolsa Família e outros programas sociais, como o Minha Casa Minha Vida. O nexo causal entre o recolhimento do ISS, o aumento da arrecadação municipal e o uso de cartões magnéticos de crédito e débito era insistentemente explicitado.

Enquanto eu a escutava, fazia na mente outras conexões: as campanhas de “busca ativa”, as centenas de milhares de saques do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada, e, de novo, as filas. O imposto dos “pobres” não era apenas desejável, como muito importante para aqueles municípios dependentes dos repasses federais e com receita própria limitada. Para além da minha surpresa com as artimanhas para a

arrecadação municipal, reverberava em mim a análise de Maurizio Lazzaratto (2014), que define imposto como “a arma principal do governo do homem endividado [...]. Ele garante a continuidade e a reprodução do lucro [...] e exerce um controle econômico e disciplinar sobre a população” (LAZZARATO, 2017, p. 10). O “homem endividado” de Lazzarato (2017) alude ao *post-scriptum* de Gilles Deleuze (1992):

O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado. É verdade que o capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade, *pobres demais para dívida*, numerosos demais para o confinamento: o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas (DELEUZE, 1992, p. 226, grifo meu)

Em contexto bastante diferente, Michael Taussig (1995), que estudou a exploração e o terror nos seringais amazônicos, concebia a dívida não como excludente, mas como condição essencial para a organização da mão de obra indígena e, contraditoriamente, para a violência etnocida. Pela dívida de seringueiros (indígenas ou nordestinos, como o meu bisavô) se impunha uma relação marcada pela brutalidade dos administradores de seringais (regatões e patrões) e se perpetuava o “imaginário colonial”. A esse respeito, Mauro Almeida (1988) argumenta que a contradição do extermínio da tão escassa e necessária mão de obra frente à “sede da borracha”, “o antieconômico etnocídio” tinha seu fundamento no “fetichismo da dívida pessoal, que metamorfoseava pessoas em coisas” (1988, p. 158).

Pobres demais para a dívida?

Como evidenciaram as lições anteriores, o consumo ocupa lugar importante nas performatividades produtoras da pobreza e nas pedagogias do “bom pobre”. Aliás, em outra camada de análise da política pública, desde os anos 1990, a “inclusão social” pelo consumo foi considerada uma das condições liberais que tornaram possível a efetivação de políticas como o Bolsa Família (TELLES, 1998) em detrimento das propostas de renda mínima universal (SUPLICY, 2002). Estas jamais se efetivaram e cederam lugar para

políticas de renda condicionada menos abrangentes. Apesar desses limites, a ideia de subsidiar “famílias pobres” com a transferência condicionada de renda se difundiu e favoreceu a criação de políticas similares em muitas cidades brasileiras (TELLES, 1998; FONSECA, 2001).

Antes mesmo da criação do Fome Zero, Vera Telles (1998) chamava a atenção para as críticas às políticas de transferência de renda. Hoje, suas reflexões são importante memória dos antecedentes dessas políticas no Brasil. As críticas eram dirigidas ao caráter liberal e paliativo das transferências de renda, posto que atuavam no sentido de incluir socialmente as populações empobrecidas através do consumo, sem enfrentar o problema do desemprego e a estrutural distribuição desigual da renda nacional. Carmelita Yazbeck (2004), a respeito do Programa Fome Zero, mencionava limitações similares às criticadas no Programa Comunidade Solidária, justamente pelo fato de o primeiro não incorporar as medidas de cunho mais estrutural que compunham o seu projeto original (Capítulo 3). Estudos mais recentes na área da economia e dedicados aos impactos do Programa Bolsa Família (2002-2015) mencionam o aumento do consumo das famílias “beneficiadas” pelo programa, a redistribuição regional da renda e a retração do “crescimento econômico” (SILVA; FILHO, 2018).

Não é meu interesse aprofundar essa discussão. No entanto, a abordagem etnográfica pode subsidiar a atualização da crítica sociológica à inclusão pelo consumo por meio da descrição de processos micropolíticos diversos. Por exemplo, estudos etnológicos consideraram, no marco da segurança alimentar e das práticas tradicionais, as transformações do consumo entre populações indígenas (VERDUM, 2016). Da perspectiva antropológica, nas práticas de consumo

podem observar-se os efeitos concretos de uma normalização através de dispositivos que intentam governar os atos econômicos em sua capilaridade. Se a circulação de pessoas e bens não se pode pensar fora dos marcos institucionais, as convenções culturais e as relações de poder, os efeitos evidentemente desiguais que tenham sobre as pessoas deverão ver-se em casos concretos, isto é, na cotidianidade das práticas, da interrelação entre tais mecanismos e as estratégias e significações

que os agentes adotem frente aos mesmos, em função dos capitais específicos com os quais contam (FIGUEIRO, 2018, p. 413, tradução minha).

Por essa razão, descrevo na sequência alguns dos efeitos do incremento da circulação do dinheiro associados ao Programa Bolsa Família e ao Benefício de Prestação Continuada, tal como observados na pesquisa de campo. Para esse exercício, mobilizo três cenas que remetem a diferentes formas de endividamento.

A Máfia do Bolsa Família

Sabe-se que muitos comerciantes da região amazônica retêm em seus estabelecimentos os cartões de benefícios sociais. Em outra cidade do Alto Solimões, distante 500 quilômetros de Tabatinga, observei a proprietária de um desses estabelecimentos que atendia, uma a uma, as centenas de pessoas enfileiradas ao sol do meio dia para consultar o saldo disponível nos cartões magnéticos deixados sob sua custódia. Após a consulta do saldo e a quitação de compras passadas, um pequeno valor em moeda era devolvido e uma nova compra “a fiado” realizada. Indagada sobre o que acontecia naquele “comércio”, uma moradora da cidade justificava o sistema de endividamento praticado: “ali se vende o veneno e o remédio”.

Nesses estabelecimentos, vendem-se os gêneros mais diversos – de refrigerantes, biscoitos e roupas a refrigeradores e motores de barco. Ali, as famílias retornam mensal ou trimestralmente para fazer compras, submetidas a um sistema de endividamento e cobrança muito semelhante ao antigo “regime de barracão” que mantinha endividados os seringueiros amazônicos em outros períodos da história regional²⁴⁹. O “esquema” de retenção de cartões eletrônicos, retratado em uma famosa reportagem brasileira “Favela Amazônia: um novo retrato da floresta”, publicada no jornal O Estadão (NOSSA;

²⁴⁹ O regime de barracão ou sistema de aviamento, segundo Pereira (2012, p. 237), “reproduziu na Amazônia dos séculos XIX e XX o comércio regional do aviamento estimulando a produção da borracha (látex) a partir de um sistema em que o seringueiro era induzido ao consumo tornando-se cativo do seringalista, proprietário do estabelecimento comercial onde os trabalhadores dos seringais adquiriam os produtos de que necessitavam para sobreviver na selva amazônica”.

SAMPAIO, 2015), ficou conhecido como a “máfia do Bolsa Família”. A prática de reter cartões desse benefício social foi alvo de investigações pela Polícia Federal em outubro do mesmo ano. Na época, noticiários locais e nacionais informaram o indiciamento de várias pessoas em Atalaia do Norte (BRANCO, 2015).

O esquema de retenção me fez rememorar as relações de exploração descritas por meu bisavô a respeito do regatão que o induziu para o seringal Boa Vista, no Vale do Javari (Capítulo 1). Regatões foram e ainda são importantes agentes de um extensivo sistema de exploração. A incrível semelhança entre os cadernos de anotações onde as dívidas eram registradas no passado e na atualidade é, no mínimo, intrigante. Como descrevi antes, mês a mês, as famílias regressam aos mesmos estabelecimentos comerciais para quitar a dívida passada e renovar a dívida cujo pagamento é garantido com a retenção do cartão.

O *sistema de aviamento ou regime de barracão*, atividade essencialmente comercial (CHEROBIM, 1983, p. 101), consistia em um sistema de endividamento no qual o seringueiro designado a uma determinada área (*colocação*) sob o domínio do seringalista (*patrão*, proprietário do seringal) recebia antecipadamente uma quantidade de insumos para preparar a “colocação”: utensílios para a extração do látex e mercadorias para o seu sustento por um certo período (açúcar, arroz, leite etc.). Esse “adiantamento” era debitado na “conta” do seringueiro com o “barracão” – sede do seringal. Ao seringueiro cabia “saldar a dívida” por meio da extração da seringa. Segundo Cherobim, o custeio de uma colocação podia alcançar mais de 90% dos ganhos anuais do seringueiro. Ocorre que

como este custo é [era] pago pelo seringueiro e sendo-lhe adiantado os aviamentos necessários para um determinado período, sua produção dificilmente cobrirá [cobriria] estas despesas (colocação + aviamentos), provocando um aumento crescente à sua dívida, sempre agravada com novos aviamentos” (CHEROBIM, 1983, p. 103).

Apesar do escândalo da “máfia” e das constantes orientações prestadas pelos CRAS e CREAS, uma parcela bastante significativa das pessoas “beneficiadas” se acumula nessas filas e continua a entregar os seus cartões a esses estabelecimentos para adquirir

novos produtos. Dada a forma ilegal dessa prática, jamais pude contabilizar ou entrevistar as comerciantes locais. Por esse mesmo motivo, é possível presumir, tive dificuldades em encontrar uma abordagem que me permitisse aprofundar mais o assunto. Assim, minhas observações foram feitas sempre à distância, por meio de repetidas visitas ao mercado para a compra de um ou outro produto, uma breve conversa com a “caixa” durante o pagamento da conta, uma ou outra frequentadora que se dispunha a falar vagamente sobre o assunto e uma insistente atenção às filas que se formavam à frente desses estabelecimentos.

Contudo, observando a interação dessas pessoas com a rede sociotécnica na qual foram inseridos pelo Bolsa Família (principalmente em agências bancárias e loterias), percebi como essa forma de exploração – a retenção do cartão magnético e o caderno de anotações da dívida – parece ser um mecanismo mais inteligível que toda a tecnologia restante: caixas eletrônicos, senhas numéricas, extratos, limites de compra e saldo, leitoras biométricas etc. Das filas das loterias às agências bancárias e destas ao setor de CADÚNICO, perdi a conta dos atendimentos que presenciei com o simples intuito de entender como funcionava o saque com o cartão magnético, onde obter a senha, como desbloquear o cartão, como usar caixas eletrônicos ou o serviço telefônico de atendimento ao cliente (SAC). Ou, ainda, sobre o que significavam as mensagens impressas no verso dos bilhetes de loteria que eram entregues às “beneficiárias” sempre que o dinheiro não estava disponível para o saque.

Não obstante os entraves impostos pela necessidade de dominar uma língua que para muitas pessoas é “estrangeira” (a língua portuguesa), o domínio da tecnologia impunha o uso de uma linguagem difícil de mobilizar, não apenas para pessoas indígenas, mas para idosas e “beneficiadas” em geral. Nesse contexto adverso, não me causou surpresa o recurso ao “esquema mafioso” de retenção de cartões. Esse sistema mobiliza um conjunto de ferramentas conhecido: a troca de algo por alimentos, o registro nominal na caderneta, a garantia de retirada dos produtos independente do saldo, a relação de “confiança” entre o comerciante (que entrega as mercadorias sem pagamento) e a pessoa beneficiada (que deixa o cartão e a senha sob custódia de um terceiro), ademais da confiança de ambos no pagamento que mensalmente será realizado pelo governo.

Isso em alguma medida se aproxima do conceito de “hierarquia íntima” a que se referia Ansell (2014), mas também diz muito sobre uma relação de troca econômica desigual, baseada em relações assimétricas de poder e com um forte elemento de desinformação, tal como argumentou Geertz (1978) ao explicar como a qualidade de informações ou a ausência delas é importante para compreender as relações de poder em trocas econômicas.

Não se trata, contudo, de afirmar que essa é uma nova forma do sistema de aviamento. O assunto não foi objeto central nessa pesquisa, de modo que as evidências empíricas disponíveis não permitem a sentença. As similaridades entre as duas formas de exploração são explícitas, porém, antes de evocar a permanência ou continuidade de um sistema de exploração, parece mais prudente descrever as relações de exploração e o que as torna possíveis.

Nesses termos, se, por um lado, o passado do sistema de aviamento pode oferecer um substrato mais inteligível a esse tipo de troca econômica, por outro lado, esse regime de exploração torna-se possível por um conjunto de elementos e processos contemporâneos que sustentam a sua prática. O domínio sociotécnico das novas tecnologias; a interação com máquinas inteligentes; o vocabulário sintético dos extratos bancários; a temporalidade imposta pela interação com esses meios; a administração de um dinheiro “virtual”. A financeirização da vida social; o avanço das tecnologias de informação; o acesso desigual a essas tecnologias; a ausência de agências bancárias ou loterias suficientes para atendimento da demanda local. Enfim, a soma desses elementos estabelece as condições que tornam possível esse regime de exploração. E, aqui, manterei a palavra exploração para denotar a persistente desigualdade que marca a prática econômica produzida por relações de troca, confiança e dívida. Nesse sentido, a expressão de minha interlocutora: “o veneno e o remédio” parece sintetizar as condições de produção e continuidade desse sistema.

As relações de confiança antes mencionadas remetem aos pressupostos de Zelizer (2011), cuja sociologia econômica é fundamental para romper com a dicotomia entre práticas econômicas de “dominantes” versus “dominados” e rechaçar perspectivas teóricas que reiteram essas fronteiras. Isso permite pensar tais relações como “atividades

econômicas que, justamente por envolverem a intimidade e o estabelecimento de vínculos afetivos, colocam em xeque a ideia de que a economia se constitui como dimensão distinta, oposta ou mesmo hostil às relações sociais” (MÜLLER; WILKIS, 2010, p. 374). São dessas relações de afeto, confiança e dinheiro que trata a cena seguinte.

Namoradas, amantes e o homem endividado

A inclusão de “beneficiárias” no sistema bancário leva a outra cena desse imbricamento etnográfico. Nas mesmas filas em que eu conversava com pessoas, oferecia ajuda, brincava de dobraduras com as crianças, aguardava para realizar depósitos bancários, tentava a sorte em jogos de loteria ou espreitava as anotações em cadernetas de dívida, eu encontrava outras pessoas. Principalmente nas filas dos bancos, não raras vezes, acompanhei atendimentos para pessoas – sobretudo idosas e mulheres indígenas – que procuravam minha ajuda para entender os limites de saldo disponível em suas contas ou como utilizar esses valores, buscando entender a dinâmica dos extratos bancários sempre que o valor do saldo era diferente do esperado.

Certa vez, da fila do caixa eletrônico passei a uma sala de espera para uma entrevista com um gerente bancário que aceitou me atender. Mais interessante que o nosso diálogo – que corroborou para o meu entendimento do que se passou antes de nossa conversa – foi o que escutei enquanto aguardava a chamada de minha senha de atendimento. Entrando na agência bancária do Banco do Brasil, na Avenida da Amizade, depois de cruzar a porta de detecção de metais, havia à direita um conjunto de cadeiras à frente de um painel eletrônico onde se aguardava o atendimento nos caixas. Ali, clientes realizavam saques sem cartão magnéticos, saques ou depósitos de alta quantia, e toda sorte de serviços que não se podia (ou não se conseguia) realizar na meia dúzia de caixas eletrônicos distribuídos no saguão de entrada da agência. À esquerda da porta eletrônica, outro painel e um conjunto de cadeiras acomodava as pessoas que esperavam o atendimento pelos gerentes. Sentei-me ali para aguardar a chamada de minha senha. Apesar de haver consentido a entrevista, sem identificação, o gerente determinou que

nossa conversa ocorresse no horário do expediente e que eu utilizasse uma senha de atendimento para ser recebida por ele.

O fato mais interessante ocorreu na espera, na espreita, escutando, mais uma vez, as conversas ao meu redor. Nessa etnografia da fila e da fofoca, escutei o diálogo entre uma filha e o pai idoso. Na verdade, ele nada falava. Apenas a escutava reclamar por ele ter entregado o seu cartão da aposentadoria militar a alguém que havia feito empréstimos em sua conta bancária. A filha fazia contas, relia os extratos e tentava explicar ao pai as razões do saldo negativo. Alguma movimentação estranha havia ocorrido.

Para a minha sorte eles foram chamados antes de mim, e pude, uma vez mais, espreitar a conversa do casal de pai e filha com o gerente do banco. Como lhes explicou o gerente, seu pai havia deixado o cartão da aposentadoria com uma namorada e essa havia feito, sem o consentimento dele, um empréstimo bancário daqueles pré-aprovados, feitos automaticamente pelo caixa eletrônico. Assim, explicava o bancário, as parcelas do empréstimo começaram a ser debitadas e a pensão teve seu valor reduzido. Esse era um grande desfalque na economia da família e a filha intentava cancelar o empréstimo e os saques efetuados na conta do pai. Ao final do atendimento ela seria encaminhada para fazer um registro policial na delegacia e, como se tratava de pessoa idosa com “direitos violados”, ele seria encaminhado ao CREAS.

Antes mesmo de conversar com o gerente, recordei-me de outro acontecimento que também envolvia militares, mulheres e cartões bancários. Refiro-me ao relacionamento de uma jovem tabatinguense com um policial da Força Nacional que, ao partir de Tabatinga ao fim da missão, deixou com ela seu cartão de débito e crédito, com o qual ela realizava pagamentos, compras e garantia uma parte de suas despesas. Anos depois, o militar terminou o casamento e a levou para viver com ele em alguma cidade do nordeste (MELO; OLIVAR, 2019).

Essa história só teve alguma relevância pelo que me confidenciou o gerente do banco, horas depois da fila de espera, durante nossa conversa-entrevista. O funcionário me explicou o quão corriqueiro era o fato de mulheres utilizarem os cartões bancários de seus maridos, namorados ou amantes, tal como havia ocorrido com o aposentado, pai

de minha companheira de fila. Esse tipo de acontecimento, o endividamento bancário de pessoas idosas, principalmente homens, guarda relações tanto com aquilo que economistas denominaram de “financeirização das políticas sociais” (SESTELO, 2017), quanto com a “judicialização das relações sociais” (RIFFIOTIS, 2008; 2014). Para Figueiro (2018) o endividamento bancário é um dos efeitos da inclusão no “sistema financeiro” através da abertura de contas bancárias e da aquisição de produtos bancários, como seguros, títulos de capitalização e, principalmente, empréstimos consignados (FIGUEIRO, 2018, p. 411, tradução minha).

Lena Lavinas (2017), ao considerar o tema do endividamento, criticou o que denomina “financeirização” da política social: estratégia neoliberal para produção de novas formas de endividamento e de reconfiguração do lugar social dos indivíduos. Segundo a autora, a lógica da política social, invertida pelo mercado de crédito, contribuiria para o aumento da vulnerabilidade, contrariando o propósito de combate à pobreza. Fonseca (2001) mencionava outro entrave para o sucesso dessa política e, portanto, para a equidade e justiça social: o hibridismo das políticas sociais brasileiras, caracterizadas pela participação do setor privado de financiamento e o acesso social diferenciado e desigual a determinados bens públicos, como a saúde e a previdência social.

A trama da dívida contraída pelo aposentado parece demonstrar uma das facetas locais da “inclusão social pelo consumo” expressa na inserção de pessoas no “sistema financeiro” (FIGUEIRO, 2018). Essa inserção, apesar de garantir aos cofres municipais o aumento da arrecadação de impostos, é precária do ponto de vista das pessoas, sejam elas “beneficiadas”, “pensionistas” ou “aposentadas” porque as insere num mundo de “dinheiro virtual” – os saldos “disponíveis” para empréstimo ou cheque especial – que em geral desconhecem. Não raras vezes, os empréstimos feitos por “terceiros” – namoradas, amantes ou familiares – são enquadrados pelas instituições bancárias como “fraude” ou “estelionato” e demandam um processo de judicialização que conduzirá as pessoas envolvidas, quando familiares, ao CREAS, para fortalecimento dos “vínculos familiares”. Quando amantes ou namoradas, os desdobramentos podem envolver processos criminais, como pretendia fazer a filha que encontrei na fila do banco.

A respeito de transações econômicas como essas, Zelizer (2011) rechaça a apartação entre esferas públicas e privadas e defende “abordagens mais amplas e criativas das relações interpessoais e da atividade econômica em muitos domínios” (ZELIZER, 2010, p. 376). Seu principal esforço é o de incluir o trabalho fora do mercado, o cuidado, como objeto de estudo, ampliando, diversificando e dinamizando o campo de estudos da sociologia econômica. Sua principal preocupação e proposição para o estudo de uma economia do cuidado reside, pois, na ideia de conhecer “o funcionamento real dos processos econômicos e sociais, dando ênfase ao poder, à negociação e as transações pessoais” (ZELIZER, 2010, p. 379). Essa perspectiva desloca a apreensão judicializante do “empréstimo bancário” pela qual o idoso foi “vitimado” pela namorada. E esse deslocamento permite acessar outras relações fora do enquadramento institucional, como as relações afetivas intergeracionais, a relação entre sexo e dinheiro, e a relação entre geração, novas tecnologias e os entendimentos acerca do “dinheiro virtual” e da própria dívida.

O futuro e a dívida

Além da “inclusão social pelo consumo” e da “financeirização das políticas sociais”, outro debate que acompanha as análises a respeito do Programa Bolsa Família diz respeito às controvérsias sobre a promoção da “autonomia feminina”. Para Rego e Pinzani (2013), por exemplo, a política de transferência de renda foi efetiva na “promoção da autonomia econômica” e “empoderamento” das mulheres “pobres” através do acesso à renda condicionada. Esses resultados, oriundos de análises dedicadas à avaliação de políticas públicas, têm outras nuances quando considerados desde a perspectiva etnográfica. E isso é aqui sugerido desde a descrição da “máfia do Bolsa Família” e do empréstimo consignado feito pela namorada do militar aposentado.

Um dos argumentos de Rego e Pinzani (2013) diz respeito à mudança da relação das mulheres com a institucionalidade pública e com a “esfera pública”. A atualização do sistema de aviação pela “máfia” demonstra que a qualidade dessas relações com “o público” ou “o estado” também devem ser levadas em consideração. Da mesma maneira,

o foco nas mulheres como “beneficiárias” da política teve, para uma certa crítica antropológica e feminista, a consequência de aumentar a sobrecarga de trabalho das mulheres (BARTHOLO et al., 2019) pelo cumprimento das condicionalidades do programa.

Como se nota, a perspectiva antropológica permite complicar o estudo da política pública e acrescentar outras variáveis para a consideração desses benefícios sociais. Gregory Morton (2013) demonstrou que, mesmo nos domicílios em que o dinheiro do benefício social não era visto como um “dinheiro feminino”, mas da família ou dos filhos, o Bolsa Família contribuía para que as mulheres cultivassem sonhos, como enviar os filhos à faculdade, fazer poupança etc. (MORTON, 2013, p. 62).

Na última vez que visitei a Comunidade de Santa Cruz para conversar com Rita (Capítulo 2), ela viajava com frequência para Tabatinga, levando e trazendo documentos. Acabara de completar 55 anos, ainda recebia o Bolsa Família pelo mais novo de seus filhos, com dez anos, e organizava a “papelada” para dar entrada na aposentadoria rural. A mudança de benefício triplicaria seus rendimentos e ela esperava ansiosa a conclusão do processo para receber, como seu marido, os 900 reais que à época se pagava. Na semana em que permaneci hospedada em sua casa dividimos o trabalho doméstico e conversamos muito.

A empolgação de Rita era incontida. Eu queria falar sobre o Bolsa Família, mas ela só me falava da aposentadoria e de seus planos para o futuro. Ao longo de nossa convivência conheci toda a família. Rita teve 4 filhos. A primeira deles era agente comunitária de saúde ali mesmo na comunidade de Santa Cruz. O segundo havia se casado e morava com a esposa, uma jovem Ticuna que vivia na comunidade de Feijoal. O terceiro estudava o ensino médio em Benjamin Constant e o caçula ainda vivia com os pais e os ajudava nas tarefas domésticas, principalmente na pesca e na roça.

Quando Assis, seu marido, conseguiu o BPC, ele fez um empréstimo consignado no banco para adquirir uma roçadeira. Com esse equipamento, o filho mais velho o ajudava na roça, cuidava da roça própria e ainda oferecia esse serviço aos vizinhos. Mas os planos de Rita eram muito mais ousados. Certo dia, ela levou a mão aos seios e retirou

de dentro do sutiã uma pequena chave. Ao me mostrar a chave, disse-me: “Sabe o que é isso? É a faculdade do meu filho”. Eu já conhecia a chave e o lugar onde Rita a guardava. Sempre que o dono da taberna da comunidade precisava de “troco”, era à Rita que ele recorria. E sempre que ele batia à porta da família, Assis gritava: “Chama aí a mulher do dinheiro”. Rita retirava a chave escondida nos seios, entrava no quarto e voltava com as cédulas em mãos.

Ela me contou que a pequena chave abria o cadeado da gaveta onde guardava o dinheiro que recebia do Bolsa Família. Mensalmente, ela ia à Tabatinga, retirava todo o dinheiro do banco e o guardava ali, em uma gaveta dentro do seu quarto. A economia, segundo ela, era para os filhos mais novos e para ela própria. E, quando conseguisse a aposentadoria, poderia economizar ainda mais para concretizar seus três projetos: pagar a faculdade de um dos filhos, contratar uma “empregadinha” e fazer uma poupança para o filho caçula.

Uma das partes de seu novo benefício seria destinada para a contratação de um empréstimo. Rita sabia do elevado custo de uma faculdade em Manaus, e a que almejava para o filho era ainda mais cara, medicina. Nos seus cálculos, o empréstimo financiaria a viagem e o pagamento da faculdade. Para moradia e livros, esperava contar com a ajuda de amigos da universidade que conheciam a capital, eu inclusive.

Mas Rita também se preocupava consigo. Desde que envelhecera, se queixava de não ter mais saúde para cuidar de todos os afazeres domésticos e da roça que herdou do pai. Assis cuidava apenas da roça da família e ela desejava voltar a cuidar do plantio no roçado que seu pai lhe deixara. Precisava de alguém para ajudá-la nas tarefas domésticas. Por isso, investiria parte de sua nova renda no pagamento de uma “empregadinha”, principalmente quando o filho caçula partisse para estudar o ensino médio que era ofertado fora da comunidade.

A partida desse filho era certeza para Rita. E, para ele, era reservada uma poupança mensal de 100 reais. Nos planos de Rita, ele cresceria, estudaria o ensino médio em Benjamin Constant e ali mesmo seguiria a carreira política para defender o povo Kokama e a comunidade de Santa Cruz. Ela me dizia que, naquele município, os Ticuna

comandavam desde sempre a política, e era preciso que os Kokama conquistassem também o seu espaço. Por isso, investiria no filho e faria uma poupança para que ele tivesse condições de estudar e seguir na carreira política para conquistar uma vaga na câmara municipal de Benjamin Constant e defender os direitos do seu povo.

Quando Deleuze declarou que parte da humanidade em extrema miséria era “pobre demais para dívida” (1992, p. 226), talvez tenha subestimado a capacidade das transformações neoliberais nas sociedades de controle. Possivelmente, também, desconhecesse as dinâmicas capitalistas na Amazônia observadas por Taussig (1996) no terror dos seringais. As máquinas informáticas a que se referia passaram a converter pessoas em números e a miséria em cifras manipuladas conforme interesses diversos. Os preceitos de ética e transparência públicas – a *accountability* – se expandiram a mecanismos de auditoria cujas amarras alcançam até mesmo as cozinhas das famílias mais empobrecidas. Da construção da fome como problema social no Brasil à consolidação do Programa Bolsa Família, foram travadas disputas em vários campos: na economia, ciências sociais, gestão pública, legislativo, dentre outros. Dessas disputas resultou a convenção de uma cifra que estabeleceu o valor da extrema miséria no Brasil. Segundo o Banco Mundial, a renda mensal *per capita* inferior a 140 reais.

Essa parte da humanidade, considerada em extrema miséria pelas cifras do Banco Mundial e replicadas na gestão do Programa Bolsa Família, não é mais “pobre demais para a dívida”. A “inclusão social” pelo consumo, principal fonte de críticas das políticas de transferência de renda de inspiração liberal e neoliberal (TELLES, 1998; YASBEK, 2004; LAVINAS, 2017), incluindo aquelas difundidas pelo neoliberalismo de esquerda do Partido dos Trabalhadores (ANSELL, 2014), garantiu às “famílias de baixa renda” o direito à dívida.

Ao longo desse capítulo, descrevi cinco lições e três cenas que formam o mosaico de uma *economia da dívida* e demonstram como, etnograficamente, renda, consumo, imposto e dívida se articulam na *malha assistencial*. Como tenho argumentado desde o Capítulo 3, esta *malha* é um complexo heterogêneo, uma tecnologia de governo

composta por um emaranhado de relações, linhas de vida, modos de fazer e agenciamentos humanos e não humanos. Esse emaranhado tensionado de relações captura, mas ao mesmo tempo, é formado e atravessado por linhas de vida que rompem ou escapam à *malha*. Nas linhas de vida de Dolores e Maria Mercês, mãe e filha, que economizaram a renda dos benefícios sociais para manter netas e filhas na universidade com melhores condições de vida, se vê como essas mulheres recusam as pedagogias da pobreza e questionam a arte de moldá-las à “boa pobreza”.

Os planos de Rita para a aposentadoria têm um caráter teleológico que indica as formas pelas quais ela própria escapa da *malha* que ajuda a tecer com sua linha de vida. Seus projetos de futuro são fugas e nós que complicam a configuração sempre tensionada do tecido assistencial. Não se trata, porém, de concluir se a política de renda condicionada conduz ou não à autonomia das mulheres, mas de reconhecer em meio a uma série de mecanismos de controle e dispositivos de poder, como suas linhas de vida se sobressaem, mesmo que imbricadas a eles, e tecem caminhos que as projetam para além do consumo impróprio, do imposto e da dívida, mesmo que passando por filas e instituições financeiras.

Por outro lado, nessa *economia da dívida*, como proponho, a dívida assume formas muito específicas. Uma delas está inserida no contexto de financeirização da política social: o vai e vem nos bancos e loterias, cartões magnéticos, senhas alfanuméricas, saques. Subjaz a essa dívida a ideia de inclusão social e financeira pois, ao mesmo tempo que inseridas no CADUNICO, as pessoas ingressam também no sistema bancário e, nele, acessam as possibilidades de consignações, financiamentos e muitos outros produtos. Como tão bem ilustra a fotografia do *Barco Bradesco* (Figura 45) e o título da reportagem “A inclusão chega de barco”, pessoas endividadadas são desejáveis ao sistema financeiro.

Relacionada a isso, e menos trabalhada na minha etnografia, está a dívida do Estado, a dívida pública. E esta dívida circula com as ideias de desequilíbrio fiscal subentendidas nesse e em capítulos anteriores. As denúncias de fraudes para obtenção do Seguro Defeso ou Bolsa Família e do uso eleitoreiro dos benefícios sociais, mobilizam investigações e auditorias que performatizam práticas de *accountability* muito abrangentes. Estas separam quem é contribuinte e quem não é; o “vagabundo” e o

"trabalhador". Na reunião da associação de gestores dos municípios amazonenses (p. 241), esse tipo de dívida emergiu na alusão aos impostos. Ora, a pessoa "beneficiada" incluída no CADÚNICO e no sistema bancário, torna-se, pelo pagamento do ISS, contribuinte municipal. E, com a contribuição municipal, aliviam-se as contas do governo federal.

Outra dívida, mais antiga, está ligada ao sistema de aviamento e opera sob uma lógica diferente, ainda que aliada às formas de endividamento antes mencionadas. Nesta dívida, cujos administradores são os grandes comerciantes locais arrolados pela "máfia do Bolsa Família", o território transfronteiriço e as dinâmicas étnicas de organização social e territorial incidem nas retiradas monetárias, na circulação de moeda limitada em área de fronteira; e, principalmente, no cartão retido como garantidor do crédito que restabelece a relação de dependência dos barracões e atualiza o "imaginário colonial".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O GOVERNO DAS MULHERES NA FRONTEIRA

A *malha* que intitula esta tese fala de atravessamentos entre linhas de vida, territórios, técnicas de disciplina e controle, meios sociotécnicos, performatividades e atuações. E assim concebi a tessitura da tese e da *malha assistencial*: um sem-número de atravessamentos, de idas e vindas incessantes e transformadoras. Um emaranhado de fios de vidas, de substâncias que formam a *malha* e, ao mesmo tempo, a tensionam, refazem, perfuram, escapam e são capturados por ela. No primeiro capítulo, esses atravessamentos me permitiram reencontrar minha ascendência indígena-negra-nordestina, assumir minhas linhagens acadêmicas, interpelar-me por outras mulheres e arriscar um modo de fazer antropologia. Disso se trata a teoria etnográfica *mestiza*: a reivindicação de uma antropologia impura, contaminada pela vida das outras, situada em corpos marcados e relações de poder, experimentada em contínuo processo de hibridez e transformação, altamente comprometida com a autorreflexividade antropológica e com os custos dessa escolha.

Para essa reivindicação, uma filiação teórica unívoca e retilínea não seria suficiente, ou melhor, engessaria o movimento dos atravessamentos que constituíram a mim e ao meu processo de pesquisa. Por esse motivo, privilegiei a anterioridade do campo, atribuí a ele primazia e circulei com relativa liberdade entre conceitos e categorias, experimentando aqueles que me pareceram mais adequados para tecer as descrições e análises que compõem esse texto e meu híbrido analítico.

Essa escolha implicava, ainda, outro movimento: trazer as mulheres ao centro narrativo. Não se trata, como espero ter demonstrado, da mera inversão de protagonistas. Não propus uma troca de papéis, mas um giro de perspectiva que complexifica a compreensão de formas de governo e processos de estado e de fronteirização de um ponto de vista quase sempre eclipsado nas narrativas hegemônicas e hipermasculinizadas de conquista, ocupação e desenvolvimento da Amazônia. Esse esforço em nada se parece com uma história dos bastidores, mas de direcionar o holofote

para pontos pouco iluminados do palco e ter uma visão e uma escuta mais abrangente de tudo o que acontece em cena desde os olhares e as vozes das mulheres e de suas relações e interações.

Esse deslocamento permitiu um primeiro passo em direção a uma análise generificada dos processos de estado e de fronteirização na Amazônia. Recorrendo a percursos investigativos variados e notas de minha memória de habitante da fronteira, revisitei, no Capítulo 2, aspectos da ocupação territorial, de políticas de defesa nacional, segurança pública e proteção social desenvolvidas nos últimos 20 anos, cuja imbricação em contexto transfronteiriço se configurou emblemática. Os dados empíricos analisados evidenciaram a significativa e numerosa presença de agentes, instituições e formas de intervenção que corroboram para questionar a “ausência do estado”, um dos importantes pressupostos para a produção do “vazio amazônico” e, logo, das perenes reivindicações por mais controle.

Junto ao vazio, o perigo. Como demonstrei, esse conjunto de políticas esteve, e ainda está, ancorado a um território “perigoso” do ponto de vista da segurança pública e da defesa nacional, e “vulnerável” para a “assistência social” baseada no humanitarismo. Estes elementos performatizam as “populações amazônicas” como “pobres” e a Amazônia como um território “cobiçado” e “desabitado”. Essas mesmas políticas produzem sucessivamente múltiplas territorialidades que se sobrepõem, complementam e antagonizam. E, nessa miríade de territórios e imaginações políticas que produzem a pena e o perigo, a piedade e o medo, dediquei-me a observar mais detidamente formas de governo com contornos ordinários, reconhecíveis em feições e corpos feminilizados. Na dimensão da pena e da piedade, as mulheres protagonizam o cuidado, a chefia familiar e a economia doméstica, mas também atuam como agentes de estado e de fronteirização.

Entretanto, pena e perigo não formam um par antagônico. Não se trata de uma oposição entre o “governo dos homens” e o “governo das mulheres”, mas da relação entre formas de governo analiticamente separadas. Pena e perigo se encontram em uma zona borrada, onde se imiscuem. Por vezes se relacionam em disputa, noutras atuam em harmônica complementariedade, compondo um complexo tutelar paradoxal. A pena

encontra o perigo quando a pobreza e o crime se encontram, numa relação de causa e efeito, atualizando uma equação frequentemente evocada por certas discursividades sobre a pobreza, em repertórios de políticas públicas pretéritas e atuais. Integram-se coordenada, articulada e espetacularmente por meio das ações humanitárias empreendidas em megaeventos como a Operação Ágata ou a AmazonLog, em que a “mão amiga” do Exército Brasileiro é exaltada em ações de atendimento médico e assistência a comunidades indígenas e não indígenas nas quais se engajam os centros de referência de assistência social e universidades. Nesse caso, a defesa nacional protagoniza a assistência social e o perigo abarca a pena.

A complementariedade também se manifesta no insistente trabalho de judicialização de conflitos familiares domésticos e de nomeação de práticas como “violentas” ou “criminosas”, o que confere aos serviços da rede socioassistencial uma feição paradoxalmente policialesca. Como explicitarei nas descrições do Capítulo 4, as principais atividades realizadas nos CRAS e CREAS para o “fortalecimento dos vínculos familiares” consistem em palestras de prevenção às “violências”, especialmente contra crianças, adolescentes, mulheres e pessoas idosas. Como mencionei antes, a respeito dos trabalhos de Campos (2012; 2018), o controle protagonizado por enfermeiras e agentes comunitárias de saúde durante o pré-natal atua também como ferramenta de controle migratório para parturientes “peruanas” e, nesse caso, pena e perigo, gênero e estado estão imbricados na produção da nação.

Outro modo de perceber esse híbrido se relaciona a uma mudança de percepção. As ideias de “vulnerabilidade” e de “vitimização” associadas às pessoas “beneficiadas” por programas de transferência de renda, cedem cada vez mais espaço para as ideias de “suspeição” e “fraude”, mobilizadas em reportagens (como a de Miriam Leitão) e em incontáveis postagens nas redes sociais difundidas por humanos e não humanos, soldados e *bots* incansáveis na produção de *Fake News*. Desde a assunção de Michel Temer ao governo, a configuração policialesca que a “assistência social” adquiriu parece ter sido engenhosamente apropriada. Não por acaso, o atual governo tem dedicado contínuos esforços para que o “sistema” identifique cadastros “suspeitos” e “fraudulentos”. No plano local, a caça aos cadastros suspeitos transforma os números do

“sistema” em pessoas que serão investigadas pelas visitas domiciliares. Nesse processo, a retórica da justificativa sobre os critérios utilizados para a concessão ou interdição de benefícios evoca o sigilo e a ética profissional como elementos indissociáveis da discricionariedade do trabalho das “agentes da assistência social”, mobilizando parâmetros de aferimento da “pobreza” peculiares (Capítulo 2 e 4).

E foi justamente aos modos de atuar a “assistência social” a que me dediquei nos Capítulos 3, 4 e 5. Para desfiar a *malha*, descrevi os atravessamentos entre linhas de vida. Nas memórias de infância sobre “riscos sociais”, visitas domiciliares e espera pela inspeção da assistente social encontrei fios que me conectaram às linhas de vida de Maria do Socorro, Kamille e Daniela. Nas memórias de Dolores sobre o seringal, na fila encenada pelas idosas em Amaturá (Capítulo 2) e nas filas controladas pela “máfia do Bolsa Família” (Capítulo 5), revisei as anotações da caderneta de meu bisavô (Capítulo 1) e descobri um pouco mais da minha história, da história delas e dos modos de operação da “assistência social” na *fronteira Amazônia*. Esta, um limite nacional e frente de expansão, mas também lugar de socialidades complexas e duradouras.

Com efeito, *fronteira*, aqui, é simultaneamente um modo de vida, um território e categoria de descrição e análise. Os emaranhados das linhas de vida que atravessam as políticas de estado – e são por elas atravessados – ultrapassam as jurisdições administrativas, limites municipais e nacionais e compõem um *complexo urbano transfronteiriço* de relações e trânsitos intensos entre humanos e não humanos, entre pessoas, bens, afetos e territórios.

Pelo trabalho capilar da “assistência social”, o *governo das mulheres* na fronteira protagoniza processos de estatização e de fronteirização, produzindo novos mecanismos de controle sobre o território – reforçando a antiga perspectiva soberana que – na Amazônia – jamais foi abandonada. E, também, do controle e disciplinamento das suas populações, definidas por uma categoria englobante e interseccional em que etnicidade, raça, gênero, classe social e geração são marcas entrecruzadas acionadas na constituição da macrocategoria de pessoas “pobres” ou “vulneráveis”. Assim, as mulheres “pobres” e suas “famílias de baixa renda” adquirem centralidade na designação da “população governada”. A alteridade radical se estabelece entre “protegidas” e

“protetoras” e reifica o incessante processo civilizador na *fronteira Amazônia*. Território constantemente nacionalizado entre a fictícia ameaça e a real conquista por ferramentas de estatização.

O rito de inauguração da escola indígena em Umariacú, quando Inez interpretou a Cecília de José de Alencar (Capítulo 1), se transforma e renova constantemente. Chegam os missionários para salvar; os militares para ocupar; as professoras para ensinar; as assistentes sociais para proteger. Com os barcos da assistência social e os modestos CRAS volante, não há grandes fragatas militares, nem corpos hipermasculinizados trajados em uniformes rajados e equipamentos ostentosos e ostensivos. Os apetrechos do humanitarismo civil feminino são mais simples, o que marca a hierarquia generificada dos investimentos estatais na gestão pública. Apesar disso, a “assistência social” mantém estreitos laços com o militarismo e a missionação, e, tal como observada no tempo e no espaço desta pesquisa, parece ter se configurado por meio de processos de estado e de fronteirização muito eficientes.

Eficientes, mas não infalíveis. A *malha assistencial*, essa tecnologia de governo que tem nas mulheres suas principais agentes, é formada também pelas substâncias de corpos que imprimem no território suas linhas de vida e movimentos de fuga. Pelas mobilidades de Sebastiana, Nazaré, Inez, Rizonete, Rita, Dolores, Maria do Socorro, Amália, Daniela, Kamille e Ana busquei descrever formas de apropriação do espaço e de territorialidades que rompem a narrativa ordinária de ocupação da região, do sedentarismo de suas populações e de seus deslocamentos problemáticos. Mulheres se movem para cultivar, fundar igrejas, namorar, casar, estudar, trabalhar, negociar, fugir e cuidar de si e de outras mulheres. Não por acaso, esta tese se fez no movimento entre lugares e eu busquei imprimir na minha própria narrativa as idas e vindas, minhas e delas, entre as cidades daquele complexo urbano transfronteiriço.

Mesmo quando esperam, as mulheres agem. A espera é sempre ativa. Kamille aguardava a visita da assistente social enquanto regularizava a matrícula escolar da filha e realizava suas faxinas. A negociação com o primo, o agenciamento da intimidade, permitiu a ela agilizar a inspeção domiciliar e, de certa maneira, “furar a fila”. Seus movimentos são caminhos de fuga da própria *malha* e maneiras de colocá-la em funcionamento. Dolores

escapa continuamente das categorias classificatórias de estado que intentam restringir a vida múltipla da qual é constituída. É Kambeba, pescadora e seringueira. Seus pertencimentos identitários embaralham e questionam a rigidez dos critérios estabelecidos por um ou outro benefício social. Entre Tabatinga e Manaus, Daniela e Kamille, acompanhadas de suas mães e filhas, complicam a abordagem territorializada e exibem as contradições da lógica que busca fixar as mulheres no território, “levando o estado” até elas, e, ao mesmo tempo, as impele a se deslocar para atualizar o cadastro, cumprir condicionalidades, cuidar da família, parir ou conseguir tratamento médico.

Cadastradas, incluídas e convertidas em número pelo “sistema”, Dolores, Maria Mercês, Francisca Flores, Diana e Rita transgridem a etiqueta de consumo para “os pobres”. Recusam a calça *jeans* usada e arbitram sobre o uso da renda desejando bens de consumo caros, adquirindo motos ou simplesmente economizando para uma poupança. Inseridas no sistema financeiro, possuem contas bancárias, empenham seus cartões no pagamento de aviamentos, contraem empréstimos em seu nome ou no de seus amantes, e ingressam no circuito da economia da dívida. E, mesmo nele, endividadas, fura a *malha* e projetam o futuro. O seu futuro, o dos filhos e o da sua comunidade étnica, como vislumbra Rita.

Nos últimos dois meses, as filas que acompanhei tão demoradamente nas agências bancárias e lotéricas de Tabatinga se expandiram dramaticamente por todo o país. Segundo informações divulgadas pela Caixa Econômica Federal, mais de 50 milhões de pessoas receberam o Auxílio Emergencial²⁵⁰ de 600 reais mensais, inicialmente por três meses, para “trabalhadores informais e de baixa renda, microempreendedores individuais e contribuintes individuais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)”. A medida foi aprovada pelo Congresso Nacional como forma de proteção emergencial durante o período da pandemia da COVID-19 e começou a ser implementada no mês de maio de 2020.

²⁵⁰ Lei de n. 13982/2020. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Acesso em 15jun2020.

Diferente do Programa Bolsa Família, não é direcionado prioritariamente às mulheres. Até duas pessoas de uma mesma família podem recebê-lo e as mães solo têm direito ao valor em dobro. Pessoas “beneficiadas” pelo Bolsa Família não podem acumular as duas rendas e devem escolher a mais vantajosa financeiramente. Pelos critérios divulgados pela CEF, qualquer pessoa maior de 18 anos ou mãe adolescente com renda familiar mensal *per capita* de até 522,50 reais tem direito a receber a ajuda financeira.

A criação do Auxílio Emergencial, ou “coronavoucher”, como ficou pejorativamente conhecido, reacendeu o debate sobre a renda mínima universal, ensejou a elaboração de uma nova tentativa de reformulação do Bolsa Família – agora sob o nome de Renda Brasil –, e reaqueceu as engrenagens do Sistema de Cadastro Único. A “busca ativa”, o comparecimento aos setores de cadastro e a comprovação documental foram substituídos por um aplicativo móvel. Para “entrar no sistema”, condição para receber o pagamento do auxílio financeiro, é necessário instalar no telefone celular um *software*, inserir as informações solicitadas (nome, CPF, nome da mãe, composição familiar, número de celular, RG e habilitação) e *esperar* a análise do pedido.

A “fila de espera” pela análise replicou, “dentro” do sistema digital, as filas para a retirada do benefício nas agências da Caixa Econômica. No sistema, o tempo de espera é expandido pelo processamento do volume de dados recebidos, pelos “erros” de usuários no fornecimento de informações, pela “incongruência” das informações declaradas, pelas falhas no *software*, pela incompatibilidade dos dispositivos, pelos problemas de conexão com a internet.

Fora do sistema digital, nas ruas de Tabatinga, Benjamin Constant, Atalaia do Norte e São Paulo de Olivença as extensas filas foram registradas por uma dúzia de imagens que exibiam os descuidos no uso de máscaras e no distanciamento físico que previnem a infecção pelo vírus. Ao primeiro anúncio de liberação da primeira parcela, centenas de milhares de pessoas madrugaram e acamparam nas adjacências de agências bancárias em todo o Brasil para garantir o seu lugar à fila e receber o benefício. Organizações indígenas se organizaram para evitar o deslocamento de indígenas para as cidades ou para devolver às cidades quem ali estava.

Acidentalmente, eu termino a tese como a comecei: observando filas. E nelas, as pessoas, uma após a outra, em espera, expostas ao sereno, o sol, à chuva e, agora, também ao vírus.

REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, L. The active social life of Muslim human rights. A plea for ethnography, not polemic, with cases from Egypt and Palestine. **Journal of Middle East Women's Studies**, v. 6, n. 1, p. 1-45, 2010.
- ALBUQUERQUE, J. L. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos "brasiguaios" entre os limites nacionais. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 31, p. 137-166, 2009.
- ALBUQUERQUE, J. L. Procesos de fronterización y sentidos de pertenencia entre Brasil y Paraguay. In: HERNÁNDEZ, A. H.; CAMPOS-DELGADO, A. (Coord.). **Líneas, límites y colindancias**. Mirada a las fronteras desde América Latina. Tijuana/Ciudad del México: Colegio de la Frontera Norte/CIESAS, 2015.
- ALBUQUERQUE, J. L.; PAIVA, L. F. Entre nações e legislações: algumas práticas de 'legalidade' e 'ilegalidade' na tríplice fronteira amazônica (Brasil, Colômbia, Peru). **Ambivalências**, Aracajú, v. 3, n. 5, p. 85-114, 2015.
- ALBUQUERQUE, N. & MENESES, E. O golpe no Brasil como construção da "democracia" da subcidadania. **Polis - Revista Latino-americana**, vol. 16, nº 46, 2017, p. 19-38.
- ALMEIDA, A. W. B. **Os programas de pós-graduação em antropologia na Amazônia**. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2019.
- ALMEIDA, A. W. B. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a "proteção" e o "protecionismo". **Cadernos CRH**, v. 25, n. 64, p. 63-72, 2012.
- ALMEIDA, M. V. **Corpo presente**: treze reflexões antropológicas sobre o corpo. Oeiras: Celta Editoras, 1996.
- ALMEIDA, M. W. B. Resenhas. **Lua Nova**, n. 15, 1988, p. 156-159.
- ALMEIDA, R.; ZANLORENSSI, G. 2018. Como o Brasil votou no segundo turno para presidente, em mapas. **Nexo Jornal**, 29 out. 2018. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/10/29/Como-o-Brasil-votou-no-segundo-turno-para-presidente-em-mapas>>. Acesso em: 30 jan. 2019.
- ALVES, Y. C.. A "força" da maternidade no Vale do Jequitinhonha- MG: Conexões entre corpos, casas e discursos. **Seminário Casa, Corpo, Gênero**, Unicamp, 2018.
- ALVIM, M. R. B.; VALLADARES, L. P. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. **Boletim Informativo e Bibliográfico-BIB**. Rio de Janeiro: RelumeDumará/Anpocs, n. 26, p. 3-37, 1988.

- AMADO, J. **Capitães de areia**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1937.
- ANSELL, A. **Zero Hunger**. Political culture and antipoverty policy in northeast Brazil. USA: UNCPRESS, 2014
- ANZALDÚA, G. **Borderlands/La frontera: la nueva mestiza**. Madrid: Capitán Swing, 2016.
- ANZALDÚA, G. **Interviews/Entrevistas**. New York: Routledge, 2000.
- ANZALDUA, G.. La conciencia de la mestiza: rumbo a uma nova consciência. *Revista Estudos Feministas*, 2005, v. 13 (3), p. 704-719.
- Aponte Motta, J. **Leticia y Tabatinga**. Construcción de un espacio urbano fronterizo. Hacia una geohistoria urbana de la Amazonia. Tese (Doctorado en Geografía). Universidad Autónoma de Madrid, 2017.
- ARAÚJO, F. A. **Das "técnicas" de fazer desaparecer corpos: desaparecimentos, violência, sofrimento e política**. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2014.
- BACHTOLD, I. V. **"Precisamos encontrá-los!": etnografia dos números do Cadastro Único e dos cruzamentos de base de dados do governo federal brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- BACHTOLD, I. V. Quando o Estado encontra suas margens: considerações etnográficas sobre um mutirão da estratégia de Busca Ativa no estado do Pará. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 22(46), p. 273-301, 2016
- BARROSO, M.M. Lógicas de espacialização missionária e agendas da cooperação internacional: uma perspectiva multissituada a partir de ações junto aos povos indígenas. **Religião e Sociedade.**, Rio de Janeiro, v. 35(2), p. 189-212, 2015..
- BARTH, F, "Os grupos étnicos e suas fronteiras". In:_____. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.
- BARTHOLO, L.; PASSOS, L.; FONTOURA, N. Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? **Cadernos Pagu**, n.55, e195525, 2019.
- BACHTOLD, I. Quando o Estado encontra suas margens: considerações etnográficas sobre um mutirão da estratégia de Busca Ativa no estado do Pará. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 22 (46), p. 273-301, 2016.
- BACHTOLD, I. **"Precisamos encontrá-los!": etnografia dos números do Cadastro Único e dos cruzamentos de base de dados do governo federal brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- BARTHES, R. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BEHAR, R. **Translated Woman: Crossing the Border with Esperanza's Story**. Boston: Beacon Press, 2003.

BECKER, B. **A urbe amazônida: a floresta e a cidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BEMERGUY, T. S. Antropologia *em qual* cidade? Ou por que a “Amazônia” não é lugar de “antropologia urbana”, **Ponto Urbe** [Online], n. 24, 2019.

BHABHA, H. K. **O Local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política** - Volume I. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BONTE, P; IZARD, M. Família. **Diccionario Akal de Etnología y Antropología**, Madrid: Akal, 1996.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis, Editora Vozes, 1997.

BOURDIEU, P. **Esboço de autoanálise**. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

BOURDIEU, P. L'illusion biographique. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 62-63, p. 69-72, 1986.

BOYER, V. O pajé e o caboclo: de homem a entidade. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 29-56, Apr. 1999.

BRANCO, C. Polícia investiga máfia do Bolsa Família em Atalaia do Norte. 2015. **Repórter AM**. Disponível em <<http://www.reporter-am.com.br/policia-investiga-mafia-do-bolsa-familia-em-atalaia-do-norte/>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

BRASIL, J. F. B. **Comportamento de condutores de motocicletas no município de Benjamin Constant/Amazonas**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Antropologia). Universidade Federal do Amazonas, 2013.

BRASIL. **Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília, DF: 2017.

BRASIL. **Normas Operacionais Básicas do Sistema Único da Assistência Social-NOB/SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social. 2005.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social-PNAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. Brasília, DF: 2004.

BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional-PNDR**. Ministério da Integração Nacional. Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. Brasília, DF: 2007.

BRASIL. **Política Nacional de Ordenamento Territorial-PNOT**. Ministério da Integração Nacional. Brasília, DF: 2003.

BRASIL. **Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira-PDFF**. Ministério da Integração Nacional. Brasília, DF: 2009.

BRASIL. **Programa Territórios da Cidadania-PTC**. Presidência da República. Brasília, DF: 2008.

BRITO, A. **Mulheres no seringal**: experiência, trabalho e muitas histórias (1940-1950). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017.

BROWN, W. Finding the men in the state. In: SHARMA, A.; GUPTA, A. **The Anthropology of the State** – a reader. Oxford: Blackwell Publishing, 2010.

BROWN, W. **Undoing the demos**: neoliberalism's stealth revolution. Cambridge, MA: Zone Books, 2017.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**. Notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. **Corpos que importam**. Os limites discursivos do "sexo". São Paulo: n-1 Edições, 2019.

BUTLER, J. **Gender Trouble**: feminism and the subversion of identity. Londres/NY: Routledge, 1990.

BUTLER, J. **O clamor de Antígona**: parentesco entre a vida e a morte. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

BUTLER, J. **Vida precária**. El poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2009.

CAGUASANGO, D. E. U. **Los límites de la triple frontera amazónica**: encuentros y desencuentros entre Brasil, Colombia y Perú. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2017.

CAMPOS, A. M. M. **Dilemas da maternidade**: assistência a grávidas na rede municipal de saúde de Benjamin Constant/AM. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Antropologia). Universidade Federal do Amazonas, Benjamin Constant, 2012.

CAMPOS, A. M. M. **O parto na fronteira amazônica Brasil e Peru**: etnografia sobre a assistência obstétrica no município de Benjamin Constant / Amazonas. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

CANDOTTI, F. M. Algumas ideias para uma analítica descolonial da Amazônia. **Seminário Internacional Gênero e Territórios de Fronteira**. Campinas, 13 set. 2017b.

CANDOTTI, F. M. **Em defesa da juventude**: a participação como meio de governo. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CANDOTTI, F. M. Sobre linhas de segmentação “amazônicas”: dispositivos de saber e movimento. **Seminário Permanente Gênero e Territórios de Fronteira**. Mesa 4 Gênero, Relação e Reconceitualização de Fronteira. Campinas, 2 jun. 2017a.

CANDOTTI, F. M.; MELO, F. Sobre dispositivos de governo e nova “urbanização” na Amazônia brasileira: alguns instrumentos de análise das relações entre “Estado”, “família” e “mobilidade”. In: **III Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras e V Encontro Norte-Nordeste de Psicologia Social**, Boa Vista/RR: EDUFRR, 2016.

CANDOTTI, F. M.; MELO, F.; Siqueira, I. B. L. A Grande Narrativa do Norte: considerações na fronteira entre crime e Estado. In: MALLART, F.; GODOI, R. (Org.). **BR 111: a rota das prisões brasileiras**. São Paulo: Editora Veneta, 2017, p. 21-31.

CANDOTTI, F. M.; MELO, F. La imaginación geopolítica (amazónica) de Bertha Becker. **GEOPOLITICA(S): REVISTA DE ESTUDIOS SOBRE ESPACIO Y PODER**, v. 10(1), p. 153-159, 2019.

CANEDO-PINHEIRO, M. Bolsa Família ou desempenho da economia? Determinantes da reeleição de Lula em 2006. **Economia Aplicada**, v. 19 (1) p. 31-61, 2015.

CARSTEN, J. A matéria do parentesco. **R@U - Revista de Antropologia da UFSCAR**, 6 (2), j 2014: 103-1182014.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CASTRO, F. F. de. A identidade denegada. Discutindo as representações e a autorrepresentação dos caboclos da Amazônia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 431-75, 2013.

CHEROBIM, M. **Trabalho e comércio nos seringais amazônicos**. São Paulo: Perspectivas, 1983.

CLASTRES, P. Da tortura nas sociedades primitivas. In: _____. **A sociedade contra o estado**: pesquisas em antropologia política. São Paulo, Cosac&Naify, 2008.

CORRÊA, M. O mato & o asfalto: campos da antropologia no Brasil. **Sociologia & Antropologia**, v. 1, n. 1, p. 209-229, 2011.

COSTA, G. V. L.. Governamentalidade e Soberania na Fronteira Brasil-Bolívia: Segurança Nacional e Saúde Pública como Dispositivos de Poder. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 2, p. 373-404, 2018

COSTA, M. G. **A Igreja católica no Brasil**: as ações civilizatórias e de conversão ao catolicismo das Missões Salesianas junto aos povos indígenas do Alto Rio Negro/Amazonas (1960-1980). Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2012.

DAFLON, V. T. Mestiçagem. In: SANSONE, L.; FURTADO, C. A. (org.) **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014.

DAS, V. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 31-42, 1999.

DAS, V.; POOLE, D. **Anthropology in the margins of the State**. Santa Fe, Oxford: School of American Research Press/James Currey, 2004.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, G. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DILLA, H. A. Las ciudades en la frontera: Introducción a un debate. In: DILLA, Haroldo (Ed.). **Ciudades en la frontera**. Santo Domingo: Manatí: 2008, p. 17-29.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1986.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

DUARTE, L. F. D.; GOMES, E. de. C. **Três famílias**: identidades, trajetórias transgeracionais nas classes populares. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

DUBOIS, V. **La vie au guichet**. Relation administrative et traitement de la misère. Paris: Economica, coll. Études politiques, 1999.

EIRÓ, F. Book Review: "Zero Hunger: Political Culture and Antipoverty Policy in Northeast Brazil", by A. Ansell. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**, n. 97, p. 171-172, 2014.

EISENSTADT, S. Grupos informais e organizações juvenis nas sociedades modernas. In: BRITTO, S (org.). **Sociologia e Juventude IV – Os movimentos juvenis**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

EMECHETA, B. **No fundo do poço**. Porto Alegre: Dublinense, 2019

EVANS-PRITCHARD, E. E. Algumas Reminiscências e Reflexões sobre o Trabalho de Campo. In: _____. **Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

EVANS-PRITCHARD, E.E & FORTES, M. **African Political Systems**, Oxford, Oxford University Press, 1975.

EVARISTO, C. **Becos da memória**. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

EWALD, F. **L'Etat providence**. Paris: Bernard Grasset, 1987.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Informativo Especial**. 16ª Brigada de Infantaria de Selva. Tefé/AM. 2017 Disponível em:

<<http://www.eb.mil.br/documents/10138/0/Informativo%20Especial%20AMAZONLOG17>>. Acesso em 10 abr2020.

FASSIN, D. **Humanitarian Reason**. A moral history of the present. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 2012.

FAULHABER, P. A Fronteira na Antropologia Social: As diferentes faces de um problema. **BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Bauru, v. 51, p. 105-126, 2001.

FAULHABER, P. **O Lago dos Espelhos**. Etnografia do saber sobre a fronteira em Tefé/Amazonas. Bélem: MPEG/FUNTEC, 1998.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. Tradução de Paula Siqueira. Introdução Márcio Goldman. **Cadernos de campo**, n. 13, 2005.

FERREIRA, R. M. F. **Meninos da rua**. Valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo. São Paulo: Comissão de Justiça e Paz, 1979.

FIGUEIRO, P. No vendo pan: pago diferido y evaluaciones morales en una agencia de lotería de la provincia de Buenos Aires, **REA**, n° XXIV, pp. 1-23, 2018.

FILHO, J.R; BRASIL, A. **Tonico e Carniça**. Série Vagalume. São Paulo: Editora Ática, 1982.

FONSECA, A. M. M. **Los sistemas de protección social en América Latina**: Un análisis de las transferencias monetarias condicionadas. Documento presentado en Seminario Internacional sobre Transferencia Condicionada de Ingresos y Seguridad Alimentaria. Oficina Regional de FAO, Santiago, 2006.

FONSECA, A. M. M.. **Família e Política de Renda Mínima**. São Paulo: Cortez, 2001

FONSECA, C. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, pp. 1-43, 2006.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DRAYFYS, H; RABINOW, P. **Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. São Paulo: Edições Graal, 1988

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo, Martins Fontes, 2008

GARNELO, L. Projeto Rede Autônoma de Saúde Indígena: Uma experiência de educação e comunicação em Saúde Indígena. In: VASCONCELOS, E. (org.). **A saúde nas palavras e nos gestos**. Reflexões da Rede de Educação Popular em Saúde. São Paulo: Hucitec, pp. 237-260, 2006.

GAZETA DO POVO. "Lula candidato se apresenta como pai dos pobres". **Gazeta do Povo**, 25 jun. 2006. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/lula-candidato-se-apresenta-como-pai-dos-pobres-a329116v0nyj1f9cw7j7l39e6/>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

GEERTZ, C. The Bazaar Economy: Information and Searchin Peasant Marketing. **American Economic Review**, n. 68, p. 28-32, 1978.

GODOI, E. P. Territorialidade: trajetória e usos do conceito. **Raízes - Revista de Ciências Sociais e Economia**, v. 34, n. 2, 2014.

GODOI, R. **Fluxos em cadeia**: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. São Paulo: Boitempo, 2017.

GOFFMAN, E. **The Presentation of Self in Everyday Life**. Garden City, New York: Doubleday, 1959.

GOLDMAN, M. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. **Etnográfica**, v. 10, n. 1, p. 161-173, 2006.

GOLDMAN, M. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 46, n. 2, p.423-444, 2003.

GÓMEZ GONZÁLEZ, S. **Frontera selvática**: Españoles, portugueses y su disputa por el noroccidente amazónico, siglo XVIII. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia - ICANH, 2014.

GREGORI, M.F. **Viração**. Experiências de Meninos nas ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GRIMSON, A. Los procesos de fronterización: flujos, redes e historicidad. In: GARCÍA, C (Ed.). **Fronteras: territorias y metáforas**. Medellín: Hombre Nuevo Editores, 2003, p. 15-34.

GUTIERRES, K. A. **Sistema Único de Assistência Social**: caminhos de uma construção. São Paulo: Cortez, Veras, 2019.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HATOUM, M. **Dois irmãos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HENRÍQUEZ-BETANCOR, M. Anzaldúa and 'the new mestiza': A Chicana dives into collective identity. **Language Value**, v. 4, n. 2 p. 38-55, 2012.

HIRATA, D. V. Letalidade e ilegalismos de negócios em uma tríplice fronteira sul-americana: Primeira aproximação. **Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Rio de Janeiro, Edição Especial n. 3, p. 173-197, 2019.

HIRATA, D. V. Segurança Pública nas fronteiras: apontamentos a partir do 'Arco Norte'. **Ciência e Cultura**, v. 67, p. 30, 2015.

HOOKS, B. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IBGE. Cidades e Estados. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

INGOLD, T. Anthropology is not ethnography. **Radcliffe-Brown lecture in Social Anthropology**. The British Academy. 2008.

INGOLD, T. **Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

INGOLD, T. Temporality of the landscape. In: _____. **The Perception of the Environment: essays in livelihood, dwelling and skill**. Londres: Routledge, 2000,

INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.

INGOLD, T.; FIORI, A. L.; ANDRADE, J. A. D. A.; TESTA, A. Q.; TAMBUCCI, Y. B., Diálogos Vagueiros: Vida, Movimento e Antropologia, **Ponto Urbe** [Online], n. 11, 2012.

INSTITUTO CIDADANIA. Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil". São Paulo, 2001.

ISA. **Povos Indígenas no Brasil**. Povo Kokama. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kokama>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

JESUS, M. C. de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORREA, A M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciênc. saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 187-199, 2011.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KOFES, S. Experiências sociais, interpretações individuais: Histórias de vida, suas possibilidades e limites. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, 2007.

KOFES, S. **Uma trajetória, em narrativas**. Campinas, SP. Mercado de Letras, 2001.

KOFES, Suely (org) Histórias de vida, biografias e trajetórias. **Cadernos do IFCH**, Campinas, 2004.

KOPPER, M. Nos limites da intervenção: a antropologia crítica de Didier Fassin. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 355-370, 2014

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA-EDUSC, 2012.

LAURETIS, T. Tecnologias de gênero. In: HOLANDA, H. B.(org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica cultural. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p. 206-242.

LAVINAS, L. **A contramão da financeirização**: preservar a provisão pública no século XXI, Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz, 2017.

LAZZARATO, M. **O governo do homem endividado**. São Paulo: n-1 Edições, 2017.

LEACH, E. R. Masquerade: The presentation of the self in holi-day life. **Visual Anthropology Review**, v. 6, n. 2, p. 2-13, 1990.

LEACH, E. R. The frontiers of "Burma". **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v. 3, p. 49-67, 1960.

LEFEBVRE, H. **La Production de l'Espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LIMA, B. C. **Fazendo babado**: estudo do cotidiano das profissionais do sexo em Tabatinga/AM. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia), Universidade Federal do Amazonas, Benjamin Constant, 2010

LIMA, F.A.O. **Os soldados da borracha**: das vivências do passado às lutas contemporâneas. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

LIPSKY, M. **Street-level bureaucracy**: dilemmas of the individual in public services. Nova York: Russel Sage Foundation, 1980.

LOIS, M. Apuntes sobre los Márgenes: fronteras, fronterizaciones, órdenes socioterritoriales. In: COLOGNESE S. & CARDIN, E. (org.), **As ciências sociais nas fronteiras**. Cáscavel: JB, 2014, p. 239-261.

LOIS, M; CAIRO, H. Desfronterización y refteronterización en la Península Ibérica. **Geopolítica(s)**, Madrid, v. 2, n. 1, p. 11-22, 2011.

LOPES, P. V. **Homens autores de Violência Doméstica: relações de gênero, formas cotidianas de governo e processos de formação do Estado**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

LOPEZ-GARCÉS, C. **Ticunas brasileiros, colombianos y peruanos: etnicidad y nacionalidad en la región de fronteras del Alto Amazonas/Solimões**. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

MACEDO, F; AFFONSO, J. Controladoria Geral acha R\$ 1,3 bi em fraudes no Bolsa Família. **Exame**, 4 jan. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/controladoria-geral-acha-r-13-bi-em-fraudes-no-bolsa-familia/>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MACIEL, B. **Identidade como articulação de novas possibilidades: etno-história e afirmação étnicos dos Cambeba na Amazônia brasileira**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2003.

MALINOWSKI, B. **Um diário no sentido estrito do termo**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MARIANO, S. A. Modernidade e crítica da modernidade: a Sociologia e alguns desafios feministas às categorias de análise. **Cadernos Pagu**, n. 30, p. 345-372, 2008.

MARIANO, S. A. **Movimento de mulheres e Estado: ambiguidades da incorporação de gênero nas políticas públicas em Londrina**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MARQUES, A. **Humanizar e expandir: uma genealogia da segurança pública em São Paulo**. São Paulo: IBCCRIM, 2018.

MARQUES, A. A. **Amazônia: pensamento e presença militar**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MARQUES, A. C. D. R. Movimentos em família. **Ruris**, Campinas, v. 9, p. 13-37, 2015.

MARQUES, A. C. D. R.; LEAL, N. S. (Org.). **Alquimias do Parentesco**. Casas, gentes, papéis, territórios. 1. ed. Rio de Janeiro: Gramma/Terceiro Nome, 2018.

MARQUES, A. C. D. R.; VILLELA, J. L. M. O que se diz, o que se escreve. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 37-74, 2005.

MARQUES, B. R. **Os Hupd'äh e seus mundos possíveis: transformações espaço-temporais do Alto Rio Negro**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MARTIN, D.; SPINK, M.; PEREIRA, P. Corpos múltiplos, ontologias políticas e a lógica do cuidado: uma entrevista com Annemarie Mol. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 22 (64), p. 295-305, 2018.

MBEMBE, A. **On the Postcolony**. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 2001.

MCGRATH, D. O regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 2, n. 2 - dezembro 1999.

MEIRA, 2018. **A persistência do aviamento**: colonialismo e história indígena no Noroeste Amazônico. São Carlos/SP: EdUFSCAR, 2018.

MELO, F. Notas sobre 'vulnerabilidade' e 'proteção social' na Tríplice Fronteira Brasil-Peru-Colômbia. In: **Anais do 18º Congresso Brasileiro de Sociologia**. Brasília/DF: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2017.

MELO, F. Pena e perigo no governo da fronteira: considerações para uma análise generificada da fronteira amazônica de Brasil, Peru e Colômbia. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v. 49, n. 3, p. 201-242, 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/32320>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MELO, F.; OLIVAR, J. M. N.; ROSA, P. C. Presenças e mobilidades transfronteiriças entre Brasil, Peru e Colômbia: o caso da “migração peruana na Amazônia brasileira”. **Revista TOMO**, Sergipe, n. 26, jan./jun. 2015.

MELO, F.; OLIVAR, J. M. N. O ordinário e o espetáculo no governo da fronteira: normatividades de gênero em Tabatinga. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 101, 2019.

MELO, F.; SILVA, J. L.; FLISTER, S. **Anais do Seminário Violência e Gênero no Amazonas**. Manaus, EDUA, 2016.

MELO, R. C. **O Mito da coerência decisória**: sociologia política do Programa Fome Zero. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2016.

MENEZES, M.L.P. Gestão territorial e geográfica dos vales do Amazonas. In: LIMA, A.C.S. (org.) **Gestar e gerir**: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002, p. 199-228.

MEZZADRA, S.; NEILSON, B. **La frontera como método**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2017.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 3, p. 590-621, 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO. **Estudos Etnográficos sobre o Programa Bolsa Família entre Povos Indígenas**, Brasília, 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS. **Relatório do Encontro Interinstitucional sobre a Justiça na Tríplice Fronteira** (Brasil/Peru/Colômbia), Manaus, 2011.

MOL, A. **The body multiple: ontology in medical practice**. Londres: Duke University Press; 2002

MOORE, H. Understanding sex and gender. In: INGOLD, T. (org.) **Companion encyclopedia of anthropology**. Londres, Routledge, 1994, p.813-30.

MORAWSKA, C. Vozes da diferença: tempo e transformação entre educadores populares em Pernambuco. **Ilha - Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 213-244, 2018.

MORTON, G. Acesso à permanência: diferenças econômicas e práticas de gênero em domicílios que recebem Bolsa Família no sertão baiano. **Revista Política e Trabalho**, João Pessoa, n. 38, 2013.

MOTTA-MAUÉS, M. A. Uma mãe leva a outra(?): práticas informais (mas nem tanto) de “circulação de crianças” na Amazônia. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, vol. XVI, n. 395 (8), 2012.

MÜLLER, L.; WILKIS, A, Etnografias de práticas econômicas. Reflexões sobre fronteiras sociais. **Civitas**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 373-375, 2010.

NADER, L. Ethnography as theory. **HAU: Journal of Ethnographic Theory** 1 (1), pp.211 - 219, 2011.

NASCIMENTO, S. Desire-cities: a transgender ethnography in the urban boundaries. **Vibrant**, v. 15, n.1, 2018. e151501.

NASCIMENTO, S. S. Cidades trans: uma etnografia multi-situada nas fronteiras da antropologia urbana. In: **Anais do Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu/MG, 2016.

NASCIMENTO, S. S. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 62, p. 459-484, 2019.

NIMUENDAJU, K. **The Tukuna**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1952.

NOSSA, L.; SAMPAIO, D. Favela Amazônia: um novo retrato da floresta. 2015. **Estadão** [on line]. Disponível em: <<http://infograficos.estadao.com.br/especiais/favela-amazonia/index.php>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

OLIVAR, J. M. N. Exploring traffic and exploitation on the Brazilian international border in the Amazon. **Social and Economic Studies**, v. 65, p. 57, 2016.

OLIVAR, J. M. N. Género, dinero y fronteras amazónicas: la ‘prostitución’ en la ciudad transfronteriza de Brasil, Colombia y Perú. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 51, e175115, 2017.

OLIVAR, J. M. N. Gênero, cuidado e a reconfiguração da fronteira... fronteiras, fronteiras!. **R@U - Revista de Antropologia da UFSCAR**, São Carlos/SP, v. 11, 2019a.

OLIVAR, J. M. N. Caçando os devoradores: Agência, “meninas indígenas” e enquadramento neocolonial. **Revista de Antropologia**, São Paulo/SP, 62(1), 2019b.

OLIVAR, J. M. N.; MELO, F; ROSA, P. C. Presenças e mobilidades transfronteiriças entre Brasil, Peru e Colômbia: o caso da “migração peruana na Amazônia brasileira”. **Revista Tomo**, Sergipe, v. 26, p. 123-163, 2015.

OLIVAR, J. M. N. Mercados do sexo em territórios transfronteiriços: gênero e circulações na fronteira Brasil-Colômbia. **Relatório final de pesquisa**. Bolsa de Pós-Doutorado FAPESP, processo 2010/50077-1. Núcleo de Estudos de Gênero –PAGU/Unicamp. Campinas: PAGU/FAPESP, 2013.

OLIVAR, J. M. N. Performatividades governamentais de fronteira: a produção do Estado e da fronteira através das políticas de tráfico de pessoas na Amazônia brasileira. **AMBIVALÊNCIAS**, v. 3, p. 149, 2015.

OLIVAR, J. M. N.; CUNHA, F. M. Gender, narratives and perspectives: notes toward an anthropological understanding of government on the border between Brazil, Peru and Colombia. **Eurasia Border Review**, Special Journal Edition Gender Studies and Borderlands, v. 8, n. 1, p. 87-108, 2017.

OLIVEIRA, J. P. **A Lágrima Ticuna é Uma Só**. Rio de Janeiro: MAGUTA/CEDI/PETI, 1988.

OLIVEIRA, J. P. **Indigenismo e Territorialização**: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998.

OLIVEIRA, J. P. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro, Contracapa, 2016.

OLIVEIRA, J. P. Pluralizando tradições etnográficas: sobre um certo mal-estar na Antropologia. **Cadernos do LEME**, Campina Grande, v. 1, n. 1, p. 2–27, 2009.

OLIVEIRA, M. M. de. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 183-196, 2006.

OLIVEIRA, M. R. R. **Amizades, porradas, facadas e caseiras fumegantes**: uma história das galeras de Manaus (1985-2000). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

ORO, A. P. **Na Amazônia Um Messias de Índios e Brancos**. Petrópolis: Vozes/Edipuc, 1989.

PADOVANI, N.C. Tráfico de mulheres nas portarias das prisões ou dispositivos de segurança e gênero nos processos de produção das 'classes perigosas'. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, 2017.

PADOVANI, N.C. **Sobre casos e casamentos**: afetos e amores através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

PAINE, R. (ed.) **The White Arctic**. Anthropological essays on tutelage and ethnicity. Toronto: University of Toronto Press, 1977.

PAIVA, L. F. S. As dinâmicas do mercado ilegal de cocaína na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 99, 2019.

PAIVA, L. F. S. Nas margens do Estado-nação: as falas da violência na tríplice fronteira amazônica. **Revista TOMO**, Sergipe, n. 27, jul./dez. 2015.

PAULO NETTO, J. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**, a. 2, n. 3, p.41-50, 2001.

PEIRANO, M. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PELIANO, A. M. (coord.) **Mapa da Fome**: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar. Documento de Política nº 14. Brasília/DF: IPEA, 1993.

PEREIRA, M.S. Servidão Humana na Selva: o aviamento e o barracão no seringal da Amazônia. **Somanlu**, Manaus, v. 12, n. 1, p. 237-247, 2012.

PERUTTI, D. **Tecer amizade, habitar o deserto**. Uma etnografia do quilombo Família Magalhães (GO). Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PIRES, A. Orçamento familiar e gênero: percepções do Programa Bolsa Família. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 145, p. 130-161, 2012.

PIRES, F.; SANTOS, P. O.; SILVA, J. Elas decidem? Analisando o papel familiar da mulher a partir do Programa Bolsa Família. **CAOS Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 17, 2011.

PORTER, E. This time, it's not the economy. **The New York Times**, New York, 24 Oct. 2006. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2006/10/24/business/24econ.html?_r=1&ref=business&oref=slogin>. Acesso em: 24 out. 2006.

PRATES, R; BACHA, C. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. **Economia e Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 601-636, 2011.

RAFFESTIN, C. **Pour une géographie du pouvoir**. LITEC, Paris, 1980.

RANGEL, A. **Inferno verde**: cenas e cenários do Amazonas. 5 ed. Manaus: Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2001.

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

REIS, A. C. F. **A Amazônia e a integridade do Brasil**. Brasília/DF: Senado Federal, 2001.

RIBEIRO, F. M. L.; MINAYO, M. C. S. As Comunidades Terapêuticas religiosas na recuperação de dependentes de drogas: o caso de Manguinhos, RJ, Brasil. **Interface**, Botucatu, v. 19, n. 54, p. 515-526, 2015

RIFIOTIS, T. Judicialização dos direitos humanos, lutas por reconhecimento e políticas públicas no Brasil: Configurações de sujeito. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 57, p. 119-149, 2014.

RIFIOTIS, T. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a 'violência conjugal' e a 'violência intrafamiliar'. **Revista Katálisis**, v. 11, p. 225-236, 2008.

RIVOAL, I; SALAZAR, N. B. **Contemporary ethnographic practice and the value of serendipity**. Social Anthropology, v. 21, n. 2, p. 178-185, 2003.

RIZZOTTO, M.L.F. O cenário depois do golpe. Saúde Debate, Rio de Janeiro, v. 40, n. 110, 2016, p. 5-8.

ROSALDO, R. Aflicción e ira de un cazador de cabezas. In:_____. **Cultura y verdad**. La reconstrucción del análisis social. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2000.

ROSE, N. **Powers of Freedom**. Reframing Political Thought. Cambridge, Cmbridge University Press, 2004.

ROSSI, C. O 'pai dos pobres' que fez um 'pacto de sangue' com os ricos. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 26 jan. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/clovisrossi/2018/01/1953525-o-pai-dos-pobres-que-fez-um-pacto-de-sangue-com-os-ricos.shtml>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

RUBIO, A. A. De la “paga” a un derecho social: experiencias y puntos de vista de los beneficiarios gitanos sobre la Renta Mínima de Inserción. **Revista de Antropología Social**, vol. 22, p. 103-136, 2013.

RUI, T. **Nas tramas do crack**: etnografia da abjeção. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

RUI, T. **Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SACK, R. D. **Human territoriality**: its theory and history. London: Cambridge University Press, 1986.

SAÉNZ, D. A. T. **Os Israelitas**: religião, cultura e migração em espaços amazônicos. O caso da AEMINPU em Benjamin Constant, Amazonas. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SAMPAIO, P. M. Amazônia: fronteiras, identidades e história. **Ciência e Cultura**, v. 61, n. 3, p. 26–29, 2009.

SANDOVAL, C. Mestizaje as method: Feminists-of-color challenge the canon. In: TRUJILLO, C. (Ed.) **Living Chicana Theory**. Berkeley, CA: Third Woman Press, 1998, p. 352-370.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

SANTOS, T. W.; RAPOZO, P.; LUNA, E. C. L. Tener el hijo “al frente”: la búsqueda por servicios obstétricos en la triple frontera amazónica Brasil, Colombia y Perú. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 49, n. 3, 2018.

SANTOS, W. G. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Campos, 1979.

SECOM TCU. TCU encontra mais de 160 mil famílias com indícios de irregularidades no Bolsa Família. **Portal do Tribunal de Contas da União**, Manaus, 28 abr. 2016. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-encontra-mais-de-160-mil-familias-com-indicios-de-irregularidades-no-bolsa-familia.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SEDS. Pente fino elimina fila de espera para entrar no Bolsa Família. **Ministério do Desenvolvimento Social**, XX abr. 2019. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2019/abril/pente-fino-elimina-fila-de-espera-para-entrar-no-bolsa-familia>>. Acesso em: 5 mai. 2019.

SERJE, M. El mito de la ausencia del Estado: la incorporación económica de las “zonas de frontera” en Colombia. **Cahiers des Amériques latines**, n. 71, 2012.

SERJE, M. **El revés de la nación**: territorios salvajes, fronteras y tierras de nadie. Bogotá: Universidad de los Andes, 2005.

SESTELO, J. A. A financeirização das políticas sociais e da saúde no Brasil do século XXI: elementos para uma aproximação inicial. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, p. 1097-1126, 2017.

SILVA, D. I.; FILHO, J. B. S. F. Impactos dos programas de transferência de renda, Benefício de Prestação Continuada e Bolsa Família sobre a economia brasileira: uma análise de equilíbrio geral. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 48, n. 1, 2018.

SILVA, et. al.. O Serviço Social no Brasil: das origens à renovação ou o 'fim' do 'início'. In: 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, Belo Horizonte. **4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**, 2016.

SILVA, J.L.P.; DINIZ, D. Mínimo social e igualdade: deficiência, perícia e benefício assistencial na LOAS. Florianópolis, **Revista Katálisis**, v. 15 (2), p. 262-269, 2012.

SIMIÃO, D. **As donas da palavra**: gênero, justiça e invenção da violência doméstica em Timor-Leste. Brasília: Editora UNB, 2015.

SOUZA LIMA, A. C. de. **Gestar e Gerir**: Estudos para uma Antropologia da Administração Pública. Rio de Janeiro: Nuap/Relume-Dumará, 2003.

SOUZA LIMA, A. C de. **Um Grande Cerco de Paz**. Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado No Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

SOUZA LIMA, A. C de. Dossiê Fazendo Estado. O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal. **Revista de Antropologia**, v. 55, n. 2 p. 559-564, 2012.

SOUZA, H. de. **Democracia**: cinco princípios e um fim. Coleção Polêmica. São Paulo: Moderna, 1996.

SOUZA, R. G. **De pesquisadora a sujeito da pesquisa**: como ser uma sem ser outra. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia), Universidade Federal do Amazonas, Benjamin Constant, 2014.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goular Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

STANDING, G. **La renta basica**: un derecho para todos y para siempre. Barcelona: Pasado&Presente, 2018.

STRATHERN, M. **Audit cultures**: anthropological studies in accountability, ethics, and the academy. London: Routledge, 2000.

STRATHERN, M. **O gênero da dádiva**: problemas com mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

STRATHERN, M. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2017.

SCHUCH, P. A vida social ativa da ética na Antropologia. **BIB**, São Paulo, n. 71, p. 5-24, 2011.

SUPLICY, E. M. **Renda de Cidadania**: A saída é pela porta. São Paulo: Cortez Editora/Fundação Perseu Abramo, 2002.

TAKAGI, M. "A implantação do Programa Fome Zero do governo Lula". In: ARANHA, A. V. (org.). **Fome zero**: uma história brasileira. Volume 1. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010.

TAUSSIG, M. **Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem**. Rio de Janeiro/RJ, Ed. Paz e Terra, 1995.

TELLES, V. No fio da navalha: entre carências e direitos. Notas a propósito dos programas de renda mínima no Brasil. **Cadernos Polis**, São Paulo, n. 30, pp. 1-24, 1998.

TORRES, I.; OLIVEIRA, M. **Tráfico de mulheres na Amazônia**. Florianópolis/ SC: Editora Mulheres, 2012.

TRIVELLATO, P. Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro: revisão sistemática. **Ciência & Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24(3), pp. 865-874, 2019.

VASCONCELOS, F. de A. G. de. Fome, solidariedade e ética: uma análise do discurso da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 259-77, mai-ago. 2004.

VELHO, O. G. **Mais realistas do que o rei**: ocidentalismo, religião e modernidades alternativas. Rio de Janeiro, Topbooks, 2007.

VERDUM, R. **Estudos Etnográficos sobre o Programa Bolsa Família entre Povos Indígenas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2016.

VIANA ET AL. **Bolsa Família 15 Anos (2003-2018)**. Brasília, DF: Enap, 2018.

VIANNA, A. **O fazer e o desfazer dos direitos**: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades. Rio de Janeiro: *E-papers*, 2013.

VIANNA, A. **O Mal que se Adivinha**: Polícia e Menoridade no Rio de Janeiro (1910-1920). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, 37:79-116, 2011.

VIANNA, A.; LOWENKRON, L. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu**, n. 51, 2017.

VIEIRA, J.M. Bacharelado em antropologia em Benjamin Constant, Amazonas. In: TAVARES, Fátima et al. **Experiências de ensino e prática em Antropologia no Brasil**. Brasília/DF: Ícone Gráfica e Editora, 2010.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.

WIMMER, A.; GLICK-SCHILLER, N. Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences. **Global Networks**, v. 2, n. 4, p. 301–335, 2002.

YASBEK, M. C. O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v.18(2), p. 104-112, 2004.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009, p. 143-163.

ZÁRATE BOTÍA, C. G. **Silvícolas, siringueros y agentes estatales**: el surgimiento de una sociedad transfronteriza en la Amazonia de Brasil, Perú y Colombia 1880-1932. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008.

ZELIZER, V. A economia do care. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 10 (3) pp. 376-391, 2010

ZELIZER, V. **A negociação da intimidade**. Coleção Sociologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

OBITUÁRIO

À exceção de minha família, todos os nomes empregados nesta tese são fictícios, mas prestam homenagem póstuma a mulheres e homens vitimadas pela Covid-19. Rememoro seus nomes para que suas linhas de vida não se extingam em números ou sejam apagadas pelas subnotificações.

Cleonice, 63
Rio de Janeiro - RJ

Uma das primeiras mortes de COVID-19 no país, era empregada doméstica. Contraiu a doença da patroa que havia viajado para a Itália.

Daniela Tabajara, 30
Tamboril - CE

Era agente de saúde indígena e liderança do povo Tabajara, da Aldeia Verde, no município de Tamboril.

Maria do Socorro Barros
Fortaleza - CE

Dona Maria era uma das servidoras mais antigas da SECITECE (Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior).

Feliciano Lana, 83
Alto do Rio Negro - AM

Feliciano era artista plástico, pesquisador e liderança indígena do povo Desana.

Viviane Albuquerque
Recife - PE

Viviane era fisioterapeuta e estava gestante de 31 semanas.

Ediléia Oliveira, 57
Vila Velha - ES

Ediléia trabalhava no setor de higienização do Hospital Infantil de Vila Velha.

Aldenor Basques Félix Gutchicü
Manaus - AM

Era professor e vice cacique da Comunidade Watchimaücü, do povo Tikuna.

Elenice da Conceição, 60
Araguaína - TO

Elenice era pastora e presidente da Igreja Aliança com Cristo, em Araguaína do Sul.

Valdirene dos Santos, 40
Curitiba - PR

Técnica de Enfermagem, foi a primeira profissional da saúde a morrer por COVID-19 na capital paranaense.

Ana Valéria Costa de Matos, 51
Manaus - AM

Ana era diretora do Serviço de Pronto Atendimento (SPA) do São Raimundo.

Alex Barbosa Pereira
Rio de Janeiro - RJ

Alex, conhecido como Leco, era ex-jogador de futsal.

Maria Mercês, 52
Alessandra Freitas, 25
Barcarena - PA

Mãe e filha, do Quilombo São Sebastião de Burajuba.

Maria Rita Nascimento da Silva, 55 anos
Manaus - AM

Foi descoberta morta em 25 de Abril. O IML se recusou a fazer remoção do corpo devido suspeita de COVID-19.

Valnelson Moraes, 47
Manaus - AM

Era sargento da PM e morreu dia 7 de Maio.

Francisca Romana Sousa Chaves, 47
Palmas - ES

Era enfermeira e servidora da Secretaria Municipal de Saúde. Foi o segundo caso confirmado de COVID-19 em Palmas.

Maria Portelo, 61
Manaus - AM

Morreu em casa. Sua família aguardou a retirada do corpo por 30 horas.

Dolores Mendes
Eldorado - SP

Primeiro óbito por COVID-19 registrado no Vale do Ribeira.

Messias Kokama, 53
Manaus - AM

Era líder do Parque dos Tribos, maior comunidade indígena de Manaus.

Denise Teixeira da Rocha, 42
Rio de Janeiro - RJ

Denise era Assistente Social e diretora do CRAS Nelson Mandela.

Amália Brandão Ribeiro, 53
Manaus - AM

Segundo a família, dona de casa era engajada em projetos sociais em Manaus.

Kamyille Ribeiro, 17
Rio de Janeiro - RJ

Kamyille veio a óbito após passar mais de duas semanas internada.

FORMULÁRIO PRINCIPAL DE CADASTRAMENTO 2001

Cadastramento Único de Beneficiários dos
Programas do Governo Federal
Identificação do Município

1 - Dados do Município

Identificação da Prefeitura/Órgão responsável

101 - Inscrição no CNPJ <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	102 - Nome da Prefeitura (sem abreviações) <input type="text"/>
103 - Inscrição no CNPJ <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	104 - Órgão Responsável pelo cadastramento (sem abreviações) <input type="text"/>

Endereço

105 - CEP <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	Logradouro (Rua, Praça, Largo, Alameda, Avenida, Travessa etc.) 106 - Tipo <input type="text"/> 107 - Nome <input type="text"/>			108 - Número <input type="text"/>
109 - Complemento <input type="text"/>	110 - Bairro <input type="text"/>		111 - UF <input type="text"/>	
112 - Nome do município <input type="text"/>		113 - DDD <input type="text"/>	114 - Telefone para contato <input type="text"/>	

Cadastro de Estabelecimento à Saúde

115 - Quantidade de estabelecimentos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	116 - Quantidade de atendimentos por ano <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
117 - Quantidade de equipes de saúde da família <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	118 - Quantidade de agentes de saúde da família <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>

Identificação do responsável pela Prefeitura/Órgão responsável

119 - Número de Identificação Social - NIS <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	120 - Nome do representante da Prefeitura/Órgão responsável <input type="text"/>
--	---

2 - Autenticação

Assumo a responsabilidade pela veracidade das informações aqui prestadas.

/ /
201 - Data do preenchimento

202 - Assinatura do representante da Prefeitura/Órgão responsável pelo cadastramento

203 - Assinatura do representante do Órgão responsável pelo cadastramento

Cadastramento Único de Beneficiários dos
Programas do Governo Federal
Identificação do Domicílio e da Família

1 - Dados de controle

101 - Tipo Doc 0 1	102 - Nº de ordem 0 0	103 - Data da pesquisa	104 - Número de Identificação Social - NIS do entrevistador	Código domiciliar 999999999
105 - Nome do entrevistador			106 - CNPJ da Prefeitura/Órgão/Empresa	107 - Modalidade 1 - Inclusão 2 - Alteração

Atenção básica à saúde

108 - Nome de estabelecimento de assistência à saúde	109 - Código EAS/MS
--	---------------------

2 - Identificação do domicílio e da família

Endereço

201 - CEP	Logradouro (Rua, Praça, Largo, Alameda, Avenida, Travessa etc.)		
202 - Tipo	203 - Nome	204 - Número	
205 - Complemento		206 - Bairro	207 - UF
208 - Nome do município		209 - DDD	210 - Telefone para contato

Características do domicílio

211 - Tipo de localidade 1 - Urbana 2 - Rural	212 - Domicílio coberto por 1 - PACS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde 2 - PSF - Programa de Saúde da Família	3 - Similares ao PSF 4 - Outro	213 - Situação 1 - Próprio 2 - Alugado 3 - Arrendado	4 - Cedido 5 - Invasão 6 - Financiado 7 - Outra		
214 - Tipo 1 - Casa 2 - Apartamento	3 - Cômodos 4 - Outro	215 - Número de cômodos	216 - Tipo de construção 1 - Tijolo/Alvenaria 2 - Adobe	3 - Taipia revestida 4 - Taipia não revestida	5 - Madeira 6 - Material aproveitado	7 - Outro
217 - Tipo de abastecimento de água 1 - Rede pública 2 - Poço/Nascente	3 - Carro pipa 4 - Outro	218 - Tratamento de água 1 - Filtração 2 - Fervura	3 - Cloração 4 - Sem tratamento	5 - Outro	219 - Tipo de iluminação 1 - Relógio próprio 2 - Sem relógio 3 - Relógio comunitário	4 - Lampião 5 - Vela 6 - Outro
220 - Escoamento sanitário 1 - Rede pública 2 - Fossa rudimentar	3 - Fossa séptica 4 - Vala	5 - Céu aberto 6 - Outro	221 - Destino do lixo no domicílio 1 - Coletado 2 - Queimado	3 - Enterrado 4 - Céu aberto	5 - Outro	
222 - Quantidade de pessoas	223 - Quantidade de mulheres grávidas	224 - Quantidade de mães amamentando	225 - Quantidade de deficientes			

Lista de pessoas residentes no domicílio

Nº de ordem	Nome	Nº de ordem	Nome
01		07	
02		08	
03		09	
04		10	
05		11	
06		12	

3 - Autenticação

Assumo a responsabilidade pela veracidade das informações aqui prestadas.

301 - Assinatura do entrevistado

302 - Assinatura do entrevistador

303 - Assinatura do representante da Prefeitura/Órgão responsável pelo cadastramento
31 XX1 v01

Cadastramento Único de Beneficiários dos
Programas do Governo Federal
Identificação da Pessoa

1 - Dados de controle

101 - Tipo Doc.

0 2

102 - Número de ordem da pessoa

0 1

103 - Modalidade

1 - Inclusão
2 - Alteração

Código domiciliar

999999999

2 - Identificação da pessoa

201 - Nome completo da pessoa sem abreviações. Caso necessário abreviar, vide instruções.

202 - Data de nascimento

203 - Sexo

204 - Nacionalidade

205 - País de origem (se estrangeiro)

1 - Masculino
2 - Feminino

1 - Brasileira
2 - Brasileiro naturalizado

3 - Estrangeiro

206 - Data de chegada ao Brasil

207 - Cód. IBGE munic.nasc.

208 - UF munic. nasc.

209 - Nome do município de nascimento

210 - Nome completo do pai (sem abreviações)

211 - Nome completo da mãe (sem abreviações)

212 - Estado civil

213 - Se o(a) esposo(a) ou o(a) companheiro(a) reside no domicílio, informar o nº de ordem correspondente, se não reside, informar 99

1 - Solteiro(a)
2 - Casado(a)

3 - Divorciado(a)
4 - Separado(a)

5 - Viúvo(a)

214 - Tipo de deficiência (assinalar com "X")

☐ Cegueira ☐ Mudez ☐ Surdez ☐ Mental ☐ Física ☐ Outro

215 - Raça/Cor

1 - Branca 3 - Parda 5 - Indígena
2 - Negra 4 - Amarela

Documentos

216 - Número de Identificação Social - NIS

217 - Certidão civil tipo

91 - Nascimento
92 - Casamento

218 - Número termo

219 - Livro

220 - Folha

221 - Data de emissão

222 - UF

223 - Nome do cartório (órgão emissor)

Documento de identidade

224 - Número

225 - Complemento

226 - Data de emissão

227 - UF

228 - Sigla do órgão emissor

Carteira de Trabalho e Previdência Social

229 - Número

230 - Série

231 - Data de emissão

232 - UF

233 - CPF

Título de eleitor

234 - Número

235 - Zona

236 - Seção

Qualificação escolar

237 - Frequência escola

☐ 1 - Pública municipal	3 - Pública federal	5 - Outra
☐ 2 - Pública estadual	4 - Particular	6 - Não frequenta

238 - Grau de instrução

☐ 1 - Analfabeto	5 - Ensino fundamental completo	9 - Superior completo
2 - Até 4ª série incompleta do ensino fundamental	6 - Ensino médio incompleto	10 - Especialização
3 - Com 4ª série completa do ensino fundamental	7 - Ensino médio completo	11 - Mestrado
4 - De 5ª a 8ª série incompleta ensino fundamental	8 - Superior incompleto	12 - Doutorado

239 - Série escolar

☐ 1 - Maternal I	6 - Jardim III	11 - 4ª série do ensino fundamental	16 - 1ª série do ensino médio
2 - Maternal II	7 - CA (alfabetização)	12 - 5ª série do ensino fundamental	17 - 2ª série do ensino médio
3 - Maternal III	8 - 1ª série do ensino fundamental	13 - 6ª série do ensino fundamental	18 - 3ª série do ensino médio
4 - Jardim I	9 - 2ª série do ensino fundamental	14 - 7ª série do ensino fundamental	
5 - Jardim II	10 - 3ª série do ensino fundamental	15 - 8ª série do ensino fundamental	

240 - Nome da Escola

241 - Código censo INEP

Qualificação profissional

242 - Situação no mercado de trabalho

☐ 1 - Empregador	4 - Autônomo com previdência social	7 - Trabalhador rural
2 - Assalariado com carteira de trabalho	5 - Autônomo sem previdência social	8 - Empregador rural
3 - Assalariado sem carteira de trabalho	6 - Aposentado/Pensionista	9 - Não trabalha
		10 - Outra

243 - Nome da empresa em que trabalha, se desempregado, último emprego

244 - CNPJ da empresa

245 - Data de admissão

246 - Ocupação

247 - Remuneração deste emprego

248 - Renda de aposentadoria/pensão

R\$

249 - Renda de Seguro-Desemprego

R\$

250 - Renda de pensão alimentícia

R\$

251 - Outras rendas

R\$

Características da família (preencher somente para a mãe/responsável legal da família)

252 - Tempo de moradia

<input type="text"/>	(Ano(s))	<input type="text"/>	(Mês(es))
----------------------	----------	----------------------	-----------

Despesas mensais da família (preencher somente para a mãe/responsável legal da família)

253 - Aluguel

R\$

254 - Prestação habitacional

R\$

255 - Alimentação

R\$

256 - Água

R\$

257 - Luz

R\$

258 - Transporte

R\$

259 - Medicamentos

R\$

260 - Gás

R\$

261 - Outras despesas

R\$

262 - Número de pessoas que vivem da renda desta família

R\$

Relação familiar

263 - Nº de ordem da mãe/responsável legal da família.

264 - Parentesco em relação a mãe/responsável legal da família

265 - Se reside com o pai informar o número de ordem do pai, se não, informar 99.

Parentescos

01 - Mãe/responsável legal

08 - Cunhado(a)

15 - Adotivo(a)

02 - Esposo(a)

09 - Genro/Nora

16 - Padrasto/Madrasta

03 - Companheiro(a)

10 - Sobrinho(a)

17 - Enteado(a)

04 - Filho(a)

11 - Primo(a)

18 - Bisneto(a)

05 - Pai

12 - Sogro(a)

19 - Sem parentesco

06 - Avô/Avó

13 - Neto(a)

20 - Outro

07 - Irmão/Irmã

14 - Tio(a)

267 - Se criança de 0 a 6 anos, com quem fica?

☐ 1 - Pai/Mãe	3 - Avô/Avó	5 - Creche
☐ 2 - Irmão/Irmã	4 - Sozinho	6 - Outro

268 - Se grávida, informar mês de gestação

269 - Amamentando

☐ 1 - Sim
☐ 2 - Não

270 - Participa de algum programa do Governo Federal ou recebe algum benefício social? (assinalar com "X")

☐ Bolsa Criança Cidadã - PETI☐ Agente Jovem☐ Bolsa Escola☐ Bolsa Alimentação☐ Nenhum☐ LOAS/BPC☐ Previdência Rural☐ PRONAF☐ Outro

ANEXO II

FORMULÁRIO PRINCIPAL DE CADASTRAMENTO 2017

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Cadastro Único para Programas Sociais

Formulário principal
de cadastramento

INSTRUÇÕES GERAIS

ENTREVISTADOR, ESTEJA ATENTO PARA O QUE O CADÚNICO CONSIDERA COMO:

- 1ª - **FAMÍLIA** - é a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas pela mesma, todas moradoras em um mesmo domicílio.
- 2ª - **RESPONSÁVEL PELA UNIDADE FAMILIAR - RF** - deve ser um dos componentes da família e morador do domicílio, com idade mínima de 16 anos. Recomenda-se que seja, preferencialmente, mulher.
- 3ª - **MORADOR** - é a pessoa que:
 - tem o domicílio como local habitual de residência e nele residia na data da entrevista, ou embora ausente na data da entrevista, tem o domicílio como residência habitual; e
 - está internada ou abrigada em hospital, casa de saúde, asilo ou em outro estabelecimento similar por menos de 12 meses.

NÃO ESQUEÇA TAMBÉM QUE:

- as informações do Formulário do Cadastro Único devem ser fornecidas pelo **Responsável pela Unidade Familiar - RF**;
- o Responsável pela Unidade Familiar - RF deverá obrigatoriamente apresentar CPF ou Título de Eleitor no ato da entrevista;
- os outros componentes da família devem apresentar ao menos um documento de identificação civil (Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento e Registro Geral de Identificação - RG), ou qualquer outro documento de identificação da pessoa (CPF, Título de Eleitor, Carteira de Trabalho e Previdência Social), indicados no Bloco 5;
- você deve coletar os dados de todos os componentes da família moradores do domicílio, independentemente da apresentação de algum documento de identificação. A entrevista para a pessoa que não apresentou documento deve ser feita normalmente, e os quesitos relativos à documentação devem ser deixados em branco. Apesar de o formulário ter sido preenchido, você deve avisar ao RF que o cadastramento só será concluído e a família incluída no CadÚnico quando todos os componentes da família apresentarem ao menos um dos documentos de identificação do Bloco 5;
- caso algum componente da família não possua documento por não ter sido registrado ou não ter a Certidão de Nascimento, o cadastramento poderá ser concluído e a família incluída no CadÚnico, mas a pessoa não será contada para o cálculo da renda *per capita* da família. Nestes casos, as pessoas sem Registro e/ou Certidão de Nascimento devem ser encaminhadas para o serviço de Registro Civil;
- no caso de POVOS INDÍGENAS e COMUNIDADES QUILOMBOLAS, segundo critérios definidos pelo MDS, o Responsável pela Unidade Familiar - RF pode ser cadastrado com a apresentação de qualquer documento de identificação (não necessariamente o CPF ou Título de Eleitor); e
- somente será atribuído o Número de Identificação Social - NIS às pessoas que apresentarem, pelo menos, um dos documentos de identificação do Bloco 5.

AO FAZER OS LANÇAMENTOS NO FORMULÁRIO:

- utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta;
- antes de efetuar o preenchimento, certifique-se de que a resposta está adequada às opções apresentadas pela pergunta;
- os quesitos hachurados não devem ser preenchidos;
- para o registro por meio da marcação de quadrícula, assinale com um X aquela que corresponda à resposta do entrevistado;
- para os registros numéricos, utilize algarismos arábicos (exemplo: 255) e faça o preenchimento começando da esquerda para a direita, deixando em branco as quadrículas que sobraem;
- para os registros numéricos - em Reais, o valor deve ser preenchido próximo à vírgula;
- para os registros alfabéticos:
 - faça o preenchimento da esquerda para a direita, em letras de imprensa maiúsculas, conforme o modelo apresentado no cabeçalho do formulário;
 - registre cada letra em uma única quadrícula, deixando uma em branco entre duas palavras;
 - as palavras podem ser cortadas ao mudar de linha, mas nunca poderá haver quadrícula em branco entre as letras de uma mesma palavra; mesmo que a separação silábica não siga as regras da língua portuguesa;
 - não utilize sinais de pontuação;
 - evite fazer abreviações; caso isso seja necessário, mantenha sempre a primeira e a última palavra, abreviando somente a(s) intermediária(s);
- ocorrendo marcação incorreta de uma quadrícula, anule-a com dois traços paralelos e proceda à marcação correta;
- caso, por qualquer motivo, ocorra erro no registro de letras ou algarismos, anule-os com dois traços paralelos e faça o registro correto imediatamente acima do espaço correspondente;
- caso, por qualquer motivo, ocorra erro no registro de palavra, anule-a com dois traços paralelos e faça o registro da palavra correta imediatamente acima do espaço correspondente;
- caso ocorra erro de preenchimento ou alguma situação que inviabilize o registro das informações nos Blocos 1, 2 e 3, anule com dois traços paralelos e registre as informações em outro Formulário Principal, na presença do entrevistado, e continue a entrevista. O formulário anulado deve ser entregue ao gestor municipal;
- não sendo possível efetuar a correção de um erro para uma pessoa - nos Blocos 4 a 8 - anule com dois traços paralelos todos os registros do bloco onde ocorreu o equívoco e continue a entrevista no espaço do formulário reservado à pessoa seguinte;
- caso isso não seja possível, utilize um Formulário Avulso de Identificação da Pessoa. Nesses casos, transcreva cuidadosamente todos os dados já coletados na presença do entrevistado.

FORMULÁRIO PRINCIPAL

Bloco 1	Identificação e controle	⇒	Identificação do domicílio e da família
Bloco 2	Características do domicílio		
Bloco 3	Família		
Bloco 4	Identificação da pessoa	⇒	Identificação da 1ª pessoa
Bloco 5	Documentos		
Bloco 6	Pessoas com deficiência		
Bloco 8	Trabalho e remuneração		
Bloco 4	Identificação da pessoa	⇒	Identificação da 2ª pessoa
Bloco 5	Documentos		
Bloco 6	Pessoas com deficiência		
Bloco 8	Trabalho e remuneração		
Bloco 4	Identificação da pessoa	⇒	Identificação da 3ª pessoa
Bloco 5	Documentos		
Bloco 6	Pessoas com deficiência		
Bloco 8	Trabalho e remuneração		
Bloco 4	Identificação da pessoa	⇒	Identificação da 4ª pessoa
Bloco 5	Documentos		
Bloco 6	Pessoas com deficiência		
Bloco 8	Trabalho e remuneração		
Bloco 4	Identificação da pessoa	⇒	Identificação da 5ª pessoa
Bloco 5	Documentos		
Bloco 6	Pessoas com deficiência		
Bloco 8	Trabalho e remuneração		
Bloco 4	Identificação da pessoa	⇒	Identificação da 6ª pessoa
Bloco 5	Documentos		
Bloco 6	Pessoas com deficiência		
Bloco 8	Trabalho e remuneração		
Bloco 9	Responsável pela Unidade Familiar - RF	⇒	Assinatura do RF
Bloco 10	Marcação livre para o município	⇒	Identificação de trabalho infantil

31.442 v005

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

×

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
Departamento do Cadastro Único

**Formulário Principal
de Cadastramento
F1**

1.01 - Código familiar		1.02 - UF	1.03 - Município	1.04 - Distrito	1.05 - Subdistrito	1.06 - Setor censitário
1.07 - Modalidade da operação	1.08 - Forma de coleta de dados	1.09 - Formulário(s) preenchido(s)			1.10 - Data da entrevista	
1 - Inclusão	1 - Sem visita domiciliar	0 - Principal	2 - Avulso 2			
2 - Alteração	2 - Com visita domiciliar	1 - Avulso 1	3 - Suplementar(es) nº(s)			
				Dia	Mês	Ano

1.11 - Localidade (bairro, povoado, vila, etc.)	
Logradouro (tipo, título, nome)	
1.12 - Tipo (rua, avenida, igarapé, etc.)	
1.13 - Título (general, santa, pintor, etc.)	
1.14 - Nome	
1.15 - Número	1.16 - Complemento do número (s/nº, km, A, FUNASA, SUCAM, etc.)
1.17 - Complemento adicional (apartamento, casa, sobrado, fundos, bloco, lote, quadra, etc.)	
	1.18 - CEP
1.19 - Unidade territorial local	
a) Código	b) Descrição
1.20 - Referência para localização	

1.21 - Nome	<div></div>
1.22 - CPF do entrevistador	<div></div> - <div></div> Assinatura do entrevistador <div></div>
1.23 - Observações	<div></div>
Assinatura do representante da prefeitura/órgão responsável pelo cadastramento	<div></div>

Formulário Principal de
Cadastramento - CADÚNICO - F1

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

PREENCHA A QUADRÍCULA
DESTA FORMA:

2 - CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO

(Não preencher para famílias em situação de rua)

Formulário Principal de
Cadastramento - CADÚNICO - F1

2.01 - O local onde está situado o seu domicílio tem, na maioria, características:

- ☐ 1 - Urbanas ☐ 2 - Rurais

2.02 - Qual é a espécie do seu domicílio?

- ☐ 1 - Particular permanente
☐ 2 - Particular improvisado
☐ 3 - Coletivo

Passe ao 3.01

2.03 - Quantos cômodos tem seu domicílio?

2.04 - Quantos cômodos estão servindo, permanentemente, de dormitório para os moradores do seu domicílio?

2.05 - Qual é o material predominante no piso do seu domicílio?

- ☐ 1 - Terra
☐ 2 - Cimento
☐ 3 - Madeira aproveitada
☐ 4 - Madeira aparelhada
☐ 5 - Cerâmica, lajota ou pedra
☐ 6 - Carpete
☐ 7 - Outro material

2.06 - Qual é o material predominante na construção das paredes externas do seu domicílio?

- ☐ 1 - Alvenaria/tijolo com revestimento
☐ 2 - Alvenaria/tijolo sem revestimento
☐ 3 - Madeira aparelhada
☐ 4 - Taipa revestida
☐ 5 - Taipa não-revestida
☐ 6 - Madeira aproveitada
☐ 7 - Palha
☐ 8 - Outro material

2.07 - O seu domicílio tem água canalizada para, pelo menos, um cômodo?

- ☐ 1 - Sim ☐ 2 - Não

2.08 - Qual é a forma de abastecimento de água utilizada no seu domicílio?

- ☐ 1 - Rede geral de distribuição
☐ 2 - Poço ou nascente
☐ 3 - Cisterna
☐ 4 - Outra forma

2.09 - No seu domicílio ou na propriedade existe banheiro ou sanitário?

- ☐ 1 - Sim ☐ 2 - Não **Passe ao 2.11**

2.10 - De que forma é feito o escoamento do banheiro ou sanitário?

- ☐ 1 - Rede coletora de esgoto ou pluvial
☐ 2 - Fossa séptica
☐ 3 - Fossa rudimentar
☐ 4 - Vala a céu aberto
☐ 5 - Direto para um rio, lago ou mar
☐ 6 - Outra forma

2.11 - O lixo do seu domicílio:

- ☐ 1 - É coletado diretamente
☐ 2 - É coletado indiretamente
☐ 3 - É queimado ou enterrado na propriedade
☐ 4 - É jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida, etc.)
☐ 5 - É jogado em rio, lago ou mar
☐ 6 - Tem outro destino

2.12 - Qual é a forma de iluminação utilizada no seu domicílio?

- ☐ 1 - Elétrica com medidor próprio
☐ 2 - Elétrica com medidor comunitário
☐ 3 - Elétrica sem medidor
☐ 4 - Óleo, querosene ou gás
☐ 5 - Vela
☐ 6 - Outra forma

2.13 - Existe calçamento/pavimentação no trecho do logradouro (rua, avenida, etc.), em frente ao seu domicílio?

- ☐ 1 - Total ☐ 2 - Parcial ☐ 3 - Não existe

3 - FAMÍLIA

(Observe os conceitos de morador e de família na contracapa do formulário)

3.01 - A família é indígena?

- ☐ 1 - Sim ☐ 2 - Não - **Passe ao 3.05**

3.02 - A que povo indígena pertence a família?

3.03 - A família reside em terra ou reserva indígena?

- ☐ 1 - Sim ☐ 2 - Não - **Passe ao 3.07**

3.04 - Qual é o nome da terra ou reserva indígena?

- ☐ 2 - Não sabe

Passe ao 3.07

31.442 v005

2 - Não - Passe ao 3.07

2 - Não sabe

11

0 - Não tem

- Sempre iniciar o preenchimento pelo nome do Responsável pela Unidade Familiar
- Anote o primeiro nome de cada pessoa

0 - Não tem

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

PREENCHA A QUADRÍCULA
DESTA FORMA:

4 - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA

4.01 - Número
de ordem

4.02 - Nome completo

4.03 - Identificação (NIS/PIS/PASEP)

4.04 - Apelido

4.05 - Sexo

☐ 1 - Masculino

☐ 2 - Feminino

4.06 - Data de nascimento

Dia Mês Ano

4.07 - Relação de parentesco (nome) com a pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF

☐ 1 - Pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF

☐ 5 - Neto(a) ou bisneto(a)

☐ 9 - Genro ou nora

☐ 2 - Cônjuge ou companheiro(a)

☐ 6 - Pai ou mãe

☐ 10 - Outro parente

☐ 3 - Filho(a)

☐ 7 - Sogro(a)

☐ 11 - Não parente

☐ 4 - Enteado(a)

☐ 8 - Irmão ou irmã

4.08 - Cor ou raça

☐ 1 - Branca

☐ 2 - Preta

☐ 3 - Amarela

☐ 4 - Parda

☐ 5 - Indígena

4.09 - Nome completo da mãe

☐ 2 - Não sabe

4.10 - Nome completo do pai

☐ 2 - Não sabe

4.11 - Onde (nome) nasceu?

☐ 1 - Neste município - **Passar ao 4.15**

☐ 2 - Em outro município

☐ 3 - Em outro país - **Passar ao 4.14**

4.12 - Em que estado (nome) nasceu?

☐ 2 - Não sabe

4.13 - Em que município (nome) nasceu?

☐ 2 - Não sabe

Passar ao 4.15

4.14 - Em que país estrangeiro (nome) nasceu?

☐ 2 - Não sabe

4.15 - O nascimento (nome) foi registrado em Cartório de Registro Civil?

☐ 1 - Sim e tem Certidão de Nascimento

☐ 3 - Não
 Se tem RANI, passe ao 5.01, opção 3

Se não tem RANI, passe ao 6.01

☐ 2 - Sim, mas não tem Certidão de Nascimento

☐ 4 - Não sabe

Formulário Principal de
Cadastramento - CADÚNICO - F1

31.442 v005

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

PREENCHA A QUADRÍCULA
DESTA FORMA:

5 - DOCUMENTOS

5.01 - Tipo e dados da Certidão

a) Tipo ☐ 1 - Nascimento ☐ 2 - Casamento ☐ 3 - Certidão Administrativa de Nascimento do Indígena (RANI)

b) Dados

1 - Nome do cartório

2 - Número do livro

3 - Número da folha

4 - Número do termo/RANI

5 - Data do registro:

Dia

Mês

Ano

6 - Estado de registro

7 - Município de registro

8 - Código do cartório

5.02 - Número de inscrição do CPF

5.03 - Dados do documento de identidade (RG)

1 - Número

2 - Complemento

3 - Data da emissão

Dia

Mês

Ano

4 - Estado emissor

5 - Sigla do órgão emissor

5.04 - Dados da Carteira de Trabalho e Previdência Social

1 - Número

2 - Série

3 - Data da emissão

Dia

Mês

Ano

4 - Estado emissor

5.05 - Dados do Título de Eleitor

1 - Número

2 - Zona

3 - Seção

6 - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

(O entrevistado deve fazer a avaliação de sua deficiência e dos membros de sua família considerando a utilização de óculos, lentes de contato, aparelho auditivo, prótese ou bengala)

6.01 - (Nome) tem alguma deficiência permanente que limite as suas atividades habituais (como trabalhar, ir à escola, brincar, etc.)

☐ 1 - Sim

☐ 2 - Não - Passe ao 7.01

6.02 - Qual é o tipo de deficiência que (nome) tem?

(Este quesito admite múltipla marcação)

☐ 1 - Cegueira

☐ 3 - Surdez severa/profunda

☐ 5 - Deficiência física

☐ 7 - Síndrome de Down

☐ 2 - Baixa visão

☐ 4 - Surdez leve/moderada

☐ 6 - Deficiência mental ou intelectual

☐ 8 - Transtorno/doença mental

6.03 - Em função dessa deficiência (nome) recebe cuidados permanentes de terceiros?

(Este quesito admite múltipla marcação)

☐ 1 - Não

☐ 3 - Sim, de cuidador especializado

☐ 5 - Sim, de instituição da rede socioassistencial

☐ 2 - Sim, de alguém da família

☐ 4 - Sim, de vizinho

☐ 6 - Sim, de outra forma

31.442 v005

Formulário Principal de
Cadastramento - CADÚNICO - F1

Formulário Principal de
Cadastramento - CADÚNICO - F1

7.01 - (Nome) sabe ler e escrever?

- ☐ 1 - Sim ☐ 2 - Não

7.02 - (Nome) frequenta escola ou creche?

- 1 - Sim, rede pública
2 - Sim, rede particular
3 - Não, já frequentou - **Passar ao 7.09**
4 - Nunca frequentou → Pessoa com 10 anos ou mais, **passar ao 8.01**
→ Pessoa com menos de 10 anos, **encerrar a entrevista**

7.03 - Qual é o nome dessa escola ou creche que (nome) frequenta?

7.04 - Essa escola ou creche está localizada neste município?

- 1 - Sim - **Passe ao 7.06** 2 - Não

7.05 - Qual é o estado e o município onde está localizada a escola ou creche?

- 1 - Estado

[illegible]

- 2 - Município

[illegible]

7.06 - Código do INEP/MEC da escola ou creche:

Page 10 of 10

- 2 - Não tem

7.07 - Qual é o curso que (nome) frequenta?

1 - Creche	Encerre a entrevista dessa pessoa	8 - Ensino Médio especial	Passe ao 8.01
2 - Pré-escola (exceto CA)		9 - Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo - 1ª a 4ª)	
3 - Classe de Alfabetização - CA - Passe ao 8.01	10 - Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo - 5ª a 8ª)		
4 - Ensino Fundamental regular (duração 8 anos)	11 - Ensino Médio EJA (Supletivo)		
5 - Ensino Fundamental regular (duração 9 anos)	12 - Alfabetização para adultos		
6 - Ensino Fundamental especial	13 - Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado		
7 - Ensino Médio regular	14 - Pré-vestibular		

→ Passe
20.8.01

7.08 - Qual é o ano/série que (nome) frequenta?

1 - Primeiro(a)	3 - Terceiro(a)	5 - Quinto(a)	7 - Sétimo(a)	9 - Nono(a)
2 - Segundo(a)	4 - Quarto(a)	6 - Sexto(a)	8 - Oitavo(a)	10 - Curso não-seriado

Passe ao 8.01

PARA A PESSOA QUE NÃO FREQUENTA ESCOLA, MAS JÁ FREQUENTOU

7.09 - Qual foi o curso mais elevado que (nome) freqüentou, no qual concluiu pelo menos uma série?

1 - Creche	→ Passa ao 8.01	9 - Ensino Médio Especial	→ Passa ao 8.01
2 - Pré-escola (exceto CA)		10 - Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo 1ª a 4ª)	
3 - Classe de Alfabetização - CA		11 - Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo 5ª a 8ª)	
4 - Ensino Fundamental 1ª a 4ª séries, Elementar (Primário), Primeira fase do 1º grau	12 - Ensino Médio EJA (Supletivo)		
5 - Ensino Fundamental 5ª a 8ª séries, Médio 1º ciclo (Ginasial), Segunda fase do 1º grau	13 - Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado		
6 - Ensino Fundamental (duração 9 anos)	14 - Alfabetização para Adultos (Mobral, etc.)		
7 - Ensino Fundamental Especial	15 - Nenhum		
8 - Ensino Médio, 2º grau, Médio 2º ciclo (Científico, Clássico, Técnico, Normal)			

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

PREENCHA A QUADRÍCULA
DESTA FORMA:

7.10 - Qual foi o último ano/série que (nome) concluiu com aprovação nesse curso que frequentou?

- ☐ 1 - Primeiro(a) ☐ 3 - Terceiro(a) ☐ 5 - Quinto(a) ☐ 7 - Sétimo(a) ☐ 9 - Nono(a)
☐ 2 - Segundo(a) ☐ 4 - Quarto(a) ☐ 6 - Sexto(a) ☐ 8 - Oitavo(a) ☐ 10 - Curso não-seriado

7.11 - (Nome) concluiu esse curso que frequentou?

- ☐ 1 - Sim ☐ 2 - Não

8 - TRABALHO E REMUNERAÇÃO

(para pessoas de 10 anos de idade ou mais)

8.01 - Na semana passada (nome) trabalhou?

- ☐ 1 - Sim - **Passe ao 8.03** ☐ 2 - Não

8.02 - Na semana passada (nome) estava afastado de um trabalho, por motivo de doença, falta voluntária, licença, férias ou por outro motivo?

- ☐ 1 - Sim ☐ 2 - Não - **Passe ao 8.05**

Caso tenha mais de um trabalho, considere como principal o de maior número de horas normalmente trabalhadas por semana

8.03 - Esse trabalho principal que (nome) exerceu foi na agricultura, criação de animais, pesca ou coleta (extração vegetal)?

- ☐ 1 - Sim ☐ 2 - Não

8.04 - Nesse trabalho principal (nome) era:

- ☐ 1 - Trabalhador por conta própria (bico, autônomo) ☐ 7 - Trabalhador não-remunerado
☐ 2 - Trabalhador temporário em área rural ☐ 8 - Militar ou servidor público
☐ 3 - Empregado sem carteira de trabalho assinada ☐ 9 - Empregador
☐ 4 - Empregado com carteira de trabalho assinada ☐ 10 - Estagiário
☐ 5 - Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada ☐ 11 - Aprendiz
☐ 6 - Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada

8.05 - No mês passado (nome) recebeu remuneração de trabalho?
(Se sim, registre o valor bruto da remuneração efetivamente recebida em todos os trabalhos)

,00

- ☐ 0 - Não recebeu

8.06 - (Nome) teve trabalho remunerado nos últimos 12 meses?

- ☐ 1 - Sim ☐ 2 - Não - **Passe ao 8.09**

8.07 - Quantos meses trabalhou nesse período?

8.08 - Qual foi a remuneração bruta de todos os trabalhos recebidos por (nome) nesse período?

,00

8.09- Quanto (nome) recebe, normalmente, por mês de:

- 1 - Ajuda/doação regular de não morador ,00 ☐ 0 - Não recebe
 2 - Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC/LOAS ,00 ☐ 0 - Não recebe
 3 - Seguro-desemprego ,00 ☐ 0 - Não recebe
 4 - Pensão alimentícia ,00 ☐ 0 - Não recebe
 5 - Outras fontes de remuneração exceto bolsa família ou outras transferências similares ,00 ☐ 0 - Não recebe

Formulário Principal de
Cadastramento - CADÚNICO - F1

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

X

9 - RESPONSÁVEL PELA UNIDADE FAMILIAR - RF

Declaro, sob as penas da lei (Art. 299 do Código Penal), que as declarações contidas neste formulário correspondem à verdade e comprometo-me a procurar a gestão municipal para atualizá-las sempre que houver mudanças em relação às informações prestadas por mim nesta entrevista ou, no máximo, em até dois anos da data desta entrevista.

9.01 - Telefone(s) para contato

Assinatura do Responsável pela Unidade Familiar

10 - MARCAÇÃO LIVRE PARA O MUNICÍPIO

10.01 - Há trabalho infantil na família? 1 - Sim 2 - Não

1 - Sim

2 - Não

10.02 - Identifique a(s) criança(s) envolvida(s) em trabalho infantil

Nº de ordem	Nome da criança
-------------	-----------------

Nome da criança

0800 707 2003
www.mds.gov.br

1.442 v005

CAIXA

Ministério do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

ANEXO III

CONTRATO DA FAMÍLIA - CREAS

Contratam entre si todos os moradores desta casa que se consideram uma Família, não somente por laços de sangue, mas por laços de Amor, Carinho e Afeto que fazem em todos os membros sentir o desejo de Se Cuidarem, Protegerem e se. Amarem.

CLÁUSULA 1ª – OBJETO Denominar oficialmente a Família _____
(Sobrenome ou apelido adotado como sobrenome pela família).

CLÁUSULA 2ª – PRAZO A validade do contrato é de hoje até o dia em que poderemos estar todos juntos. _____

CLÁUSULA 3ª – DO PREÇO Embora a sobrevivência da família dependa dos recursos por ela adquiridos por esforço e responsabilidade de todos cada qual a sua, em cada etapa de sua vida, este contrato Não Tem Preço!

CLÁUSULA 4ª – DAS RESPONSABILIDADES Os que se considerem membros desta família se comprometem entre si a se. Amarem e demonstrarem esse amor com carinho e respeito mútuo em atitudes de que venham a garantir: a integridade, o conforto, o bem-estar, a segurança, e o desenvolvimento pessoal e profissional de todos.

Zelarem entre si por se protegerem e se prevenirem de riscos de rompimento de vínculos familiares ou a integridade física e mental de cada um dos membros desta família.

De buscarem sempre a melhor forma de se entenderem e se fazerem compreender mutuamente, sabendo ouvir e falando com o respeito que cada um merece segundo sua posição na família. (Avós, Tios, Pais, Filhos, Irmãos, Primos, Enteados,

CLÁUSULA 5ª – Sugestões da Família

E por estarem às partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento de Contrato:

Esta tese foi defendida remotamente em 03 de julho de 2020 na cidade de Manaus/Amazonas em meio à pandemia da COVID-19. Até aquele dia, 521 mil pessoas morreram em todo o mundo. No Brasil foram *registradas* 63.254 mil mortes e no Amazonas, que teve uma das maiores taxas de morte do país, foram *notificados* 2.887 óbitos, 75 deles na cidade de Tabatinga. As mortes de indígenas somam 337 e a etnia Kokama é uma das mais atingidas neste momento, com 55 perdas.